



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História



TANIZE DO COUTO COSTA MONNERAT

**ABOLICIONISMO EM AÇÃO:
O JORNAL VINTE E CINCO DE MARÇO EM CAMPOS DOS
GOYTACAZES (1884 – 1888)**

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UNIRIO

TANIZE DO COUTO COSTA MONNERAT

ABOLICIONISMO EM AÇÃO:
O JORNAL VINTE E CINCO DE MARÇO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (1884-1888)

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Mariana Muaze
Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Santos

Rio de Janeiro
2013

M748 MONNERAT, Tanize do Couto Costa.

Abolicionismo em ação: O Jornal Vinte e Cinco de Março em Campos dos Goytacazes 1884-1888./ Tanize do Couto Costa Monnerat. – 2013.
178 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em História Social) – UNIRIO/Programa de Pós Graduação em História – PPGH - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

Orientação: Dr.^a Mariana Muaze; Dr.^a Claudia Santos

Bibliografia: f. 172-178.

1. Jornal Abolicionista. 2. Campos dos Goytacazes. 3. Discursos e práticas abolicionistas. 4. Muaze, Mariana. 5. Santos, Claudia. 6. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História. I. Título.

CDD 94(81)326:070

TANIZE DO COUTO COSTA MONNERAT

ABOLICIONISMO EM AÇÃO:

O JORNAL VINTE E CINCO DE MARÇO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (1884-1888)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. MARIANA DE AGUIAR FERREIRA MUAZE
Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. CLÁUDIA REGINA ANDRADE DOS SANTOS.

Rio de Janeiro
2013

TANIZE DO COUTO COSTA MONNERAT

ABOLICIONISMO EM AÇÃO:
O Jornal Vinte e Cinco de Março em Campos dos Goytacazes (1884-1888)

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Mariana de Aguiar Ferreira Muaze (orientadora)

Prof.^a Dr.^a Cláudia Regina Andrade dos Santos (co-orientadora)

Prof. Dr. Ricardo Henrique Salles (UNIRIO)

Prof.^a Dr.^a Andrea Santos da Silva Pessanha (ABEU)

Para Rafael, meu companheiro, pelo amor e paciência.

Aos meus pais e irmã pelo amor incondicional.

“A escravidão só tem passado; o futuro para a liberdade.”
(Vinte e Cinco de Março, 14 de Setembro de 1884).

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o contexto de surgimento de um movimento abolicionista na cidade de Campos, analisando o discurso de seu principal meio de comunicação e ação, o jornal *Vinte e Cinco de Março*. Neste sentido, reconhece-se as estratégias argumentativas destes abolicionistas e suas propostas para um Brasil sem escravos; traçando a relação que estabeleceram com a população cidadina, com os escravos e com abolicionistas da corte.

Esta dissertação explora o jornal como fonte e como agente histórico, trabalhando suas especificidades, dado que o *Vinte e Cinco de Março* era um jornal abolicionista, fundado na última década da escravidão no Brasil, por membros das classes médias urbanas de uma cidade do interior da província do Rio de Janeiro – Campos dos Goytacazes – município marcado por um denso crescimento urbano e pelo poder econômico, social e político de grandes fazendeiros escravistas. Analisa-se densamente o discurso do jornal, identificando seus argumentos e métodos para a abolição, destacando o sentido amplo que adotavam para abolição, o qual incluía reformas para uma inserção econômica e social do liberto. Ao observar os argumentos utilizados destacam-se aqueles baseados na legalidade da abolição e o fato de que estes abolicionistas apresentaram-se como representantes da vontade nacional, defendendo um tipo específico de abolição: imediata, sem indenizações e com a participação dos escravos.

Através da análise do jornal esta dissertação estuda a própria ação dos abolicionistas, em sua argumentação, cuja principal estratégia foi a desconstrução do discurso senhorial com críticas à sua lógica e às arbitrariedades cometidas com intuito de manter a cruel, ilegal e ilegítima instituição escrava. Assim como analisa-se as ações e relações diretas dos redatores com a população, com abolicionistas de todo o país e, em especial, com os escravos. A partir de marcos históricos do movimento abolicionista nacional, analisamos as mudanças na argumentação e nas condutas dos abolicionistas de Campos, destacando a realidade da luta pela abolição, dados os violentos embates entre escravistas e abolicionistas na cidade. Disputa em que ambos lutavam pela imposição do seu modelo de condução da libertação, sendo a interação real e eficaz entre abolicionistas e escravos o que definiu a vitória abolicionista em Campos.

Palavras-chave: Jornal abolicionista; Campos dos Goytacazes; discursos e práticas abolicionistas.

ABSTRACT

This essay has as its goal the analyzes of the context of emergence of the abolitionist turmoil in Campos, by analyzing the discourse of its main communication means and action, the newspaper *Vinte e Cinco de Março*. Therefore, it is acknowledge the argumentative strategies and its proposals for a Brazil without slavery; drafting the relationship that these men established with the community, slaves and abolitionists from the capital city.

This dissertation explores the newspaper as a source and historical agent, assaying its idiosyncrasies, since the *Vinte e Cinco de Março* was an abolitionist journal, founded during the last decade of slavery in Brazil, by members of middle urban classes of an inner-city from Rio de Janeiro Province – Campos dos Goytacazes – town branded by a large urban growth and by the economic, social and political power of big slaveholders. The present survey deeply analyzes the speech of the journal, identifying its arguments and methods for abolition, contrasting the broad meaning they have adopted to abolition, which included proposals to a fair economic and social reintegration of the freedmen. Among the analyzed arguments, the ones based on the legality of abolition stood out, as well as the fact that these abolitionists have presented themselves as the representatives of the national will, advocating a very specific type of abolition: immediate, without indemnity and with the participation of the slaves.

Throughout the analyzes of the newspaper this dissertation studies the action of the abolitionists, through their speech, whose main strategy was the deconstruction of the slaveholder's reasoning with critics to its logical and arbitrariness in order to maintain the cruel, illegal and illegitimate slavery institution. In accordance with the direct actions of the newspapers writers, with the city population, with abolitionists from all the country and, specially, with the slaves. From historical milestones of the national abolitionist campaign this assay analyzes the shifts into the discussion and conduct of the abolitionists from Campos, highlighting the reality of the struggle for abolition, given the violent clashes between slaveholders and abolitionists in the city. Dispute in which both fought for the imposition of their own model of conduction to liberation, in which the real and effective interaction between abolitionists and slaves defined the final abolitionist victory in Campos.

Key-words: Abolitionist newspaper; Campos dos Goytacazes; abolitionists discourses and practices.

AGRADECIMENTOS

Nestes dois anos tive a felicidade de contar com o apoio de muitas pessoas, sem as quais não seria possível a realização desta pesquisa e, por isso, compartilho com vocês este trabalho.

Rafael, obrigada pelo seu incentivo, apoio, suas impagáveis ajudas técnicas e, acima de tudo, pelo seu amor e dedicação. Aos meus pais agradeço o amor e a compreensão com a minha ausência e constante estresse. Giselle, minha irmã, obrigada pelo ombro amigo, pelo abrigo e por sempre estar ao meu lado. Aos meus irmãos obrigada pelos momentos de descontração, pelos filhos lindos que fazem todos os meus dias mais felizes. E a Tia Luíza agradeço por ter aberto sua casa e coração todas as vezes que precisei.

A Professora Mariana Muaze agradeço pelo incentivo e confiança no meu trabalho, fundamentais para que eu acreditasse na minha capacidade de realizar esta pesquisa. Sua personalidade alegre e acessível tornou esta pesquisa e o ambiente acadêmico partes prazerosas da minha vida. A Professora Cláudia Santos, grande interlocutora, agradeço por ter abraçado minha orientação com tanto afinho e dedicação, agradeço também pelas contribuições e influência decisiva na realização deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO (PPGH/UNIRIO) agradeço pelo apoio intelectual e material. Registro a alegria de ser recebida em um ambiente de companheirismo e compreensão proporcionado pelos docentes e funcionários do programa. Agradeço, em especial, as professoras Anita Correa, Juliana Marques e Mirian Coser pelas instigantes aulas. Assim como agradeço aos Professores Ricardo Salles e Andrea Pessanha, pelas enriquecedoras falas na qualificação.

Aos colegas de turma só tenho boas lembranças a agradecer. Obrigada pelo ano incrível que compartilhamos, pelas sugestões, reflexões, conversas e risadas. Um beijo especial aos amigos Artur Malheiro, Elisabete Vasconcellos, Jefferson Alves, Júlia Riscado, Lara Jogaib, Mariana Aguiar e Tathiana Amaral. Vocês fizeram a vida na UniRio muito divertida. Agradeço também as minhas grandes amigas Carla e Silvinha, por entender minhas faltas e minha eterna ansiedade.

Gostaria de expressar meus agradecimentos aos funcionários da Casa Rui Barbosa pelo atendimento e ajuda no acesso à parte do material desta pesquisa. Assim como agradeço aos funcionários do Arquivo Público de Campos pelas contribuições e sugestões em todas as fases deste trabalho.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa REUNI concedida durante grande parte do tempo de desenvolvimento do estudo.

Índice de ilustrações

Ilustração 1: Mapa do município de Campos, produzido em função da construção do Canal Campos-Macaé, em 1846.....	22
Ilustração 2: Tabela da relação profissões e freguesias.....	32
Ilustração 3: Cabeçalho do Vinte e Cinco de Março – foto Tanize Monnerat.....	47
Ilustração 4: Detalhe da Folha de rosto do Vinte e Cindo de Março – Foto Tanize Monnerat.....	53

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - Ideias e ações no interior da província: o jornal Vinte e Cinco de Março em Campos dos Goytacazes.....	4
1.1 Para além da fonte: o jornal como agente histórico.....	5
1.1.1. Ser imprensa no Brasil oitocentista.....	8
1.2. Campos dos Goytacazes, muito mais do que a capital do açúcar.....	20
1.2.1. Luiz Carlos de Lacerda.....	39
1.3. O Vinte e Cinco de Março em pauta.....	44
1.3.1. Entre anúncios, notícias e folhetins.....	54
CAPÍTULO 2 – O Vinte e Cinco de Março como discurso: argumentações, estratégias e idealizações.....	61
2.1 Por que abolir a escravidão?.....	61
2.2 Desconstruindo o discurso senhorial.....	77
2.3. Os projetos de liberdade e a abolição que não foi.....	105
CAPÍTULO 3 – Da utopia à luta.....	118
3.1. 1884: a abolição como anseio nacional.....	118
3.2. A resposta senhorial em 1885 e 1886.....	123
3.2.1. Lei Saraiva-Cotegipe e o Regulamento Negro.....	123
3.2.2. Os primeiros atentados em Campos.....	131
3.3. O violento embate entre abolicionistas e escravistas em 1887.....	137
3.3.1. Lei de Açoites e o exemplo de São Paulo.....	137
3.3.2. Os atentados se intensificam.....	142
3.3.3. As matrículas irregulares e a (quase) libertação de Campos.....	149
3.4. A vitória abolicionista em 1888.....	157
3.4.1. O Partido Abolicionista.....	157
3.4.2. Lei Áurea e a memória abolicionista.....	161
CONCLUSÃO.....	167
BIBLIOGRAFIA.....	172
I – Fontes Primárias:.....	172
II – Livros e Artigos.....	173

INTRODUÇÃO

“A escravidão representa três séculos, porém, a liberdade é mais antiga, gerou-se com o homem e só com ele morrerá. Para matar a liberdade, seria preciso fazer desaparecer a humanidade.” (*Vinte e Cinco de Março*, 26 de Junho de 1884).

No dia 1º de Maio de 1884 foi fundado na cidade de Campos dos Goytacazes o *Jornal e Órgão Abolicionista Vinte e Cinco de Março*, por Luiz Carlos de Lacerda. Este jornal levava a Campos uma nova forma de enfrentar a realidade da escravidão, bastante diferente das já conhecidas, e mesmo que pouco combativas, muito criticadas pelos escravistas, sociedades e associações emancipadoras. Com este jornal, Lacerda e seus companheiros tornaram o movimento abolicionista, em Campos, vigoroso, ousado, resistente, inteligente e eficaz. Pois se desde a segunda metade do século XIX a cidade assistia o florescimento de movimentos em prol das alforrias, a luta, agora, era pela libertação total, imediata e sem indenizações.

O presente trabalho tem como objetivo reconhecer as estratégias argumentativas destes abolicionistas e suas propostas para um Brasil sem escravos; traçando a relação que estabeleceram com a população citadina, com os escravos e com abolicionistas da corte. Neste sentido, tal trabalho insere-se no âmbito das pesquisas historiográficas sobre abolicionismo no Brasil e foi a partir destas que estabelecemos as questões desta pesquisa. Buscamos compreender a formação do *Vinte e Cinco de Março* a partir de sua especificidade: o fato de ter surgido e vigorado, longamente, numa cidade interiorana, marcada pelo poder político e econômico dos barões do açúcar. Analisamos densamente o discurso do jornal, para identificar seus argumentos e métodos para a abolição, ressaltando o sentido amplo de abolição para este, posto que incluía reformas para além da libertação do escravo. Buscamos compreender como se deu a discussão sobre a transição do trabalho escravo para o livre em Campos, procurando analisar a importância do jornal para a realidade da cidade e a relevância da própria cidade para a atuação do jornal, através da participação popular nos atos abolicionistas e também nos embates com os senhores escravistas da cidade.

Neste sentido, o **primeiro capítulo** da dissertação discute a especificidade de se trabalhar com a imprensa como fonte, além de discutir a importância da imprensa abolicionista para o processo de desestruturação do escravismo no Brasil. Em um segundo momento, analisamos a cidade de Campos na segunda metade do século XIX, sua relevância enquanto centro produtor de cana-de-açúcar, seu desenvolvimento urbano e a sua proximidade com a Corte. Por último, discutimos neste capítulo os aspectos contextuais do *Vinte e Cinco de Março*, sua estrutura física, sua divisão interna, quem era seu proprietário, qual sua importância na cidade e no movimento

abolicionista como um todo. Procurando trabalhar a imprensa como ator político em Campos dos Goytacazes no pré abolição, foi importante incorporar a discussão bibliográfica sobre a imprensa como fonte histórica, para que assim fosse possível uma melhor compreensão do periódico abolicionista como um agente histórico, na medida em que parece existir uma relação direta entre vida associativa, publicação de periódicos e crescimento do debate político à época.¹ Procuramos, através de uma descrição densa, analisar a dimensão social do jornal para a cidade de Campos, relacionando as próprias características da cidade com o periódico.

Logo em seguida, no **segundo capítulo**, buscamos entender os discursos que o jornal utilizou e que garantiram uma luta incansável em prol do abolicionismo. Neste momento, analisamos os temas discutidos pela historiografia sobre a abolição e abolicionismo a luz do periódico *Vinte e Cinco de Março*. Observamos os argumentos que o jornal ofereceu para a abolição, entre os quais destacaram-se aqueles baseados na legalidade desta, em contraposição à visão historiográfica de que abolicionistas buscavam apenas uma solução para o problema da mão de obra, almejando o progresso. Outro ponto relevante neste capítulo é o fato de que estes abolicionistas apresentavam-se como representantes de um anseio popular, enquanto afirmavam estar os agricultores escravocratas isolados como defensores da escravidão.

Ademais, foi examinada o tipo de abolição que defendiam os autores do *Vinte e Cinco de Março*, seu posicionamento quanto à participação dos escravos, se a escravidão deveria ser combatida com ou sem a resistência violenta e a diferenciação que faziam entre abolicionismo e emancipacionismo. Nesta discussão destacou-se a abolição ocorrida no Ceará, que serviu de exemplo para o movimento abolicionista, pela forma como conduziram a libertação provincial. Baseados neste modelo podemos identificar que estes abolicionistas usaram como estratégia desconstruir o discurso senhorial através das críticas a sua lógica e a sua capacidade de pressão política para que a abolição fosse feita através de leis emancipadoras, criticando, por isso, o uso privado dos órgãos públicos. Mas além da prática argumentativa, através da análise do jornal, estudamos a própria ação destes abolicionistas. Tal procedimento foi possível porque entendemos o periódico abolicionista como um agente social e, assim, buscamos compreender os meios usados para influenciar a opinião pública através da sua argumentação, e dos relatos detalhados das violências praticadas contra escravizados, sua relação com a população e, em especial, com os escravos.

Por último, foram analisados os projetos destes abolicionistas para o pós-abolição, a maneira como idealizavam que deveria ser coordenada a transição do trabalho escravo para o livre, o que

¹ SANTOS, Cláudia. Imprensa. In; MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (orgs.). **Propriedades e Disputas: Fontes para a História do Oitocentos**. Niterói; EDUFF, 2011.

deveria ser feito para e pelos libertos. E, neste sentido, trabalhamos a postura do jornal frente às propostas de leis para o controle do trabalho e da liberdade de ir e vir dos alforriados. Momento em que foi importante refletir sobre o posicionamento do periódico frente à imigração e ao papel que atribuíam ao nacional livre neste novo contexto.

Por fim, no **terceiro capítulo** da dissertação, o jornal foi analisado a partir dos marcos temporais do movimento abolicionista, nacional e de Campos. Estivemos atentos aos momentos de corte do jornal, suas mudanças de argumentação e de modo de ação, fossem estas motivadas por eventos ocorridos na cidade ou em qualquer outro local do país. Neste sentido, partimos da própria abolição da província do Ceará, marco fundador do movimento abolicionista em Campos, sendo importante observar a relação entre as mudanças, os acontecimentos e as discussões políticas relativas à abolição, que estavam ocorrendo na cidade e país. Demos destaque aos marcos históricos como o governo Dantas, a Lei Saraiva-Cotegipe, os atentados que sofriam na cidade de Campos, até as mudanças nas estratégias abolicionistas em outras cidades e províncias.

Este capítulo foi dividido em quatro sub-itens em que foram analisados, primeiro, no ano de 1884, o surgimento de um novo modelo de luta pela libertação nacional, percebendo a tomada de decisão por uma abolição imediata e sem indenizações. No segundo ponto, entre os anos de 1885 e 1886, analisamos a resposta dos escravistas quanto a este movimento, as estratégias nacionais e locais para contê-lo. Como a abolição tornara-se uma realidade, o embate entre escravistas e abolicionistas, a partir do ano de 1887, foi mais aberto e violento, contando com a participação efetiva dos escravos. Nesta disputa ambos lutavam pela imposição do seu modelo de condução da libertação, sendo este o ponto final que definiu a vitória abolicionista. Por fim, no sub-item quatro, pensamos o ano de 1888, a concretização de parte da vitória abolicionista, com a feitura da Lei Áurea, a abolição do modo que haviam idealizado, mas sem as reformas, para além da libertação, que queriam implementadas. Mas ressaltamos que esta foi uma divisão arbitrária, porém necessária para a melhor compreensão da luta entre abolicionistas e escravistas (tornados emancipacionistas) pela imposição do seu modelo de conduzir a questão do trabalho no país, nos anos finais da escravidão negra brasileira.

Por fim, feita a apresentação do texto, gostaríamos de convidar o leitor pra continuar a leitura do nosso texto, percorrendo conosco os caminhos traçados pelos abolicionistas em Campos na luta por seu ideal, pela concretização do anseio nacional da libertação do trabalho cativo.

CAPÍTULO 1 - Ideias e ações no interior da província: o jornal *Vinte e Cinco de Março* em Campos dos Goytacazes

“Um movimento abolicionista mais vigoroso surgiu em maio e junho na cidade de Campos, na região produtora de açúcar na parte leste da província do Rio de Janeiro. Sua mais importante força era um novo jornal abolicionista, o *Vinte e Cinco de Março*, que apareceu pela primeira vez em 1º de maio. De propriedade de Carlos de Lacerda, um inimigo radical da escravatura, que também era o seu diretor, este novo jornal insinuou no seu primeiro número que os abolicionistas de Campos usariam métodos violentos, se isso fosse necessário, para servirem sua causa.

Em meados de junho, o Club Abolicionista Carlos de Lacerda já estava libertando as principais ruas de Campos e alguns dos donos de escravos, confrontados por comissões abolicionistas, estavam aceitando preços moderados. Todavia, a comunidade agrícola, como um todo reagiu fortemente a este ataque abolicionista ao coração do rico delta, produtor de açúcar, do Paraíba. O Club da Lavoura de Campos armou, segundo foi alegado, “sicários disfarçados” em unidades da polícia municipal, perseguiu os abolicionistas e até ameaçou suas vidas, enquanto os jornais controlado pelos interesses agrícolas exigiam uma “revolução”. Em maio, uma multidão pró-escravatura reuniu-se ameaçadoramente diante da redação do *Vinte e Cinco de Março* – um prelúdio a sérios choques armados que viriam a verificar-se em Campos, em 1887, entre abolicionistas e seus oponentes. Até então, os abolicionistas de Campos continuaram seu trabalho, rodeados por uma região rural hostil.”²

O texto acima é uma transcrição da clássica obra de Robert Conrad, sobre o fim da escravidão no Brasil e traz uma descrição singular do jornal *Vinte e Cinco de Março*, periódico que será analisado nesta pesquisa como fonte privilegiada para se estudar os discursos abolicionistas em Campos dos Goytacazes entre os anos de 1884 e 1888. Na conturbada última década da escravidão no Brasil, o jornalista Luiz Carlos de Lacerda criou o jornal *Vinte e Cinco de Março* e um clube abolicionista na cidade de Campos, no interior da província do Rio de Janeiro. Tais informações, embora pareçam apenas contextuais, são muito significativas para o nosso estudo, pois devem ser pensadas de forma imbricada e relacional para que entendamos a fundação deste jornal como um ato político que, assim como outros periódicos do século XIX, objetivava influenciar a condução das ações políticas e sociais de temas em evidência no cenário contemporâneo. E por ser um jornal abolicionista, uma questão se levanta: o que significava ser imprensa abolicionista, em Campos, durante os anos mais significativos do movimento abolicionista da década de 1880?

Lacerda fundara seu periódico, exatamente, na cidade de Campos, extremamente marcada pelo poder dos senhores escravocratas, posto que a sua área urbana dependia e convivia, de perto, com a área rural – muito importante econômica e socialmente no centro-sul do Império. Em termos de temporalidade, a década de 1880 foi o período em que o movimento abolicionista cresceu significativamente por todo o território brasileiro e com ele uma imprensa que defendia a sua causa. A escolha por um periódico como fonte fundamental da nossa pesquisa não é, portanto, em nada aleatória, ela nos possibilita analisar o discurso produzido para argumentar pela abolição, assim

² CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.239-240.

como podemos vislumbrar o modo de ação destes abolicionista, a sua interação com os cativos e com a população. Ou seja, é uma fonte privilegiada para se compreender o próprio desenvolvimento do movimento abolicionista, uma vez que historiadores tem procurado estabelecer relações entre os movimentos da “vida associativa”, da imprensa e a própria dinâmica da vida política.³

Contudo, é importante destacar que o uso dos periódicos traz à tona questões específicas, entra as quais a circulação das notícias, sua abrangência social; o custo da produção e de compra dos periódicos; quem era o público alvo dos jornais trabalhados; quem escrevia nestes jornais e com qual objetivo. E, em especial para o século XIX, devido à precariedade dos meios de comunicação do período, devemos nos perguntar também sobre o intervalo de tempo entre um determinado acontecimento e sua reprodução enquanto notícia; e entre ele ser noticiado na capital, por exemplo, e numa cidade do interior; além de nos questionar do porquê de tantas periódicos de curta duração. Devemos também problematizar as práticas de sociabilidade na sociedade oitocentista brasileira, além das práticas de leitura na segunda metade do século XIX.

1.1 Para além da fonte: o jornal como agente histórico

Até a década de 1970, a historiografia preocupava-se mais em escrever a História da imprensa do que a História por meio da imprensa, pois ainda pesava sobre os jornais impressos a ideia de fragmentação, de que haviam sido feitos por interesse, por serem parciais, distorcidos e subjetivos. O que mudou à medida que novos problemas, novas abordagens e novos objetos surgiram para a História, subvertendo-a e enriquecendo-a. Neste processo, foram fundamentais a renovação do marxismo (principalmente a partir da revista britânica *New Left Review*) e as várias contribuições da História Nova, mudando de uma análise macroeconômica para uma dos sistemas culturais, o que, por fim, mudou a própria concepção do documento e sua crítica.⁴

Jacques Le Goff afirma que os historiadores dos “*Annales*” foram fundamentais neste processo, pois além da crítica dos documentos preconizada pela *École de Chartes*, passaram a fazer uma crítica em profundidade da própria noção de documento. Esta crítica partiu da compreensão de que o documento histórico (qualquer registro de comunicação) é um monumento, quando este documento é um acontecimento histórico. Conseqüentemente o historiador deve fazer a crítica do documento enquanto monumento.⁵

“O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com

³ SANTOS, Cláudia. op. cit., 2011.

⁴ DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; BACELLAR, Carlos [et al]. **Fontes históricas**. São Paulo : Contexto, 2010.

⁵ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

pleno conhecimento de causa.”⁶

Desta maneira, Le Goff afirma que a própria noção de documento deve ser revista, primeiro porque qualquer documento é um acontecimento, resultado de força e de poder naquela sociedade que o produziu. E, segundo, porque a intervenção do historiador está em todos os momentos da pesquisa, desde quando escolhe o documento, atribuindo-lhe um valor de testemunho, o que depende da posição na sociedade da sua época e da sua organização mental. Logo, o documento não é inócuo; ele resulta de uma montagem (consciente ou inconsciente) da história, da sociedade que o produziu, e também das épocas sucessivas, em que sobreviveu nos arquivos. Conscientes de que o documento é monumento, resultado de um esforço para impor ao futuro (voluntariamente ou não) determinada imagem da sociedade que o produziu, e de que todo o documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro e falso, é preciso, na pesquisa, esclarecer suas condições de produção e distribuição e mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder, de uma autoridade.⁷

Neste sentido, no estudo historiográfico, a imprensa deixou de ser fonte privilegiada e autêntica narradora dos fatos, na história *positivista*⁸, para apenas reflexo superficial de ideias subordinadas estritamente a uma infra-estrutura socioeconômica, nas abordagens socioeconômicas, até a renovação da histórica política e cultural, quando a importância da imprensa foi redimensionada, passando a ser fonte e agente histórico, já que também intervém nos processos e episódios. Esta nova concepção da imprensa, no entanto, implica em “verificar como os meios de comunicação impressos interagem na complexidade de um contexto.”⁹

O uso dos periódicos como fonte também deve bastante à contribuição dos historiadores marxistas, porque, devido às suas preocupações com os atores ausentes nos documentos oficiais, buscaram novas fontes historiográficas e, conseqüentemente, fizeram uso dos jornais (uma vez que estes não registram apenas fatos isolados, mas relatam classes e seus ideais) cientes de que nem suas fontes, nem os próprios historiadores poderiam ser imparciais, pois também estão inseridos na sociedade. Pressuposto este que passou a conduzir a pesquisa histórica, alterando o conceito de documento.¹⁰

Há, portanto, uma relação direta entre a diversificação temática na História e a tomada da imprensa como fonte histórica na segunda metade do século XX.¹¹ O que, em parte, deve-se ao fato

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 535-536.

⁷ Idem, *Ibidem*.

⁸ Grifos e aspas no original do autor.

⁹ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 9.

¹⁰ AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de. Imprensa: fonte de estudo para a construção e reconstrução da história. In: **Anais eletrônicos do X Encontro Estadual de História –AnpuhRS**. (Santa Maria/RS, 2010). Disponível em <<http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares#M>>. Acesso em 11 dezembro 2011.

¹¹ ALVES, Fábio Lopes; GUARNIERI, Ivanor Luiz. Imagens do cotidiano e temporalidades: historiografia e imprensa. In: **Revista Labirinto**, ano VII, n. 10, 2007. Disponível em <<http://www.cei.unir.br/artigo104.html>> Acesso 10

de que a imprensa é um tipo de fonte privilegiada porque permite entender o cotidiano sociocultural de uma determinada época. O uso da imprensa também possibilita aproximar-se das práticas políticas, econômicas, sociais, e até das correntes ideológicas de diferentes setores de uma dada sociedade, acompanhando sua dinâmica sequencial.¹² É possível compreender a fala de novos atores políticos, com autonomia em relação às estruturas políticas tradicionais¹³, assim como opiniões minoritárias, para as quais ela servia como divulgadora, destacando que mesmo com o baixo letramento, o jornal era um meio de comunicação para muitos.¹⁴

No século XIX, como as tipografias eram locais de leitura e encontro, onde as notícias eram divulgadas e discutidas oralmente, era possível a participação, virtual, de amplos grupos sociais, logo, o estudo desta fonte torna possível acessar formas de sociabilidade de grupos sociais mais diversificados.¹⁵ Neste sentido, entendendo-a não como mero reflexo de estruturas sócio-econômicas, mas como agente histórico, protagonista importante em certos processos históricos.¹⁶

O uso da imprensa como fonte, contudo, demanda a precaução de considerá-la também como instrumento de manipulação de interesses e como meio de intervenção na vida social¹⁷, pois ela pode transformar simples episódios em notícias que alcançam repercussão junto aos leitores, ou omitir episódios, devida ou indevidamente, de acordo com a perspectiva do interessado. As matérias dos periódicos também não transmitem simples notícias, mas o relato do jornalista sobre esta, a partir da sua perspectiva.¹⁸ Em especial porque a transmissão de notícias não era a função principal dos jornais no século XIX.¹⁹ Neste sentido o historiador deve estar atento a algumas limitações que se impõem para a escrita de um periódico, os interesses econômicos, sociais, políticos e pessoais dos responsáveis pelos periódicos. Precaução que não é impeditiva, pois apesar dos cuidados no uso da imprensa como fonte, deve-se estar ciente de que as notícias, editoriais e anúncios de qualquer periódico retratam o cotidiano em que este está inserido, exprimem perspectivas deste.²⁰ Por isto, independente dos interesses dos redatores ou censura, os jornais estão sempre envolvidos com a circulação de ideias e com a realidade cotidiana da sociedade em que estão inseridos.²¹

dezembro 2011.

¹² AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de. op. cit.

¹³ SANTOS, Cláudia. op. cit. 2011.

¹⁴ MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados**, a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro, 1880-1888. Tese de Doutorado. São Paulo: USP/FFLCH, 1991. Tese (Doutorado, FFLCH/USP).

¹⁵ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. op. cit.

MACHADO, Humberto Fernandes. op. cit. 1991.

¹⁶ SANTOS, Cláudia. op. cit. 2011.

¹⁷ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

¹⁸ MACHADO, Humberto Fernandes. op. cit. 1991.

¹⁹ SANTOS, Cláudia. op. cit. 2011, p. 185.

²⁰ MACHADO, Humberto Fernandes. op. cit. 1991.

²¹ KIELING, Camila Garcia. Imprensa na história e História na Imprensa: jornalismo e opinião no Brasil Regência. In: **Anais Eletrônicos do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Caxias do Sul, 2010.

1.1.1. Ser imprensa no Brasil oitocentista

O Brasil não possuía uma tradição historiográfica em história das ideias ou história intelectual, mas na década de 1980, ocorreu um aumento na quantidade de trabalhos tratando de ideologia, tomada de consciência, formas de pensamento, tendências intelectuais. E alguns destes trabalhos basearam-se em jornais e revistas de grande circulação, analisando ou o próprio veículo, ou o conjunto da imprensa periódica em uma determinada fase, ou até mesmo os editoriais de determinados jornais.²²

Recentemente, a historiografia brasileira que usa a imprensa como fonte tornou-se bastante produtiva. Nestes trabalhos a imprensa pode constituir memórias de um tempo, apresentando diferentes visões de um mesmo fato e, portanto, servindo como fundamento para pensar e repensar a História. A imprensa pode ser analisada como agente histórico, que intervém nos processos e episódios, e não apenas como mais uma fonte de relatos dos acontecimentos²³ – opção metodológica escolhida nesta pesquisa, na medida em que o *Vinte e Cinco de Março* é aqui entendido como um agente social naquela sociedade, posto que foi fundado, assim como muitos outros periódicos do período (século XIX), para defender um ideal,²⁴ no seu caso a abolição.

A produção impressa, no Brasil, só foi permitida após a vinda da família real. E, apesar do controle e censura, da pobreza da população e do alto índice de analfabetismo, as práticas de colecionar, circular e ler livros foram muito facilitadas na segunda metade do século XIX.²⁵ Além disso, ocorreram muitos avanços nas formas de comunicação, durante o oitocentos, com o uso dos pacotes transatlânticos (traziam notícias da Europa em intervalos fixos e pequenos), a implantação da linha de telégrafo, das linhas férreas e outras tecnologias que auxiliaram na diminuição do tempo de troca de informações entre o Brasil e a Europa, e dentro do próprio país.²⁶

Marco Morel destaca que “o surgimento da imprensa no Brasil acompanha e vincula-se a

Disponível em <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1529-1.pdf> Acesso 20 março 2012.

²² VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e História cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios da teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

²³ FERREIRA, Tânia et alli. Prefácio. In: FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos P (Orgs.). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

²⁴ BAKOS, Margareth Marchiori. RS: **Escravidismo e abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. SANTOS, Cláudia.op. cit.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. op. cit.2003.

²⁵ FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Livros, bibliotecas e censores: os impedimentos para os leitores no Brasil do século XIX. In: **O arquivo nacional e a História Luso-Brasileira: Bibliotecas, Imprensa e Censura**. Publicado em 2005. Disponível em <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=456&sid=62&tpl=printerview>>. Acesso 10 dezembro 2011.

²⁶ EWALD, Ariane et alli. Crônicas folhetinescas: subjetividade, modernidade e circulação da notícia. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

transformações nos espaços públicos, à modernização política e cultural de instituições, ao processo de independência e de construção do Estado Nacional.” Neste sentido, a imprensa e a nação brasileira nascem quase que simultaneamente, a palavra impressa circulava e ajudava a delinear identidades culturais e políticas.²⁷

E, apesar das dificuldades, surgem diversos periódicos em todo o país, ocorrendo, até mesmo, uma euforia na produção de periódicos, muito destes com duração bem curta.²⁸ A vida efêmera de alguns periódicos deve-se ao fato de que muitos destes foram fundados com entusiasmo para defender novos ideais em episódios como a Independência²⁹ e a Constituição, expressando, assim, os diversos anseios da população em momentos políticos de transição.³⁰ Esta hipótese da efemeridade dos jornais no Brasil oitocentista é corroborada por Cláudia Santos em sua pesquisa com os periódicos do século XIX – arquivados na Biblioteca Nacional. A autora diagnosticou que era muito difícil para os jornais do século XIX ultrapassarem o período de um mês de duração, dada a natureza episódica da imprensa do século XIX, em que muitos jornais nasciam com um objetivo específico de intervenção em um dado debate político.³¹ A constatação aparece de outra forma nos estudos de Nelson Werneck Sodré, quando o historiador afirma que os jornais de longa duração devem ser avaliados com cautela, pois muitos mudam de linha editorial, logo não seriam, necessariamente, os mesmos periódicos, apesar da manutenção do nome.³²

No que se refere ao tempo de existência do periódico campista *Vinte e Cinco de Março*, ao qual esta dissertação se refere, seus cinco anos de funcionamento não devem, absolutamente, ser subestimados, devido ao contexto da imprensa brasileira no século XIX aqui explicitado. Mas, da mesma forma, seu término logo após a assinatura da lei áurea (dois meses depois), pode ser entendido uma vez que a principal bandeira para sua existência – o fim da escravidão no Brasil – já havia se concluído. Ainda havia a alternativa de buscar uma outra linha editorial, com questões colocadas pelo jornal anteriormente – como os problemas relativos ao trabalho livre, a educação pública e o acesso à terra – contudo, cremos que o número de assinantes e de compradores do jornal deva ter caído significativamente quando a abolição foi oficializada.

Há, no Brasil oitocentista, dois momentos de “explosão” de impressos – quando há um aumento significativo da quantidade editada – a década de 1830 e a década de 1880. Na década de

²⁷ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. op. cit, 2003, p.7.

²⁸ BAKOS, Margareth Marchiori. op. cit.

²⁹ O que é reafirmado através dos dados apresentados pela autora relativos ao aumento vertiginoso no número de impressos fundados em 1822.

³⁰ PIRES, Myriam Paula Barbosa. Tipografia na cidade imperial (1821-1831) – o difícil começo: driblando dificuldade, reinventando soluções. In: **Anais eletrônicos do Simpósio de Política e Cultura da Universidade Severino Sombra**. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em <<http://www.uss.br/page/publicacoes.asp>>. Acesso 22 dezembro 2011.

³¹ SANTOS, Cláudia. op. cit. 2011.

³² SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

1880, entre os anos de 1873 e 1888, quando os debates sobre a abolição e a mudança na forma de governo estavam em pauta, este movimento pode ser observado com grande força, o que indica que a imprensa funcionava como ponto de ligação privilegiado entre o debate político e os movimentos sociais (característica importante dos dois momentos históricos).³³

Embora a imprensa abolicionista tenha aparecido anteriormente no século XIX, é somente no final da década de 1870 que passa a atuar de forma significativa nos principais núcleos urbanos do Brasil. Na cidade do Rio de Janeiro, em especial, devido à urbanização, ao crescimento populacional (o que gerava mais leitores), e à existência de uma elite intelectualizada com estreito contato com as 'novidades' vindas da Europa, ambiente favorável para a emergência de periódicos abolicionistas, muitos dos quais responsabilizavam o Imperador pela manutenção da escravidão.³⁴

Humberto Machado afirma que “na segunda metade dos oitocentos, principalmente a partir de 1870, os periódicos começaram a priorizar temas que abalasses a estrutura escravista. “Progresso”, “civilização” e ciência”, palavras até então desconhecidas, começaram não só a penetrar no círculo restrito das elites intelectuais brasileiras, como também a frequentar as páginas dos jornais.”³⁵ O momento era propício para a absorção da ideia de progresso. Com a paralisação do tráfico africano, em 1850, o Império, em especial o sudeste, e mais especificamente a Corte, começava a ingressar em um processo de crescimento das atividades urbanas e manufatureiras, incorporando novas camadas sociais. Além da urbanização, intensificou-se a melhoria nas comunicações, ocorrendo uma verdadeira “revolução” no “século do progresso”, através das novas descobertas da “ciência”. No entanto, essa mesma sociedade que valorizava o “progresso” e a “civilização” convivia com a “mancha” do atraso representada pela escravidão. E foi neste sentido que a “questão servil” passou a ocupar os espaços dos jornais, abalando os alicerces do regime escravista, buscando demonstrar como a escravidão prejudicava o Império. Enfatizava-se sistematicamente o dever da imprensa em auxiliar o progresso e aprimorar culturalmente o país.³⁶

Em torno do projeto de abolição foram formados diversos jornais e associações com diferentes matizes políticos e ideológicos. Além disto, a segunda metade do século XIX caracteriza-se pela emergência de novos atores políticos desvinculados da esfera formal dos partidos e das instituições, agentes com autonomia em relação às estruturas políticas tradicionais do Império. A imprensa periódica assume uma função importante de vetor da opinião abolicionista, e, sobretudo, como lugar de novas sociabilidades e de novas concepções sobre a vida política do Império. Era um dos principais espaços para o debate sobre o fim da escravidão no Brasil. “A maior parte dos jornais

³³ SANTOS, Cláudia. *Imprensa*. op. cit. 2011.

³⁴ MACHADO, Humberto Fernandes. op. cit. 1991.

³⁵ MACHADO, Humberto Fernandes. A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil. In: **R. IHGB**, Rio de Janeiro, a. 171, n. 448, p. 31-62 jul./set. 2010a, p. 47.

³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 47-59.

em circulação mantém características de uma imprensa que se definia pela sua função formativa.”³⁷

Nesta pesquisa, o periódico abolicionista *Vinte e Cinco de Março* será analisado a partir do entendimento da imprensa não como mero reflexo de estruturas sócio-econômicas, mas como um agente histórico, um protagonista importante no processo de conquista política e social da Abolição. Em especial, porque “a partir do século XVIII, com a emergência da ideia de opinião pública e da sua constante reinvenção, a criação de periódicos e de associações tornava-se símbolo de modernidade de adesão ao espírito das Luzes.”³⁸ Neste sentido, a compreensão de um certo período histórico e sua dimensão política passa pela análise da vida associativa e da imprensa, pois, assim como parece existir, em diferentes contextos, um relação direta entre o número de associações e a efervescência do debate político, também parece ser encontrada o mesmo tipo de conexão entre vida política e imprensa periódica. Logo, em momentos de grande efervescência política surgem muitos jornais e associações.³⁹ E, partindo do entendimento proposto por Jacques Le Goff de que todo documento é um monumento, na medida em que é o produto final de uma série de disputas de poderes na sociedade que o produziu e na que o manteve 'vivo',⁴⁰ vemos que a análise do *Vinte e Cinco de Março* e os embates que seus membros enfrentaram para mantê-lo em produção representam parte da disputa de poder entre escravistas e abolicionistas no Brasil oitocentista.

A nova concepção de imprensa, como fonte e agente histórico, que intervém nos processos e episódios, implica, para a pesquisa histórica, em “verificar como os meios de comunicação impressos interagem na complexidade de um contexto.”⁴¹ Cientes do contesto oitocentista de crença na ideia de que as discussões expostas nos jornais formavam a opinião pública e que esta podia influir na realidade social e política,⁴² além do fato de que a própria concepção do que influía na formação da opinião pública também mudava constantemente, iremos, neste momento, discutir o conceito de opinião pública mais densamente.

Apesar dos obstáculos econômicos ou políticos, o envolvimento dos jornais com as reivindicações sociais aumentou sua influência social no Brasil.⁴³ A imprensa teve um papel relevante em momentos políticos decisivos do século XIX. Por isso, como propõe Tania DeLuca, “o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa”.⁴⁴ As conclusões do estudo de Myriam Pires sobre as tipografias no Brasil imperial vão ao encontro dessa proposição, na medida em que interpretam as tipografias como locais de

³⁷ SANTOS, Cláudia. op. cit. 2011, p. 191.

³⁸ Idem, Ibidem, p. 185.

³⁹ Idem. Ibidem.

⁴⁰ LE GOFF, Jacques. op. cit.

⁴¹ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. op. cit, 2003, p. 9.

⁴² MACHADO, Humberto Fernandes. op. cit. 1991.

⁴³ BAKOS, Margareth Marchiori. op. cit.

⁴⁴ DE LUCA, Tania Regina. op. cit., p. 139.

circulação de ideias, fundamentais para a compreensão do crescimento da expressão pública no espaço urbano. As tipografias eram, portanto, locais públicos de contato e interação entre vários grupos sociais⁴⁵, além de local de produção dos livros e jornais, espaços de venda e de sociabilidade dos redatores e leitores, enfim, um espaço privilegiado para a discussão política. Pensando desta maneira, o jornal não era só um veículo, mas um mecanismo de participação política, espaço de produção de referências e campo de embates simbólicos.⁴⁶

Neste sentido, apesar de inicialmente a imprensa brasileira ter nascido para informar à Corte sobre os acontecimentos na Europa, durante o século XIX, houve um crescimento da imprensa desvinculada do poder governamental que, devido às mudanças culturais e políticas ocorridas, passou a representar uma opinião com peso político. O aumento no número de tipografias comprova isso, além de representar um importante meio de ação para a expansão da opinião pública, pois promovia o debate aberto através da palavra impressa, interferia na vida pública e fomentava o cruzamento de ideias.⁴⁷ Os acontecimentos e os anseios nacionais provocaram um crescimento da imprensa tanto em sua importância como em tamanho. Neste aspecto, destacam-se a multiplicação dos órgãos de imprensa em todo o país na década de 1880, e a discussão promovida em torno do combate à escravidão, à monarquia e até ao latifúndio.⁴⁸

Mesmo os jornais com poucos leitores assíduos, formava um campo de interatividade, pois os conteúdos expressos nestes tornavam-se os grandes responsáveis pela formação da opinião pública no Brasil, ligavam as províncias entre si e estas ao poder central. Além disto, os jornais também eram lidos por senhores rurais, ávidos por participar da política imperial.⁴⁹ O próprio José do Patrocínio, um dos principais abolicionistas do período⁵⁰, percebia a imprensa “como um agente

⁴⁵ PIRES, Myriam Paula Barbosa. op. cit.

⁴⁶ MOREL, Marcos. **A imprensa periódica no século XIX**. Em: <bdigital.bn.br/redememoria/periodiccoxix.html> Acesso em: 20 março 2012.

⁴⁷ PIRES, Myriam Paula Barbosa. op. cit.

⁴⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit..

⁴⁹ SOUZA, Eliezer Felix. A imprensa como fonte para pesquisa em história e educação. In: **Anais eletrônicos do VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas**. (Campinas, 2009). Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.html> Acesso em: 30 novembro 2011.

⁵⁰ José do Patrocínio foi um dos principais abolicionistas do período. Nascido em 1835, em Campos, era filho de um pároco e de uma quitandeira negra. Coursou os primeiros anos escolares em Campos, sob expensas do pai, apesar de nunca ter sido reconhecido como seu filho. Mudou-se para a Corte em 1868, onde estudou e formou-se no Curso de Farmácia em 1874, mas nunca praticou a profissão. Sobrevivia como professor particular, e desde os anos escolares já contribuía com os jornais acadêmicos (já preocupado com a formação de uma consciência popular contra a escravidão). Também editou panfletos e, em 1877, ingressou como jornalista no *Gazeta de Notícias*. Trabalhou em vários outros jornais, e foi redator e proprietário de outros, além de ter publicado alguns livros – sempre demonstrando sua preocupação com a abolição. Apesar do pouco sucesso na carreira política, foi um dos principais líderes da Confederação Abolicionista, que popularizou o movimento abolicionista. Foi republicano, mas apoiou a monarquia, quando pressentiu a possibilidade de solução da questão servil através do governo, o que lhe causou sérios atritos com os republicanos. Após a proclamação da República entrou na fase de ostracismo até a sua morte em 1905.

In: MACHADO, Humberto Fernandes. op. cit, 1991, p.39-78.

de mudança social, interpretando, inclusive, as tendências do leitor.”⁵¹ Desta forma, ao escreverem em seus jornais e panfletos, os próprios abolicionistas tinham em mente formar uma opinião pública favorável a suas ideias. Além disto, a expressão 'opinião pública' torna-se importante, embora problemática, porque os jornalistas do período se orientavam por sua capacidade de influenciá-la. Como nos afirma Humberto Machado: “a crença no poder de persuasão da imprensa norteou a ação de Patrocínio”, pois para ele “os periódicos interpretavam as aspirações da sociedade.”⁵²

Por isso, cremos ser importante, neste momento, discutir o próprio conceito de opinião pública. Posto que, como afirma Marco Morel, apesar de ser esta uma expressão polissêmica e polêmica, ela fazia parte da concepção de ação política daqueles que publicavam periódicos no século XIX. Marco Morel analisa o uso político da expressão e afirma que esta diz respeito, acima de tudo, às palavras entendidas como poderosos instrumentos de combate. A imprensa de opinião, entre meados do século XVIII e começo do XIX, fez surgir a figura de homem público (jornalista, panfletário, chamado de redator ou gazeteiro) que não existia na América portuguesa até então. Este homem de letras era visto como portador de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica, não se assemelhando aos filósofos iluministas, do século XVIII, pois, mesmo que publicasse livros, sua maior produção era mesmo os “impressos de combate imediato, de apoio ou ataque a pessoas e facções de propagação das “novas ideias” dirigidos ao povo e à nação ou, quando fosse o caso, para a formação destes.”⁵³ O autor afirma que circulavam jornais no Brasil desde o século XVIII, mas embora esta imprensa periódica trouxesse informações, opiniões e ideias, ela não promovia o debate e a divergência política publicamente, dado o contexto do absolutismo português. Foi apenas com a “criação de um espaço público de crítica, quando as opiniões políticas publicizadas destacavam-se dos governos, que começa a instaurar-se a chamada *opinião pública*.”⁵⁴

Neste sentido, o conceito de opinião pública remete à constituição dos espaços públicos e a uma nova legitimidade nas sociedades ocidentais a partir de meados do século XVIII. O nascimento da opinião pública é um processo de desenvolvimento da consciência política no âmbito da esfera pública e que pretende intervir nesta esfera. “Diante do poder absolutista, havia um público letrado que, fazendo uso público da Razão, construía leis morais, abstratas e gerais, que se tornavam uma fonte de crítica ao poder e de consolidação de uma nova legitimidade política. Ou seja, a opinião com peso para influir nos negócios públicos ultrapassando os limites do julgamento privado.”⁵⁵ Sobretudo, “opinião pública” é uma opinião que vem a público, em especial por meio das várias atividades da imprensa brasileira.

⁵¹ Idem. Ibidem, p. 139.

⁵² Idem. Ibidem, p. 139.

⁵³ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. op. cit., 2003, p. 16.

⁵⁴ Idem, Ibidem, p. 17. (Grifos do autor).

⁵⁵ Idem, Ibidem, p. 22.

Centralizando suas pesquisas no período da independência do Brasil, o historiador Marco Morel afirma que esta experiência foi crucial para efetivar no Brasil a passagem de um espaço público, marcado pelas formas de comunicação típicas dos Antigos Regimes (como gazetas, pregões, bandos, leituras coletivas e proclamações em voz alta), para um espaço público, onde se consolidavam debates por meio da imprensa, nem sempre vinculada ao poder estatal. Para ele, neste momento, também ganham importância as leituras privadas e individuais, permitindo a formação de uma opinião de caráter mais abstrato, fundada no julgamento individual e representando um somatório de opiniões. Todavia, o autor ressalta que as formas “antigas” de comunicação continuaram presentes, caracterizando os espaços públicos por um hibridismo entre as formas arcaicas e modernas de práticas políticas.⁵⁶

Discutir as decisões do Imperador publicamente, como fizeram muitos periódicos da época, não condizia com um modelo absolutista de governo. Estes eram, portanto, os primeiros passos de uma opinião que ganhava peso político e que se tornava cada vez mais visível, sobretudo, pelo crescimento da imprensa e indicava uma pressão em favor da maior publicização da coisa pública. Neste entendimento, a opinião pública entra em cena como instrumento de debate, referência e fonte de legitimidade política, distinguindo-se de uma soberania indiscutível do poder monárquico.⁵⁷

Neste momento delineia-se uma determinada concepção de opinião pública “vista como o reinado da sabedoria, da prudência e da razão. (...) A opinião como produto simbólico e abstrato, com força moral e jurídica. A opinião como soberana no reino da razão.”⁵⁸ “Quando falava-se em educação e imprensa como canais dirigidos ao “povo” (compreendido aqui como carente de conhecimento ou entendimento), não é difícil verificar quem são os educadores e redatores.” Os construtores dessa opinião pública são os chamados membros da República das Letras. Desta forma a opinião era vista como fruto da reflexão dos indivíduos ilustrados e se tornava pública na medida em que visava à propagação das Luzes do progresso e da civilização.⁵⁹

Com o passar do tempo a expressão “opinião pública” começa a adquirir um sentido de opinião da maioria, e não mais a supremacia da razão. Abandonava-se a abstração e buscava-se com ela utilizar um instrumento para a intervenção direta na vida pública. Mas o autor conclui afirmando que “essa dualidade não exprime a riqueza e diversidade do conceito de opinião pública, que tinha (e tem ainda) outros significados, nuanças e mesmo contradições difíceis de sistematizar. Tais formulações mudavam conforme o local e a época em que eram pronunciadas, mesmo que o

⁵⁶ Idem, *Ibidem*.

⁵⁷ Idem, *Ibidem*.

⁵⁸ Idem, *Ibidem*, p.28.

⁵⁹ Idem, *Ibidem*, p. 29.

vocabulário usado fosse semelhante.”⁶⁰ Diante dessas duas versões recorrentes para o significado atribuído à opinião pública no século XIX, uma característica salta aos olhos, seja expressão da reflexão de sábios, seja a opinião da maioria, a ideia de opinião pública está relacionada à uma opinião que se forma fora da esfera governamental e, por isso, é capaz de intervir na sociedade. Fundamentava opiniões que nem sempre concordavam com as decisões estatais e com isto movimentavam as engrenagens do sistema político oitocentista.

Para além desta abordagem da noção de opinião que se torna pública, o autor Marco Morel analisa o termo “opinião pública” a partir da perspectiva de que esta expressão implica na existência de um público, que pode ser tanto receptor como criador dessa opinião. Logo, os redatores perceberiam seus leitores ou como pares (letrados) ou como uma miragem (um público que só existe nas suas aspirações).⁶¹ A partir disto, os impressos podiam funcionar tanto como elemento de coesão dos integrantes da “República das Letras” entre si e destes com setores do poder político e econômico, ou almejavam atingir o público chamado de passivo (mas que não era inativo, pois fazia os movimentos sociais), este estava fora da “república das letras” e dos grupos de poder, não se constituindo em espelho dos autores, mas em uma miragem, “era um público considerado rude, iletrado, pobre, sem instrução; enfim miserável” e justamente por isso é que deveria ser alvo dos esforços culturais daqueles que não pretendiam escrever só para os seus pares.⁶²

Estes homens tinham a perspectiva de estarem “imbuídos de uma missão pedagógica, esclarecedora, civilizadora.” Queriam contribuir incorporando à sociedade estas camadas, que de classes perigosas ou ameaçadoras torna-se-iam “elementos úteis e integrados, por meio da educação e da cultura, ao trabalho e a um determinado grau de cidadania. Pobreza e falta de instrução seriam, pois, as características marcantes do público que era visto como passivo, na medida em que cabia a ele receber as Luzes vindas dos letrados e esclarecidos.”⁶³

Humberto Machado também deixa claro que este mesmo sentido de missão esclarecedora fazia parte da prática jornalista dos abolicionistas, uma vez que os intelectuais que atuaram na imprensa, durante o Império, em especial na campanha abolicionista, acreditavam que estavam dando sua contribuição para mudar os destinos do país. Eles possuíam uma espécie de consciência (ou crença) de que as suas ações poderiam ajudar a alterar as relações sociais da sociedade brasileira, mesmo diante do universo pequeno de leitores. Além disso, o autor destaca a ênfase dada pelos abolicionistas à sua contribuição para a História.⁶⁴

Neste sentido, Andrea Pessanha, que estudou os jornais cariocas *O Paiz* e a *Gazeta*

⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 32.

⁶¹ Idem, *Ibidem*.

⁶² Idem, *Ibidem*, p. 40.

⁶³ Idem, *Ibidem*, p. 41.

⁶⁴ MACHADO, Humberto Fernandes. op. cit. 2010a.

Nacional, no mesmo período aqui pesquisado, 1884 a 1888, afirma que era comum à época a ideia de que o jornalismo tinha uma missão, que era a de discutir o fim do escravismo, o progresso, o ensino, o federalismo e o Estado laico. Preocupavam-se em transferir as discussões políticas para a esfera coletiva, através da imprensa. E mesmo tendo usado outros mecanismos de divulgação dos ideais, o principal meio de ação e divulgação foi mesmo a imprensa, pois esta tinha uma função especial – a de civilizar. Confiavam que, através da imprensa, um maior número de pessoas seriam convencidas das mudanças necessárias à nação, para 'chegar' ao progresso. Esta maneira de conduzir a propaganda abolicionista e republicana favoreceu o surgimento de uma nova cultura política na Corte, pois foi levado para a esfera pública o que antes era restrito ao parlamento, estimulando um comportamento político coletivo por parte da população.⁶⁵

Neste sentido, apesar de não termos um conceito preciso de opinião pública e, na verdade, estarmos cientes de que este conceito variou de significados ao longo do século XIX, sabemos da importância que a sua (mutável) ideia teve para os redatores e proprietários de jornais políticos neste século. Pois nos anos de grande instabilidade política além do surgimento de muitos novos títulos de jornais, também emergiam novos espaços de discussão sobre a “coisa pública”. “Nesses espaços políticos, entre eles a imprensa, emerge a noção de opinião pública enquanto sujeito político, ao mesmo tempo em que se instala um debate em torno dos significados que devem ser atribuídos ao termo.”⁶⁶ Entendiam a própria imprensa como “um ator político responsável pela formação da opinião e que se constitui abertamente como uma imprensa política”⁶⁷ Enquanto criticavam a 'outra' imprensa, que buscava alcançar um grande público, e que se estruturava a partir da referência à imparcialidade e ao seu caráter não partidário e não político.⁶⁸

No entanto, Humberto Machado, faz uma ressalva ao afirmar que, embora a partir da década de 1880 o abolicionismo tenha crescido e alcançado muitos periódicos, não se deve superestimar seu poder de propaganda, pois a imprensa atingia um público pequeno, uma vez que o índice de alfabetização era muito baixo no Brasil oitocentista.⁶⁹ Como exemplo, podemos citar que em toda a cidade de Campos, no ano de 1890, apenas 20% dos homens e 13% das mulheres eram alfabetizados.⁷⁰ Mas, o autor também afirma que, embora a linguagem dos jornais estivesse voltada

⁶⁵ PESSANHA, Andrea Santos da Silva. **O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição**. Rio de Janeiro, 1884-1888. Niterói, 2006. Tese (Doutorado, UFF), p. 63.

⁶⁶ SANTOS, Cláudia. Imprensa. op. cit, 2011, p. 189.

⁶⁷ Idem, Ibidem, p. 186.

⁶⁸ Idem, Ibidem.

⁶⁹ MACHADO, Humberto Fernandes. op. cit., 1991.

⁷⁰ Todas as porcentagens expostas nesta dissertação foram calculadas pela autora e estão apresentadas de forma arredondada, sem casas decimais, para melhor fluidez do texto. Com exceção das porcentagens abaixo de 10%, nas quais foi preservada uma casa decimal, também apresentada de maneira arredondada.

Dados retirados do:

CENSO, IBGE – 1872-1912. **Recenseamento Geral do Brasil de 1872**, Província do Rio de Janeiro, Quadro Geral da População livre e escrava considerada em relação aos sexos, estados civis, raças, religião, nacionalidades e grão de

para o público alfabetizado, a opinião pública – publicada – não ficava restrita a este grupo, uma vez que os periódicos promoviam várias manifestações e as próprias redações dos jornais tornavam-se locais de divulgação do abolicionismo.⁷¹ A opinião pública da cidade não se restringia apenas às elites intelectuais, embora a linguagem dos jornais se dirigisse a este setor, ela apresentava um caráter heterogêneo e volátil em virtude de sua inconstância e se envolveu de tal forma com a campanha abolicionista que esta “ganhou as ruas”, tendo para isso a contribuição das leituras em voz alta.⁷²

Desta forma, torna-se claro a importância do jornal abolicionista para o processo da abolição no Brasil, assim como a relevância do seu estudo para uma compreensão mais ampla deste momento histórico. E, felizmente, na atualidade, as pesquisas com jornais têm crescido em quantidade e qualidade no Brasil.⁷³ E entre estes trabalhos, destacam-se os que analisam a relação da imprensa e as identidades políticas, como o Humberto Machado, que retoma a imprensa abolicionista para demonstrar como as elites intelectuais preocupavam-se com a construção da nação no período do pós-abolição, como seria inserido o ex-escravo nesse contexto, ao se tentar impor padrões de comportamento a esse novo “cidadão”, de acordo com os ideais de civilização e progresso.⁷⁴

O uso dos periódicos como fonte historiográfica revelou-se também muito profícuo no estudo do período da abolição. Pois através da análise dos jornais é possível entender melhor os argumentos usados a favor, ou contra o escravismo, assim como perceber a lógica desta argumentação. Através do uso desta fonte também é possível contrapor diferentes percepções do movimento abolicionista. A riqueza da fonte pode ser percebida em dois estudos clássicos sobre abolição e que fizeram uso do (mesmo) periódico e chegaram a conclusões bem distintas.

Lilia Schwarcz afirma que a escravidão foi defendida pelos cafeicultores até o momento final, estes só buscaram saídas quando houve realmente escassez de mão-de-obra no oeste paulista cafeicultor e, neste momento, buscaram incentivar a imigração, ao mesmo tempo em que os intelectuais (através dos jornais, institutos educacionais, revistas científicas e artigos médicos) reforçavam o argumento científico de inferioridade dos negros, concomitância que a autora destaca não ter sido uma coincidência. Para a autora, a abolição não ocorreu devido uma preocupação com a mão-de-obra, mas ao temor que os cafeicultores tinham de uma revolução escrava. Medo este que

instrução, com indicação dos números de casas e fôgos. Disponível em <www.biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 março 2012.

⁷¹ MACHADO, Humberto Fernandes. op. cit., 1991.

⁷² Idem. op. cit., 2010.

⁷³ FERREIRA, Tânia et al. op. cit., 2006.

⁷⁴ MACHADO, Humberto, Fernandes. Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto do pós-abolição. In NEVES, Lúcia Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (Orgs). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

estava presente até no movimento abolicionista brasileiro, que não se envolvia com os escravos, por considerá-los incapazes de ações políticas. Só, na década de 1880, com a radicalização do movimento escravo, a consequente desorganização do trabalho agrícola e a inevitabilidade da abolição é que o movimento abolicionista passou a se envolver com as ações dos escravos. Embora estes atos de rebeldia tenham sido costumeiros na sociedade escravista brasileira, somente neste momento eles tomam novo significado, dirigindo-se ao sistema escravista como um todo. Ocorreu, neste período, um aumento das concessões de alforrias pelos senhores e também daquelas compradas com pecúlio, ambas funcionando como estratégias para resolver a questão servil. Nesse momento a abolição tornava-se inevitável, e quase todos se tornaram abolicionistas. Mas os abolicionistas do jornal *A Redenção*, ligado aos abolicionistas caifazes, diferenciavam-se pelo radicalismo e usavam o jornal como um órgão de propaganda abolicionista. Porém, por fim, estes abolicionistas também entenderam a abolição como um fim em si mesmo, posto que logo após a abolição *A Redenção* passou a ser um jornal apenas comemorativo.⁷⁵

Analisando o movimento abolicionista, Célia Azevedo, contrariamente, percebe a participação eficiente dos escravos no período final da escravidão. Ressalta que, devido à dificuldade de impor a autoridade senhorial sobre tantos novos escravos somado ao descrédito da instituição escravista, abriu-se um espaço maior de negociação dentro das propriedades agrícolas, o que possibilitou que os escravos cometessem crimes contra os senhores e feitores, não apenas as antigas fugas individuais. Afirma que estes movimentos ocorreram sem a participação de elementos estranhos a escravaria, foram executados pelos próprios escravos (embora reconheça que, em alguns momentos, houve a atuação conjunta entre escravos e abolicionistas). Todavia, a autora afirma que os abolicionistas, em especial os do jornal *A redenção*, viam a abolição como uma etapa necessária para o progresso, para a ordem, na medida em que o negro ficaria sob constante coação. Ao mesmo tempo abriria-se espaço para a riqueza dos imigrantes, que, segundo estes abolicionistas, não vinham voluntariamente para o Brasil por se oporem à instituição escravista. Embora estes abolicionistas tenham defendido espaço no mercado de trabalho livre para o nacional e liberto, afirmado a inteligência do negro, justificando que estes não foram escravizados por serem inferiores, mas devido à ganância dos brancos, e criticado os privilégios dados aos imigrantes, para Célia Maria Azevedo, a principal preocupação destes abolicionistas era com a ideia de progresso e imigração. O jornal tinha como intenção apenas controlar a mão-de-obra escrava, foi somente com o recrudescimento das fugas que ele passou a pedir a abolição imediata.⁷⁶

⁷⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁷⁶ AZEVEDO, Maria Marinho de. Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX. Rio de

Célia Azevedo também afirma que a abolição não foi uma consequência da falta de braços, ela foi fruto do medo dos movimentos escravos. E diante da iminência da abolição os cafeicultores acabaram escolhendo o imigrantismo europeu. Neste sentido, a autora critica duramente a postura historiográfica que atribui aos líderes abolicionistas o êxito da abolição e só tangencialmente reconhece a participação dos escravos neste processo, pois esta postura acaba por reproduzir o modo como os próprios abolicionistas se viam – como redentores de uma massa passiva incapazes de perceber a resistência escrava como tal, vendo-a apenas como desordem. Visão, que pode ser facilmente desconstruída, segundo a autora, com uma observação atenta e conjunta dos relatórios policiais, das atas legislativas e dos artigos de jornal.⁷⁷

Desta maneira, podemos ver como dois estudos historiográficos que fizeram uso do mesmo jornal como fonte histórica (além de outras fontes) chegaram a duas conclusões bem distintas. Enquanto Lilia Schwarcz destacou a importância do periódico como órgão de propaganda abolicionista, diferenciando-se dos outros periódicos da época devido o seu radicalismo e crítica à estrutura social reinante⁷⁸, Célia Azevedo rejeitou a historiografia que atribui aos abolicionistas o êxito da abolição e, em contraposição, reforçou o protagonismo dos escravos neste processo, ao mesmo tempo que afirmou um posicionamento gradualista emancipador dos abolicionistas, que entendiam a abolição apenas como uma etapa para o progresso, tendo estes mudado de opinião apenas com o fortalecimento da ação escrava através do aumento das fugas em massa.⁷⁹

Em conclusão, devemos destacar, mais uma vez, a riqueza do trabalho historiográfico baseado no uso das fontes periódicas, em especial para o século XIX no Brasil. A análise deste tipo de documento deve passar pela reflexão de Le Goff sobre documento-monumento que iniciou esta reflexão, na medida em que seus autores buscavam influir na sua sociedade contemporânea, e também porque, constantemente, preocupavam-se com o legado histórico de seus jornais como relatos. Enquanto historiadores não iremos analisá-los nem como relatos fiéis dos acontecimentos, nem como pura manipulação ideológica, mas sim como um agente social na sociedade brasileira oitocentista. Analisando-o desta maneira, poderemos também perceber o contexto social em que estava inserido: o cotidiano do abolicionismo na cidade de Campos.

O *Vinte e Cinco de Março* foi fundado, como muitos outros jornais do período, para discutir ideias novas, para intervir na realidade social e política, para formar a opinião pública e, até mesmo, percebendo a si mesmo com a missão de expressar os anseios nacionais. Diante disso, atentamos ao debate político feito no jornal e sua relação íntima com os movimentos sociais da época, ou seja,

Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁷⁷ Idem, *Ibidem*.

⁷⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *op. cit.*, 1987.

⁷⁹ AZEVEDO, Maria Marinho de. *op. cit.*

com a condução do fim da escravidão no Brasil, e em Campos.

E, cientes de que o movimento abolicionista crescera a partir da década de 1870, em especial, nas áreas urbanas, voltamos nossa atenção também ao contexto econômico e social da cidade de Campos. Atentos a especificidade de se ser um jornal abolicionista em uma cidade localizada no interior da província do Rio de Janeiro, que possuía um importante setor agrícola. É o que discutiremos no próximo item.

1.2. Campos dos Goytacazes, muito mais do que a capital do açúcar

“Erigido em vila em 1673, instalada em 1676, o Município de Campos foi anexado à Capitania do Espírito-Santo por Decreto de 1 de Junho de 1753; mas pela Lei de 3 de Agosto de 1832 passou a fazer parte da Província do Rio de Janeiro. Por Lei provincial n.6 de 28 de Março de 1835, foi a vila elevada à categoria de cidade.”⁸⁰

Elevada à categoria de cidade, Campos destacou-se no século XIX pela grande concentração de escravos⁸¹, por sua tentativa em tornar-se capital da província⁸² e, principalmente, por ser uma grande produtora de açúcar e cachaça.⁸³ Esta era a atividade símbolo do município desde o século

⁸⁰ ALVARENGA, João. **Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola da Cidade de Campos dos Goytacazes**, para 1885. Campos dos Goytacazes, Typographia do Monitor Campista, p. 2932.

⁸¹ RODRIGUES, Hervé Salgado. **Na taba dos Goytacazes**. Niterói: Imprensa Oficial, 1988.

⁸² Devido à sua importância como centro comercial na região norte do Rio de Janeiro e também por ser o principal centro econômico da região, as elites campistas almejavam, por todo o século XIX, tornar Campos capital da província. Este desejo poderia ter sido concretizado, pois, por um longo período (entre 1836 e 1889), os representantes de Campos foram majoritários na Assembleia Provincial.

O desejo de ser a nova capital da província sinalizava a posição de destaque ocupada pelas lideranças do norte fluminense frente às decisões tomadas pelo executivo e legislativo provincial. E, mesmo que tenha dividido seu poder com as lideranças do Vale do Paraíba ao longo do século XIX, a força política de Campos permaneceu uma realidade, manifestada, sobretudo, pela capacidade de recuperar recursos dos cofres provinciais. Assim, a despeito da crise dos anos 1850, provocada pela escassez da mão de obra e a diminuição progressiva da produção do açúcar, Campos ainda era o município mais rico da província. A visita de D. Pedro II, realizada em março de 1847, ilustra, de certa forma, esse poder político e econômico.

Nestas tentativas de se tornar uma capital política, as lideranças campistas passaram por três momentos. Durante muito tempo, primeiro, buscou-se construir as imagens e representações que serviriam de base para a elaboração dos projetos de capital. Num segundo momento, no ano de 1855, foi esboçado um projeto de criação da província dos Goytacazes (englobando o município de Campos e sua área de influência, que abarcava parte do sul do Espírito Santo e parte do sudeste de Minas Gerais), da qual Campos seria a capital. Por fim, em 1890, Campos reivindicou ser a nova capital do então Estado do Rio de Janeiro.

Maria Isabel Chrysostomo acredita que “os motivos que levaram recorrentemente a cidade de Campos a lutar pela mudança do seu estatuto administrativo, estejam associados aos mecanismos empregados pelas elites locais para construir uma imagem de lugar central.” E conclui afirmando “considero que o desejo de Campos se tornar uma capital refletia a ideia de domínio político desta localidade sobre as demais em função da concentração de poder político e administrativo desta cidade.” (p. 1)

In: CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Campos: a capital sonhada de uma província desejada (1835-1897). In: **História. Dossiê: Capitais Sonhadas, Capitais abandonadas**, vol.30 no.1 Franca Jan./Jun., 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742011000100004>>. Acesso em: 21 março 2012.

⁸³ WEHLING, Arno. O açúcar fluminense na recuperação agrícola do Brasil. In: **RIHGB**, n. 337, Outubro/Dezembro, 1982.

PARANHOS, Paulo. O açúcar no Norte Fluminense. In: **Revista Histórica**, nº 8 de março de 2006. Disponível em: <www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia02>. Acesso em 19 março 2012.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Uma Veneza no sertão Fluminense: os rios e os canais em Campos dos Goytacazes. In: **História Revista: Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História**. Goiânia, v. 14, n.2, Julho/Dezembro, 2009.

XVIII e aquela que tornou a cidade o principal centro econômico da região norte-fluminense. Localizada estrategicamente em uma área de intercâmbio comercial e de fluxo de escoamento de produtos advindos de Minas Gerais, Espírito Santo e a Corte, pouco a pouco, Campos se transformou em um importante centro distribuidor de mercadorias e em uma praça mercantil de grande relevo na região norte da comarca do Rio de Janeiro.⁸⁴ O que pode ser observado pelo grande número de casas de comércio. Somente na freguesia de São Salvador, no ano de 1885, existiam 6 exportadores de gêneros, 127 casas de “secos e molhados”, além de 4 hotéis, 1 agência de telégrafo, 2 Companhias de Seguro, 2 bancos e 1 Caixa Econômica.⁸⁵

Para uma melhor visualização da localização e divisão das freguesias da cidade de Campos, logo abaixo temos um mapa do município de Campos⁸⁶, mapa este datado de 1846.

PLUHAR, Cristiano . As relações comerciais no século XVIII e XIX entre Campos dos Goytacazes e Rio de Janeiro. In: **Anais do III Encontro de Geografia e VI Semana de Ciências Humanas do Instituto Federal Fluminense**. Campos dos Goytacazes, p. 111 – 117, 2010.

⁸⁴ CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. op. cit., 2011.

⁸⁵ **Almanak Mercantil e Comercial Laemmert**, ano de 1885, p 2932-2960. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak_djvu.htm>. Acesso em: 02 maio 2012.

⁸⁶ Em: <<http://2.bp.blogspot.com/-ATpEVdN1uXQ/TpBuea-bbVI/AAAAAAAAACIE/Is2NglD--m4/s1600/Demarca%25C3%25A7%25C3%25A3o+do+Canal+de+Campos+a+Macah%25C3%25A9+1854.jpg>> Acesso: 17 dezembro 2012.

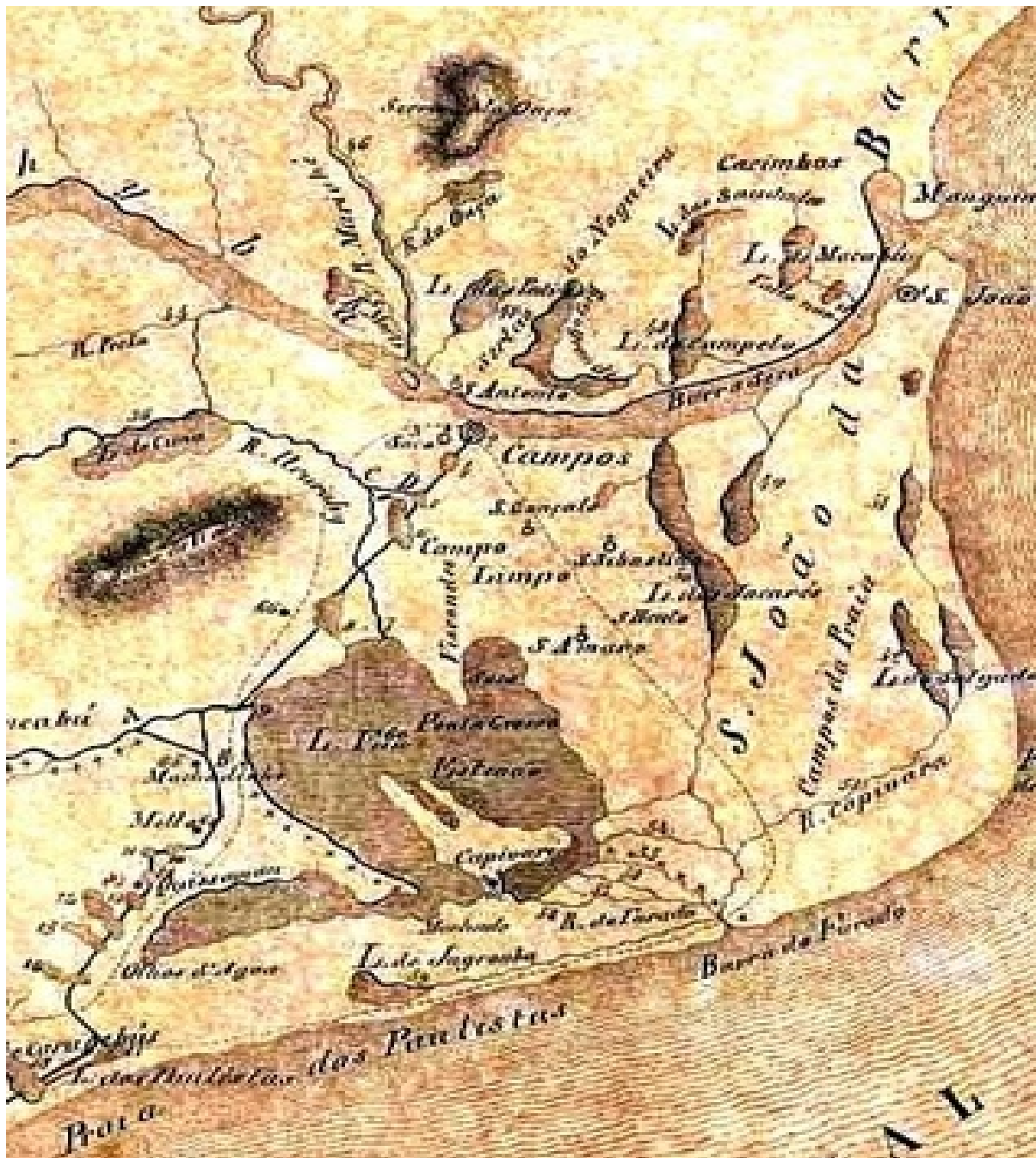


Ilustração 1: Mapa do município de Campos, produzido em função da construção do Canal Campos-Macacé, em 1846.

Apesar de não muito claro, podemos visualizar, neste mapa, as principais freguesias, entre as quais o município estava dividido. Na época Campos dividia-se entre dez freguesias, das quais podemos ver as quatro principais neste mapa: Santo Antônio de Guarulhos, São Sebastião, São Gonçalo e São Salvador de Campos. Esta última era onde ficava a sede (e centro urbano) do município, ela se localizava onde está escrito no mapa “Campos”. As freguesias de São Sebastião e de São Gonçalo, ficavam à sudeste da sede, e a de Santo Antônio de Guarulhos, na outra margem do

Rio, e são estas três aquelas mais próximas da sede do município e que, atualmente, formam a área urbana de Campos.

Das outras seis freguesias a de Santa Rita da Lagoa de Cima não tem sua posição indicada, mas localizava-se na região próxima à Lagoa de Cima, à esquerda do mapa. Já as outras cinco freguesias restantes não aparecem no mapa, pois estão bem ao norte do rio Paraíba (área não coberta pelo mapa), são elas: Nossa Senhora da Penha do Morro do Coco, São Benedito, Nossa Senhora das Dores de Macabu, Nossa Senhora da Natividade de Carangola e Senhor Bom Jesus de Itabapoana, todas estas bastantes afastadas da freguesia central (São Salvador) e as 3 últimas, as mais afastadas, são atualmente, cidades independentes de Campos.

A partir destas freguesias podemos entender melhor o universo social do município de Campos, onde Luiz Carlos de Lacerda fundou o jornal aqui estudado. Usamos como metodologia a análise dos dados presentes nos recenseamentos nacionais de 1872 e de 1890, os quais cruzamos com as informações sobre a economia campista presentes tanto em artigos historiográficos, como no Almanaque Laemmert de 1885, único ano dentro do período aqui estudado (1884-1888) – que a cidade de Campos aparece com detalhes.

Com esta descrição objetivamos não apenas ilustrar a cidade que abrigou os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*, mas também demonstrar a relação do desenvolvimento desta cidade com o próprio movimento abolicionista, uma vez que é o centro urbano de Campos que abriga os líderes do abolicionismo campista. E também porque nestes espaços conviviam, de maneira turbulenta, com os poderosos fazendeiros da região, grandes proprietários de escravos, como mostrou a citação de Robert Conrad no início do capítulo. O que reforça a necessidade de entendermos o contexto sócio-econômico de Campos, na segunda metade do século XIX.

Como acima mencionado, Campos dividia-se em dez freguesias, entre as quais devemos destacar a freguesia de São Salvador, pois tinha a maior população (14.845 habitantes) do município e era também a mais urbanizada.⁸⁷ Já a freguesias de São Benedito tinha a menor população (4.042 habitantes) e também a menor concentração de escravos, com apenas 16%. Média relativamente baixa em comparação com outras freguesias do município, como a freguesia de Santo Antônio de Guarulhos, que tinha a segunda maior população da cidade: 14.845 habitantes, destes 56% escravos, a maior concentração de escravos no município.⁸⁸

Segundo o recenseamento de 1872, a população total de Campos era de 88.832 habitantes, destes 32.620 eram escravos, ou seja 37% da população de todo o município era escrava. O que podemos exemplificar com o caso da freguesia de São Gonçalo que, embora fosse relativamente

⁸⁷ CENSO, IBGE – 1872-1912. op. cit.

⁸⁸ Idem. Ibidem.

urbanizada e próxima à sede do município, possuía uma concentração de escravos de 39% de seus habitantes⁸⁹ e era uma grande produtora agrícola. Desta maneira, pode-se perceber a importância da produção agrícola para o município.

Como afirmamos, Campos destacava-se por sua importância comercial e de sua produção agrícola e, em consequência disso, recebia muitos incentivos governamentais, desde meados do século XVIII, (época em que a produção agrícola na região cresceu muito, suprindo o mercado interno nacional, em especial o Rio de Janeiro⁹⁰), que buscavam incentivar o estabelecimento e a modernização de engenhos de açúcar e o fortalecimento das atividades de comércio externo e interno. O que também se explica pelo fato de que, por um longo período (1836 a 1889) os representantes de Campos foram majoritários na Assembleia; e, por isso, desde a 1ª legislatura Campos e sua região de influência (São João da Barra e São Fidélis), conseguiram o privilégio de não repassar para os cofres provinciais a renda arrecadada por meio dos impostos sobre a exportação de açúcar. Fato que assegurou, por quase todo o século XIX, a primeira posição em arrecadação de impostos no Rio de Janeiro para Campos – porém, ao longo do século, a cidade perdeu seu poder e influência sobre outras regiões da província, principalmente devido à ascensão do Vale do Paraíba e sua grande produção de café.⁹¹

A importante produção de açúcar voltada para o abastecimento regional levou a aprovação da construção do caríssimo Canal Campos-Macaé. As obras começaram em 1844, mas o canal só foi inaugurado em 1861 e somente passou a ser totalmente utilizado em 1872, e, em 1880, Macaé construiu o Porto de Imbetiba, o que auxiliou no escoamento da produção regional. Porém, isso se deu quase concomitantemente à chegada da ferrovia, o que fez o Canal logo obsoleto.⁹² Tal obra demandou um investimento muito alto do Estado (quase dois mil contos), o que só se justificava pela riqueza agrícola de Campos e devido a importância de sua integração comercial (entre as várias localidades da província fluminense, de Minas Gerais e Espírito Santo) pelas vias fluviais. A ocupação da região vinculou-se desde os tempos coloniais à utilização e criação de estradas e caminhos em direção a Campos, que tinham como objetivo escoar a produção de gado e depois de açúcar para o crescente mercado da cidade do Rio de Janeiro.⁹³

Durante o século XIX a produção açucareira em Campos continuou a crescer, se modernizou, adotou novos processos de beneficiamento, como a introdução do vapor a partir de

⁸⁹ Idem. Ibidem.

⁹⁰ PLUHAR, Cristiano . op. cit.

⁹¹ CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. op. cit., 2011.

⁹² PLUHAR, Cristiano. op. cit.

SOFFIATI, Arthur. Os canais de navegação do século XIX no Norte Fluminense. In: **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, v. 1 n. 2, jul./ dez. 2007, p. 13- 23. Campos dos Goytacazes: CEFET Campos, jul/dez 2007).

⁹³ CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. op. cit., 2009.

1815 e a criação de engenhos centrais. Estes novos equipamentos e conhecimentos adquiridos se completaram, em 1880, quando as usinas foram implantadas.⁹⁴ Segundo as séries apresentadas pelo Almanak de Campos para 1885, as duas décadas anteriores à abolição, experimentaram os maiores recordes na produção açucareira campista: 23 mil toneladas, em 1872; 21 mil toneladas, em 1881; número que se repete em 1883, além do volume expressado acima para o ano de 1885.⁹⁵

Os dados apresentados por Arno Wehling nos dão uma ideia dessa riqueza. Entre 1780 e 1820 ocorreu um crescimento acelerado do progresso agrícola no Brasil – passando de £3 milhões em 1780, para £4 milhões em 1820. Neste momento, a produção de açúcar do norte fluminense teria se beneficiado do preço favorável (apesar de nem sempre uniforme) e do apoio governamental (também bastante irregular). E, embora tenha enfrentado dificuldades em termos de capital, matéria-prima e mão-de-obra, no período entre 1771 e 1778 foram instaladas 158 novos engenhos só na capitania do Rio de Janeiro, que somados aos 163 anteriores dão um total de 321. Destes, 168 engenhos estavam localizados no distrito de Campos, 56 antigos e 112 novos. Disto, temos um quociente de inovação de 66,7% para o município de Campos, o maior da província – seguido pelo Recôncavo da Capital com 50%, por Maricá, com 44,4% e por Jacutinga com 12,5%. Campos, no entanto, tinha a maior concentração de pequenos engenhos, o que provavelmente se devia a falta de capital.⁹⁶

Analisando um período posterior ao estudado por Arno Wehling, Paulo Paranhos afirma que o auge da produção de açúcar em Campos foi no século XIX, com a introdução de novas técnicas (engenhos e barcos movidos a vapor, tachos e moendas de ferro) e a entrada de muito capital. Os primitivos engenhos tornaram-se engenhos centrais ou usinas, o que contribuiu para o surgimento dos “barões do açúcar”, que concentravam domínio político, econômico e social.⁹⁷

No período entre 1830 e 1880 ocorreu um crescimento de 134% nas exportações de açúcar da região. Sendo que na década de 1870 foram criados, na região, os engenhos centrais de Quissamã, Barcelos e Pureza, os quais agregavam capital público e privado, mas ao longo dos anos dependiam gradativamente mais do capital estrangeiro – inglês. Estes engenhos centrais além de dinamizar a produção de açúcar, destacaram-se porque entre as várias exigências oficiais preconizadas para a concessão de crédito (tais como associação de vários empresários e capitalistas em torno de uma mesma unidade central produtiva; dissociação em campos estanques das atividades agrícola e industrial, com o aproveitamento obrigatório das canas-de-açúcar produzidas pelos proprietários rurais agregados como fornecedores à empresa; obrigatoriedade da amortização

⁹⁴ Idem, *Ibidem*.

⁹⁵ PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. **Francisco Ferreira Saturnino Braga: negócios e fortuna em Campos dos Goytacazes**. No prelo.

⁹⁶ WEHLING, Arno. *op. cit.*

⁹⁷ PARANHOS, Paulo. *op. cit.*

do capital subvencionado; o direito de serem os estabelecimentos diretamente fiscalizados pelas autoridades governamentais) estava a proibição de ser utilizado trabalho escravo nas atividades fabris. O que demonstra a intenção de dotar a nova estrutura agroindustrial de um aparelhamento funcional dissociado da força de trabalho escravo. O não uso de mão de obra escrava nas atividades fabris (não extensíveis ao plantio, corte e transporte da cana), de certa forma, incentivou o uso da mão de obra livre e até imigrante.⁹⁸

Da mesma maneira que as transformações econômicas foram importantes para criar um ambiente favorável ao crescimento do abolicionismo no Brasil, em especial nas áreas urbanas, as transformações políticas também foram. Por isso, é importante destacar que a cidade de Campos teve, durante todo o Império, uma posição importante no cenário eleitoral da província do Rio de Janeiro, mantendo sempre a condição de “cabeça de distrito”.

Ao estudar a participação eleitoral e o perfil dos votantes (idade, instrução, renda e ocupação profissional) de Campos, no período de 1870 e 1889, Neila Ferraz destaca, por exemplo, que em 1866, os maiores colégios eleitorais da Província do Rio de Janeiro eram Campos, com 100 eleitores, seguido por Niterói, com 88. Enquanto em 1881, Niterói contava com 1.131 eleitores, Campos possuía 1.108 votantes, permanecendo como um dos principais colégios eleitorais provinciais.⁹⁹

Analisando a paróquia de São Salvador a autora afirma que esta era uma freguesia urbana e concentrava 22% da população da cidade e 22,3% dos eleitores. Enquanto a freguesia de São Gonçalo, próxima à sede do município era rural, mas possuía um grau de urbanização bem elevado e concentrava 12,4% da população e 13,1% do eleitorado. É interessante perceber que quanto mais rural fosse a localidade maior a representação de analfabetos entre os votantes e elegíveis, sendo aí também maior a representatividade dos mais pobres, porém é importante destacar que a partir da Lei Saraiva, de 1881, (período desta pesquisa) foi proibido o voto dos analfabetos. Já nas áreas urbanas, de Campos, os artesãos, os empregados no comércio e serviços eram os profissionais com maior peso no total de votantes (52,3%). Enquanto os qualificados mais pobres da paróquia urbana eram principalmente trabalhadores do comércio e serviços, os profissionais liberais qualificados, tinham a maior concentração de alta renda e estavam concentrados na área urbana.¹⁰⁰

Uma hipótese interessante levantada pela autora reside no fato de que embora a taxa de inclusão eleitoral (votantes sobre população total) encontrada para a região – 23,0% se contados apenas os homens livres, 11,4% se calculado sobre toda população livre e 6,9% da população total –

⁹⁸ Idem, Ibidem.

⁹⁹ NUNES, Neila Ferraz Moreira. A Experiência Eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889): Frequência Eleitoral e Perfil da População Votante. In: **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 2, 2003, p. 311 a 343 .

¹⁰⁰ Idem, Ibidem.

seja compatível com as taxas encontradas no mundo ocidental do período¹⁰¹ (década de 1870), ela é menor que as estimativas da média brasileira do período¹⁰², o que, provavelmente devia-se ao maior peso da população escrava na região. Para endossar sua hipótese a autora apresenta os dados do Censo de 1872, no qual a população escrava representava cerca de 15% da população brasileira, enquanto que a média das três paróquias estudadas por ela era de 39%.¹⁰³

A partir dos dados apresentados por Neila Ferraz, e agregando dados econômicos, Walter Luiz Pereira chega a conclusões bastante interessantes. Da lista de qualificação de votantes de Campos dos Goytacazes, em 1876, os 1.194 da Freguesia de São Salvador representavam 21,4 %, da população total de homens livres daquela freguesia. Pelos critérios da lei eleitoral do Império, os votantes deveriam apresentar renda anual superior a 100\$000. Entre os votantes daquela mesma freguesia, 761 eram elegíveis, com renda anual superior a 200\$000. A partir disso o autor analisa um contingente de 11,5% destes votantes (137 homens) na Freguesia de São Salvador, que eram declarados como possuidores de “propriedade urbanas e capital dinheiro”, na qualidade de investidores rentistas, cuja renda média anual chegava a Rs. 1:800\$000, o que resultava em um montante de Rs. 246:600\$000 como renda global daquele grupo. Diante disso, afirma que na lista de votantes da Freguesia de São Salvador, os portadores de capital rentista já se apresentavam como um grupo com renda maior do que aqueles que se definiam como “fazendeiros” perfazendo 5,5 % do total de votantes. Embora aqueles que investiam em imóveis urbanos e em investimentos financeiros representassem apenas 17% dos votantes da freguesia, 85% deles tinham renda anual superior a Rs. 400\$000; assim como seus investimentos eram superiores àqueles feitos pelos produtores rurais.¹⁰⁴ O que confirma a ideia de que a sede do município concentrava uma população rica, que não dependia dos senhores e, além disso, parte deles era relativamente mais rica que os fazendeiros.

É a partir da década de 1870 que ocorre uma mudança no quadro urbano da província do Rio de Janeiro, pois nas cidades e vilas, as ideias abolicionistas e de construção de uma nova civilidade com um novo ideal político, social, econômico e cultural se fortaleceram. Há, por menor que seja, uma relativa mobilidade das camadas sociais em decorrência do crescimento das atividades cidadinas (como artesãos, comerciantes e serviços). E, em Campos, esse novo cenário

¹⁰¹ Dados apresentados por José Murilo de Carvalho, afirmam que na década de 1870, o percentual de votante era de 7% na Inglaterra, 2% na Itália, 2,5% na Holanda, 9% em Portugal e 13% para o Brasil.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil** – O Longo Caminho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. **Apud** NUNES, Neila Ferraz Moreira. op. cit.

¹⁰² O valor estimado por José Murilo de Carvalho, em outro trabalho, é de 10,8% de votantes da população total brasileira, também para a década de 1870.

In: CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988. **Apud** NUNES, Neila Ferraz Moreira. op. cit.

¹⁰³ NUNES, Neila Ferraz Moreira. op. cit.

¹⁰⁴ PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. op. cit.

urbano foi impulsionado pelo crescimento das atividades comerciais e de serviços, e de sua população, assim como pela diversificação dos grupos sociais, o que acabou por redefinir o perfil social e econômico e as redes de poder na cidade. Ainda mais importante neste processo está o fato de que, neste contexto, houve uma maior dependência dos grandes proprietários das fazendas de açúcar em relação ao setor comercial. A ocupação desses grupos em novos espaços políticos e sociais, antes ocupados majoritariamente pelos grandes fazendeiros foi uma decorrência desse processo.¹⁰⁵

Uma das evidências destas mudanças está no crescimento da área urbana de Campos, que foi impulsionado, a partir de 1873, pela construção da ferrovia, o que facilitou a ocupação do território. A área urbana cresceu na direção oeste, nas proximidades de onde foi instalada a estação ferroviária. Nesta região instalaram-se residências das classes sociais mais elevadas, como o grandioso casarão do Barão da Lagoa Dourada, atualmente Liceu de Humanidades de Campos.¹⁰⁶

Segundo o Almanak Mercantil e Comercial Laemmert de 1885¹⁰⁷ a paróquia de São Salvador contava com 3 estradas de ferro, uma que se comunicava com a Corte e outras duas se ligavam às províncias de Minas Gerais e do Espírito-Santo. Cortada pelo rio Paraíba, a cidade possuía uma ponte de ferro em frente a sede. Campos dispunha de apenas uma agência de telégrafo e outra de Correio, esta última situada na praça central da cidade – Praça São Salvador, mas esta tinha 4 carteiros, 4 estafetas e 5 caixas urbanas, as quais eram coletadas três vezes por dia e expediam-se malas diárias pelas estradas de ferro. Além desta ligação férrea, malas eram despachadas de barco duas vezes por semana.¹⁰⁸

O sistema educacional da cidade também era significativo, uma vez que só na paróquia central havia 35 escolas para meninos e 22 para meninas, além de sete professores públicos, dezessete professores particulares, um colégio particular e dois cursos noturnos. Se considerarmos as outras freguesias são mais 7 inspetores de educação e 17 professores, entre públicos e particulares. Além de um internato localizado na freguesia de Natividade. As únicas freguesias que não eram servidas por nenhuma instituição de educação eram a de Bom Jesus do Itabapoana (a mais afastada da sede) e a de São Gonçalo – esta bem próxima a freguesia de São Salvador.¹⁰⁹

Relacionados a este setor podemos também destacar que a paróquia São Salvador desfrutava de nove professores de piano, canto e música, uma Sociedade Artística beneficente, seis sociedades

¹⁰⁵ CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. op. cit, 2011.

¹⁰⁶ ALVES, Maria da Glória; COSTA, Aline Nogueira. Monitoramento da expansão urbana no Município de Campos dos Goytacazes – RJ, utilizando Geoprocessamento. In: **Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Goiânia**, p. 3731-3738, 2005.

¹⁰⁷ Único no período estudado no qual há uma sessão específica sobre o município de Campos.

¹⁰⁸ **Almanak Mercantil e Comercial LAEMMERT**, op. cit.

¹⁰⁹ Idem, Ibidem.

carnavalescas, duas sociedades de dança, três sociedades dramáticas e quatro sociedades de música, um fotógrafo, cinco pintores, um retratista e dois teatros (onde comumente se reuniam os abolicionistas). Fora da região central de São Salvador estes tipos de instituições e profissionais eram bem raros, existindo apenas 2 professores de música e 1 retratista.¹¹⁰

Na área da freguesia de São Salvador as atividades comerciais eram significativas, o que se nota pela grande presença de estabelecimentos, como bancos: um Banco da Caixa Econômica, o Banco de Campos (cujo capital é mencionado em 2,000:000\$000) e o Banco Comercial e Hipotecário. Contava também com dezoito guarda-livros¹¹¹ e duas companhias de seguro – São Salvador e Perseverança.¹¹² Além disto, seis armarinheiros, doze alfaiates, onze barbeiros, quatro bilhares/restaurantes, dois cabeleireiros, treze fábricas de calçados, três cocheiras de carros, quatro chapeleiros, dois cortumes, dois encadernadores, quatro armazéns de móveis e colchões, quatro hotéis, uma fábrica de gelo e de água gasosa, 3 lojas especializadas em iluminação elétrica, seis ourives, sete padarias, cinco confeitarias, cinco relojoeiros, 127 “secos e molhados”, 28 lojas de tecidos, um rink¹¹³ e um jockey compunham o corpo de estabelecimentos comerciais da cidade.

A freguesia gozava de quatro hospitais, dezoito médicos, duas parteiras, seis dentistas e dez farmácias.¹¹⁴ Outro setor que devemos destacar é o de profissionais liberais, pois além dos médicos são os tipos de profissionais urbanos mais envolvidos com a imprensa no século XIX.¹¹⁵ Neste sentido, destacamos que havia na freguesia de São Salvador quinze advogados (entre os quais Cândido de Lacerda, irmão do Luiz Carlos de Lacerda), dez procuradores (entre os quais devemos destacar que estava o próprio comendador Luiz Carlos de Lacerda). Esta freguesia comportava três lojas de Maçonaria (Firme União, Progresso – na qual era orador o Dr. Cândido de Lacerda – e Goytacaz) e seis tipografias: Do Monitor Campista¹¹⁶ (pertencente a João Alvarenga, Átila Alvarenga, Roberto Alvarenga e D. Clotilde Alvarenga); De Santos, Lisbôa & C; Do Sexto Distrito;

¹¹⁰ Idem, *Ibidem*.

¹¹¹ Atualmente conhecidos como contadores.

¹¹² Juntamente aos titulares da nobreza, as Companhia de Seguro são os únicos itens de Campos presentes em todos os números do Almanak, e não apenas nos números em que não há o setor específico de Campos

¹¹³ Sobre este há uma pequena descrição: “Está em conclusão um vasto edifício mandado construir pelo Sr. Barão da Povôa, onde funcionará uma companhia de Zarzuella. Haverá também outros divertimentos como seja patinações, jogos, etc.”, p. 2944.

¹¹⁴ **Almanak Mercantil e Comercial LAEMMERT**, op. cit.

¹¹⁵ FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. Bibliotecas de médicos e advogados do Rio de Janeiro: dever e lazer em um só lugar. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

¹¹⁶ Fundando em 1834, que foi o terceiro mais antigo jornal em circulação ininterrupta no país (até 2009, quando foi fechado sob a justificativa de problemas financeiros). Além da longevidade, que por si demonstra a importância do jornal para a região, é importante destacar que “desde o início de sua história, o Monitor faz parte do contexto de defesa do direito de expressão, embora, em alguns momentos, fosse claramente favorável às classes dominantes, principalmente nos embates da abolição da escravatura, quando se colocou ao lado dos escravocratas”.

In: SOARES, Orávio de Campos. A imprensa na Velha Província: 170 anos do Monitor Campista – O terceiro jornal mais antigo do país e a morte misteriosa do jornalista Francisco José Alypio. In: **Anuário Internacional de Comunicação Lusófona**; Vol. 2, No 1 (2004).

De Silva, Carneiro & C; Antunes & Guimarães e por último a Gazeta do Distrito. Na freguesia de São Salvador, além da biblioteca municipal, a população podia usufruir das bibliotecas da Sociedade Brasileira de Beneficência (com 6.000 volumes) e da Sociedade Portuguesa (com cerca de 2.000 volumes).¹¹⁷

A partir dos dados fornecidos acima, podemos perceber que havia na cidade de Campos uma vida urbana extremamente dinâmica, que se tornava independente da vida agrícola, setor que ainda englobava grande parte da população. Este perfil se torna mais evidente quando comparamos os estabelecimentos mais representativos na freguesia de São Salvador e aqueles presentes nas outras freguesias, majoritariamente rurais. Um bom exemplo foi a inauguração, em 12 de março de 1885, no bairro da Lapa – freguesia de São Salvador – da Companhia de Tecidos e Fiação Industrial Campista, uma fábrica de proporções médias e bem montada, que dispunha de nova tecnologia inglesa.¹¹⁸ Existia, contudo, na freguesia de São Salvador um setor de comércio ligado ao setor agrícola, com seis exportadores de gêneros agrícolas e uma Sociedade Campista d'Agricultura – presidida pelo Conselheiro Thomaz Coelho.¹¹⁹

A cidade como um todo possuía dez usinas de açúcar: três na freguesia de São Salvador, cinco na freguesia de São Gonçalo e duas em outras freguesias. Além destas, o Almanaque Laemmert destaca que outros cinco fazendeiros eram proprietários de estabelecimentos de produção de açúcar equipados com aparelhos muito aperfeiçoados. Comparativamente, as freguesias rurais continham profissionais e estabelecimentos muito mais voltados para a área agrícola. Com raras exceções, (como as três usinas anteriormente mencionadas) os estabelecimentos ligados diretamente à produção agrícola e pecuarista encontram-se nas freguesias rurais, como os engenhos de pilar café, as fazendas de café, as fazendas de cana-de-açúcar; onde as principais atividades profissionais eram lavradores, fazendeiros, rancheiros, negociantes, carpinteiros, criadores e proprietários.¹²⁰

Analisando os dados dos recenseamentos de 1872 e de 1890 podemos ver mais de perto as especificidades das áreas urbana e rural de Campos. Em 1872, havia em Campos 88.832 habitantes, destes 56.212 (63%) livres e 32.620 (37%) escravos, sendo que as duas freguesias com maior porcentagem de escravos eram a freguesia de S. Antônio de Guarulhos com 56% de escravos e a de São Salvador com 41% de escravos e estas representavam, respectivamente 17% e 21% da população total de Campos.¹²¹ E isso mesmo depois uma diminuição marcante na concentração de escravos, pois a Freguesia de São Salvador teve a maior redução de população escrava entre 1850 e 1881 (33%) diferentemente das principais freguesias rurais, em que o percentual de escravos se

¹¹⁷ **Almanak Mercantil e Comercial LAEMMERT**, op. cit.

¹¹⁸ PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. op. cit.

¹¹⁹ **Almanak Mercantil e Comercial LAEMMERT**, op. cit.

¹²⁰ Idem, Ibidem.

¹²¹ **CENSO, IBGE – 1872-1912**. op. cit.

manteve. O que, para Pereira, demonstra que o perfil de acumulação local passava por transformações incontestes.¹²²

Enquanto as freguesias com menor concentração de escravos eram as que possuíam menos pessoas como um todo, quais sejam Santa Rita da Lagoa de Cima, com 23% de escravos e 6% da população municipal e a freguesia de São Benedito, com 16% de escravos em menos de 5% da população total do município.¹²³ Mas, se considerarmos os índices apresentados pela pesquisadora Neila Ferraz Nunes, neste período, temos apenas uma freguesia em Campos com uma média de escravos próxima da média nacional, de 15% de escravos para toda população, mas, ainda assim, é maior que esta.¹²⁴

A partir destes dados, podemos perceber que a área mais urbanizada de Campos ainda concentrava muitos escravos e, tendo em vista que a historiografia indica que nas áreas mais urbanizadas havia uma tendência a menor concentração escrava,¹²⁵ levantamos duas hipóteses. A primeira é que na década de 1880, auge do abolicionismo em Campos e a década seguinte ao recenseamento, o número de escravos tenha diminuído. Ou podemos pensar também numa segunda hipótese, que parece ser a mais apropriada a partir da análise do jornal *Vinte e Cinco de Março*. Neste caso, pensamos que foi, exatamente, a concentração de escravos numa área urbana tão desenvolvida, convivendo com uma área rural economicamente forte e com alta concentração de escravos, que tornou o caso do abolicionismo em Campos tão violento. Segundo Hervé Salgado Rodrigues Campos ficou conhecida como “Quartel General da abolição”, tendo o abolicionismo na cidade sido marcado pela exacerbada luta entre senhores de engenho e abolicionistas. Com uma das maiores populações escravas proporcionais no país na década de 1880 (dos 99 mil habitantes, 35 mil eram escravos), os confrontos, mesmo que violentos, foram, segundo o autor, menores do que a tensão lá existente, porque “a fisionomia sócio-econômica de Campos era em tudo semelhante à do Sul dos Estados Unidos: toda a estrutura econômica local, lastreada na cana-de-açúcar e do Engenho, dependia 100 por cento do braço escravo, do trabalhador servil, como a do algodão nos Estados Confederados dos EUA.” Logo a abolição para os fazendeiros campista era “a ruína, a debacle econômica para toda a estrutura em que repousava a riqueza campista.”¹²⁶

A partir desta segunda hipótese, propomos pensar na possibilidade de que o crescimento urbano da freguesia de São Salvador tenha possibilitado que parte de seus habitantes tivessem determinada autonomia com relação aos grandes senhores de Campos. Mas, concomitantemente, estes grandes fazendeiros não haviam, ainda, perdido sua influência econômica (dado à dependência

¹²² PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. op. cit.

¹²³ CENSO, IBGE – 1872-1912. op. cit.

¹²⁴ NUNES, Neila Ferraz Moreira. op. cit.

¹²⁵ COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

¹²⁶ RODRIGUES, Hervé Salgado. **Na taba dos Goytacazes**. Niterói: Imprensa Oficial, 1988, p. 108.

que a economia de Campos ainda tinha da produção agrícola e do comércio inter-provincial) ou política – esta tanto em termos eletivos, como poder social, em especial sobre a polícia, como iremos ver no capítulo seguinte.

Importante também destacarmos que, embora a maioria quase absoluta da população estivesse ligada às profissões agrícolas, encontramos significativos percentuais de pessoas exercendo profissões mais ligadas à área urbana. E, se compararmos as freguesias, percebemos uma concentração destes profissionais na freguesia de S. Salvador, como demonstramos no quadro abaixo:

Profissões	Total em Campos	Total em S. Salvador	% S. Salvador
Religiosos	23	13	57%
Setor Judiciário	53	33	62%
Médicos	49	36	73%
Parteiras	11	2	18%
Professores/Letrados	77	48	62%
Empregados Públicos	55	38	69%
Artistas	350	260	74%
Militares	49	49	100%
Marítimos	58	0	0%
Pescadores	203	0	0%
Capitalistas e Proprietários	140	61	44%
Industriais	297	180	61%
Comerciantes	1419	880	62%
Costureiras	5666	1081	19%
Operários	2559	1315	51%
Lavradores	31501	4253	14%
Criadores	0	0	0%
Criados e Jornaleiros	5268	667	13%
Serviços Domésticos	12073	5662	47%
Sem Profissão	29204	4944	17%

Ilustração 2: Tabela da relação profissões e freguesias

A partir desta tabela podemos ver claramente como a freguesia de S. Salvador agregava a maioria dos profissionais liberais, tais como os ligados ao setor judiciário, os médicos, os professores e letrados, os empregados públicos, os artistas (ou artesãos), militares, industriais, comerciantes, operários. Em contrapartida concentrava baixa porcentagem dos profissionais mais ligados ao setor agrícola – os lavradores, com apenas 14% e os criados e jornaleiros, com apenas 13%.¹²⁷

Todos os dados até o momento apresentados são muito importantes, pois eles corroboram as

¹²⁷ CENSO, IBGE – 1872-1912. op. cit.

A tabela foi produzida, pela autora, com dados retirados desta mesmo censo.

afirmativas de autores como Emília Viotti da Costa,¹²⁸ Humberto Machado¹²⁹ e Ricardo Salles,¹³⁰ que afirmaram que além das transformações econômicas, demográficas e sociais, a concentração de profissionais liberais (relativamente independentes dos grandes escravocratas) nas áreas urbanas foi uma das principais razões para a intensificação da campanha abolicionista e, conseqüentemente, a insurreição dos escravos (ou a sua re-significação), que desorganizou a economia. Este movimento abolicionista de base social seria a explicação para a grande diferença entre o lento processo de aprovação da lei de 1871, que poucas conseqüências teve para a desestruturação da escravidão, e a rápida discussão parlamentar e aprovação da lei de 1888, que fora aprovada de acordo com o princípio abolicionista da não indenização.

Existe um denso debate historiográfico sobre o abolicionismo brasileiro, no qual a visão sobre a participação popular, através do abolicionismo, varia bastante. Para José Murilo de Carvalho a escravidão teria se concretizado com a intervenção do governo, que garantiu o cumprimento das leis emancipacionistas e só fez isto devido às pressões internacionais e ao medo da abolição ocorrer sem o controle da elite, recusando qualquer entendimento da abolição baseado em fins econômicos, pois até os momentos finais o trabalho escravo ainda foi visto como economicamente viável.¹³¹ Maria Lamounier defende a ideia de que os congressistas, agindo em nome da elite econômica – os cafeicultores do oeste – apoiaram a abolição gradual, com respeito à propriedade e à produção agrícola, mas também legislando para coibir o elemento nacional ao trabalho e incentivando a vinda de imigrante europeus, também sujeitos a cumprir seus contratos com os fazendeiros. Logo, para a autora, a abolição fora um negócio político e da elite paulista.¹³²

Em oposição, historiadores como Marcelo Basile, Lana Lima e Cláudia Santos destacam a participação do povo, em especial dos abolicionistas, na desestruturação do sistema escravista. E criticam a visão de que a abolição fora um negócio de brancos apenas para implementar o mercado de trabalho livre, pois muitos abolicionistas almejavam também uma mudança da estrutura social.¹³³

Robert Conrad também afirma que existiam abolicionistas que buscavam reformas sociais após a abolição, mas afirma que também existiam aqueles que queriam simplesmente o fim da instituição

¹²⁸ COSTA, Emília Viotti da. op. cit., 2008.

¹²⁹ MACHADO, Humberto Fernandes. op. cit., 1991.

¹³⁰ SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco**: um pensador do Império. Niterói: UFF, 2001. (Tese, História, UFF).

¹³¹ CARVALHO, José Murilo. A política da Abolição: o rei contra os barões. In: **A construção da ordem**: teatro das sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

¹³² LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da escravidão ao trabalho livre**: a lei de locação de serviços de 1879. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1988.

¹³³ BASILE, Marcello Otávio N. de C. O império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

LIMA, Lana Lage da Gama. **Rebeldia Negra e Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

SANTOS, Cláudia Regina dos. Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuísmo?. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **Intelectuais, história e política**: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

escravista para implementar o trabalho livre.¹³⁴ Enquanto Maria Machado destacou a importância dos movimentos sociais, na década de 1880 por demonstrar a insatisfação dos escravos, forros e livres pobres com a abolição gradual, porém, para a autora o movimento abolicionista teria sido apenas urbano, no qual os profissionais liberais, por sentirem-se preteridos, lutaram para desfazer os favores dados aos senhores.¹³⁵ Enquanto Angela Alonso destaca apenas a ação dos positivistas abolicionistas, para os quais a abolição era uma solução em si, uma etapa fundamental para o progresso, por isso, imperativa, devendo ocorrer sem indenizações.¹³⁶

Acima dos interesses dos escravos ou abolicionistas no movimento pela abolição, os sociólogos da Escola de Sociologia de São Paulo, Octávio Ianni, F. H. Cardoso e Lúcio Kowarick afirmam ter sido a concretude iminente da lógica capitalista o que impôs um desfecho ao sistema de trabalho escravo, assim como justificou a necessidade de imigrantes. Embora reconheçam a condenação moral que sofria a escravidão, devido o crescimento das ideias liberais de igualdade, democracia e cidadania, tais autores são taxativos ao afirmar que a abolição ocorrera devido a incapacidade de convivência do modelo escravista e o capitalismo.¹³⁷

Emília Viotti da Costa também fala da relação direta entre os interesses econômicos da elite brasileira e a efetiva abolição, mas, como destaca Rafael Marquese, a proposta da autora de analisar a agência dos sujeitos sociais, sempre considerando as possibilidades historicamente dadas para a ação humana nos ajuda, enquanto historiadores, a não cair em um dos extremos: estruturas determinantes ou agência humana sem agentes limitadores (experiência). E dentro do debate historiográfico sobre escravidão no Brasil, a autora destacara a necessidade de compreender a crise do escravismo no Brasil como um processo de longa duração, com mudanças estruturais, situações conjunturais e uma sucessão de episódios, que, por fim, culminaram na Abolição. Desta perspectiva, as transformações estruturais foram entendidas como condições necessárias para que os sujeitos pudessem exercer sua liberdade, e, portanto, não como os fatores que determinaram o que efetivamente fizeram. Daí o destaque dado às rebeliões escravas como fundamentais para a mudança de atitude dos fazendeiros paulistas. Ressaltado que tais rebeliões só foram possíveis devido às transformações estruturais de longa duração, pois o protesto escravo não foi exclusividade do século XIX, mas seu significado mudara neste momento, adquirindo um significado político.¹³⁸ E

¹³⁴ CONRAD, Robert. op. cit.

¹³⁵ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico**: Os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010b.

¹³⁶ ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

¹³⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. **Escravidão e Capitalismo no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

¹³⁸ MARQUESE, Rafael de Bivar. "Estrutura e agência na historiografia da escravidão: a obra de Emília Viotti da Costa. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; DE LUCA, Tania Regina. **Os historiadores**

é a partir desta perspectiva, de importância das mudanças estruturais e conjunturais, ocorridas no oitocentos brasileiro que esta pesquisa se posiciona, testificando as ideias de Emília Viotti, Ricardo Salles e Humberto Machado.

No contexto urbano, como o cenário campista aqui apresentado (na freguesia de São Salvador), o movimento abolicionista encontrou mais espaço para suas ideias, porque dado as maiores oportunidades para os trabalhadores livres, as populações urbanas eram menos dependentes do trabalho escravo. Foi nas cidades que as discussões sobre a Lei do Ventre-livre foram retratadas extensivamente pelos jornais, devido ao grande interesse da população, que também frequentava as conferências, organizadas pelos abolicionistas. Neste espaço, o debate sobre a abolição saía dos ambientes fechados das associações abolicionistas para os locais públicos.¹³⁹

Emília Viotti afirma ainda que, na década de 1880, o abolicionismo ganhou novo ímpeto com o apoio popular urbano. E devido a este apoio:

“A Lei dos Sexagenários foi uma tentativa desesperada daqueles que se apegavam à escravidão para deter a marcha do processo. Mas era tarde demais. O povo arrebatara das mãos da elite a direção do movimento. A abolição tornara-se uma causa popular e contava com apoio não só de amplos setores das camadas populares, como também de importante setores das classes médias e, até mesmo, de alguns representantes das elites. Tinha também o apoio da princesa e do imperador. O movimento era agora incontável (...). O golpe final na escravidão seria dado pelos escravos que, auxiliados pelos abolicionistas e contando com o apoio e a simpatia da maioria da população, começaram a abandonar as fazendas, desorganizando o trabalho e tornando a situação insustentável. A rebelião nas senzalas foi ponto culminantes do movimento abolicionista.”¹⁴⁰

Neste sentido, a nossa pesquisa guia-se pela ideia, primeiramente apresentada por Emília Viotti da Costa¹⁴¹, de que as transformações ocorridas na segunda metade do século XIX, nas estruturas produtivas, nos meios de transporte, na pequena introdução do trabalho livre, foram fundamentais para que a sociedade brasileira se transformasse neste período. Porque durante três séculos (XVI-XVIII) somente os escravos haviam questionado a legitimidade da escravidão, e, embora as primeiras teorias que criticassem a escravidão (em nome da moral, da religião e da racionalidade econômica) tivessem surgido com o liberalismo do século XVIII, este conviveu bem com o escravismo ainda por muitos anos (principalmente baseados no princípio do direito de propriedade). Foi, durante a primeira metade do século XIX que os primeiros homens livres se pronunciaram criticamente, eram estes, porém, pensadores atípicos da 'intelectualidade' brasileira,

e seu tempo. São Paulo: UNESP, 2008.

¹³⁹ COSTA, Emília Viotti da. op. cit., 2008.

¹⁴⁰ COSTA, Emília Viotti da. op. cit., 2008, p. 90-91.

¹⁴¹ Assim como Emília Viotti da Costa, Richard Graham também destaca a importância da urbanização para o crescimento e importância alcançada pelo movimento abolicionista nas décadas de 1870 e 1880. Mas, como o autor mesmo admite, quando seu livro foi publicado ele desconhecia o trabalho de Emília Viotti de Costa e, portanto, suas ideias pareceram redundantes.

In: GRAHAM, Richard. **Escravidão, Reforma e Imperialismo.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

posto que, de maneira geral, a escravidão era vista pela elite como um mal necessário.¹⁴²

Mas “se, entre as camadas dirigentes, a crítica à escravidão não encontrava eco, ficando limitada a uma minoria ilustrada e europeizada, ela encontraria lastro entre as camadas populares urbanas.”¹⁴³ Estes homens críticos à escravidão, ao tráfico de escravos, aos preconceitos raciais e ao latifúndio improdutivo, tiveram como período áureo a Regência e, aparentemente, representavam os pequenos comerciantes e as camadas populares urbanas. Mas, na primeira metade do século XIX, este pensamento crítico não se transformou em um movimento organizado e, por isso, até meados do século XIX a autora afirma que não se pode “propriamente falar em movimento abolicionista.”¹⁴⁴ Somente, a partir dos anos 1860, que o abolicionismo teria destaque nos principais centros urbanos do país. O que ocorrera porque, desde a abolição do tráfico a sociedade brasileira havia passado por várias transformações, como o rompimento da precária unanimidade política das elites e as transformações da estrutura produtiva (muitas e novas indústrias e ferrovias). Junto à constante pressão internacional pela abolição e o surgimento de novas associações abolicionistas nas áreas urbanas. E, embora a Guerra do Paraguai tenha retardado a discussão sobre a abolição, com o seu fim e a discussão sobre os escravos/soldados, o abolicionismo entrou para a ordem do dia.¹⁴⁵

Humberto Machado também afirma que as críticas mais contundentes contra o cativo acentuaram-se no quarto final do século XIX devido às transformações derivadas da propagação das práticas capitalistas. Primeiro, iniciava-se a superação produtiva da cafeicultura do Vale do Paraíba pela do oeste paulista, mais as dificuldades de se obter mão de obra escrava, desde a lei de 1850. E também porque a transição para o trabalho livre se desenvolveu, mais rapidamente, nas cidades, e neste processo incorporou novas camadas sociais vinculadas às atividades manufatureiras e comerciais. A adesão destes grupos urbanos (no caso da pesquisa do autor, na área urbana da Corte) ao abolicionismo pode ser avaliada pela participação destes nas conferências e comícios abolicionistas.¹⁴⁶ Ratificando a opinião de Emília Viotti¹⁴⁷, que afirma que a abolição ganhou força em virtude do apoio das camadas populares e também de importantes setores das camadas médias. E, por isto, na capital o movimento pela abolição tornou-se um “movimento popular”, com manifestações nas ruas, as quais contribuíram para abalar o cativo.¹⁴⁸

Mesmo os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* sabiam da importância das classes médias para o crescimento do seu movimento. Por diversas vezes, destacaram a importância de sua

¹⁴² COSTA, Emília Viotti da. op. cit., 2008.

¹⁴³ Idem, Ibidem, p. 20.

¹⁴⁴ Idem, Ibidem, p. 39.

¹⁴⁵ Idem, Ibidem.

¹⁴⁶ MACHADO, Humberto Fernandes. op. cit., 1991.

¹⁴⁷ COSTA, Emília Viotti da. op. cit., 2008.

¹⁴⁸ MACHADO, Humberto Fernandes. op. cit., 1991.

autonomia como fator fundamental para sua capacidade de se colocar contra os senhores campistas. Como, por exemplo, ao discutirem sobre como a abolição viria com o tempo, que todas as causas sociais implementam-se, afirmam:

“revoluções dependem de épocas determinadas, tudo nos demonstra, que o triunfo das grandes causas sociais, depende também da ação do tempo.

(...) O abolicionismo pertence por enquanto, aos grandes corações que indubitavelmente palpitam no seio da classe média, por estar ela colocada no centro das duas classes que se repelem – a alta e a ínfima; a classe média é perante a melhor filosofia a justiça social, ela é a personificação do esforço intelectual e por conseguinte a alavanca do progresso moral; para poder pregar a sua doutrina e chegar ao seu sublime desiderato é-lhe preciso enfrentar a classe alta, o monopólio personificado em prejuízo de outras classes; esta é a primeira muralha, que principia a ser bombardeada pela classe média, para penetrando em seus redutos, resgatar o escravizado e levá-lo à comunhão social.

A segunda muralha é o preconceito, este fruto ostensivo dos povos mesclados e ignorantes, cuja sociabilidade pessoal, o que será combatido pelos elementos reconstituintes, quando extinto o elemento servil, a ordem geral dos acontecimentos, reagir contra a escravidão política e religiosa.”
(*Vinte e Cinco de Março*. 18 de Dezembro de 1884, p. 3-4)

Neste texto pode-se perceber que os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* concordavam com a ideia de que as classes médias tinham mais autonomia com relação às classes “alta”, devido a menor dependência com relação ao trabalho servil. Ao mesmo tempo em que também não deixavam de se perceber como aqueles que dirigiriam a sociedade brasileira em direção ao progresso. Embora este artigo tenha sido assinado pelo abolicionista gaúcho Mucio Scevola, cremos que ele exprime a percepção dos próprios abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*, posto que, mais de uma vez, a importância das classes médias para o movimento abolicionista foi ressaltada.¹⁴⁹ O que demonstra a importância da definição da função das classes intermediárias: realizar a justiça social e o equilíbrio através do enfrentamento das classes altas, ao mesmo tempo enfrentar o preconceito e tentar alcançar um aumento da participação das classes mínimas.

Num contexto urbano de mudanças estruturais tecnológicas, que diminuía a dependência com relação ao trabalho escravo, e de atividades profissionais liberais, que tornavam mais fracas as relações de subordinação aos grandes senhores escravistas, a ideia de que o escravismo significava o atraso tornou-se mais atraente. O que foi favorecido pelo contexto internacional – a guerra civil norte-americana e suas causas na defesa ou refutação da escravidão; as manifestações de repúdio à escravidão nas Américas vindas de entidades estrangeiras; o fim da guerra do Paraguai e a questão dos cativos-soldados. Além disto, as discussões parlamentares sobre a abolição recrudesceram na década de 1880 e eram publicizadas nos impressos; assim como as violências cometidas pelos senhores e os atos de resistência dos escravos passaram, neste contexto, a ter maior ressonância. Tendo sido o aumento da resistência dos escravos, nos momentos finais, o último golpe antes da

¹⁴⁹ Como exemplos há outros dois artigos, na seção “25 de Março”, de autoria do próprio jornal, nos de capa dos dias 8 e 11 de Março de 1885, em ambos artigos ocupam as páginas 1 e 2.

abolição.¹⁵⁰

Um exemplo rico desta maior publicização dos atos violentos dos senhores – usado também como meio de reforçar a condenação social da instituição devido a sua crueldade, pelo atraso e pela ilegalidade – pode ser visto no trecho abaixo retirado do *Vinte e Cinco de Março*. Neste artigo pode-se perceber um dos meios de ação dos abolicionistas do jornal, posto que ele segue uma lógica narrativa comum ao periódico, em que é exposta a violência gratuita do senhor (e, conseqüentemente, do próprio sistema escravista), não se esquivando de expor o nome do escravocrata. Depois, fala-se da ação conjunta dos abolicionistas com a população, esta demonstrando sua indignação com a situação e aqueles dando acolhida e suporte ao escravizado. Por fim, deixam claro que é uma questão que precisa da intervenção da polícia (ou seja, a ação do Estado, para os abolicionistas, é necessária em situações que antes os senhores consideravam de caráter exclusivamente pessoal) coibindo arbitrariedades dos senhores e agindo corretamente na condução de possíveis investigações.

“CÚMULO DO BARBARISMO

Anteontem estacionava na rua Direita, um homem de cor preta, maior de 70 anos, aleijado das pernas e que com dificuldade, auxiliado por um pau, fazia os movimentos de locomoção.

Tratando incontinentemente de indagar quem era, soubemos, que é Antonio Congo, escravizado de Amelio Arêas, residentes no Travessão do Nogueira.

Recolhido ao nosso estabelecimento, descobrimos nas costas sinais de sevícias recentes, e que estava ele ardendo em febre.

Depois de medicado, comunicamos ao sr. delegado de polícia o ocorrido, pedindo-lhe providências para mais esse infeliz.

É o cúmulo do barbarismo, aliado a mais requintada perversidade, surrar-se um pobre velho maior de 70 anos e aleijado.

Tão monstruoso atentado foi presenciado por um sem número de pessoas, que indignadas protestaram contra tanta desumanidade.

Eis aí o que são os escravocratas.

A idade, o sexo, os inválidos, nada lhes merece o menor respeito, desde que pertença a essa maldita instituição, que estabelece bárbaras e cruéis distinções, quando Deus, em nome da humanidade, pregou a igualdade de todos os homens.

Surrar-se um aleijado, maior de 70 anos, é o cúmulo do barbarismo!” (*Vinte e Cinco de Março*, 14 de Agosto de 1884, p. 4)

Através de artigos inflamados e ousados como este Luiz Carlos de Lacerda buscava intervir na sociedade campista. E somente em uma cidade receptiva à ideia de abolição, artigos como este poderiam ser publicados (quase) ininterruptamente por mais de quatro anos, apesar de terem sido constantemente intimidados pelos senhores (e pelas autoridades) locais.¹⁵¹ Por isso, cremos que, naquele momento, o desenvolvimento urbano da cidade de Campos era parte muito importante para o surgimento de um jornal tão abertamente abolicionista e o conseqüente desenvolvimento de um

¹⁵⁰ MACHADO, Humberto Fernandes. op. cit., 1991.

¹⁵¹ A publicação do jornal foi interrompida somente quando a sua redação foi invadida e destruída pela Polícia, entre 23 de Outubro de 1887 e 8 de Janeiro de 1888. Com exceção deste período o jornal funcionou regularmente por 4 anos e 2 meses.

movimento abolicionista neste município.

1.2.1. Luiz Carlos de Lacerda

É, portanto, da área urbana de Campos e filho de uma família de “letrados”, profissionais liberais parte da classe média em Campos, ligada às atividades urbanas,¹⁵² que vem Luiz Carlos de Lacerda. Filho do médico João Baptista de Lacerda e irmão de João Baptista de Lacerda Filho (médico, que se tornou diretor do Museu Nacional), do médico Álvaro de Lacerda (que também contribuiu como jornalista na Corte), do advogado Cândido de Lacerda (um dos fundadores do Liceu de Humanidade de Campos) e do jornalista Antônio de Lacerda.¹⁵³ Com exceção de João Baptista de Lacerda Filho, todos os outros irmãos de Luiz Carlos também se dedicaram à causa abolicionista.¹⁵⁴

Nasceu em 1853, mesmo ano que José do Patrocínio, de quem era amigo desde a infância, talvez, por isso, mantivesse no *Vinte e Cinco de Março* um estilo parecido com o que o antigo colega mantinha na *Gazeta da Tarde*, inclusive fazendo uso de artigos, notícias e telegramas deste. Também adotava uma atitude de ataque material à escravidão, ocultando escravos em quilombos, incitando revoltas, requerendo ações à polícia (como inquéritos, exames de corpo de delito), além de fazer uso da exibição de instrumentos de tortura, tendo sido muito perseguido pela polícia, políticos e escravagistas da região.¹⁵⁵

Lacerda viveu no Rio, onde foi estudar, mas não terminou seu curso, abandonando-o para trabalhar na construção da estrada de ferro que saía de Niterói. Neste trabalho, acabou contraindo malária e adoecendo de uma perna, retornou para Campos e se casou com Olympia Lacerda, com quem viveu até a morte, passando com ela por muitas e sérias dificuldades financeiras.¹⁵⁶ Carlos de Lacerda é descrito como:

“franzino, com bigodes em ponta, nervoso e ágil (...) Fino estrategista, não é sectário, e todas as medidas, por menores que sejam, em favor da Abolição, recebem apoio de Lacerda. Barões são elogiados, militares recebem aplausos, fazendeiros se tornam aliados, desde que contribuam para a libertação dos escravos. (...) Flexível, Lacerda é até Comendador do Império e, certa feita, assume a chefia da Polícia.”¹⁵⁷

Segundo Hervé Rodrigues, Lacerda não aderiu de imediato à causa abolicionista, uma vez que em junho de 1881, quando foi fundada em Campos a “Sociedade Campista Libertadora”, ele fora eleito orador, mas não aceitou o cargo. Doze dias depois, através de uma coluna do *Monitor*

¹⁵² LIMA, Lana Lage da Gama. op. cit.

¹⁵³ RODRIGUES, Hervé Salgado. op. cit.

¹⁵⁴ LIMA, Lana Lage da Gama. op. cit.

¹⁵⁵ MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. Brasília: EDUSP, 2004.

¹⁵⁶ SILVA, Osório Peixoto. **Os momentos decisivos na história de Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social da PETROBRAS, 1984.

¹⁵⁷ Idem, *Ibidem*, p. 70.

Campista, ele explicou os motivos da recusa, afirmando “tratar-se da extinção momentânea do elemento servil é amesquinhar-se a ideia e ridicularizar-se a liberdade a quem não sabe compreendê-la nem defini-la.”¹⁵⁸ Em nossa opinião, no entanto, esta declaração não parece indicar que ele não apoiasse a causa abolicionista, mas que não apoiava a abolição sem preparação para o liberto; o que, apesar de paternalista, não nos autoriza a chamá-lo de escravagista.

Com a fundação da Sociedade Campista Libertadora, em 1881, o abolicionismo em Campos havia entrado em uma segunda fase, passara da etapa de angariar contribuições em prol de alforrias esporádicas para um momento em que, com a inclusão de todas as classes sociais, torna-se uma sociedade abolicionista mais combativa, aberta e direta. E, segundo Osório Peixoto, diferentemente do que afirma Hervé Rodrigues, Lacerda juntara-se a outros¹⁵⁹ nesta associação.¹⁶⁰

Em uma das conferências promovidas pela Associação, no próprio dia 25 de Março de 1884, com a participação de mais de mil pessoas, foram propostas medidas mais práticas contra a escravidão. A primeira delas foi a exposição do menino Teodoro, de 14 anos, que havia sido severamente seviciado e estava com seu corpo coberto de feridas. O estado do menino, de propriedade da família Areas, causou revolta na população.

Foi, porém, o lançamento do jornal *Vinte e Cinco de Março*, no dia 1º de Maio de 1884, uma das medidas mais importantes dos abolicionistas de Campos. Porque a partir dele, os escravocratas foram denunciados constantemente, barões e fazendeiros expostos ao julgamento dos leitores, a polícia foi denunciada e a própria Corte Imperial foi duramente criticada.¹⁶¹ Foi o único jornal, em Campos, que não estava preso aos senhores de engenho e outros escravistas.¹⁶²

Embora a cidade de Campos tenha sido um dos primeiros municípios brasileiros a ter um jornal, o *Vinte e Cinco de Março* diferenciava-se pelo seu caráter abolicionista e independente. E também porque, apesar do jornal ter sido um dos principais canais de comunicação social e política dentro da vila, inicialmente, a imprensa campista nascera como tribuna dos intelectuais e do interesse econômico da aristocracia rural, não se preocupando com questões sociais, sendo, até mesmo, as notícias estrangeiras e nacionais mais importantes que as locais. Daí o caráter inovador

¹⁵⁸ Monitor Campista, 29 de junho de 1881, apud RODRIGUES, Hervé Salgado. op. cit., p. 110.

Infelizmente esta importante fala do abolicionista não pôde ser verificada, pois a página deste número do jornal *Monitor Campista* encontra-se parcialmente destruída.

¹⁵⁹ José João Barreto, Amaro Bastos, João Guarani, Francisco de Paula Guimarães, Casemiro Silva, José Armond, Antonio Moura (o moura da bodega), João Correia, Benedito Careca, Pascoal Mangano, Maximiliano Cabeça Chata, João Barreto Machado, Adolpho Porto, Bento Alves, Adolpho Magalhães, Feliciano José da Silva, Julio Armond, dr. Miguel Herédia de Sá, Bento Baptista, Fernandes Lima, Alvarenga Pinto, Francisco Maria Teixeira de Queiroz e Francisco Portela, todos aqui listados não constam no Almanak Laemmert sob nenhuma profissão.

¹⁶⁰ SILVA, Osório Peixoto. op. cit..

¹⁶¹ Idem, Ibidem.

FEYDIT, Julio. **Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes**: desde os tempos coloniais até a Proclamação da República. São João da Barra: Gráfica Luartson, 2004, 361.

¹⁶² RODRIGUES, Hervé Salgado. op. cit.

do *Vinte e Cinco de Março* se comparado a outros periódicos de Campos.¹⁶³

Devido à especificidade do *Vinte e Cinco de Março* que se colocava na oposição da lógica escravista e, até mesmo, como representante de uma opinião popular abolicionista, cremos ser importante pontuar a vida de seu redator e proprietário. Luiz Carlos de Lacerda percebia-se como um agente político naquela sociedade e fazia uso do periódico como um de seus instrumentos políticos. Lacerda, como outros intelectuais do Império, percebia-se como capaz de influenciar a opinião de seus leitores e, conseqüentemente, mudar o destino da nação.¹⁶⁴ E, neste sentido, ele pode ser entendido como um intelectual orgânico¹⁶⁵, na medida em que organiza, dá homogeneidade

¹⁶³ SOARES, Orávio de Campos. op. cit.

¹⁶⁴ MACHADO, Humberto Fernandes. op. cit., 2010a.

PESSANHA, Andrea Santos da Silva. op. cit., 2006, p. 63.

¹⁶⁵ Para entendermos melhor o conceito gramsciano de intelectual orgânico iremos ver alguns dos principais pontos da teoria do autor. Antonio Gramsci entende o conceito de política em dois sentidos distintos: amplo (identifica-se com liberdade, universalidade, se orienta para a totalidade das relações subjetivas e objetivas, logo todas as esferas do ser social são atravessadas pela política) e restrito (práticas e objetivações referidas diretamente ao Estado, às relações de poder entre governantes e governados). Entende que a economia determina a política, não mecanicamente, mas sim condicionando as alternativas possíveis à ação dos sujeitos. Tanto a gênese do político como a sua conservação, ou superação dependem, em última instância, da economia, pois dependem do aparecimento ou desaparecimento das classes sociais. E, à medida que se amplia a socialização da política, tornando a sociedade civil mais rica e articulada, mais os processos sociais são determinados pela vontade coletiva organizada e menos se impõe a causalidade automática e espontânea da economia. É a ação cada vez mais organizada da sociedade civil que impede o automatismo das causas econômicas.

Tese bastante interessante, na medida em que admitimos que as transformações na economia oitocentista possibilitaram que o movimento abolicionista se tornasse o vetor de transformação da instituição escravista, mas não que estas mudanças econômicas tenham determinado o fim do escravismo, como pensam os pensadores da Escola Sociológica de São Paulo.

Gramsci, assim como Marx e Lênin, afirma que o Estado nasce da divisão de classes e que este tem como função conservar e reproduzir tal divisão, garantindo que os interesses comuns de uma classe particular se imponham como o interesse geral da sociedade e, para isso, faz uso da repressão. Mas Gramsci avança, ao afirmar que devido à maior complexidade do fenômeno estatal e à, conseqüente, maior socialização da participação política surge uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas. Logo, seu conceito de “sociedade civil”, sua concepção ampliada do Estado, parte precisamente do reconhecimento dessa nova socialização da política no capitalismo desenvolvido, da formação de sujeitos políticos coletivos de massa.

E é nesse contexto que cremos estar inserido o movimento abolicionista brasileiro, na medida em que novas forma de participação política vinham se desenvolvendo ao longo de todo o século XIX, sendo, portanto, este movimento um símbolo dessa nova forma de ação política – coletiva e autônoma das esferas “oficiais” do poder político.

Antonio Gramsci chama estes organismos de participação política de “privados” (“aparelhos privados de hegemonia”), pois a eles se adere voluntariamente. A partir disso, afirma que o Estado comporta duas esferas principais: a sociedade política (Estado-coerção) e a sociedade civil (conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias). Embora difiram em relação à função na organização da vida social, na articulação e reprodução das relações de poder, juntas elas formam o Estado (ditadura + hegemonia), ou seja, ambas servem para conservar ou promover determinada base econômica. Mas, como esses aparelhos privados de hegemonia detêm relativa autonomia do Estado, abre-se a possibilidade de que a ideologia das classes subalternas obtenha a hegemonia em um dos vários aparelhos hegemônicos privados, mesmo antes que tais classes tenham tomado o poder de Estado, no sentido estrito. É o que sugerimos ter ocorrido com o movimento abolicionista na segunda metade da década de 1880.

Para o autor esta é uma crise política-ideológica, uma crise de hegemonia, ou seja a classe dominante perde o consenso, deixa de ser dirigente, permanece apenas dominante, detentora da força coercitiva. Porém, esse tipo de crise pode tanto resultar numa queda da classe dominante do poder, como pode fortalecê-la (através de concessões e manobras reformistas). Logo, a desagregação do poder constituído depende diretamente da capacidade da classe dominada de fazer política, de conquistar progressivamente a hegemonia, característica fundamental para a transformação da classe dominada em dominante.

Neste sentido, o partido político assume o papel de mediador, aquele que possibilita a tomada de poder pela classe dominada e faz isto ao elaborar de modo homogêneo e sistemático uma vontade coletiva-popular. Gramsci refuta a

e representa o pensamento contra-hegemônico naquela sociedade, que ele mesmo diz ser o anseio da maior parte da população.

Estamos conscientes de que é preciso ter cuidado com os superlativos que os pesquisadores locais empregaram para a importância do jornal *Vinte e Cinco de Março*. Porém não devemos deixar de referendar a notoriedade alcançada pelo jornal, principalmente por ser o único jornal da região exclusivamente dedicado à propaganda abolicionista¹⁶⁶, e que combatia tudo que estivesse relacionado ao escravismo. Além de que se manteve regularmente publicado durante os 4 anos e 2 meses de sua existência,¹⁶⁷ o que o difere de uma grande quantidade de jornais que tiveram uma vida bem mais breve durante o século XIX.

Outra característica que chama a atenção é o fato de que o *Vinte e Cinco de Março* se assemelha aos jornais analisados pelo historiador Marco Morel. Apesar da diferença de épocas (os jornais analisados pelo autor foram publicados nas décadas de 1820 e 1830) e de periodicidade (aqueles eram irregulares, enquanto o *Vinte e Cinco de Março* marcava-se pela regularidade), tais jornais também se caracterizavam por serem mais doutrinários do que informativos, eram redigidos por uma só pessoa, e estavam vinculados a uma liderança ou facção política, com linguagem veemente e formato pequeno.¹⁶⁸ Neste sentido, o *Vinte e Cinco de Março* também se caracterizava pelo distanciamento do discurso proferido pelos jornais mais informativos da região, exatamente porque estava desvinculado dos senhores de escravos, membros da elite política da região.

Além disto, mais um indício forte de que os abolicionistas ligados ao *Vinte e Cinco de Março* foram importantes no combate ao escravismo é que na mesma época da fundação do jornal, os senhores agricultores de Campos reuniram-se para tentar organizar uma associação “para tratar do desenvolvimento da lavoura, por meio da introdução de colonos, e também para pedir ao

possibilidade disto ocorrer através de uma luta espontânea apenas, pois esta é fruto de um processo político refletido e de uma linha política capaz de incidir efetivamente sobre a realidade. O que não quer dizer que o partido possa arbitrariamente elaborar uma “vontade coletiva” sem considerar os sentimentos populares, mas que este expressa a luta cotidiana dos movimentos espontâneos através de uma síntese político-intelectual, transformando tais movimentos em algo homogêneo, universalizante, capaz de uma ação eficaz e duradoura.

É, neste sentido, que tem na teoria de Gramsci um destacado papel o intelectual dentro do partido, sendo este de dois tipos: o intelectual orgânico, que dá homogeneidade e consciência a esta classe e os intelectuais tradicionais, que, no passado, tendo sido intelectuais orgânicos de uma determinada classe, são, presentemente, relativamente autônomos e independentes. Ambos dão forma homogênea à classe a qual estão organicamente ligados, e, por isso, preparam a hegemonia desta classe sobre o conjunto dos seus aliados, são, portanto, agentes da consolidação de uma vontade coletiva, de uma “bloco histórico”. É exatamente como um intelectual orgânico que Luiz Carlos de Lacerda pode ser entendido, como um representante de uma vontade coletiva, como aquele que organiza esta vontade e a representa às classes dominantes.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 46-110.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 3-199.

¹⁶⁶ FEYDIT, Julio. op. cit.

¹⁶⁷ Como já mencionado, a publicação do jornal foi interrompida somente quando sua redação foi invadida e destruída pela Polícia, entre 23 de Outubro de 1887 e 8 de Janeiro de 1888.

¹⁶⁸ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. op. cit., 2003.

governo providências contra os abusos que neste município se tem dado com a libertação de escravos”, numa tentativa final para se não interromper, pelo menos conter o movimento abolicionista na cidade.¹⁶⁹

O jornal de Carlos de Lacerda também foi alvo de vários atentados, assim como seu diretor e companheiros que o apoiavam.¹⁷⁰ Como leitura, em si, seus artigos nem sempre eram bem vistos, devido a sua capacidade de alterar comportamentos; principalmente porque nem sempre ensinavam atitudes recomendáveis por aqueles que detinham o poder de determinar o que era ou não recomendável. “A vontade de manter a ordem estabelecida, silenciando desejos de transformação, esteve na base de muitos atos de perseguição de livros e autores bem como de interdição de leituras.”¹⁷¹ Por isso, Márcia Abreu afirma que tanto o estímulo, como a censura à leitura devem ser analisados no contexto entre o conteúdo escrito e a sua relação com questões políticas, estéticas, morais ou religiosas do período. Pois “a leitura não é uma prática neutra. Ela é campo de disputa, é espaço de poder.”¹⁷²

Mesmo que tenha sofrido perseguições, que tenha se endividado pelo jornal, Lacerda pode contar com muitos contribuintes para a campanha abolicionista, desde bandas de músicas, clubes carnavalescos, irmandades religiosas, poetas, músicos, artistas das companhias teatrais, poderosos barões do açúcar e, principalmente, os médicos, quase todos engajados na campanha abolicionista. O jornal recebeu muito apoio popular, desde donativos até a defesa oferecida pela população, nos momentos em que foi preciso, principalmente nos embates contra a polícia.¹⁷³

Este apoio recebido por Lacerda e seu jornal demonstra como as ideias abolicionistas ecoaram na cidade de Campos. Um município historicamente importante por sua produção agrícola e por sua centralidade no comércio inter e intra-provincial e que, em resposta a esta importância, recebeu muitos investimentos do Governo, que implementou e incentivou a entrada de novidades tecnológicas na cidade, tais como os engenhos centrais, as usinas de processamento de cana-de-açúcar, as estradas de ferro, o canal Campos-Macaé. Fruto também da sua relevância política no cenário provincial.

Na sede deste município encontrava-se uma freguesia bastante urbanizada, que concentrava uma série de serviços, como escolas e professores, médicos e hospitais, bancos, diversos tipos de comércios, lojas maçônicas, tipografias, bibliotecas e muitos profissionais urbanos. Mas, junto a

¹⁶⁹ FEYDIT, Julio. op. cit., p. 361.

¹⁷⁰ LIMA, Lana Lage da Gama. op. cit.

FEYDIT, Julio. op. cit.

RODRIGUES, Hervé Salgado. op. cit.

SILVA, Osório Peixoto. op. cit.

¹⁷¹ ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 1999, p. 14.

¹⁷² Idem, *Ibidem*, p. 15.

¹⁷³ SILVA, Osório Peixoto. op. cit.

isto, havia também a permanência da superioridade econômica e política dos senhores escravocratas, dos barões do açúcar. E foi neste espaço urbano, propício à propagação das ideias abolicionistas, que Lacerda, filho das classes médias campistas, fundou e foi bem sucedido na manutenção do *Vinte e Cinco de Março*. Mas como o município não se restringia a área urbana e sua economia e política ainda era controlada por grandes fazendeiros, o uso de uma oratória ousada causou-lhes inúmeras perseguições, as quais eram abertamente relatadas, comumente, na primeira página do jornal, na sua seção mais relevante e autoral: a seção “25 de Março”. Por isso, iremos agora analisar a estrutura deste periódico, como forma de melhor entender a lógica da ação destes abolicionistas.

1.3. O *Vinte e Cinco de Março* em pauta

A edição quase completa do periódico *Vinte e Cinco de Março* encontra-se arquivado na coleção Plínio Doyle, disponível na Fundação Casa de Rui Barbosa.¹⁷⁴ Esta coleção vai do número 1, ano I, em sua fundação em 1º de Maio de 1884, até o número 42, ano V, de 3 de Junho de 1888, com alguns pequenos intervalos indisponíveis, tais como no ano I os números 61 e 85; no ano II os números 1, 6, 18 e 39; no ano III apenas o número 2; no ano IV não há nenhum faltando e no último ano (ano V, ano de 1888) faltam os número 37 e 38.

Destaca-se na prática de pesquisa historiográfica com periódicos vários aspectos que devem ser observados, como a aparência do periódico, posto que nada em um jornal é “natural”; as técnicas usadas para sua fabricação, comparadas com as disponíveis na época; e, principalmente, a função social dos impressos, sua circulação, sua relação com o mercado, os objetivos propostos e seu público-alvo.¹⁷⁵ É preciso estar atento ao fato de que as diferenças no suporte usado e na apresentação escolhida para o conteúdo apontam para diferenças relacionadas aos sentidos assumidos pelos periódicos no momento de sua circulação.¹⁷⁶ Pois o meio tem importância fundamental para a compreensão da mensagem, uma vez que na relação das pessoas com os meios de comunicação além da transmissão de ideias ocorre a tradução e a transformação da mensagem entre o que a conduz e o que a recebe. Dessa forma, os textos são apropriados de acordo com as expectativas e receios dos leitores/ouvintes, o que dá ao texto vários significados.¹⁷⁷

Logo, faz-se necessário esclarecer por que foi escolhido o nome *Vinte e Cinco de Março*

¹⁷⁴ Embora o Dicionário da escravidão, de Clóvis Moura (2004) afirme que o jornal tenha existido ente 1884 e 1885, podemos afirmar que o período de duração deste periódico foi mais longo, pois a coleção da Casa de Rui Barbosa vai desde o dia 1º de Maio de 1884 – número 1, ano I – até o dia 3 de Junho de 1888 – número 42 do ano V.

¹⁷⁵ ALVES, Fábio Lopes; GUARNIERI, Ivanor Luiz. op. cit.

¹⁷⁶ DE LUCA, Tania Regina. op. cit.

¹⁷⁷ MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e opinião pública no Brasil Império**: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842). Belo Horizonte: UFMG, 2011. (Tese, Doutorado em História).

para o jornal. Nome bastante significativo, pois está ligado à própria ideia do tipo de abolicionismo que o jornal defende, uma abolição imediata e sem violência. O nome do jornal deve-se à abolição promulgada antecipadamente e de forma independente do Estado, no dia 25 de Março de 1884, em toda a província do Ceará.¹⁷⁸

Na década de 1880, os escravocratas do sul do Brasil preocupados com a constante venda de escravos do norte para o sul, e temerosos que esta transferência de mão de obra tornasse o norte do país não só livre de escravos, como anti-escravagista, buscaram medidas legais para impedir a compra de escravos vindos de outras províncias. Mas a tentativa de impedir o antagonismo de interesses na nação não surtiu o efeito esperado, contrariamente estas leis fortaleceram o abolicionismo no norte, em especial no Ceará, posto que o valor dos escravos dependia quase exclusivamente da existência do mercado no sul.¹⁷⁹

Colaborou para a emancipação da província uma seca, que entre 1877 e 1880 devastou as lavouras cearenses.¹⁸⁰ Depois de tão longo período de privação econômica restou ao fazendeiro nordestino apenas vender seus escravos para subsistir. Momento em que as leis anti-tráfico inter-provincial os atingiu mais duramente, abrindo espaço para o crescimento do abolicionismo, que ainda não encontrara espaço de destaque na província, apesar do emancipacionismo ter-se desenvolvido cedo no Ceará. Em 1879, porém, após a seca, é fundada uma organização abolicionista e humanitária, chamada *Perseverança e Porvir*, dedicando-se à abolição; esta também criou um jornal e recebeu, depois, o apoio do próprio Presidente da Província.¹⁸¹

Até um dia após a assinatura da lei anti-tráfico interprovincial em São Paulo, esta sociedade abolicionista funcionava similarmente às outras tantas espalhadas no país, com saraus, festas, arrecadação de dinheiro para alforrias e celebrações destas alforrias. Neste dia, contudo, José do Amaral, presidente da organização, sob o argumento de que o valor dos escravos havia caído drasticamente com a lei paulista, tenta convencer um senhor de escravos a libertar escravos recém-adquiridos do interior. A tentativa é mal sucedida e diante desta derrota ele, “segundo foi alegado, concebeu a ideia de fechar o porto do Ceará ao tráfico de escravos de modo a diminuir mais o lucro dos negociantes”.¹⁸² Daí em diante o movimento abolicionista, que lutava pela proibição da exportação de escravos do Ceará, ganhou apoio popular e, principalmente, de dois antigos escravos, líderes populares dos trabalhadores do porto, Francisco José do Nascimento e José Napoleão, os quais foram fundamentais, pois conseguiram convencer os jangadeiros a se recusar a transportar

¹⁷⁸ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2009.

¹⁷⁹ CONRAD, Robert. op. cit.

¹⁸⁰ BASILE, Marcello Otávio. op. cit.

¹⁸¹ CONRAD, Robert. op. cit.

¹⁸² Idem, *Ibidem*, p. 216, 217.

escravos para os navios.¹⁸³

Após estes acontecimentos “o abolicionismo transformou-se, no Ceará, num movimento de massas, ameaçando a escravatura na totalidade da nação”.¹⁸⁴ E mesmo com medidas do governo federal para controlar o abolicionismo do Ceará, este cresceu, chegando ao interior. Além dos portos fechados para a entrada ou saída de escravos, processos sistemáticos de alforrias foram implementados (José do Patrocínio viajou para lá e participou de parte destes), libertando cidade por cidade, até que devido o rápido sucesso foi marcada para o dia 25 de Março de 1884 a data da libertação total da Província do Ceará. E, embora, na prática não tenha ocorrido, pois no município de Milagres ainda havia 298 cativos, a abolição da Província foi muito festejada pela população cearense e por abolicionistas de todo o país. E ainda mais importante esta emancipação serviu “como um detonador para deflagrar uma série de explosões abolicionistas que começariam a destruir a escravatura desde o Amazonas até a fronteira uruguaia”.¹⁸⁵

Desta forma, podemos afirmar que o movimento ocorrido no Ceará foi fundamental para motivar abolicionistas como Carlos de Lacerda a fundarem jornais e associações abolicionistas. Durante todo o ano de 1884, os fatos ocorridos no Ceará, depois no Amazonas e também no Rio Grande do Sul, foram muito comemorados pelos redatores do *Vinte e Cinco de Março*.

Uma representação disto está no próprio layout do jornal, que durante toda a duração do periódico (sempre publicado as quintas-feiras e domingos) pouco mudou, exceto nos dias comemorativos, como a emancipação da província do Amazonas, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, ou quando foi anunciada a assinatura da Lei Áurea. Inicialmente o cabeçalho seguia a seguinte ordem: Campos, o dia da semana e data. Tais informações vinham em letras bem pequenas. Abaixo disto vinha o nome do jornal (*Vinte e Cinco de Março*), com grande fonte e em caixas altas; e logo abaixo vinha o subtítulo (“órgão abolicionista”), também em caixas altas, mas com uma fonte bem menor. Ainda no cabeçalho, também em caixas altas, mas com fonte reduzida, vinha a seguinte frase: “Redator e proprietário Luiz Carlos de Lacerda”, como pode ser visto na fotografia abaixo:

¹⁸³ Idem, Ibidem.

¹⁸⁴ Idem, Ibidem, p. 218.

¹⁸⁵ Idem, Ibidem, p. 230.



Ilustração 3: Cabeçalho do Vinte e Cinco de Março – foto Tanize Monnerat

Este cabeçalho mudou relativamente pouco ao longo dos anos, mantendo as características principais, modificando-se apenas os tipos de fonte. Mas abaixo dele os textos vieram sempre divididos verticalmente em quatro colunas. Estas acabavam sendo finas, porque as dimensões do jornal eram reduzidas, se comparadas com um jornal padrão atual. O periódico mede aproximadamente 215mm de largura e 303 mm de altura. Mas a partir do ano de 1886 o jornal ganha novas e maiores proporções, mantendo o mesmo número de páginas.

Há também outras informações técnicas no cabeçalho, tais como o ano da publicação (antes da data) e o número desta (após a data). Durante todo o primeiro ano do jornal, havia dos dois lados do seu nome as seguintes inscrições: “Assinaturas / Sem porte / Mensal 1\$ / Avulso 100 réis” do lado esquerdo, e do lado direito: “Assinaturas / Com porte / Ano 14\$000 / Avulso 160 réis”. Comparando o preço deste com o preço do *Monitor Campista* (que era no período, o jornal mais antigo de Campos; com caráter conservador e informacional) pode parecer que o *Vinte e Cinco de Março* era, em geral, mais barato, pois em 1884 o *Monitor Campista* trazia também inscrito dos dois lados de seu cabeçalho “Assinaturas / Sem porte / 16\$000 (ano) / 9\$000 (semestre) / Número do dia 100 réis” do lado esquerdo, e do lado direito: “Assinaturas / Com porte / 20\$000 (ano) / 11\$000 (semestre) / Número do dia 100 réis”. Porém, embora a assinatura do jornal *Vinte e Cinco de Março* fosse mais barata, este jornal circulava apenas duas vezes por semana, enquanto o *Monitor Campista* circulava 6 vezes por semana. Somente o preço avulso dos dois se assemelha, mas mesmo assim o *Vinte e Cinco de Março* torna-se mais caro com porte (termo este que não parece indicar uma referência às posses do comprador, mas sim ao fato do jornal ser entregue ou não na casa do comprador).

Diante disso, podemos supor que as dificuldades de manutenção de um jornal abolicionista impunham um preço mais alto deste, pois a maior parte de seus recursos devia vir diretamente das suas vendas. Além disso, seu preço mais alto aponta que seus leitores diretos deveriam ser pessoas com certo padrão econômico. Pois, na mesma época, na Corte, o jornal *A rua* custava 40 réis,

enquanto a *Revista Illustrada* custava 1 conto de réis, o que demonstra, embora as notáveis diferenças de qualidade e tamanho entre as duas publicações, que o padrão econômico de seus possíveis compradores variava bastante. Outra característica do jornal que torna mais importante o valor de venda deste está no fato de que o *Vinte e Cinco de Março* nunca aceitou anúncios de escravos fugidos (assunto que será melhor trabalhado logo em seguida), o que restringia significativamente os anunciantes do jornal. Como afirma Machado, eram raros os jornais que não publicavam estes tipos de anúncio, mesmo entre aqueles que traziam um discurso pró-abolição.¹⁸⁶

Logo na primeira coluna do jornal há uma citação em latim (seguida por sua tradução em português) do jurista português, do século XVIII, Mello de Freire, que diz “Escravos negros são tolerados no Brasil e outros domínios; mas por que direito e com que título confesso ignorá-lo completamente.”. Esta citação permanece no mesmo local durante quase toda a extensão de vida do periódico; apenas após a aprovação da Lei Áurea o jornal para de trazer como sua primeira frase esta citação. Até mesmo o número 36, do ano V, que foi distribuído no dia 13 de Maio e, portanto, feito e impresso antes da aprovação da lei, traz a inscrição pela última vez. O que é bastante significativo nesta citação é seu caráter legislativo, característica marcante e presente em toda argumentação do periódico, tópico que será melhor discutido no segundo capítulo.

Neste sentido, a citação de um famoso jurista insere-se na lógica de combate destes abolicionistas. O fato de que esta citação estar logo na abertura do jornal chama a atenção, pois além de ser uma forma de buscar corroboração com as ideias propostas pelo jornal, também pode ser entendido como um recurso para direcionar a leitura, fazendo com o leitor já identifique um grande pensador que afirma o que o jornal está prestes a afirmar também. Como nos alerta Chartier, precisamos atentar ao fato de que um texto pode ser (e é) interpretado por cada leitor de uma forma única. Destaca, portanto, a autonomia no ato de ler em oposição a uma absoluta eficácia do texto em transmitir seu significado ao leitor. Nesse sentido, a História deve contribuir reconstruindo as diferentes leituras de um mesmo texto, e identificar as estratégias (explícitas e implícitas) dos textos de impor uma leitura autorizada de si. Ou seja, deve-se pesquisar qual é a leitura autorizada do texto e, se possível, quais foram as leituras concretas.¹⁸⁷ Os sentidos de um texto não são inerentes a este, uma vez que estão sujeitos a diferentes momentos de transmissão e apropriação, desde a redação, a composição tipográfica, até à leitura, de fato.¹⁸⁸ Até a tipografia é capaz de produzir sentidos¹⁸⁹, pois também leva marcas da cultura da qual faz parte. Tais intervenções tipográficas buscam direcionar a

¹⁸⁶ MACHADO, Humberto Fernandes. op. cit., 2010a.

¹⁸⁷ CHARTIER, Roger. Texto, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn [et al.]. **A nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

¹⁸⁸ MOREIRA, Luciano da Silva. op. cit.

¹⁸⁹ O autor exemplifica com o constante uso, pelos periódicos da 1ª metade do século XIX, de palavras invertidas e de ponta-cabeça indicando ironia por parte do redator ou tipógrafo.

forma de ler e compreender o texto; há intencionalidade até mesmo nos elementos não verbais.¹⁹⁰

O texto só se completa pelo itinerário da leitura, sendo o objeto literário constituído pela atividade de ler. Logo a obra é uma produção comum do autor e do leitor. Para Ricoeur, a dialética da literatura inclui as estratégias de persuasão desenvolvida pelo autor para atingir seu leitor em potencial. Mas, não podemos esquecer que além do poder de manipular seus textos do outro lado há um leitor que pode tudo estranhar.¹⁹¹

Neste sentido, é preciso estar atento a quem eram (potencialmente) os leitores do periódico analisado.¹⁹² Portanto, vamos analisar a tiragem do jornal (presente em todas as edições), que começa com 1000 exemplares, passa por um período em que é reduzida para 800, sobe para 900 e termina (em Junho de 1888) com uma tiragem de 2000 exemplares. Apesar deste crescimento no número de jornais vendidos e do número de anunciantes, é preciso destacar que logo nos primeiros números do jornal há várias notas informando que o jornal pretendia torna-se diário, fato que nunca ocorreu.

Como mencionado no item anterior, na paróquia de São Salvador (ou seja, na área urbana de Campos) os profissionais liberais, tinham a maior concentração de alta renda; portanto, naquele contexto, quanto mais pobre, maiores as chances de a pessoa ser analfabeta. Embora o universo de votantes englobasse diferentes profissionais, a elegibilidade (ou seja o direito de ser votado, de ser eleito) “estava restrita à elite local composta, primordialmente, por proprietários e profissionais liberais, seguidos por aqueles que se dedicavam ao comércio/serviços e pelos que trabalhavam no setor público.” Logo, era na Paróquia de São Salvador, e, especificamente, entre aqueles que compunham o grupo dos eleitores que estava a maior taxa de alfabetização da cidade.¹⁹³

Em 1872, em Campos, dos 28.467 homens livres, 7.434 eram alfabetizados (26%) e das 27.745 mulheres livres, 3.921 mulheres eram alfabetizadas (14%). No entanto, entre os escravizados havia apenas 18 homens alfabetizados e somente 4 mulheres alfabetizadas, em um universo de 17.689 escravos e 14.931 escravas em todo o município de Campos.¹⁹⁴

No ano de 1890, um novo censo foi aferido e neste, já sem a divisão entre livres e escravos, temos 7.835 homens alfabetizados entre 38.792 habitantes homens da cidade (ou seja 20% deles são

¹⁹⁰ MOREIRA, Luciano da Silva. op. cit.

¹⁹¹ Ricoeur, Paul, apud BARBOSA, Marialva Carlos. **Percorso do olhar**: comunicação, narrativa e memória. Niterói: EdUFF, 2007.

¹⁹² No contexto da nossa pesquisa, a discussão das formas de leitura serve apenas como contextualização e como meio de destacar que todo material escrito é produzido com estratégias para conduzir uma leitura autorizada do texto, mas este só se conclui com a leitura, feita de maneira independente, pelo leitor.

Embora as formas de leitura sejam uma questão bastante abordada na História Cultural, a intenção de nossa pesquisa não a abrange, pois nosso objetivo é analisar o jornal em seus aspectos sócio-econômicos e políticos no contexto do abolicionismo em Campos.

¹⁹³ NUNES, Neila Ferraz Moreira. op. cit., p 335-336.

¹⁹⁴ **CENSO, IBGE – 1872-1912.** op. cit.

alfabetizados) e 5.058 mulheres alfabetizadas (13%) em um universo de 39.244 mulheres na cidade. O que deixa claro que sem a distinção entre livres e escravos, posto que são todos livres agora, ocorreu a incorporação dos libertos no computo geral, o que, conseqüentemente, abaixou o percentual de letramento da população cidadina.¹⁹⁵

Embora o universo de leitores em 1872 pareça pequeno (20% de toda a população livre) é preciso compreender melhor as práticas de leitura do século XIX, além do fato de que o jornal aqui estudado englobava uma associação abolicionista, que promovia inúmeros eventos sociais, onde discutia-se os assuntos tratados nos jornais. Logo o número de pessoas realmente alcançadas pelos jornais é impossível de ser calculado, mas, provavelmente, ultrapassava o seu número de assinantes.

Se considerarmos o caso mais extremo (mil assinantes e população total de 88.832 habitantes, segundo o Censo de 1872) temos que os mil assinantes do *Vinte e Cinco de Março* representavam 1,7% da população livre e 1,1% da população total do município.¹⁹⁶ Considerando um melhor cenário, no período final do periódico (já 2.000 assinantes e população de 78.036 habitantes, segundo o Censo de 1890), teremos que os dois mil assinantes representavam 2,6% da população de Campos. E se forcarmos ainda mais, desconsiderando os 29% desta população era menor de 10 anos, teremos uma população total, em 1890, de 55.753 pessoas acima dos 11 anos de idade.¹⁹⁷ Logo os 2000 assinantes do jornal representariam 3,6% da população de Campos.

Estes dados ainda são mais baixos que a proporção, por exemplo, do jornal *O Paiz*. Este, no mesmo período aqui estudado, tinha uma tiragem de 11 mil exemplares.¹⁹⁸ E se considerarmos que a população do Distrito Federal (área de circulação do periódico) em 1872 era de 226.033 livres e 48.939 escravos¹⁹⁹, temos que os 11 mil assinantes representavam 4,9% da população livre e 4% da população total. O periódico *Gazeta da Tarde*, jornal abolicionista que também circulava na Corte, tinha em 1881 (ano em que foi comprado por José do Patrocínio) uma tiragem de 5.000 exemplares²⁰⁰, logo, estes cinco mil leitores representavam 2,2% da população livre e 1,2% da população total do município do Rio de Janeiro. Mas, em 1884, este jornal já possuía a tiragem de 12 mil exemplares, maior ainda que a do *O Paiz*. Logo embora a inserção do *Vinte e Cinco de Março* em Campos, não fosse parecida com aquela encontrada pelo jornal *O Paiz* ou pelo *Gazeta da Tarde*, em seu ápice, na Corte, ela era próxima da inserção deste último quando no início da gestão de José do Patrocínio. Assim como fez Humberto Machado ao comparar jornais de grande penetração no cenário abolicionista da Corte (como a *Gazeta de Notícias*, *O abolicionista*, e a

¹⁹⁵ Idem, Ibidem.

¹⁹⁶ Idem, Ibidem.

¹⁹⁷ Idem, Ibidem.

¹⁹⁸ PESSANHA, Andréa Santos da Silva. op. cit., 2006, p. 13.

¹⁹⁹ CENSO, IBGE – 1872-1912. op. cit.

²⁰⁰ MACHADO, Humberto Fernandes. op. cit., 1991.

Revista Illustrada) com outros jornais abolicionistas da cidade do Rio de Janeiro, que não atingiam a mesma penetração destes, também afirmamos que a atuação destes jornais menores (como talvez possa ser considerado o *Vinte e Cinco de Março*) é muito importante, pois refletia a falta de sustentação do escravismo na década de 1880.²⁰¹

É preciso destacar também que estes dados apenas apontam o universo dos possíveis leitores do periódico, porque muitas das leituras do século XIX seguiam uma lógica diferente da atual, uma vez que a relação que temos hoje com o texto não é a mesma relação que mantiveram as pessoas na época de sua produção, o significado e a importância de um texto é sempre peculiar ao período e às maneiras em que ele foi produzido.²⁰² Daí a importância de se fazer a crítica interna (coerência, modo de abordagem, duração da abordagem do tema, se há mudança de postura, como é dada a interrupção do tema) e externa (contexto histórico, motivações dos produtores dos periódicos) dos documentos, observado o ambiente em que foram produzidos, a qual sociedade estavam vinculados, observando os valores e as circunstâncias da época.²⁰³ Neste sentido, podemos afirmar que o *Vinte e Cinco de Março* funcionava como importante meio de divulgação das ideias abolicionistas.

Mariana Pícoli, que estudou o movimento abolicionista no Espírito Santo, afirma que, apesar do alto índice de analfabetismo, jornais abolicionistas foram capazes de impulsionar a população, pois a prática da leitura em voz alta e as conversas cotidianas realizadas em espaços públicos abarcavam as pessoas mais humildes, o que, entre outras medidas, possibilitou o caráter popular do movimento abolicionista desde o final da década de 1870.²⁰⁴

A campanha abolicionista foi difundida para vários segmentos da sociedade através dos jornais, segundo Machado, que estudou o movimento na Corte; o autor afirma que o abolicionismo ganhou as ruas, estimulado pelas elites intelectuais que atuavam na imprensa.²⁰⁵ Apesar das dificuldades da campanha abolicionista, estes jornais disseminaram as ideias antiescravistas entre diversos segmentos da população, se não através dos seus leitores, através das manifestações públicas, que atraíam pessoas que não tinham acesso às suas matérias, incluindo-se, neste caso, os analfabetos.²⁰⁶

As tipografias e as primeiras livrarias também foram fundamentais neste processo de divulgação das ideias contidas nos impressos, pois frequentadas por redatores e leitores eram locais ideais para conversas, contatos e estabelecimento de laços de solidariedade política. Enquanto

²⁰¹ Idem, op. cit., 2010.

²⁰² DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²⁰³ ALVES, Fábio Lopes; GUARNIERI, Ivanor Luiz. op. cit.

²⁰⁴ PÍCOLI, Mariana de Almeida. **Ideias de liberdade na cena política capixaba**: o movimento abolicionista em Vitória (1869-1888). Dissertação de Mestrado. Vitória: UFES, 2009.

²⁰⁵ MACHADO, Humberto, Fernandes. op. cit., 2006.

²⁰⁶ Idem, op. cit., 1991.

pontos de venda dos impressos, ocorriam aí leituras coletivas, espalhavam-se cartazes e papéis circulavam de maneira intensa pelas ruas.²⁰⁷ As pessoas tinham contato com as notícias dos periódicos também através da maneira de vender os jornais, pois os vendedores anunciavam publicamente as notícias neles contidas, possibilitando que todos ao redor ouvissem parte do que estava contido no jornal.²⁰⁸ Os próprios jornais eram expostos em locais frequentados por diversas camadas da população, assim como há registros de leituras em grupo, características de um tipo de sociabilidade literária que se tornaria corrente em fins do século XIX.²⁰⁹ Por isso Morel afirma que, apesar das limitações impostas pela escassa alfabetização, o rótulo de “elitista”, as vezes, empregado a imprensa do século XIX deve ser usado com muita cautela, uma vez que “havia cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas.” A circulação do debate político ultrapassava o público exclusivamente leitor.²¹⁰

Essa interação entre os redatores dos jornais e seus leitores é facilmente detectada com a leitura do *Vinte e Cinco de Março*, pois em inúmeros momentos o jornal relata visitas à redação que lá iam para denunciar alguma violência, ou para alertá-los sobre possíveis ataques da polícia, entre outras reuniões. O que demonstra que a tipografia funcionava como um local de encontro, debates e de ação política dos abolicionistas em Campos, como demonstraremos no capítulo seguinte.

Um último ponto a se destacar quanto ao alcance destes periódicos são as restrições econômicas. A partir de cálculos comparativos, Marco Morel afirma que, apesar do preço dos livros não ser tão alto se comparado com o salário médio dos eleitores, percebe-se que, normalmente, os proprietários de livros deveriam ter salários que os possibilitava a serem eleitores. Daí que “se articula de maneira mais clara a interseção de elites culturais com elites políticas. Os clientes das livrarias eram formadores de opinião em potencial, tanto pelo voto como pela possibilidade de ler e se informar, além do poder aquisitivo e social.”²¹¹

Mas, tendo em vista que os jornais custavam muito menos que os livros, eram, portanto, muito mais acessíveis. Além disto, era comum os jornais transcreverem trechos de livros, disseminando a literatura. Logo, mesmo quem não tinha poder aquisitivo para comprar livros, poderia ter acesso (mesmo que controlado pelos redatores) a estes.²¹² E cientes que os “universos da escrita e da oralidade encontravam-se, simultaneamente, na mesma sociedade, com áreas de contato e interseção; da mesma maneira, tocavam-se os grupos denominados “elites” e as camadas pobres

²⁰⁷ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. op. cit., 2003, p. 45.

²⁰⁸ MACHADO, Humberto Fernandes. op. cit., 1991.

²⁰⁹ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. op. cit., 2003.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. O jornal o leitor e a leitura no oitocentos brasileiro. In: **Labirintos**: revista eletrônica do núcleo de estudos portugueses, n.8, 2º sem., 2010, p. 2.

²¹⁰ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. op. cit., 2003, p. 45.

²¹¹ Idem, Ibidem, p. 92.

²¹² Idem, Ibidem, p. 93.

da população, inclusive escravos.²¹³

A partir destes dados, o autor propõe questionarmos o estereótipo do escravo *ignorante*²¹⁴ (sem nenhum acesso à imprensa ou cultura letrada). Sugerindo que os escravos, ainda que não tivessem voz nas páginas impressas, podiam, ocasionalmente, ser leitores, diretos²¹⁵ ou indiretos, fazendo releituras próprias. Ressalta, é claro, que o controle do espaço impresso não era dos escravos, mas que crê que estas reflexões nos possibilita pensar num caminho de mão dupla, em que os cativos eram não apenas objetos, ou tinham suas vidas influenciadas pelos impressos, mas também deixaram suas marcas na imprensa, de diferentes maneiras, fosse como mercadoria ou como agentes históricos.²¹⁶ O que também pode ser exemplificado no *Vinte e Cinco de Março*, uma vez que em muitos momentos há notícias relatando a fuga de escravos até o escritório do jornal, assim como outros escravos que para lá se dirigem na esperança de conseguirem defesa jurídica em



Ilustração 4: Detalhe da Folha de rosto do *Vinte e Cinco de Março* – Foto Tanize Monnerat.

processos contra seus senhores, assuntos que discutiremos detalhadamente no próximo capítulo.

No clássico trabalho “História da imprensa no Brasil”, Nelson Werneck Sodré afirma que apesar de o estabelecimento da imprensa no Brasil estar ligado à vida urbana, isto não significou uso restrito dos impressos, uma vez que o acesso à cultura letrada não se restringiu aos círculos alfabetizados, já que além da leitura em voz alta ser uma prática comum no Brasil oitocentista, o uso de imagens, como as da *Revista Ilustrada* permitiu que a leitura, e, conseqüentemente, a alfabetização, ficassem em segundo plano, o que fica claro com a popularidade da revista.²¹⁷

Neste sentido, embora as imagens pudessem ter um maior alcance na sociedade brasileira do século XIX, o *Vinte e Cinco de Março* faz um uso muito restrito dos recursos visuais não verbais, quase não há ilustrações, e não há nenhuma caricatura em todo o jornal. As duas únicas exceções são, primeiro, as poucas ilustrações presentes em alguns anúncios, mas como estas são de responsabilidade do anunciante e não do jornal, em particular, não nos dedicamos a análise delas. A segunda exceção é uma ilustração

feita pelo próprio jornal e localizada entre a frase em latim e sua tradução (a citação do jurista

²¹³ Idem, *Ibidem*, p. 95.

²¹⁴ Grifos do autor.

²¹⁵ “Muito raro fossem os trabalhadores negros alfabetizados, como é prudente assinalar.” In: Idem, *Ibidem*, p. 94.

²¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 97-98.

²¹⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *op. cit.*

português), presente logo na primeira página, da primeira coluna de todos os jornais.

Embora esta ilustração, ao lado, tenha sido utilizada por apenas setes meses (entre os dias 29 de Agosto de 1885 e 1º de Abril de 1886) e, mesmo neste período, em alguns números ela não tenha aparecido (aparentemente devido à falta de espaço), ela é muito significativa. O desenho representa um homem negro, vestindo uma peça de roupa branca, que lhe cobre apenas as partes íntimas, como muitas das roupas de algodão rústico dos escravos. O escravo está numa paisagem, aparentemente, rural – está ao lado de uma pequena árvore e de um pequeno arbusto. Suas mãos estão se abrindo por cima de sua cabeça e, através deste ato, ele está libertando-se de algemas que os prendiam, enquanto seus pés já têm as correntes quebradas. Tudo nesta imagem evoca a abolição, a posição do escravo no campo, a frase que faz as vezes de margem da figura (“Escravos negros são tolerados no Brasil e outros domínios; mas por que direito e com que título confesso ignorá-lo completamente.”) e em especial o fato de que o negro está sozinho nesta imagem, libertando-se sem o auxílio de ninguém, numa atitude completamente independente.

1.3.1. Entre anúncios, notícias e folhetins

Assim como há diferenças em se escrever um texto e tê-lo impresso, pois o suporte do texto influencia em sua leitura (e até mesmo quando o suporte e o texto são os mesmos, as leituras serão diferentes)²¹⁸, no processo de produção dos textos o autor também faz uso de códigos de leitura (explícitos ou implícitos) que impõem ao leitor um protocolo de leitura, que se relaciona com o suporte material da escrita, como a disposição e a divisão dos textos, os quais trazem implícito o tipo de leitor ao qual o impresso se dirige.²¹⁹ Por isso, faz-se relevante a análise das diferentes seções do *Vinte e Cinco de Março*, para entender os caminhos da leitura que o redator tentava impor, e também os diferentes setores em que era dividido o periódico, para talvez assim, abranger um maior público leitor.

O jornal *Vinte e Cinco de Março* subdivide-se internamente em poucas seções. Manteve sempre quatro páginas e a primeira seção ocupou, quase sempre, toda a primeira página, estendendo-se para a segunda ocasionalmente e, em raros casos, até a terceira. Esta primeira seção, intitulada “25 de Março”, funcionava como um editorial, pois nela eram debatidas as ideias principais do periódico, sendo a seção mais argumentativa, não apresentando nenhuma notícia cotidiana, embora apresente subtítulos em cada artigo. Nesta seção discute-se o tipo de abolição que o jornal defende, o porquê dela e os meios que buscam para implementá-la. Neste setor também estão expostos a relação do *Vinte e Cinco de Março* com outros jornalistas, com os políticos e com

²¹⁸ CHARTIER, Roger. Texto, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn [et al.]. op. cit., 1995.

²¹⁹ Idem. Do livro à leitura. Em: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

os senhores.

Assim como todas as sessões produzidas pelo jornal, esta raramente é assinada e, por isso, não podemos saber, com certeza, se é fruto de um trabalho coletivo ou individual. O jornal, porém, dá indicações de que, pelo menos esta primeira seção, seja de autoria de Luiz Carlos de Lacerda, pois além do dizer logo abaixo do cabeçalho do jornal “Proprietário e Redator Luiz Carlos de Lacerda”, em alguns raros artigos da seção “25 de Março”, podemos ler pronomes relativos à primeira pessoa como “eu”, “meu”, “minha”. Além disto, todas as vezes que Carlos de Lacerda se ausentava da cidade o jornal exibia uma nota ou na seção “Noticiário” ou na seção “Expediente” informando de sua viagem, o tempo da duração desta e sob responsabilidade de quem estaria a redação do jornal. Como esta: “Durante a nossa ausência, que será por poucos dias fica-nos substituindo, o sr. Germano Rodrigues Peixoto.”²²⁰ Desta maneira, cremos que a redação do jornal, se não de forma completa, pelo menos as suas partes mais argumentativas, eram redigidas por Carlos de Lacerda, e que em sua ausência outros funcionários do jornal assumiam esta responsabilidade, como a seção “expediente” do dia 5 de Março de 1885 exemplifica:

“Seguindo para a côrte no vapor de amanhã, durante a nossa ausência fica á frente desta redação o nosso companheiro e amigo, Pedro Albertino Dias de Araujo, com quem poderão se entender as pessoas que tiverem alguma dependência do ««Vinte e Cinco de Março»».
Campos, 25 de fevereiro de 1885.
CARLOS DE LACERDA.”

Além de Pedro Albertino, é citado em outra oportunidade Adolfo Pereira Porto. Em contrapartida, as matérias assinadas, em sua maioria, eram transcrições de outros jornais ou contribuições de importantes abolicionistas

Após esta longa seção inicial há pequenas matérias, nem sempre acompanhadas de títulos, mas ainda dentro da seção “25 de Março”. Estas pequenas matérias, também argumentativas não se confundem com a sessão denominada “Noticiário”, onde estão, por exemplo, os relatos de casos de violência contra escravos, as notícias sobre as alforrias (concedidas tanto por associações, como por indivíduos particulares) e as convocações para os *meetings*.

Há, desde o primeiro número do jornal, a seção de anúncios, na qual constam bens a venda, mão de obra oferecida e requisitada, propagandas de lojas, de indústrias, de hotéis, de restaurantes, e até mesmo anúncios de peças teatrais. Ao longo dos anos, surgem outros anúncios, como convites para festas populares, para celebrações religiosas coletivas e outras de celebrações particulares (como missas encomendadas em homenagem a entes mortos), há também anúncios de profissionais liberais (médicos e, principalmente advogados). Além dos anúncios das lojas e de hotéis tornam-se cada vez maiores, ocupando quase um quarto de página. Apesar de não serem os maiores anúncios,

²²⁰ Vinte e Cinco de Março, 22 de Maio de 1884 – Seção “Expediente” – p. 1.

os mais frequentes eram os de estabelecimentos comerciais, como lojas de secos e molhados, lojas de tecido, bazares, padarias e oficinas, o que demonstra uma carta de anunciantes bastante ligada ao setor urbano.

Os anunciantes do *Vinte e Cinco de Março* eram, em linhas gerais, do mesmo tipo de estabelecimentos que aqueles que anunciam no *Monitor Campista*²²¹ – lojas, profissionais liberais, hotéis, teatros – mas não eram dos mesmos estabelecimentos. E no *Monitor* destacavam-se os anúncios de festas religiosas, obituários, anúncios dos clubes de carnaval e anúncios de venda e aluguel de casas e chácaras. Havia também anúncios de peças teatrais (também no Teatro Empyreo, local quase oficial dos encontros abolicionistas), de circos, além de produtos de todos os tipos (açúcar, bacalhau, fubá, vinhos).

Alguns anúncios, porém, não se assemelham aos do *Vinte e Cinco de Março*, ocorrendo apenas no *Monitor Campista*, como os dos vários xaropes, vermífugos e óleos milagrosos; além dos Clubes de Carnaval, anúncios de banco (comumente da Caixa Econômica) e principalmente o enorme anúncio, de ¼ de página sobre a “Companhia de colonização Agrícola”, que dizia trabalhar pela vinda de imigrantes europeus. Um tipo de anúncio bastante comum no *Monitor Campista* e que nunca aparecera no *Vinte e Cinco de Março* foram as notas de gratificação pela apreensão de escravos fugidos, assim como as notas de descrição da aparência destes escravos, que mesmo sem afirmar abertamente a recompensa deixa nítido o interesse do anunciante em tê-lo novamente. Assim como há anúncios de “precisa-se” de um alugado, de uma negrinha, etc. Tais notas ficam lado a lado com notas de ações de liberdade, hábito duramente criticado pelos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*.

Embora, em sua maioria, o tamanho físico destas notas seja correlato entre os dois jornais, mais frequentemente os maiores anúncios estavam no *Vinte e Cinco de Março*, em especial a partir do crescimento desse setor, em fins de 1886. Este fato é significativo, pois se o preço do anúncio é proporcional ao número de linhas, quanto maiores os anúncios mais caros são estes. E a presença frequente de grandes anúncios no *Vinte e Cinco de Março* indica, portanto, que provavelmente o preço dos anúncios destes deviam ser mais baratos que no *Monitor Campista*. A comparação exata é difícil de ser feita, pois somente o *Monitor Campista* anuncia o preço da propaganda²²², mas, por

²²¹ O *Monitor Campista*, fundando em 1834, foi o terceiro mais antigo jornal em circulação ininterrupta no país (até 2009, quando foi fechado sob a justificativa de problemas financeiros). Além da longevidade, que por si demonstra a importância do jornal para a região, é importante destacar que “desde o início de sua história, o Monitor faz parte do contexto de defesa do direito de expressão, embora, em alguns momentos, fosse claramente favorável às classes dominantes, principalmente nos embates da abolição da escravatura, quando se colocou ao lado dos escravocratas”. Por ser um estabelecido jornal na região, de postura conservadora e de grande importância para a imprensa local, escolhemos o *Monitor Campista*, como contra-ponto ao *Vinte e Cinco de Março*.

In: SOARES, Orávio de Campos. op. cit.

²²² Anúncios dos assinantes é de 50 réis por linha, enquanto os anúncios de não assinantes é de 100 réis por linha.

outro lado, não publica sua tiragem, impossibilitando sabermos a eficácia pretendida com o anúncio. Também se destaca que o maior anúncio do *Monitor Campista* tenha sido exatamente o anúncio de ¼ de página sobre a “Companhia de colonização Agrícola”, deixando claro o interesse do jornal e do anunciante em divulgar a opção pelo trabalho imigrante.

Entre os anunciantes um grupo que se destaca, não pelo tamanho dos anúncios, nem pela frequência, mas sim pela importância para a nossa pesquisa, são os anúncios de profissionais liberais. E é interessante questionarmos por que os profissionais liberais que mais anunciam, no *Vinte e Cinco de Março*, sejam os advogados. Talvez por terem se tornado abolicionistas, ou por defenderem causas abolicionistas em nome do Clube abolicionista. Ou até mesmo porque defendem causas abolicionistas precisavam de mais publicidade, já que provavelmente não eram muito bem visto pelos senhores de escravos da região. Mais uma vez comparando com o maior jornal conservador de Campos – *Monitor Campista* – temos que entre todos os farmacêuticos, médicos, dentistas e advogados que anunciaram nos dois jornais, apenas um advogado anunciou nos dois jornais (Ferreira Landim), exceto este nenhum dos profissionais liberais dessas áreas fez uso dos dois jornais, o que demonstra que o público-alvo deste dois jornais era extremamente diferente.

A seção que iniciara ocupando um espaço que variava de meia coluna, até uma coluna e meia, ganha cada vez mais espaço no jornal, e após dois anos de publicação, aproximadamente em Maio de 1886, após certa irregularidade em seu tamanho, ela cresce a tal ponto, que chega a ocupar toda a última página do jornal e em alguns números até mesmo parte da página anterior (a página três), mesmo espaço ocupado pelo setor de anúncios do *Monitor Campista*, que, desde 1884, ocupava mais de uma página. Este crescimento do setor de anúncios do *Vinte e Cinco de Março* (uma maior cartela de anunciantes) pode indicar que o jornal tinha uma maior aceitação pela população, inclusive devido o crescimento de cem por cento na tiragem ao longo desses 4 anos (de 1000 para 2000 exemplares), o que levaria os negociantes e profissionais liberais a procurar o jornal para nele fazer propagandas.

Enquanto Humberto Machado ao relatar as características principais do jornal de Patrocínio (*Gazeta da Tarde*) afirma que o grande número de anúncios demonstra a dependência que a imprensa tinha deste meio para obter recursos, e, conseqüentemente, “podemos estimar as dificuldades para a manutenção de uma imprensa autônoma e abolicionista embora, como já assinalamos, com as vendas nas ruas, ela tenha atingido um maior grau de independência.”²²³

Além destas seções, existiram, ao longo dos anos de vida do periódico, outras que só apareciam ocasionalmente, como as seções “A pedido” e “Secção Livre”. Uma seção também pouco presente é a “Expediente”, que só aparece quando o jornal precisa fazer qualquer anúncio

²²³ MACHADO, Humberto Fernandes. op. cit., 1991, p. 32.

sobre seu próprio funcionamento, como formas de pagamento, quem é seu cobrador, pedidos de desculpas por atrasos ou falta de jornais, entre outros pequenos comunicados. Em raras e especiais ocasiões o jornal traz suplementos, uma folha completamente isolada do restante do jornal, sem qualquer tipo de numeração de página e inscrito no topo o nome: “*Suplemento do Vinte e Cinco de Março*” ou “*Boletim do Vinte e Cinco de Março*”. Estes relacionam-se com crimes cometidos contra abolicionistas, trazendo a versão dos jornalistas sobre tais acusações, tais suplementos serão analisadas separadamente, no terceiro capítulo da dissertação.

Os artigos assinados por pessoas não membros do *Vinte e Cinco de Março* são transcritos, comumente, logo após o primeiro setor, ou até dentro desta seção. Elas possuem um título próprio, dado pelo autor, e tem em comum o fato de virem sempre assinadas e, as vezes, precedidas por uma explicação do jornal dizendo de onde foi extraído e quando foi escrito. Se não foram extraídas de outro jornal, mas não foram escritas pelo *Vinte e Cinco de Março*, elas não são precedidas pela explicação, mas vem assinadas pelo seu autor.

É este o caso que ocorre logo no primeiro número. Porém a excepcionalidade deste artigo está no fato de que ele veio precedido de um título, com a mesma fonte e mesmo estilo dos títulos das seções, em que se diz “Colaboração”. Como este título só aparece uma vez, cremos não se tratar de uma seção, ou pelo menos que os jornalistas do *Vinte e Cinco de Março* desistiram dela. Este primeiro veio assinado por João Barreto e discutindo a questão da abolição, criticou a postura dos fazendeiros nacionais que faziam uso da mão de obra imigrante, mas o igualavam aos escravos, ao invés de igualarem os escravos a condição dos livres.

Por fim, cientes de que o folhetim (espaço destinado a piadas, charadas, receitas, novidades, historietas e cartas) foi uma das seções que mais contribuiu para o aumento significativo das tiragens dos periódicos no século XIX,²²⁴ não devemos estranhar o fato de que no dia 4 de Maio de 1884, jornal de número 2 do ano I, surge esta seção no *Vinte e Cinco de Março*. Principalmente porque esta parte dos jornais além de ter se tornado em um dos principais atrativos dos jornais, levou-os para o interior das províncias, onde, certamente, eram lidos em voz alta.²²⁵

Este tipo de seção normalmente ocupava o espaço dos rodapés e, ao longo do século XIX, sofreu várias mudanças, “até que passou a comportar trechos de uma narrativa fatiada, obra publicada aos pedaços, em progresso, fazendo com que o leitor, instigado pela curiosidade e pelo suspense das histórias, adquirisse diariamente o jornal.”²²⁶ No Brasil do século XIX, havia uma relação estreita entre o livro e o periódico, ambos vendidos em livrarias, mas como os jornais eram significativamente mais baratos e, muitas vezes, traziam longas partes transcritas de livros, eles

²²⁴ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. op. cit., 2003. (grifos do autor).

²²⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit.

²²⁶ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. op. cit., 2003, p. 55. (grifos do autor).

além de mais populares, tornavam os livros (ou parte deles) mais acessíveis.²²⁷

No *Vinte e Cinco de Março* a seção 'Folhetim' existirá durante quase toda a extensão do jornal, mesmo que sem o nome. Ela se caracterizava exatamente por trazer trechos de um único texto literário, sendo transcrito diariamente em pequenos pedaços ao longo dos meses. Localizava-se, comumente, na metade horizontal inferior da segunda página, embora tal posição variasse. Tais modificações parecem ser devido a questões de espaço, dado o maior ou menor contingente de notícias no jornal, uma vez que a seção ocupava espaços muito variados, desde quase meia folha na página dois, até pouco menos que meia coluna na última página.

Os folhetins transcritos são também bastante significativos, sendo o primeiro deles “*O abolicionismo*” de Joaquim Nabuco. A partir do dia 1º de Janeiro de 1886 passa-se a transcrever o livro “*A cabana do Pai Thomas*”, sob o título “Folhetim”. A partir de 21 de Agosto de 1887 o jornal traz trechos do romance “*O escravo Antonio*” de Joaquim Rodrigues Pinto Junior. E no dia 8 de janeiro de 1888 o jornal já não apresenta a seção “Folhetim”, mas conta com transcrições do livro “*Manual Republicano*” de Julio Barni, até quando o término do jornal, sob o título “*Livro do Povo*”. Todos livros muito importantes na divulgação de ideias abolicionistas e, por fim, do ideal republicano, assunto que também será melhor explorado no capítulo três.

Neste primeiro capítulo destacamos a relevância do trabalho historiográfico baseado em fontes periódicas, em especial no Brasil oitocentista, e por analisá-las como agente social, percebendo o contexto social em que estavam inseridas, no nosso caso: o cotidiano do abolicionismo na cidade de Campos. Tendo em vista o crescimento que o movimento abolicionista teve, a partir da década de 1870, nas áreas urbanas, analisamos também o contexto econômico e social de Campos. E percebemos o seu cenário urbano era propício para que as ideias abolicionistas fossem aí bem recebidas, pois, apesar da importância agrícola e política dos barões do açúcar no cenário provincial, a freguesia de São Salvador (sede do município de Campos) diferenciava-se das demais por concentrar inúmeros serviços e profissionais urbanos.

Foi neste ambiente, misto de crescimento urbano e poderio senhorial, que Luiz Carlos de Lacerda, membro da classe média, fundou o *Vinte e Cinco de Março*, cuja estrutura analisamos neste último item, ressaltando a importância de cada uma de suas seções para a compreensão da lógica de argumentação destes abolicionistas. Desde a escolha do nome do jornal, a citação que inicia a leitura deste, os tipos de anúncios, até os romances e notícias transcritos de outros autores, tudo contribuía para o desmonte da escravidão, endossando os argumentos que estes homens tinham para esta causa. O *Vinte e Cinco de Março* buscou desde o início discutir a ideia da abolição,

²²⁷ MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luíza e DE LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

formando (o que entendiam por) a opinião pública e, assim, intervindo na realidade nacional, iremos agora no segundo capítulo analisar o debate político feito no jornal e a sua relação com os movimentos sociais da época – com o movimento abolicionista em Campos em especial.

CAPÍTULO 2 – O *Vinte e Cinco de Março* como discurso: argumentações, estratégias e idealizações

2.1 Por que abolir a escravidão?

“O Brasil precisa também de eliminar o seu elemento constitutivo - o escravo. Ele quer ser uma grande nação, e não como o querem, uma grande senzala.

Enquanto uma nação só progride pelo trabalho forçado de uma casta posta fora da lei, ela é apenas um ensaio de Estado independente e autônomo. Enquanto uma raça só pode desenvolver-se em qualquer latitude, fazendo outra trabalhar para sustentá-la, a experiência da aclimação mesmo dessa raça está ainda por fazer. Aos olhos dos brasileiros, tradicionais, o Brasil sem escravos sucumbiria logo; pois bem, esta experiência mesmo tem mais valor do que a vida que só se consegue manter pelo enfraquecimento do caráter nacional e pela humilhação geral do país. Se a abolição for o suicídio, ainda assim um povo incapaz de subsistir por si mesmo faria um serviço à humanidade, tendo a coragem de abandonar a outros, mais fortes, mais robustos, e mais validos, a incomparável herança de terra que ele não soubesse cultivar e onde não pudesse manter-se.” (23 de Outubro 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” - p. 2-3).

Este trecho, publicado ainda em 1884, expressa muitos dos argumentos defendidos pelos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*, discurso que analisaremos neste capítulo. Nesta fala do jornal a certeza de que para ser uma grande nação, para se gerar o progresso, era preciso primeiro lutar pelo fim imediato da escravidão foi um dos primeiros argumentos apresentados. O progresso seria uma consequência do trabalho livre, encarado como mais produtivo que o trabalho escravo. Embora não tenha sido o argumento mais frequente, o jornal encontrou diferentes meios de expô-lo, demonstrando o aumento da produção nas províncias que já haviam se tornado livres,²²⁸ o crescimento agrícola do sul dos Estados Unidos após a abolição ser efetivada neste país,²²⁹ além de relacionar a modernidade da abolição com as classes urbanas, destacando as alforrias feitas pelos profissionais liberais e artesãos, afirmando que estes as concediam pois sabiam que “sem liberdades elas [as artes] não podem progredir, por isso hoje, os artistas, colocam-se ao lado dos obreiros do progresso. Bravo! Muito bem!”²³⁰ Por fim, falava-se da reprovação internacional ao fato do Brasil ainda ser escravista, criticando-se, em especial, D. Pedro II, por apresentar-se como esclarecido, ao mesmo tempo que mantinha a infame e antiga instituição.²³¹

A fala argumentativa de que a abolição traria o progresso contrapunha-se ao discurso dos senhores de escravos que igualavam o fim do cativeiro à ruína nacional. Para provar o contrário, os abolicionistas defendiam que o fim da escravidão era o maior símbolo do patriotismo,²³² pois só

²²⁸ *Vinte e Cinco de Março*, 11 de Novembro 1886 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

²²⁹ *Vinte e Cinco de Março*, 19 de Outubro 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 3.

²³⁰ *Vinte e Cinco de Março*, 29 de Janeiro 1885 – Seção “Noticiário” – p. 3.

²³¹ *Vinte e Cinco de Março*, 5 de Abril 1885 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-3.

²³² *Vinte e Cinco de Março*, 28 de Setembro 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 3.

faria bem à nação e à lavoura.²³³ Reforçavam o argumento de que aqueles que defendiam a escravidão visavam unicamente interesses pessoais, eram maus conselheiros, interessados em tirar vantagens dos senhores e não em vê-los prosperar.²³⁴ Afirmam que os senhores estavam habituados à escravidão, uma tradição secular que foi fundada com o próprio país.²³⁵

No trecho abaixo, os abolicionistas criticam a lógica escravista de que a nação dependia do braço cativo. O intuito era reforçar o argumento de que os senhores escravistas eram mal aconselhados. Desta forma, apresentava-se o abolicionismo como a melhor solução para a lavoura nacional, intencionando que os senhores refletissem, pois, na medida em que desconfiassem da sua dependência com relação à instituição, poderiam dar mais atenção aos argumentos abolicionistas. Através da crítica aos maus conselheiros, não se atacava diretamente os senhores e os erros recaíam somente sobre os conselheiros.

“Há trezentos anos que se celebrou o primeiro contrato para a introdução de africanos no Brasil e há trezentos anos que estamos existindo em virtude desse contrato. Lançada a escravidão nas bases da nossa nacionalidade como sua pedra fundamental, ainda hoje muitos acreditam que, destruindo este alicerce, o edifício se abateria logo sobre todos. A superstição bárbara e grosseira do trabalho escravo tornou-se, por tal forma, o credo dos que o exploram, que não se pode ser aos olhos deles ao mesmo tempo Brasileiro e Abolicionista.” (19 de Outubro 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – P. 2-3).

Nos discursos apresentados, os editores do *Vinte e Cinco de Março* construíam uma identidade como representantes do anseio nacional pela abolição²³⁶ e defendiam que, se a maioria da população apoiava e desejava a libertação dos escravos, ela deveria ser feita. Como prova deste ambiente favorável, eram citadas libertações de províncias inteiras e de iniciativas particulares, todas muito celebradas no jornal. Afirmava-se também ser a emancipação um anseio nacional antigo, como provava a transcrição de um artigo do *Recapitulador Campista*, ainda de 1836.²³⁷ Na defesa dos interesses do povo brasileiro, afirmavam que mesmo que a polícia os perseguisse, que deputados os ridicularizassem e que senhores encomendassem suas mortes, estariam prontos para o sacrifício, pois sabiam que “atualmente não faz[iam] falta: a sua causa é a da honesta maioria do povo brasileiro, a sua opinião é hoje uma aspiração nacional”²³⁸ Ou seja, mesmo que se eliminassem os abolicionistas não se acabaria com o abolicionismo.

Outro argumento trabalhado pelos defensores do fim do cativo era o de que a abolição significaria o fiel cumprimento dos princípios cristãos. Pouco explorada, esta ideia tinha seu apelo sentimental. Para defendê-la, destacava-se a fala de Cristo sobre a igualdade dos homens: “todos

²³³ Vinte e Cinco de Março, 1º de Março 1885 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2-4.

²³⁴ Vinte e Cinco de Março, 1º de Março 1885 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

²³⁵ Vinte e Cinco de Março, 11 de Março 1885 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2-3.

²³⁶ Vinte e Cinco de Março, Vinte e Cinco de Março, 1888 – Seção “Noticiário” – p. 3.

²³⁷ Vinte e Cinco de Março, 30 de Outubro 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

²³⁸ Vinte e Cinco de Março, 5 de Junho 1884 – Seção “Noticiário” – p. 3.

filhos do mesmo pai celeste”²³⁹ e “todos humanos diante de Deus”,²⁴⁰ “aquele que instituiu a liberdade como um dom primitivo, essencial ao pleno cumprimento dos elevados destinos da personalidade humana”. Diante do que os abolicionistas demandavam atitudes e um posicionamento aberto do clero contra a escravidão.²⁴¹ Como contraponto, criticavam os escravistas que justificavam a propriedade escrava com trechos da Bíblia, contra o que uma série de artigos foram escritos analisando o Velho Testamento à luz do Novo, afirmando-se que a escravidão nunca fora instituída por Deus, apenas tolerada por Moisés e numa forma mais leve (ainda assim injusta). Em um destes artigos foi destacado que, na criação do mundo, Deus falou a Adão e Eva que eles comeriam o pão do suor do TEU rosto, grifo que não deixa dúvidas da intenção de reforçar o orgulho que os homens deveriam sentir em viver de seu próprio trabalho e não do trabalho alheio.²⁴²

Partindo desta perspectiva, argumentavam que o negro não era ocioso, diferentemente daqueles que viviam do seu trabalho, reforçavam a ideia de que o trabalho livre traria o progresso, assim como contradiziam a antiga máxima escravista de que a manutenção da escravidão era necessária, pois só forçados os negros trabalhavam. Pelo contrário, afirmam que, como provavam os dados da produção agrícola norte-americana do pós-abolição, o negro era bastante produtivo.²⁴³ Argumentos como este, diretamente contraditórios à fala senhorial não eram raros, pois, mesmo buscando a conversão dos senhores ao abolicionismo, o jornal não se escondia atrás de um discurso contemporizador, expunha suas ideias abertamente e entre críticas e argumentos tentava convencer os escravistas de que as caducas justificativas da escravidão não seriam sequer consideradas para problematização.

Neste sentido, estes abolicionistas ousavam quando afirmavam que os escravos eram membros da nação e questionavam o Parlamento como seu representante, já que somente uma pequena parte da população votava.²⁴⁴ Mantendo este raciocínio, a representatividade de D. Pedro II era criticada por governar sem o povo, já que não atendia seu mais importante pedido: a abolição.²⁴⁵ Questionamentos que provavam que a escravidão ainda existia no Brasil, unicamente, devido o poder político dos senhores, que compravam cadeiras legislativas, impunham sua influência sobre autoridades policiais e judiciais, e divulgavam suas ideias reacionárias através da imprensa balcão (assim chamada pelos abolicionistas porque não defendiam ideias, preocupam-se só com os lucros).²⁴⁶ Contrariamente os abolicionistas alçavam os jangadeiros do Ceará, a abolição no

²³⁹ Vinte e Cinco de Março, 6 de Maio 1886 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-3.

²⁴⁰ Vinte e Cinco de Março, 8 de Fevereiro 1885 – Seção “Noticiário” – p. 1-3.

²⁴¹ Vinte e Cinco de Março, 13 de Maio 1886 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2-3.

²⁴² Vinte e Cinco de Março, 25 e 29 de Abril 1886 – Seção Especial “A escravidão perante o Velho Testamento” – p. 2.

²⁴³ Vinte e Cinco de Março, 23 de Outubro 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

²⁴⁴ Vinte e Cinco de Março, 3 de agosto 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

²⁴⁵ Vinte e Cinco de Março, 23 de Maio 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

²⁴⁶ Vinte e Cinco de Março, 12 de Junho 1884 – Seção “Noticiário” – p. 2.

Amazonas, as leis libertadoras no Rio Grande do Sul e até mesmo o espírito revolucionário do Haiti de Toussaint-L'Ouverture às grandes glórias dos que lutam por ideais maiores, lutam pelo seu povo.

No discurso do *Vinte e Cinco de Março*, neste sentido, a abolição além de significar progresso e o cumprimento de um desejo nacional completava a libertação de 1822, tendo em vista que esta promovera a independência só dos brancos. A abolição promoveria a independência de toda a nação, através do fim da exploração dos escravos²⁴⁷ e da integração de negros e índios à nação brasileira na condição de homens livres.²⁴⁸ Argumentação que fica muito clara na notícia sobre um homem, que aos 12 anos, ainda escravo, fora vendido da Bahia para São Paulo. Contudo, após anos de cativo, conseguiu comprar sua liberdade, depois da esposa, sogra e cunhado. Mudou-se para a Corte a fim de encontrar sua mãe, mas esta falecera. Partiu, então, para a Bahia a fim de procurar sua irmã.

“A biografia singela do ilustre brasileiro dispensa comentários. Dispendeu quatro contos e novecentos mil réis para comprar cidadãos e famílias para a pátria. Seu nome não chegará talvez até o alto trono, para que seja condecorado tão grande serviço, mas com certeza servirá de exemplo a essa raça infeliz, que formou com o seu suor e seu sangue uma pátria, de que vive expatriada, sujeita aos sarcasmos e ao latego não só dos seus compatriotas, como dos próprios estrangeiros.” (3 de Setembro 1885 – “Noticiário” – p. 4)

Na emblemática frase “Dispendeu quatro contos e novecentos mil réis para comprar cidadãos e famílias para a pátria” fica claro que os abolicionistas entendiam que os escravizados eram cidadãos. Membros de uma nação que negava-lhes tudo, ao mesmo tempo que protegia a classe que os explorava. O texto acima também procura desmentir a velha crítica escravista de que os escravos eram desregrados, amorais, isolados dos valores da sociedade brasileira oitocentista, pois os mostra como membros afetuosos de suas famílias, lutando pela união destas. Critica também aqueles que consideram os escravos cidadãos na guerra para efeito de contingente, mas, em tempos de paz, os viam como escravizados.²⁴⁹

Este argumento usado pelos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* vai ao encontro do que afirma Ricardo Salles, na sua análise da obra de Joaquim Nabuco, quando diz que o crescimento do movimento abolicionista trouxe à tona a questão da formação do povo brasileiro. Na obra “O abolicionismo” Nabuco se preocupou, acima de tudo, com a relação entre escravidão e a construção da nação, afirmando a necessidade de uma reforma estrutural: a abolição. A abolição tinha que ser imediata e fruto da vontade nacional. Nabuco também “considerava a questão da incorporação dos antigos escravos e libertos à cidadania como parte indissociável da reforma abolicionista.”²⁵⁰ Esta era questão central para a construção da nacionalidade. Neste sentido, além

²⁴⁷ *Vinte e Cinco de Março*, 26 de Outubro 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2-3.

²⁴⁸ *Vinte e Cinco de Março*, 19 de Abril 1885 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

²⁴⁹ *Vinte e Cinco de Março*, 17 de Junho 1886 – Seção “A verdade da historia” – p. 1.

²⁵⁰ SALLES, Ricardo. op. cit., 2001, p. 106-107.

da destruição do regime social baseado no sistema de trabalho escravo, o abolicionismo questionava o modelo que guiaria a construção da nova sociedade, lutando pela incorporação dos escravos e dos setores excluídos da população, pela constituição de uma cidadania democrática. Objetivava realizar uma reforma redentora da nacionalidade, superando a escravidão e incorporando o conjunto da população (mestiça) à cidadania.²⁵¹

Embora a vida de Joaquim Nabuco pareça distante da resistência abolicionista em Campos dos Goytacazes, é preciso entender que o movimento abolicionista como um todo (e também no caso aqui analisado) valia-se de uma rede de relacionamentos com outros locais e pessoas para intercambiar ideias e somar forças políticas. Assim, Nabuco era um importante interlocutor do *Vinte e Cinco de Março*, como se pode observar pelas transcrições de vários dos seus artigos, além da publicação da obra “O Abolicionismo” na íntegra. As falas dos líderes abolicionistas, em especial da Confederação Abolicionista,²⁵² circulavam e serviam como argumentos para o movimento em todo país. Eduardo Silva exemplifica bem esta assertiva com o movimento do quilombo do Leblon, que se caracterizou pela colaboração de líderes conhecidos e politicamente bem articulados, apresentou um novo modelo de resistência com contato com a sociedade em torno, tornando-se, assim, parte do jogo político da sociedade mais ampla e ícone do movimento abolicionista.²⁵³ Assim, o historiador evidencia a rede formada entre diferentes abolicionistas, que tinham diferentes funções políticas, mas todos buscando fortalecer o movimento.

Neste sentido, afirmamos nossa compreensão do movimento abolicionista como nacional, pois, como explica Toplin, estes indivíduos expressavam um desejo nacional pela abolição,²⁵⁴ assim como mantinham constante contato entre membros de todo país e destes com os escravos através da Confederação Abolicionista, como explicitado por Graham.²⁵⁵ Como prova temos o principal argumento do *Vinte e Cinco de Março* para a abolição, o qual herdado da Confederação, dizia que a escravidão era ilegal, logo, seu fim dependia do simples cumprimento correto da lei. Inclusive, para reforçar esta ideia, chamavam os escravos de escravizados, pois estes haviam sido ilegalmente reduzidos a tal condição.²⁵⁶ Esse discurso era explicitado, constantemente e em detalhes, citando as leis nacionais, além das leis portuguesas e dos acordos e leis internacionais que estabeleciam o status jurídico da escravidão no Brasil. O intuito era demonstrar que a escravidão nunca fora

²⁵¹ Idem. *Ibidem*.

²⁵² Fundada em 1883, com sede no jornal *Gazeta da Tarde*, no Rio de Janeiro, a Confederação Abolicionista era uma organização política cujo programa defendia, simplesmente, o fim do trabalho escravo. Teve seu Manifesto redigido no dia 11 de Agosto de 1883, por José do Patrocínio e André Rebouças.

In: SILVA, Eduardo. *As camélias da liberdade*. **Revista Nossa História**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, nº7, maio 2004.

²⁵³ Idem, *Ibidem*.

²⁵⁴ TOPLIN, Robert. **The abolition of slavery in Brazil**. New York: Atheneum, 1975.

²⁵⁵ GRAHAM, Richard. *op. cit.*

²⁵⁶ LIMA, Lana Lage. *op. cit.*

legalmente instituída e, embora muitas leis ordinárias tratassem a seu respeito, a Constituição de 1824 não a havia estabelecido. Conseqüentemente, a abolição era uma obrigação legal dos escravistas e não um ato de bondade.

“Fundamo-nos na lei de 1755, que aboliu a escravidão dos índios, e na lei de 1831, que aboliu o tráfico de africanos, desde 1817 equiparado à pirataria, negamos a legalidade da propriedade escrava e reclamamos a abolição dela, não como um ato humanitário, mas simplesmente como um dever de respeito à legislação nacional.” (25 de Maio 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2).

Os argumentos quanto à ilegalidade da escravidão podiam ser bastante repetitivos, mas, por vezes eram encontrados fundamentos legais para a abolição ainda não explorados, como exemplo, o de que a Constituição Nacional “anulou a escravidão desde o dia em que foi promulgada, sendo muito significativos e honrosos os corolários que dela se podem tirar”, pois desde o seu primeiro artigo diz-se: “o Brasil constitui «uma nação independente e LIVRE»”. Ressaltando também o artigo 6º §1, que diz serem cidadãos brasileiros todos os que no Brasil tivessem nascido, e sendo a lei igual para todos, conclui-se reafirmando que não há nenhum artigo referente à escravidão, o que torna a instituição “extralegal, abusiva e criminosa.”²⁵⁷ Neste contexto, reafirmam serem os escravizados parte da nação brasileira, tão cidadãos como os nascidos livres, pois a igualdade estaria garantida na lei.

Eduardo Silva afirma que o argumento da ilegalidade da escravidão ganhou força pela argumentação de Rui Barbosa quando ainda era estudante. Para ele, a escravidão era ilegítima e quase toda ilegal, dada a lei de 1831,²⁵⁸ logo, se a ordem escravista aceitava a fraude do tráfico ilegal, todo o sistema estava fora da lei. O historiador acrescenta que foi esta ideia que permitiu, na década de 1880, o surgimento do abolicionismo radical, cujo melhor exemplo foi a Confederação Abolicionista, que tinha como slogan a frase de Patrocínio: “a escravidão é um roubo”. A partir do momento que a escravidão foi percebida como fora da lei, tornou-se possível um combate contínuo ao sistema, com ações diretas. Como entendiam que a própria lei estava corrompida, sua aplicação podia ser reinterpretada; “o abolicionismo prático,²⁵⁹ que era crime, que era roubo, passou a ser virtude.”²⁶⁰

Ao destacarmos que os abolicionistas se baseavam em argumentos “legais” não pretendemos

²⁵⁷ Vinte e Cinco de Março, 28 de Abril 1887 – “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

²⁵⁸ Ao assinar um tratado com a Inglaterra, em 1826, o governo brasileiro se comprometeu a interromper definitivamente o tráfico internacional de escravos. Em 7 de Novembro de 1831, foi assinada a primeira lei nacional que previa severas penas aos traficantes de escravos, além de declarar livres todos os cativos que entrassem no país a partir de então. Porém, “os dispositivos da lei não foram praticamente aplicados”, tornando-se esta apenas uma lei de aparências. In: FAUSTO, Boris. op. cit.

²⁵⁹ A opção do historiador por usar a expressão 'abolicionismo prático' almeja destacar a ação direta dos abolicionistas ligados à Confederação Abolicionista, como o Quilombo do Leblon. Ações que eram vistas como criminosas pelos escravistas e, pelo contrário, os abolicionistas as entendiam como atos meritórios, uma vez que re-estabeleciam a lei.

²⁶⁰ SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura**: uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 55-56.

consolidar, de maneira nenhuma, com a ideia de que eles fossem conservadores. Como veremos a seguir, a base legal que fundamentava boa parte da discussão expressa no *Vinte e Cinco de Março* e a prática abolicionista de seus membros não determinou um viés conservador ou acanhado. Pelo contrário, a interpretação fiel da lei e a exigência de seu cumprimento se firmavam na repulsa à prática dos senhores de se sobrepor à lei. Como afirma Toplin, estas críticas se baseavam na revolucionária defesa da ideia de igualdade entre os homens.²⁶¹ Neste sentido, concordamos também com Ricardo Salles, quando afirma:

“O legalismo das posições de Nabuco e da maioria da liderança abolicionista tem sido ressaltado como evidência do caráter moderado e conservador do movimento. De acordo com esta visão, esta posição legalista buscaria mesmo refrear o impulso que estaria vindo de uma ala mais radical do abolicionismo, cujo método de ação era a promoção de fugas individuais e coletivas de escravos, ou mesmo das próprias senzalas, em estado de efervescência revolucionária. Nada autoriza uma leitura do abolicionismo como um movimento conservador, que estivesse buscando se anteciper à possível e temida revolução popular.”²⁶²

Os próprios abolicionistas de Campos, constantemente, relembavam o caminho nacional das leis em direção à abolição, descrevendo todas as leis emancipatórias, desde o decreto pombalino de 1755 que proibia a escravização dos índios e a lei anti-tráfico internacional de 1831.²⁶³ Afirmavam que, no norte, um “legislador sincero” já deveria ter decretado a abolição pela observação óbvia da origem indígena da maioria dos escravos de lá. Assim como pela análise dos dados da importação de escravos, que provavam a entrada bastante desproporcional de mais escravos africanos homens em relação ao de mulheres, ficava claro que os filhos das índias com escravos africanos seriam livres, como suas mães.²⁶⁴ E se somente depois da lei anti-tráfico internacional de 1831, confirmada em 1850 e 1854, procurou-se importar mais escravas, com o intuito de aumentar a escravaria crioula, tal crescimento deve-se às mães africanas, pirateadas para o Brasil. Conseqüentemente, se a maior parte da escravaria jovem, crioula era filha de ventre-livre, eles eram livres. Indo ainda mais longe, afirmam que desde 1823 já se estabelecia o direito à liberdade, posto que o compromisso com a emancipação era um dos requisitos da Inglaterra para reconhecer a nossa independência.²⁶⁵

Acima de todas estas discussões, a lei anti-tráfico de 1831 foi a mais utilizada nas argumentações dos abolicionistas campistas.²⁶⁶ Embora alguns políticos tenham tentado revogá-la, na época de sua aprovação, jamais imaginou-se o grande poder que ela teria na argumentação e na

²⁶¹ TOPLIN, Robert. op. cit.

²⁶² SALLES, Ricardo. op. cit., 2001, p. 1089-109.

²⁶³ *Vinte e Cinco de Março*, 10 de Junho de 1886 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

²⁶⁴ *Vinte e Cinco de Março*, 10 de Junho 1886 – Seção “A verdade da historia” – p. 1.

²⁶⁵ *Vinte e Cinco de Março*, 13 de Junho 1886 – Seção “A verdade da historia” – p. 1.

²⁶⁶ As duas leis mais citadas nas argumentações eram a lei anti-tráfico de 1831 e a lei do ventre-livre de 1871. A primeira foi citada em 58 notícias, (20 delas somente em 1887) enquanto a segunda foi mencionada em 47 notícias, sendo que em 1885 e 1886 ela foi citada 12 vezes em cada..

prática abolicionista da década de 1880. No período final da escravidão, muitos abolicionistas lutaram pela libertação de muitos escravos (e seus filhos) baseados no fato de que estes tinham sido introduzidos no país entre 1831 e o fim definitivo do tráfico internacional de escravos (Lei Eusébio de Queiroz, 1850). Baseados na lei de 1831, defendia-se que, na década de 1880, a escravidão não podia ser nada além de ilegal, fruto da pirataria. Tal aspecto confirma a assertiva acima de que os argumentos baseados na lei não eram tacanhos, pelo contrário condenavam toda a classe senhorial ao crime de pirataria e redução de pessoa livre à escravidão.

O princípio de que a escravidão era ilegal, levava os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* a defender a abolição imediata, como provavam as discussões parlamentares já em 1871. Em seus artigos, rechaçavam qualquer solução emancipacionista e ridicularizavam as medidas paliativas, em especial o argumento de que as leis emancipacionistas anteriores bastavam. Consideravam um sofisma a ideia de que o país estaria livre da escravidão em 16 anos, em 1900 (argumento baseado na Lei do Ventre Livre), sem que outras medidas fossem tomadas. Davam maior peso a estas ideias através de cálculos, provando que a escravidão seguiria pelo século XX adentro. Portanto, diziam ser inaceitável e ridículo o prazo de 16 anos, pois nem as alforrias condicionadas recebiam prazo tão extenso. O artigo abaixo, apesar de longo, demonstra claramente o modo de pensar destes abolicionistas quanto às diferenças entre a abolição imediata e gradual:

“Os partidos sociais

Não confundamos abolição com emancipação; há uma grande diferença entre ambas.

O abolicionismo é o ataque direto a escravidão; não admite a lei que converte o homem em propriedade do homem, porque julga todos iguais perante o direito natural; quer a liberdade completa dos escravos sem indenização e, portanto, a reivindicação de prerrogativas que a ninguém é dado contestar.

A emancipação fere indiretamente a instituição escrava; não obstante, tolera-a, porque deseja harmonizar os interesses vitais da lavoura com as aspirações do país; opõe-se á derrogação instantânea das leis escravagistas, porque representa o papel de reformadora moderada e quer, sem choques violentos, extirpar os vícios da organização social.

O abolicionismo não justifica sob pretexto nenhum, a ambição dos negreiros que atentaram contra a liberdade do homem e o reduziram a uma posição, que Cristo condenou, não justifica, perante a moral e a filosofia, o ser transformado em bruto, nem consente a superioridade de direitos de uma raça sobre outra raça.

A emancipação desculpa tudo isso por atender às circunstâncias do momento e para não prejudicar os interesses da fortuna pública, contribuindo para o decrescimento das suas rendas.

O abolicionismo é a ideia da liberdade em toda plenitude; a emancipação coloca-se entre a ideia e a conveniência.

Esta caracteriza o esclavagismo quando procura engrandecer-se em detrimento da civilização dos tempos e dos sentimentos humanitários do povo.

O abolicionismo combate; a emancipação contemporiza.

Aquele apresenta-se como inimigo franco e resolutivo, oferecendo o peito descoberto ao ataque e erguendo a frente altiva ao perigo; esta trabalha como reconciliadora, procurando resolver, sem abalos, a solução do grave problema.

(...) O abolicionismo é a lei de 1831; a emancipação é a lei de 28 de Setembro. [Lei do Ventre-Livre]

(...) Da resistência que os espíritos timoratos e desconfiados opuseram à libertação dos escravos nasceu o abolicionismo, e é ele que agora, a despeito da emancipação, resiste por seu turno contra os que pretendem manter o descendente do africano como propriedade garantida e inatacável.

Oxalá, entretanto, que tudo se resolva satisfatoriamente, porque a conflagração seria uma luta

fratricida, que o país não deve ver nem desejar.” (30 de Julho 1885 – “Vinte e Cinco de Março” – p. 2).

De acordo com Francisco Carlos Teixeira Silva a luta entre escravistas e abolicionistas, que tornou-se acirradíssima entre 1884 e 1888, se devia principalmente a crença dos latifundiários de que uma catástrofe econômica e social viria com a abolição,²⁶⁷ o que parece ser o caso da classe senhorial de Campos.²⁶⁸ Em muitos artigos do *Vinte e Cinco de Março* há a argumentação de que a justificativa dos senhores de que a lavoura não estava pronta para o fim do cativo era falsa.²⁶⁹ O autor considera que a postura política dos senhores era condicionada pelo seu grau de dependência à mão de obra escrava, logo se a maior parte da fortuna dos fazendeiros estivesse investida em escravos, sua posição política quanto à abolição era obviamente escravista. Citando como exemplo o caso das fugas de escravos em Campos, afirma que este fenômeno colocou em risco o desempenho econômico da produção açucareira.²⁷⁰

Para os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*, o crescimento do movimento abolicionista em Campos fez com que os senhores não pudessem mais se omitir e passassem a se proclamar emancipacionistas, só que exigindo indenizações como compensação pela perda da propriedade escrava.²⁷¹ Por isso, há passagens ridicularizando o emancipacionismo dos senhores considerando nada patriótico e, como justificativa, foi citada, a guerra do Paraguai quando muitos senhores enviaram seus escravos, a quem sempre exploraram. Robert Conrad também afirma que foi a pressão abolicionista junto à ação escrava a principal causa do emancipacionismo dos fazendeiros.²⁷² O *Vinte e Cinco de Março*, ironicamente, criticava a inércia governamental e dos senhores com relação à abolição, afirmando que quando as leis emancipacionistas eram discutidas estes eram contra sua aprovação, porém quando os abolicionistas passavam a lutar por novas leis, que acelerassem a abolição ou que ampliassem as leis emancipatórias já existentes, as antigas leis passavam a ser consideradas a solução final da questão escrava para estes homens.²⁷³ O jornal acusava as leis graduais de serem simples atos políticos, sem qualquer intenção de conduzir à mudança real do sistema de trabalho,²⁷⁴ além de serem um perigo, como demonstravam as consequências trágicas nos países que fizeram a abolição gradual, sendo o maior exemplo a guerra

²⁶⁷ SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Terra e Política no Rio de Janeiro na época da abolição. In: SILVA, Jaime; BIRMAN, Patrícia; WANDERLEY, Regina (Orgs.). **Cativeiro e liberdade**. Rio de Janeiro: UERJ, 1989.

²⁶⁸ *Vinte e Cinco de Março*, 28 de Setembro 1884, p. 3; p. 1; 19 de Março 1885, p. 1; 20 de Junho 1886, 18 de Novembro 1886, p. 1.

²⁶⁹ *Vinte e Cinco de Março*, 1º e 11 de Março de 1885. 7 de Fevereiro, 4 e 15 de Julho, 11 de Novembro de 1886. 21 de Abril de 1887.

²⁷⁰ SILVA, Francisco Carlos Teixeira. op. cit.

²⁷¹ *Vinte e Cinco de Março*, 9 de Novembro 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2-3.

²⁷² CONRAD, Robert. op. cit..

²⁷³ *Vinte e Cinco de Março*, 28 de Setembro 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

²⁷⁴ *Vinte e Cinco de Março*, 22 de Janeiro 1885 – “Considerações sobre a Crise Financeira” Série de artigos – p. 2.

civil norte-americana.²⁷⁵ Outra reserva que tinham com o emancipacionismo devia-se à crueldade com os escravizados, constantemente vendidos para áreas de concentração escravista, enquanto outras áreas tornavam-se livres; o que diziam ser também problemático para os senhores, que poderiam perder trabalhadores para estas regiões.²⁷⁶

Além de imediata, a abolição, obviamente, não deveria levar a processos de indenização por ser ilegal. Se os senhores não haviam conseguido obter lucro com a escravidão desde 1871 até agora, era por incompetência e desperdício do trabalho explorado de homens iguais a ele.²⁷⁷ Para nossos redatores estes pedidos de reembolso também provavam a mesquinhez dos senhores, que sequer o aplicaria na promoção do bem público.²⁷⁸ A defesa da não indenização era compartilhada com a Confederação Abolicionista, pois, como afirmava Ruy Barbosa, concordar com este pagamento seria compactuar com a pirataria.²⁷⁹ Os abolicionistas de Campos também afirmavam que as justificativas para a indenização senhorial eram vagas, imprecisas e irreais.²⁸⁰ Em uma de suas passagens, chega até a afirmar que, ao contrário, uma escrava ilegalmente mantida em cativeiro (o caso é de uma mulher que mesmo liberta pelo fundo de emancipação em 1876, foi mantida em cativeiro até 1885) é que merecia ser indenizada pelos serviços prestados.²⁸¹ A origem social da escravidão também é evocada com o mesmo intuito, pois, ao longo da história muitos povos haviam sido escravizados (até os honrados britânicos um dia foram escravos de Roma), portanto, quem merecia ser indenizado era o negro, pela injustiça sofrida e não o senhor.²⁸² Por fim, cancelam as libertações indenizadas que o Clube Abolicionista Carlos de Lacerda fazia, pois estas teriam se tornado um mercado, demonstrando que se opunham à indenização não apenas no plano governamental.²⁸³

O argumento da ilegalidade da escravidão dada a lei de 1831 era reforçado pela lei de 1871.²⁸⁴ Assim, combatiam a exploração dos ingênuos e lutavam por sua educação. Neste contexto, a obrigatoriedade da matrícula de escravos imposta pela Lei do Ventre Livre foi bastante discutida no jornal, pois esta devia indicar a filiação do escravo matriculado. Cientes da estratégia dos

²⁷⁵ Vinte e Cinco de Março, 8 de Julho 1886 – “A verdade da historia” – p. 1.

²⁷⁶ Vinte e Cinco de Março, 18 de Novembro 1886 – “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

²⁷⁷ Vinte e Cinco de Março, 26 de Junho de 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

²⁷⁸ Vinte e Cinco de Março, 10 de Dezembro 1885 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

²⁷⁹ SILVA, Eduardo. op. cit., 2003.

²⁸⁰ Vinte e Cinco de Março, 9 de Novembro 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

²⁸¹ Vinte e Cinco de Março, 5 de Novembro 1885 – Seção “Noticiário” – p. 3

²⁸² Vinte e Cinco de Março, 1º de Julho 1886 – Seção “Verdade da historia” – p. 1.

²⁸³ Vinte e Cinco de Março, 18 Setembro 1885 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 3-4; 1 de Fevereiro 1885 – “A Pedido” – p.4.

²⁸⁴ Conhecida como lei do ventre-livre, esta lei declarava livres os filhos de escravas nascidos a partir da sua promulgação. Estas crianças, conhecidas como ingênuas, ficariam em posse do senhor de suas mães até a idade de 8 anos, quando os senhores podiam optar entre entregá-las ao Estado, recebendo por elas uma indenização, ou utilizar seus serviços até que completassem 21 anos, quando seriam incondicionalmente libertadas. Os senhores repudiavam esta lei, pois ela tirava deles o poder de decidir quem e quando alforriar. In: FAUSTO, Boris. op. cit.

senhores de declarar filiação desconhecida na matrícula de africanos introduzidos ilegalmente no país, os abolicionistas demandavam a libertação de todos os escravos cujas matrículas informassem filiação desconhecida, uma vez que diante da incerteza da legalidade da condição escrava, a lei obrigava o reconhecimento da liberdade. Logo, a matrícula geral de escravos, consequência da lei de 1871, tornou possível a libertação de muitos cativos, o que causava horror aos escravistas, pois até 1850²⁸⁵ milhares de africanos tinham sido trazidos para o Brasil na condição ilegal de escravos.²⁸⁶

A luta judicial, baseada na condição de filiação desconhecida, tornou-se uma das principais bandeiras do abolicionismo em Campos. Uma das formas de intimidar os escravistas e os juizes da cidade sobre esta realidade era a publicação de artigos felicitando decisões judiciais, em todo país, que reconheciam a ilegalidade da escravização de indivíduos com matrícula cuja filiação era dada como desconhecida. Reafirmava-se, desta forma, a ilegalidade da escravidão como um todo no país, uma vez que a escravidão se dava unicamente pelo nascimento. Sendo a mãe escrava, muito provavelmente fruto de um roubo impune e/ou de pirataria tolerada, sua prole e ela eram livres reduzidos à escravidão. Este argumento retomava o princípio romano da lei brasileira que determinava a escravidão pelo ventre, cabendo ao senhor provar a posse legal da mãe escrava. Em casos de filiação incógnita, o decreto de 1775 já declarava ser livre a criança. Os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* foram insistentes em seu discurso, afirmando ser a escravidão contrária à lei natural e nunca presumível.²⁸⁷

Neste sentido, atacava-se o próprio direito à propriedade escrava, principal argumento legal apresentado pelos escravistas. Sendo os abolicionistas tão veementes quanto o cumprimento da lei, o argumento senhorial de que a abolição rompia o direito de propriedade precisava, necessariamente, ser discutido e rebatido. O que não foi difícil, pois baseados na lei de 1831, que fora comprovada pela matrícula de 1872, os abolicionistas deixavam claro que a escravidão, naquele momento, já havia se tornado totalmente ilegal e um total desrespeito as leis firmadas.²⁸⁸

Além disso, analisaram o artigo que garantia “o direito de propriedade em toda a sua plenitude”, informando que este não especificava o que seria apropriável. Diante do que passam a analisar o que poderia, então, ser propriedade alheia e apoiados no direito romano, que definia propriedade como “aquilo que se pode usar e abusar”, afirmaram que um ser humano não poderia ser considerado propriedade, porque não era permitido ao senhor usar e abusar de seus escravos,

²⁸⁵ No dia 4 de Setembro de 1850 foi aprovada a lei (conhecida como Lei Eusébio de Queiroz) que passou a tratar o tráfico internacional de escravos como pirataria. Esta visava reforçar a lei de 1831, tomando medidas mais eficazes no combate à entrada de escravos no país, o que de fato conseguiu. In: Idem, *Ibidem*.

²⁸⁶ *Vinte e Cinco de Março* – 4 de Setembro 1884 – Seção “Vinte Cinco de Março” – p.1

²⁸⁷ *Vinte e Cinco de Março*, 23 de Junho 1887 – “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

²⁸⁸ *Vinte e Cinco de Março*, 7 de Fevereiro 1886 – Seção “Vinte de Março” – p. 1.

posto que este não podia, por exemplo, tirar-lhes a vida ou a honra (desfloramento). Seguindo este raciocínio, o direito de propriedade não se fundamentava com relação ao escravo, pois este não poderia ser considerado uma propriedade. Precavidos, os abolicionistas garantiam saber da existência de várias leis ordinárias que legislavam sobre a escravidão. Argumentaram, porém, que nenhuma delas descendia da constituição, o que é extralegal, pois nenhuma lei pode derogar²⁸⁹ da Constituição.²⁹⁰

Ruy Barbosa também afirmava que o pagamento de indenização aos proprietários, além de compactuar com a pirataria, era questionável, pois não se podia sequer falar em proprietários. O jurista afirmava, também, que como a escravidão não respeitava as leis do país, o apoio às fugas e aos quilombos não poderia ser considerado crime, era na verdade o restabelecimento pleno da lei e da justiça. Até mesmo o ato de fugir não era visto por ele como contravenção ou crime, mas apenas uma defesa natural.²⁹¹ Logo a resistência do escravo, questionando a propriedade do senhor, constituía-se em um direito.²⁹²

O discurso apresentado pelo *Vinte e Cinco de Março* tem como um dos seus argumentos mais fortes o princípio liberal de que a liberdade é um direito natural, ideia que vai ao encontro da fala de Ruy Barbosa. Embora não tenham escrito artigos com discussões filosóficas aprofundadas sobre o assunto ou dando sustentação ao argumento, ele aparece frequentemente inserido em artigos maiores do jornal, nos quais se afirma o ousado argumento de que o escravo não comete crime algum ao lutar pela sua liberdade, pois todos os homens nascem iguais e tem como direito natural a liberdade. A fuga não era crime, era, na verdade, a manifestação de um direito natural, dado pelo instinto de conservação. Argumenta-se, portanto, se o escravo fosse propriedade, como diziam os escravistas, não poderia ser considerado criminoso, posto que é coisa; mas, se deixa de ser propriedade para ser criminoso, ele deixa de ser posse do senhor para ser posse dos tribunais constituídos.²⁹³

Uma outra argumentação importante com relação ao direito à fuga era que se esta não era crime previsto pelo Código Criminal, a Polícia não tinha competência alguma para agir em busca de foragidos, e os senhores para garantir a sua propriedade, deveriam estar munidos de um mandato de busca e apreensão, que tinha que ser executado por um oficial de justiça e não por um agente da força policial. Fatos completamente ignorados pelas autoridades policiais e pelos senhores em

²⁸⁹ Substituir preceitos legais; revogar parcialmente uma lei; conter disposições contrárias a alguma lei ou a seu uso.

²⁹⁰ Vinte e Cinco de Março, 28 de Abril 1887 – “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

²⁹¹ SILVA, Eduardo op. cit., 2003.

²⁹² Ideias que uniram os abolicionistas radicais mesmo depois da abolição em 1888, como, por exemplo, a presença massiva deste na cerimônia de queima dos registros de escravos, ordenado por Ruy Barbosa para acabar com qualquer evidência de posse de escravos que pudessem ser usadas para pedir indenizações.

²⁹³ Vinte e Cinco de Março, 18 de Dezembro – “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2

Campos, afirmavam os abolicionistas, com denúncias constantes.²⁹⁴ Nestes artigos dois pontos são quase que diariamente destacados, primeiramente, critica-se muito a polícia por ir em busca de escravizados foragidos, pois ela estaria assim cumprindo a mais desprezível das funções escravistas, a de capitão-do-mato. Em especial, porque ao fazer isso, ela estaria não apenas agindo arbitrariamente (pois não há lei instituindo o crime de fuga e muito menos a Polícia possuía mandatos de busca destes escravizados), como estaria agindo em defesa dos direitos privados dos senhores, ao invés de agir como autoridade representante do Estado, logo, em defesa do bem público. O outro ponto é a afirmativa de que o direito do homem à liberdade é um direito natural, ele vem desde o princípio dos tempos, em oposição à escravidão, que se baseia no uso da força, e é contrária à legalidade. Como podemos ver no trecho abaixo:

“A escravidão de um povo é a sua morte, a liberdade a sua vida, por essa razão triunfando aquela deixará de existir esse povo, que sem esta desaparecerá, legando como vestígios de sua passagem, crimes, que não encontrando a sua origem nas leis da natureza, tem a sua criação no próprio homem. Deste modo a propriedade do homem sobre o homem é um crime, que tem a sua origem no direito da força. A abolição da escravidão é um dever sagrado, que tem a sua origem nas leis da natureza. E o direito da força, constituiu algum dia legalidade? Princípios contrários à natureza, alguma vez estabeleceram legitimidade? Como apelar para uma propriedade legítima, se ela é contrária à natureza humana e legal, se é fruto de um crime?” (1º de Janeiro 1885 – “Vinte e Cinco de Março” – p. 2).

Segundo Emilia Viotti, até o século XVIII, somente os escravos haviam se colocado contrários à escravização, porém, com as ideias liberais outros grupos passaram a questioná-la, por razões morais, religiosas, ou econômicas. Mesmo assim, o liberalismo conviveu bem com a escravidão, da mesma maneira que o cristianismo, baseando-se no direito à propriedade. O liberalismo foi adaptado à experiência nacional, para manter sua estrutura tradicional. Neste sentido, apenas os aspectos desta ideologia que atendiam aos anseios dos grupos dominantes foram incorporados. Até a primeira metade do século XIX, poucos intelectuais questionavam a escravidão, e os que fizeram, defendiam a abolição gradual porque o trabalho escravo era visto como uma necessidade. Foi entre as camadas populares urbanas durante a Regência que a escravidão passou a ser mais criticada, contudo não chegou a formar um movimento. A partir da década de 1860 é que as mudanças estruturais e políticas permitiram a formação de um movimento pró abolição, que resgatava a liberdade como um princípio, um direito universal, e combatendo a ideia da necessidade da escravidão devido à dependência econômica da mesma.²⁹⁵

Explicação compartilhada por Hebe Mattos quando afirma que o pensamento liberal, que presumia a liberdade como direito universal, trouxe a discussão da abolição à tona, no século XIX. Este dilema entre o ideário liberal e a escravidão foi resolvido, em termos formais, no Brasil, pela

²⁹⁴ Vinte e Cinco de Março, 18 de Abril 1886 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

²⁹⁵ COSTA, Emília Viotti da. op. cit., 2008.

Constituição de 1824 “de uma forma que se mostraria duradoura. A partir de então, o reconhecimento do direito à propriedade em artigo específico da Carta Constitucional legitimaria a continuidade da escravidão no país. A nova Constituição reconheceu de forma explícita os direitos civis de todos os cidadãos brasileiros, dos quais estavam excetuados os escravos, enquanto permanecessem na condição cativa.”²⁹⁶ A historiadora Hebe Mattos também afirma que, durante a Regência, interpretações liberais da Constituição questionaram a solução encontrada por D. Pedro I em 1824. Diante do que uma interpretação não liberal da Constituição predominou, baseados mais uma vez no direito à propriedade, somado ao caráter corporativo do Antigo Império Português, remanescentes na nova ordem monárquica, principalmente, através do poder moderador.²⁹⁷

Diante disto, afirmamos ter esta visão predominado até o fortalecimento do movimento abolicionista, quando houve uma inversão da lógica conservadora. Os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* passaram a valorizar o princípio liberal de direito universal à liberdade, acima do princípio liberal de direito à propriedade, negando e questionando a validade deste quando se referia à propriedade do homem sobre o homem.²⁹⁸

Além deste, os abolicionistas também deixaram claro seu direito de se manifestar e de lutar por suas ideias, em oposição às constantes críticas que recebiam dos escravistas, que lhes acusavam de anarquistas e desordeiros. Sua principal defesa era de que a luta abolicionista era completamente legal, pois como “filha legítima da lei, a propaganda abolicionista tem o direito de transpor todos os umbrais e pedir a extinção da escravidão em curtíssimo prazo.” Argumentavam que embora a escravidão tivesse se tornado universalmente tolerada, isso não a legitimava, como provavam as leis nacionais. Afirmavam ainda que a liberdade era um direito natural imprescritível do homem.²⁹⁹ Neste sentido, afirmavam que desordeiros eram os senhores,³⁰⁰ que tentavam de muitas formas provocar os abolicionistas.³⁰¹

Os militantes do *Vinte e Cinco de Março* reconheciam que suas exigências pareciam ultrajantes diante dos costumes perpetuados pelo autoritarismo senhorial, mas também sabiam que elas não eram ilegais. Como tinham consciência de que combatiam práticas senhoriais há muito enraizadas, mesmo que suas demandas fossem legais, tinham consciência de que eram audaciosas

²⁹⁶ MATTOS, Hebe. Prefácio. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebecca (orgs.). **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, P. 22-23.

²⁹⁷ Idem, Ibidem.

²⁹⁸ Se considerarmos apenas as notícias que tratem especificamente da inexistência do direito à propriedade e do direito à liberdade como um direito natural, a primeira supera o número de notícias da segunda, cada uma com 22 e 17 notícias, respectivamente, em toda extensão do jornal. Porém é preciso destacar que o direito à liberdade é mencionado em muitas notícias, em especial naquelas que tratam da ilegalidade da escravidão.

²⁹⁹ *Vinte e Cinco de Março*, 6 de Junho 1886 – Seção “*Vinte e Cinco de Março*” – p. 1.

³⁰⁰ *Vinte e Cinco de Março*, 2 de Outubro 1884 – Seção “*Vinte e Cinco de Março*” - p. 1-2.

³⁰¹ *Vinte e Cinco de Março*, 21 de Setembro 1884 – Seção “Noticiário” – p. 2-3.

aos olhos dos proprietários de escravos. Por exemplo, quando afirmavam que cabia aos senhores resolver a transição para o trabalho livre, dadas as leis emancipacionistas, demonstram saber que estas não eram cumpridas porque a classe senhorial estava colocada acima da lei naquela sociedade. Afirmam que como os senhores foram criados numa cultura de mando e com o governo organizado para defender seus interesses particulares, os interesses coletivos não puderam vencer os costumes senhoriais que perpetuavam a escravidão. Contudo, se fosse o contrário (ou seja, se os senhores cumprissem a lei), os abolicionistas não teriam razão de existir, porque o direito à liberdade já teria sido garantido.³⁰²

Este argumento de desrespeito à lei pelos senhores no que compete ao fim da escravidão era reforçado através de outras demonstrações e exemplos publicados pelos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*. O intuito era demonstrar que repetidamente os senhores desrespeitavam as leis. Por exemplo, o jornal não desperdiçou a oportunidade de, numa pequena nota, criticar a parcialidade na fiscalização dos estabelecimentos que podiam ou não abrir aos domingos, afirmando que “a lei deve ser executada com igualdade para todos, sem distinção, nem privilégios.”³⁰³

Neste sentido, os abolicionistas consideravam muito importante ressaltar que a escravidão era mantida, no Brasil, pela força da ilegalidade, arbitrariedade, violência e poder de poucos. Mas, os redatores do *Vinte e Cinco de Março* usavam um tom de ameaça ao afirmar que o governo não tinha força suficiente para manter a escravidão caso os escravos se levantassem contra tais ilegalidades. Estas ameaças perpassavam a argumentação abolicionista, com menções constantes da real possibilidade de violência escrava, servindo como um meio de intimidar os senhores, na medida em que a relação entre abolicionistas e escravizados era real e eficaz na cidade de Campos. Os abolicionistas fortaleciam, assim, sua tese de que a abolição estava feita na lei, ao contrário da escravidão, que mantinha-se pela arbitrariedade.³⁰⁴

Em um destes artigos com ameaça da violência escrava, há uma citação bastante ousada de Luiz Gama, que dizia “Perante o direito é justificável o crime de homicídio perpetrado pelo escravo, na pessoa do senhor.” Como a escravidão permanecia e permaneceria um crime, “quando o escravo assassina o senhor, a lei o condena e a natureza o absolve. A natureza é o direito. Quem mente é a lei.” Assim, afirmava-se que a brutalidade da escravidão não anulava a humanidade do escravo, ao contrário do que muitos escravistas defendiam. Argumento este que foi incorporado pelo debate historiográfico-sociológico do século XX a partir da teoria do escravo-coisa, sendo o escravo visto

³⁰² *Vinte e Cinco de Março*, 9 de Janeiro 1887 – “*Vinte e Cinco de Março*” – p. 1.

³⁰³ *Vinte e Cinco de Março*, 4 de Abril 1886 – Seção “Noticiário” – p. 3.

³⁰⁴ *Vinte e Cinco de Março*, 26 e 30 de Junho 1887 – “*Vinte e Cinco de Março*” – p. 2.

como vítima do cativo, que teria lhe roubado toda capacidade de ação e pensamento autônomo.³⁰⁵

Por este raciocínio, fica clara a justificação da violência escrava, tanto pela lei nacional, que dizia não mais existir escravidão; como pela lei da natureza, que autorizava o assassinato do senhor, pois qualquer ser humano obrigado a viver como um escravo é compelido a odiar seu algoz e todos os outros, enquanto humanos, compreendem-no nesta violência.³⁰⁶ Em contrapartida à ameaça de violência escrava, os abolicionistas afirmavam que seu movimento promovia a paz entre os cativos, pois dava-lhes esperança de se tornarem livres, sem ter que apelar para a violência. Asseguravam esta lógica através de relatos de violência escrava em outras localidades, onde não havia abolicionistas, afirmando que isto ocorreria pois sem outra fonte de esperança, os escravizados, em desespero, só tinham a força. Desta forma, os abolicionistas provavam sua importância, ao mesmo tempo, que reforçavam a ideia de que era perigoso adiar a abolição.³⁰⁷

Potencializavam esta discussão ao mencionar casos de violências arbitrárias de senhores contra escravizados. Afirmavam também que se os senhores não respeitavam as leis quando mantinham pessoas ilegalmente escravizadas, por que os cativos deveriam respeitá-las? Na versão construída pelos abolicionistas, a violência escrava era apenas um reflexo da violência senhorial. O argumento invertia a lógica senhorial na qual o escravo ocioso e os abolicionistas anarquistas seriam os culpados pela desordem e a violência no mundo do trabalho e no campo. Ao contrário, no discurso produzido no jornal, o desrespeito era dos senhores e das autoridades constituídas (oficiais da polícia, magistrados, delegados, etc) pois descumpriam a lei estabelecida e geravam um clima de ilegalidade, o qual abria espaço para a violência escrava, que apesar de ilegal tornava-se legítima.³⁰⁸

Por tudo isso, os abolicionistas afirmavam confiantes que a abolição era certa, nem que ela tivesse que ser feita à força,³⁰⁹ pois tinham o apoio da população,³¹⁰ e outras províncias já vinham se libertando³¹¹ fazendo com que as que resistissem fossem as mais prejudicadas.³¹² Os escravistas, apesar de terem dinheiro (acumulado com o suor do escravizado), não tinham o apoio da maioria e sequer podiam contar com o exército e marinha, que além de terem muitos membros negros e mulatos, criticavam o governo na manutenção forçada da instituição da escravidão.³¹³ Confiavam também na formação de um parlamento abolicionista, mas mesmo se este não fosse constituído, a libertação do Ceará provaria que a representação política não era condição indispensável para a

³⁰⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. op. cit.

PRADO Jr. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 2008.

³⁰⁶ Vinte e Cinco de Março, 25 de Dezembro (sábado) 1886 – Seção especial “Srs. escravocratas” – p. 1.

³⁰⁷ Vinte e Cinco de Março, 5 de Novembro 1887 – Seção “Noticiário” – p. 3.

³⁰⁸ Vinte e Cinco de Março, 23 de Janeiro 1887 – Seção “Noticiário” – p. 3.

³⁰⁹ Vinte e Cinco de Março, 31 de Maio 1885 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

³¹⁰ Vinte e Cinco de Março, 5 de Fevereiro 1885 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

³¹¹ Vinte e Cinco de Março, 10 de Julho 1887 – “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

³¹² Vinte e Cinco de Março, 1 de Setembro 1887 – “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

³¹³ Vinte e Cinco de Março, 19 de Junho – Sem seção “A sedição oficial” – p. 1.

abolição.³¹⁴ A confiança na concretização da abolição baseava-se na certeza de que esta viria ou pelo governo e senhores, ou pelos escravos, abolicionistas e povo, e, neste último caso, com violência.³¹⁵ Cientes de que a autonomia escrava era o maior temor dos escravistas, a ameaça de ação dos cativos era uma das mais fortes armas dos abolicionistas, os quais precaviam-se afirmando que não defendiam a violência escrava, mas sempre afirmavam que não podiam (e sequer queriam) contê-la para sempre.³¹⁶ Os escravos haviam diminuído sua violência dada à esperança da abolição pregada pelos abolicionistas,³¹⁷ mas sendo esta esperança constantemente frustrada, em breve, haveria rebelião.³¹⁸ Os abolicionistas não mais os reprimiriam, pelo contrário, até os incentivariam caso achassem necessário.³¹⁹

“Por Deus! Não acordeis ao espírito dos escravizados, ocupado pela esperança da liberdade, a ideia do crime, nem obrigueis a que o desespero leve os abolicionistas a trocar as flores, a música e a palavra, com que conquistaram a maioria da consciência nacional, pelas mesmas armas, que tendes empregado em vossos combates.” (14 de Agosto 1887 – “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2).

2.2 Desconstruindo o discurso senhorial

Os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* entendiam que a escravidão além de ser mantida pela pura violência e ilegalidade senhorial, contava com o apoio da boa sociedade e da estrutura do estado imperial. As contribuições do serviço da Polícia, das leis que os beneficiavam, dos juizes que ignoravam o descumprimento de outras leis e a conivência da população diante da brutalidade da escravidão e sua incapacidade de indignar-se com ela contribuía mais do que a pura violência para a permanência da escravidão. Robert Toplin concorda com este ponto de vista dos abolicionistas, pois afirma que até a década de 1880 os escravistas conseguiram manter com sucesso aliança com diversas classes livres e, apesar das dificuldades econômicas e insatisfações da população servil, eles acreditavam que poderiam manter o sistema ainda por muito tempo. Mas abaixo da superfície havia a fúria dos escravos, a desilusão de alguns escravistas com o sistema, os interesses divergentes entre os agricultores. Foi necessário apenas o surgimento de um movimento abolicionista organizado para que estas condições viessem à tona.³²⁰ Foi com esperança de mudar a percepção da população sobre a escravidão que o *Vinte e Cinco de Março* foi fundado e agia tentando desconstruir o discurso senhorial, criticando-o em seus pontos fundamentais.

Entre aqueles que contribuía para a manutenção da escravidão, a Polícia foi o principal

³¹⁴ Vinte e Cinco de Março, 6 de Novembro 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

³¹⁵ Vinte e Cinco de Março, 5 de Abril 1885 – Seção “Noticiário” – p. 3.

³¹⁶ Vinte e Cinco de Março, 31 de Julho 1887 – Seção “Noticiário” – p. 3.

³¹⁷ Vinte e Cinco de Março, 14 de Agosto 1887 – “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

³¹⁸ Vinte e Cinco de Março, 19 de Julho – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

³¹⁹ Vinte e Cinco de Março, 22 de Março 1885 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

³²⁰ TOPLIN, Robert Brent. op. cit.

alvo dos abolicionistas. Foram contabilizadas 117 notícias em que o *Vinte e Cinco de Março* manifestou diretamente sua discordância com a conduta da Polícia, mas deve-se considerar que este número seria ainda maior se fossem consideradas todas as notícias em que o jornal expressa sua insatisfação com as arbitrariedades e concessões das autoridades quanto à escravidão de maneira geral. Criticavam o seu desrespeito às leis estabelecidas e suas práticas arbitrárias. Denunciavam, principalmente, a prática bastante comum de apreensão de escravizados por suspeita de fuga. Como decorrência, argumentava-se longamente para provar que pelas leis brasileiras não havia crime de fuga, e, portanto, não era legítima a perseguição de fugidos pela polícia. Entre os casos denunciados está uma crítica ao carcereiro que ocupou boa parte do jornal no ano de 1886. Este homem recolhia escravos fugidos e reduzia pessoas livres à escravidão, contudo, uma vez provada a condição de livre do preso, a polícia cobrava uma multa para custear o período de prisão do capturado.³²¹

Outro tipo de denúncia, não tão corriqueira, mas bastante explorada na fala abolicionista, eram os casos dos senhores que tentavam esconder a causa morte do escravo (geralmente decorrente das torturas), através de falsos atestados médicos, buscando, com isso, fugir das responsabilidades legais.³²² Através destas denúncias buscava-se provocar a indignação do povo contra as violências senhoriais e, em especial, contra a corrupção institucionalizada que a manutenção da escravidão demandava, pois além da crueldade, era necessária a falsificação de documentos médicos e a complacência das autoridades policiais e da população em geral. Neste sentido, a crítica aos médicos devia-se à contribuição destes para a perpetuação da escravidão.³²³

O jornal possuía um padrão de notícias para denunciar os senhores, para mostrá-los como desordeiros. Primeiro, relatavam-se seus diferentes atos de violência (agressões, assaltos, invasões de propriedades, assassinatos) e depois questionava-se os leitores sobre quem provocava a desordem pública: abolicionistas ou escravagistas?³²⁴ Nem mesmo poderosos representantes políticos ficavam isentos destas críticas, como o conselheiro Thomaz Coelho,³²⁵ que teve um caso

³²¹ Vinte e Cinco de Março, 2 de Abril 1885 – Seção “Noticiário” – p. 4.

³²² Vinte e Cinco de Março, 10 de Dezembro de 1885 – Seção “Noticiário” - p 3.

³²³ Vinte e Cinco de Março, 5 de Setembro 1886 – “ Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

³²⁴ Vinte e Cinco de Março, 9 de Agosto 1884 – Seção “Noticiário” – p. 4.

³²⁵ Nascido em 1837, em Campos, Thomaz Coelho lá iniciou sua educação, mas seguiu para o Colégio Calógeras, em Petrópolis, de lá foi para São Paulo, estudar na Faculdade de Direito. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais, retornou para Campos, após algum tempo de militância advocatícia e exerceu o magistério, e também os cargos de Delegado de Polícia, Promotor Público e Juiz Municipal. Inscreveu-se no partido conservador e elegeu-se, facilmente, vereador da Câmara Municipal de Campos; reeleito diversas vezes, chegou à Presidência daquela Casa Legislativa. Em 1868, foi eleito para a Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro; e em 1872, ascendeu à condição de deputado na Câmara dos Deputados do Império. Reelegeu-se para mais duas legislaturas (19ª e 20ª), sendo esta última para o período de 1886 a 1889 (legislatura não cumprida pelo Deputado).

Durante o 26º Gabinete Ministerial do Segundo Reinado foi convidado para presidir a pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, função em que permaneceu por dois anos e meio. Em decorrência da vaga aberta com o falecimento do Senador Conde de Baependi, em 1887, Thomaz Coelho foi escolhido pela Princesa Isabel, numa lista tríplice, para tomar assento na Câmara Alta, a dois de maio de 1888. Por fim, assumiu a Pasta da Guerra do penúltimo Gabinete do Império (10 de março de 1888 a 07 de junho de 1889), período em que também respondeu

de açoite denunciado pelo jornal, além de ter seus cativos fotografados para que a prova do crime fosse exposta na sede do jornal. Mesmo não tendo o fotógrafo entregado as fotos, os abolicionistas usaram o evento para mostrar a capilaridade da influência dos senhores na sociedade escravista, pois o fotógrafo justificou-se dizendo que “dev[ia] finezas e muita consideração ao sr. dr. Lourenço Maria de Almeida Baptista, cunhado do sr. conselheiro Thomaz Coelho”.³²⁶ Desta forma, reforçava-se o argumento de que a escravidão era mantida também pela contribuição da convivência da sociedade. Tais denúncias também demonstravam que a desordem do trabalho, tanta vezes evocada pelos escravagistas como principal motivo para o emancipacionismo, era, na verdade, inerente ao próprio sistema desigual da escravidão. Os senhores reclamavam da violência escrava, mas eles mesmo agiam com violência, para manter a escravidão, pois dela tiravam seus proventos.³²⁷

O discurso construído aponta a todo momento que a corrupção era inerente à escravidão, a exemplo dos esquemas montados para lucrar com escravos foragidos, como o Sr. José de Araújo Campos, que seduzia escravos com a promessa de liberdade ou transferência para províncias livres. Depois contactava os donos dizendo que seus escravos estavam em posse dos abolicionistas e que seriam alforriados. Para tê-los de volta deveriam pagar uma quantia ao Sr. José de Araújo que recebia as informações do nome dos escravizados de Lino, entregador do jornal que lhe servia de informante. A fraude foi descoberta pelo *Vinte e Cinco de Março*, deixando claro o fato do jornal ser procurado por escravizados³²⁸ e, um dia depois, foi anunciada a demissão de Lino.³²⁹

Muitas destas notícias usavam exacerbado sentimentalismo, pois através desta linguagem dramática, buscava-se sensibilizar e expor o leitor à cruel realidade da escravidão,³³⁰ como o caso do homem que após ter sido preso injustamente (por suspeita de fugido) atirou-se no rio para a morte.³³¹ Estas denúncias também deslegitimavam o discurso escravista ao mostrar a desumanidade da instituição, e afirmavam ser a escravidão mantida pela corrupção de autoridades comprometidas não com o país, mas com interesses da classe escravista. Com isso, buscava-se convencer a opinião pública dos benefícios e da justiça da abolição e almejava-se convencer a população a agir contra a escravidão. Para tanto, vários relatos de ação e protesto popular, elogiando o poder do povo eram publicadas.³³² Até mesmo notícias de outras localidades mereciam destaque, como exemplo temos a

interinamente, acumulando com a Pasta da Guerra, pelos assuntos da Pasta da Marinha, entre 4 de janeiro a 8 de fevereiro de 1889. Foi eleito, em 1890, Diretor do Banco do Brasil, cargo no qual permaneceu até a sua morte, no dia 20 de setembro de 1895.

In: **Thomaz José Coelho de Almeida**: O fundador. In: http://www.cmrj.ensino.eb.br/textohist_thomaz.htm Acessado em 7 de Dezembro de 2012.

³²⁶ Vinte e Cinco de Março, 19 de Maio 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

³²⁷ Vinte e Cinco de Março, 8 de Junho 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

³²⁸ Vinte e Cinco de Março, 8 e 12 de Agosto 1886 – Seção “Noticiário” – p. 3.

³²⁹ Vinte e Cinco de Março, 15 de Agosto 1886 – Seção “Expediente” – p. 1.

³³⁰ Vinte e Cinco de Março, 12 de Outubro 1885 – Seção “Noticiário” – p. 4.

³³¹ Vinte e Cinco de Março, 21 de Julho 1887 – Seção “Noticiário” – p. 2.

³³² Vinte e Cinco de Março, 18 de Abril de 1886- Seção “Noticiário” – p. 3.

notícia sobre um quadro ofertado em homenagem à libertação de três escravos em Maceió. A pintura enaltecia a contribuição dos artesãos (o ferreiro que quebrou as correntes) e do povo (que acompanhou os escravos), destacando a condução dos abolicionistas.³³³

Outro meio de desestruturar o discurso senhorial era demonstrando que alguns senhores já haviam aderido à causa abolicionista. Até inimigos declarados do jornal quando concediam a abolição recebiam reconhecimento, com a justificativa de que a conversão dos inimigos era a maior prova da vitória do movimento. Ao mesmo tempo que era preciso deslegitimar o discurso e a prática senhorial para convencer os senhores menos dependentes de suas escravarias e a população em geral a aderir ao abolicionismo; era também necessário demonstrar que outros escravistas já haviam aderido à abolição, prova da vitória certa do movimento. Através das notícias de alforrias reforçava-se também o argumento de que mesmo após estas não se havia instaurado a desordem. Provava-se, assim, que os libertos não se entregariam à ociosidade, embriaguez ou crime, pois mais da metade da escravaria, em Campos, já tinha sido abolida desde a matrícula de 1872 e não se via tal cenário.³³⁴

Mesmo que as notícias das alforrias concedidas destacassem a mentalidade progressista e a generosidade dos envolvidos,³³⁵ os abolicionistas não se esquivavam em criticar senhores que alforriavam escravos já idosos ou doentes, demonstrando que não estavam dispostos a elogiar qualquer tipo de alforria. Também devemos considerar a possibilidade de que a divulgação elogiosa do nome destes alforriadores funcionava como uma espécie de coluna social na medida em que tornava notório o nome dos envolvidos e sua dedicação à causa, como expôs Margareth Bakos.³³⁶ Este aspecto autorizaria a afirmativa do próprio *Vinte e Cinco de Março* de que seu periódico tinha ampla penetração na sociedade campista,³³⁷ uma vez que alguns escravistas gostavam de ter seus nomes mencionados no impresso.

O alcance do jornal não se restringia aos seus leitores, incluía também relações e interação do jornal com os senhores, população e escravos. Diferentemente de Lana Lage, que analisou essencialmente a relação entre estes abolicionistas e o movimento escravo utilizando fontes como relatórios de chefes de província, relatórios e ações policiais e judiciais,³³⁸ a nossa pesquisa está focada na análise do discurso dos abolicionistas através do *Vinte e Cinco de Março*. Como a interação direta com escravos foi pouco exposta nos artigos, analisamos as ações e decisões abertamente feitas e relatadas no jornal, assim como buscamos ver nas entrelinhas outras práticas de

³³³ *Vinte e Cinco de Março*, 18 de Abril de 1886- Seção “Noticiário” – p. 3.

³³⁴ *Vinte e Cinco de Março*, 5 de Maio 1887– Seção “Vinte e Cinco de Março”– p. 1.

³³⁵ *Vinte e Cinco de Março*, 2 de Janeiro 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

³³⁶ BAKOS, Margareth Marchiori. op. cit.

³³⁷ *Vinte e Cinco de Março*, 27 de Janeiro 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

³³⁸ LIMA, Lana Lage. op. cit.

interação destes agentes históricos.

Em alguns momentos, o jornal expõe claramente a contribuição dos munícipes para a prática abolicionista, como exemplo citam o episódio de violência contra uma escrava de 15 anos, no qual os presentes agiram e a libertaram, para finalizar, concluem dizendo: “felizmente a população aqui da cidade já vai compreendendo, que o reinado dos capitães do mato desapareceu para dar lugar aos sentimentos de humanidade.” Além de elogiar a ação da população, os abolicionistas entendiam que estas provavam ser a abolição um desejo de todos.³³⁹ Comprovavam esta ideia relatando que recebiam pedidos de leitores de outros municípios para que dessem publicidade às arbitrariedades ocorridas em outras localidades, reafirmando também a importância adquirida pelo jornal até mesmo fora de Campos e o acesso desta população ao jornal.

Além da leitura do impresso, talvez, a forma de interação com a população mais recorrente tenha sido os *meetings*. O jornal sempre divulgava com antecedência o local e hora dos encontros, via de regra no Teatro Empyreo, à noite. Após o seu acontecimento, o jornal trazia uma breve descrição da reunião, enfatizando o grande número de ouvintes, sempre atentos e interessados, assim como se mencionava o nome dos palestrantes e o principal assunto discutido. Raramente detalhavam-se os discursos, provavelmente porque grande parte dos leitores ou estavam na reunião, ou já estavam familiarizados com os argumentos apresentados; ou ainda porque o maior objetivo dos encontros era promover as ideias abolicionistas àqueles que não liam o jornal. Ao contrário, as (tentativas de) intervenções promovidas pelos escravistas, através de capangas ou mesmo da polícia, sempre recebiam muita atenção com intuito de provar a arbitrariedade dos escravistas, e contrapô-la a luta racional, pacífica, legítima e legal do abolicionismo.³⁴⁰ Além disso, estes atentados demonstravam que as conferências abolicionistas incomodavam os escravistas da região.

Diferentemente dos *meetings*, as festas promovidas para angariar fundos e distribuir cartas de alforria nunca foram alvejadas pelos escravistas, seus relatos sempre destacavam a presença de membros de todas as classes sociais³⁴¹ e as ações pela liberdade, em oposição à frugalidade das festas promovidas pelos escravistas. Anunciavam-se também recomendações, direcionadas aos escravistas, de que os libertos deveriam manter seus trabalhos após a emancipação, buscando fortalecer o argumento de que a abolição não abalaria a produção agrícola nacional.³⁴² Porém este tipo de festa somente ocorreu até o ano de 1884, mesmo assim de forma pouco frequente.

Uma forma de interação com a população que foi muito importante foram as recomendações eleitorais. Falava-se do poder eletivo e da importância de votarem juntos para conseguirem efetivar

³³⁹ Vinte e Cinco de Março, 23 de Outubro 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

³⁴⁰ Vinte e Cinco de Março, 4 de Janeiro 1885 – Seção “Noticiário” – p. 2.

³⁴¹ Vinte e Cinco de Março, 2 de Outubro 1884 – Seção “Noticiário” – p. 3-4.

³⁴² Vinte e Cinco de Março, 11 de Setembro 1884 – Seção “Noticiário” – p. 3.

a abolição. Os artesãos foram alvo de algumas matérias nas quais falou-se da importância de lutarem por melhorias para sua classe, evitando favorecer à classe senhorial. Atitudes como esta, podem ser interpretadas como prova de que estes abolicionistas representavam uma classe média urbana insatisfeita com as regalias oferecidas aos senhores. Esta, porém, não é nossa percepção, pois além de rara, esta argumentação almejava colaborar com a abolição. Percebemos a insatisfação destes abolicionistas com o domínio político dos escravistas e a consequente restrição que os profissionais liberais sofriam, mas entendemos que isso não era o motivo fundamental da sua luta, pelo menos não era parte do seu discurso argumentativo, pois somente em raros momentos questionaram as exceções econômicas com que se beneficiava a “casta agrícola” no Brasil, a exemplo da isenção de impostos sobre a terra, o não pagamento de salários e empréstimos bancários especiais.³⁴³ Argumentavam que o governo deveria abraçar a abolição, pois esta mudança submeteria a oligarquia agrícola à lei, o que, embora deixe evidente o interesse em acabar com o domínio político dos escravistas, ainda justifica-se na necessidade de haver igualdade de todos na lei, inclusive (e, talvez, principalmente) dos senhores.³⁴⁴

Como mencionamos no primeiro capítulo, estamos cientes de que, por serem estes abolicionistas membros de uma classe intermediária, eles possuíam certa independência da classe senhorial e, por isso, podiam se posicionar, abertamente, contra a escravidão. Buscamos, contudo, destacar que a principal causa defendida no *Vinte e Cinco de Março* não era a de lutar por melhorias e leis que favorecessem as classes intermediárias. Sua batalha era pela abolição, vista como um anseio nacional que ia além do princípio da igualdade de todos perante a lei, pois incluía a luta pela inserção social e econômica do liberto na sociedade brasileira.

Consequentemente discordamos de Célia Azevedo quando afirma que os abolicionistas tinham um projeto reformista e não revolucionário, que com a abolição buscavam apenas possibilitar o progresso, pois traria a ordem, na medida que o negro ficaria sob constante coação, ao mesmo tempo que abriria espaço para a riqueza dos imigrantes, que não vinham voluntariamente por se oporem à instituição. A autora acrescenta que a coexistência do apoio à abolição e imigração justificava-se pela ideia de que a escravidão já não se enquadrava naquela fase de desenvolvimento e progresso e pela necessidade de imigrantes porque os negros eram inferiores, e mesmo que fossem assim devido à própria escravidão, esta já teria se aprofundado de tal maneira que os sentimentos dos negros já eram diferentes dos brancos, que nunca foram escravizados. É, todavia, importante destacar que a historiadora reconhece, como raras exceções, a existência de abolicionistas com preocupação mais abrangentes, com ações conjuntas aos movimentos escravos.³⁴⁵

³⁴³ Vinte e Cinco de Março, 26 de Junho 1884 – Seção “Noticiário” – p. 2.

³⁴⁴ Vinte e Cinco de Março, 26 de Junho de 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

³⁴⁵ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. op. cit., 1987.

Maria Helena Machado também afirma que existiam entre os vários tipos de abolicionistas aqueles que objetivavam principalmente denunciar fazendeiros como grandes beneficiários dos favores do Estado e combatiam a escravidão porque ela era sustentáculo econômico injusto de uma classe que desvalorizava o trabalhador livre nacional.³⁴⁶ Afirmações com as quais também discordamos, embora não pretendamos afirmar um puro altruísmo dos abolicionistas ou desinteresse dos escravos no processo, pois estamos seguros que ao longo do texto os interesses dos abolicionistas e a participação ativa e ousada dos escravos ficam expostos. Entendemos que os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* tinham como interesse principal o cumprimento fiel do direito de igualdade de todos os homens perante à lei e a inserção do liberto no mercado de trabalho; e não melhorias para os seus pares, membros de camadas intermediária.

É o que pode-se ver no fato de que estes abolicionistas não só tentavam influenciar o voto dos seus leitores, como se reuniam para discutir seus votos, decidindo conjunta e abertamente em quem todos iriam votar, demonstrando uma prática de união e liderança do clube para a tomada de decisões políticas.³⁴⁷ A relevância das eleições fica clara em vários artigos que ressaltam a importância da Câmara para o comércio, as artes, para a cidade e, em especial, para a condução da abolição. Segundo afirmam, se os vereadores não fizessem uma boa legislatura, a culpa era dos seus eleitores, responsabilizando, portanto, aqueles que não votavam guiados pelo interesse comum.³⁴⁸

A prática do voto orientado era tão importante que, em 1886, nas eleições para a Câmara Nacional o *Vinte e Cinco de Março* denunciou que um folheto teria circulado na cidade com uma indicação falsa de voto, afirmando que os abolicionistas apoiavam a candidatura de Thomaz Coelho. O jornal se pronunciou com indignação e rebateu a indicação.³⁴⁹ Embora não possamos saber se tal folheto existiu ou se era forjado, importa-nos o fato de que a indicação de um candidato pelos abolicionistas era tão importante que suspeitava-se da invenção desta indicação. Ou seja, naquele momento, na sociedade campista, o posicionamento político do *Vinte e Cinco de Março* poderia não decidir uma eleição, mas era significativo o suficiente para alterar os rumos dos escrutínios eleitorais e importava o bastante para que outros forjassem a sua opinião. Se este folheto existiu, certamente não foi confeccionado pelos abolicionistas, uma vez que sempre indicaram candidatos comprometidos com a abolição, o que não era o caso do conselheiro Thomaz Coelho. Acima de tudo, o *Vinte e Cinco de Março* apoiava candidatos que apoiassem a abolição imediata e sem indenização, ou seja, apoiava candidatos do partido abolicionista.³⁵⁰

³⁴⁶ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. op. cit., 2010b.

³⁴⁷ *Vinte e Cinco de Março*, 20 de Junho 1886 – Seção “Noticiário” – p. 3.

³⁴⁸ *Vinte e Cinco de Março*, (27 de Junho 1886 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

³⁴⁹ *Vinte e Cinco de Março*, 17 de Janeiro 1886 – “A Pedido” – p. 3.

³⁵⁰ *Vinte e Cinco de Março*, 7 de Agosto de 1884 (p.1). 16 de Abril (p. 1) e 12 de Junho de 1885 (p. 2). 11 de Abril (p. 1-2) 1886. 6 de Janeiro (p. 2); 7 de Maio (p. 1-2); 2 de Julho (p. 1); 24 de Agosto (2 e 3); 9 de Outubro (p. 2) de

Entendemos este pedido de voto como mais uma prova da ligação dos abolicionistas de Campos com o projeto de abolição nacional, do partido abolicionista, exposto por Joaquim Nabuco. Como afirma Ricardo Salles, o deputado o entendia como meio de divulgar as ideias abolicionistas e de organizar o movimento em escala nacional, era o programa de um:

“movimento bastante invertebrado, amplo, com diferentes correntes de opinião e formas de ver a luta. Mas, ainda assim, um movimento que conferiu um sentido disruptivo às lutas que os escravos travavam, que aglutinou diferentes setores sociais, correntes políticas e de opinião.”³⁵¹

A questão decisiva que tornou possível esta nova percepção das lutas e resistências escravas foi a emergência de intelectuais ligados às camadas e movimentos populares, os quais eram próximos da experiência da vida do cativo.³⁵² Como é o caso do *Vinte e Cinco de Março* tão ligado aos artesãos, leitores e abolicionistas, que dizia-lhes em quem votar, assim como o era dos escravizados, a quem motivavam a continuar a resistir, dando-lhes o suporte e apoio necessário.

Além disto, é clara a relação de intercâmbio entre os abolicionistas de Campos e os da Corte. Por exemplo, os embates com a Polícia e com importantes senhores da região ganhavam grande repercussão na Corte, pois todas as vezes que algum ato violento era tentado contra o *Vinte e Cinco de Março*, ele não perdia a oportunidade de comunicar à Corte, enviando telegramas detalhados, que eram publicados nos mais importantes jornais abolicionistas da capital do Império e, depois, transcritos no periódico campista como prova da sua relevância no movimento abolicionista nacional. A importância do *Vinte e Cinco de Março* também podia ser medida pelos seus contatos políticos, com jornalistas e personalidades. Através deste intercâmbio, os abolicionistas se abasteciam de novas formas de observar e criticar a escravidão, ao mesmo tempo que consolidavam a abolição como um projeto nacional.

Devido a este intercâmbio, Lacerda e seus companheiros contavam com apoio de influentes abolicionistas, que lhes ofereciam proteção contra violências senhoriais. Estes abolicionistas supunham que, estando os senhores cientes de que eles contavam com influentes amigos na Corte, tornava-se menos provável que atentassem ostensivamente contra suas vidas, pelo menos não depois de terem seus nomes expostos no jornal. Ademais, os abolicionistas de Campos tinham maior acesso a autoridades judiciais fora da área de influência destes escravistas.

Entre os abolicionistas com quem se correspondiam, sem dúvida, o mais citado era José do

1887. 5 de Fevereiro (p. 1-2); 9 de Fevereiro (p. 1); 29 de Abril (p. 2); 3 de Maio (p. 3) de 1888.

³⁵¹ SALLES, Ricardo. Nabuco, os Ingleses e a Abolição. In: **Afro-Ásia**, (UFBA. Impreso), v. 42, p. 241-252, 2011a. Disponível em: <<http://www.afroasia.ufba.br/>>. Acesso em: 04 de fevereiro 2013, p. 252.

³⁵² SALLES, Ricardo. Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). In: **Revista de Índias**, v. 71, n. 251, p. 259-284, 2011b. Disponível em: <<http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/download/860/932>>. Acesso em: 04 de fevereiro 2013.

Patrocínio.³⁵³ Já no segundo número do jornal há uma pequena nota em que se pede autorização para transcrever notícias do *Gazeta da Tarde*, seu jornal publicado na corte. Portanto, fica claro que os redatores do periódico carioca tinham acesso ao periódico campista e através da leitura deste poderiam (ou não) autorizar a reprodução de suas notícias e conseqüentemente de suas ideias em Campos. As visitas de Patrocínio a Campos eram sempre comemoradas pelos abolicionistas e comentadas por todos os jornais da cidade, sendo ele muito homenageado.³⁵⁴ Entre as associações, a Confederação Abolicionista era a maior interlocutora.³⁵⁵ Ao relatar abolições conseguidas por esta, relatava-se todo o processo em detalhes, diferentemente das outras libertações anunciadas no jornal. Por exemplo, relatou-se que em uma viagem de barca Rio-Niterói, João Clapp percebeu a relutância de uma moça cabocla em embarcar com o seu dono. Investigando a situação, descobriu ser esta mestiça de índio e proveniente do Ceará. Houve, então, discussão na barca e no desembarque a moça foi levada à sede da Confederação que lhe restituiu a liberdade.³⁵⁶ Esta notícia, acima de tudo, impressiona por demonstrar a fragilidade da instituição escrava no período, dado que a posse de uma escrava podia ser questionada, simplesmente, porque esta resistiu a acompanhar o seu senhor.

Outras notícias comuns eram as notas sobre as viagens de Carlos de Lacerda à Corte, sempre expondo o motivo destas e aqueles com quem ele se encontraria. Destaca-se a viagem em que Lacerda foi lutar, junto à Confederação Abolicionista pelo seu *Habeas Corpus* que foi conseguido. A abundância de notícias sobre o assunto e a repercussão que este gerou deixam claro a comprometida relação com a Confederação, pois desde o anúncio da prisão de Lacerda³⁵⁷ até a absolvição dos outros 3 abolicionistas envolvidos na invasão de uma fazenda e a retirada de escravizados torturados de lá, há uma intensa troca de notícias entre Campos e o Rio de Janeiro.³⁵⁸ Este emaranhado de citações, relatos e transcrições de notícias prova a importância destas “boas relações” para uma prática abolicionista tão ousada. Tais relações e amizades serviam como proteção, pois quando um cometesse uma atitude mais arrojada, como a acima citada do Clube Carlos de Lacerda, podia-se contar com a luta de muitos abolicionistas pela sua defesa, integridade física e moral, assim como pela seriedade jurídica do julgamento.

É por isto que um dos meios encontrados pelos abolicionistas de Campos para conseguir a abolição envolvia a exposição no *Vinte e Cinco de Março* da interação direta que mantinham com os escravos, cuja intensidade será aqui focada a partir somente do que foi explicitado no periódico.

³⁵³ Somente entre notícias diretamente transcritas do jornal de José do Patrocínio ou falando de sua interação direta com os abolicionistas de Campos, o *Vinte e Cinco de Março* traz, pelo menos, 48 notícias ao longo dos 4 anos.

³⁵⁴ *Vinte e Cinco de Março*, 4 de Maio 1884 – Seção “Noticiário” – p. 3.

³⁵⁵ A Confederação Abolicionista é mencionada diretamente em, pelo menos, 21 notícias. Entre as quais não contamos as notícias em que qualquer de seus membros é mencionado, ou tem um de suas falas transcritas no jornal.

³⁵⁶ *Vinte e Cinco de Março*, 15 e 22 de Janeiro 1885 – Seção “Noticiário” – p. 3.

³⁵⁷ *Vinte e Cinco de Março*, 4 de Junho 1885 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 4.

³⁵⁸ *Vinte e Cinco de Março*, 28 de Junho 1885 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-3.

Muito embora consigamos saber que esta interação com os escravizados foi uma relação real, contínua e eficaz, através da incitação à violência e às fugas e outras atitudes mais ousadas dos escravos, as mensagens, no *Vinte e Cinco de Março*, eram pouco claras.

O diferente foco utilizado na pesquisa de Lana Lage, destacando a interação entre escravos e abolicionistas (baseado na análise do jornal e de relatórios policiais), concluiu resolutamente pela relação entre a violência escrava e a ação dos abolicionistas. A autora afirma que Lacerda atuava diretamente junto com os escravos, como fizeram Antonio Bento em São Paulo e o Clube do Cupim em Pernambuco, os incitando à violência, à fuga e à organização de quilombos. A autora também descreve vários exemplos de ação do movimento escravo em Campos, como o quilombo formado nas matas da Freguesia de Conceição do Travessão, a sublevação de 50 escravos na Fazenda Boa Vista (na afastada Freguesia de Natividade de Carangola) e ainda a revolta de 70 escravos contra o feitor, na fazenda dos herdeiros do Barão de São Fidélis (na freguesia de São Sebastião), além de outros atos revoltosos cometidos por escravos individualmente, dentre os quais destaca a invasão da fazenda de Orbílio da Costa Barros, que levou à prisão de Lacerda e 3 abolicionistas, como acima mencionamos.³⁵⁹

Lana Lage afirma que, a partir de 1887 (supomos que após os eventos ocorridos em São Paulo), porém, os casos de violência se intensificaram, com mais revoltas, em especial os recorrentes incêndios nos canaviais, que teriam aterrorizado os senhores. Neste período, os relatórios policiais transcreviam testemunhos de escravos presos, que indicavam terem sido orientados por Lacerda. Estes relatórios também responsabilizavam os abolicionistas por muitas outras manifestações em 1887, inclusive incêndios. E, por fim, conclui afirmando que

“em Campos, os abolicionistas vão se aliar ao negro na luta contra a escravidão. E, se a aliança com a violência negra torna o abolicionismo mais incisivo, a rebeldia do escravo também se torna, a partir daí, mais ameaçadora, porque mais consequente. Assim, ao fazer do negro um aliado, apadrinhando suas explosões de revolta, o abolicionismo confere, imediatamente, a essa rebeldia uma conotação política anteriormente negada pelo sistema.”³⁶⁰

Após expor vários casos de violência provocada por escravos, por abolicionistas, ou por ambos, Lana Lage expõe claramente que o movimento negro em Campos, embora não fosse novo recebeu incrementos, na década de 1880, que o fizeram ganhar um novo significado dado pelo movimento abolicionista. Este também não era novo na cidade, mas havia se tornado mais assertivo e direto com a criação do *Vinte e Cinco de Março* e do Clube Abolicionista Carlos de Lacerda.³⁶¹

Como afirmamos, recorrentemente, o jornal apelava para possíveis casos de violência escrava, usando um tom de ameaça, mas não reconhecia que eles mesmos incentivavam tais atos.

³⁵⁹ LIMA, Lana Lage. op. cit., 1981.

³⁶⁰ Idem. Ibidem, p. 139.

³⁶¹ Idem. Ibidem.

Neste sentido, afirmavam no discurso que defendiam a abolição pela “ideia que ela suscita” e não pelo medo, pois sendo a escravidão um roubo, motivavam os escravos a resistir pela greve, este sim um direito legal. Esta ambiguidade na apresentação da ação violenta dos escravos pode ser percebida quando se discutiu o desfecho trágico do quilombo de Travessão, no qual não foi apresentando qualquer sinal de condenação à atuação dos escravos em lutar por sua própria liberdade. Porém, dias depois, em uma notícia sobre um assassinato cometido por escravos em Resende, repudiou-se a alegação de que estes agiam motivados por abolicionistas, pois, embora não reprovassem a ação dos escravos, não queriam estar associados a esta. Afirmam que também não incitavam à violência, porque isto não colaborava para a empatia com o movimento, mas, reconhecem que os cativos provavelmente agiram por desespero, pois dependiam da boa vontade dos senhores ou do fundo de emancipação. Ou seja, não reprovavam os escravos, mas também não assumiam que os incitavam. Logo, afirmam que quem os condenava ao uso da violência como único recurso era a própria escravidão, e não os abolicionistas.³⁶²

Se a violência escrava não era explicitamente apoiada, o recolhimento de escravos fugidos das fazendas onde eram torturados era amplamente assumido pelo jornal, que não tinha problemas em afirmar que os acolhia em sua sede, local claramente descrito como refúgio para os cativos que fugiam de seus senhores. Algumas notícias deixam clara esta condição:

“Apareceu ontem em nosso escritório, todo amedrontado, o liberto Roque, que invocando a nossa proteção, visto como desde 4 de junho de 1881, estando de posse de seu título de liberdade, até hoje, na mesma condição de escravizado, apesar de livre pelo fundo de emancipação, se acha no poder de sua ex-senhora.” (23 de Outubro 1884 – Seção “Noticiário” – p. 4.).

Outras não são tão claras, mas percebe-se a ação voluntária do escravizado em ir ao jornal e a ajuda oferecida pelos abolicionistas. Em muitas notícias, destaca-se que houve a tentativa de negociar com os senhores primeiro, só então apelou-se para as autoridades; o que deveria servir como estratégia para parecerem menos afoitos aos senhores, como no caso abaixo:

“Ha um mês mais ou menos apareceu, João, escravizado da exma. Sra. d. Clara Pacova, pedindo que nos interessasse pela sua liberdade. Como é nosso costume, primeiramente procuramos resolver a questão amigavelmente; mas não tendo sido possível chegarmos a um acordo, (...) aconselhamos-lhe que tentasse ação judicial.” (26 de Outubro 1884 – Seção “Noticiário” – p. 4).

Diante deste e de outros relatos, pensamos na possibilidade de que fosse negociado o retorno dos cativos aos seus antigos senhores (com exceção daqueles que tivessem sinais de tortura) como parte das estratégias abolicionistas, pois embora raras, a menção a estas negociações aparecem no jornal no ano de 1884 e parte de 1885. Porém, como a partir de maio deste ano tais notícias desaparecem do jornal, sustentamos a hipótese de que com a derrota do Projeto Dantas, a liberdade

³⁶² Vinte e Cinco de Março, 1º de Maio 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2
Vinte e Cinco de Março, 18 de Maio 1884 – Seção “Noticiário” – p. 3.

dos cativos deixou de ser objeto de qualquer negociação. Logo, esta negociação encaixava-se na lógica abolicionista, se esta for entendida de maneira próxima daquilo que Thompson chama de “economia moral dos pobres”, na medida em que estes abolicionistas agiram dentro de uma lógica na qual avaliavam o tipo de cativo que eles e os escravos consideravam justo.

E. P. Thompson criticara o uso vago dos termos paternalismo e motim, rejeitando a ideia de que os motins ocorridos na Inglaterra no século XVIII eram simples reações instintivas aos estímulos econômicos. Além de serem uma reação à fome, o autor entende que as ações da multidão eram moldadas pelos seus costumes, racionalidade e cultura. Esta ação baseava-se em um consenso sobre o que era, ou não, considerado legítimo, na atividade do mercado, pela visão tradicional das normas e obrigações sociais das funções econômicas, denominado 'economia moral dos pobres'; irando-se quando fazendeiros, padeiros e moleiros não agiam de acordo com essa visão. Logo, a ação da multidão seguia um modelo teórico consistente, reconstruindo seletivamente o paternalismo, “extraíndo dele todas as características que mais favoreciam os pobres”. Mas rompia com os paternalistas quanto à ação direta coletiva, à ordem. Estes motins se reproduziam em todo país, rememorando o antigo *Book of Orders*, que determinava que os magistrados além de cuidarem do mercado, deveriam assegurar o abastecimento de cereais aos pobres. Em muitas ações a multidão afirmava que agia devido à omissão dos magistrados em executar as leis. No contexto da expansão da mão-de-obra livre na Inglaterra, ocorreu uma diminuição das formas de controle paternalistas. A ação da multidão se deu na limitação imposta pelo Estado monárquico, quando gentry e aristocracia aceitaram 'dar direitos' à multidão em troca de contê-la e torná-la pacífica. Contudo as leis estabelecidas estavam além dos limites do que era possível ao Estado efetivamente fazer. Logo, todas as licenças concedidas à multidão vinham mais dos limites reais da ação controladora do Estado do que de sentimentos libertários. As liberdades e caridades oferecidas pelas autoridades seriam maneiras de garantir uma pacificação da multidão em momentos de escassez e sob a ameaça de motins, sendo vista pelos primeiros como um ato de concessão; enquanto o povo o interpretava como uma conquista obtida a partir de sua organização e ação coletiva.³⁶³

A partir deste entendimento, pensamos que quando o cativo que abolicionistas e escravizados consideravam justo deixava de existir, a intervenção era justificável, principalmente porque aqueles que eram os responsáveis pela supervisão desta situação, as autoridades judiciais e policiais, não haviam agido. Argumentação que podemos ver nesta fala do *Gazeta da Tarde* sobre a prisão de Lacerda, transcrita no *Vinte e Cinco de Março*:

“A lei Rio-Branco havia prometido que os juizes visitariam as fazendas de café e os engenhos de

³⁶³ THOMPSON, E. P. *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*. 1998.
Idem. *¿La sociedad inglesa del siglo XVIII: Lucha de classes sin classes?*. 1979.

açúcar para providenciar pelo bem estar dos ingênuos e dos escravizados.
Promessa benéfica e humanitária que jamais foi cumprida...
Qual o juiz que ousou penetrar nos castelos feudais dos barões do escravagismo?
São passados 14 anos depois da lei de 28 de Setembro, e não há um só exemplo de Juiz, que fosse arrancar as vítimas dos quadrados das senzalas, dos troncos, das gargalheiras, dos vira-mundos e dos tormentos inúmeros, inventados pela ferocidade landocrática...
Pois bem, Carlos de Lacerda teve o heroísmo de dar execução, pela primeira vez neste império, a lei de Rio-Branco... O dever que a magistratura não cumpriu por medo dos escravocratas linchadores e masoquistas, o denodado abolicionista realizou em um momento de entusiasmo e de generosa devoção.” (21 de Junho – “25 de Março” – p. 1).

Diante de um estado ausente e de um senhor que abusava do seu direito sobre seus cativos cabia a rebelião através da invasão das fazendas pelos abolicionistas e das fugas de escravos para cidade à procura dos abolicionistas que interviriam os auxiliando na busca pela sua liberdade. Além disso, fica bastante claro que a busca pelo fim do cativo era uma luta, uma conquista dos abolicionistas e dos escravizados, entendiam-na como a restituição de um direito que fora roubado, e não a concessão de uma liberdade por bondade do senhor.

Com os primeiros sinais de derrota do Projeto Dantas, esta situação muda completamente. As negociações com os senhores somem por completo do jornal e este chega a afirmar que naquele momento não cabiam mais alforrias por indenização ou negociações, “nem mais um vintém para indenização de liberdades, quer em virtude da tabela, quer por acordo amigável.”³⁶⁴ Entendimento referendado pelos historiadores Robert Toplin e Robert Conrad que afirmam ser a derrota do Projeto Dantas um ponto de virada no abolicionismo nacional, pois atitudes conciliatórias tornaram-se incabíveis e ações mais diretas e ousadas tornaram-se o padrão do movimento abolicionista.³⁶⁵ Conrad afirma que é no debate da Lei dos Sexagenários que as posições dos senhores quanto à abolição definiram-se, os cafeicultores paulistas começaram a ponderar a abolição e os fluminenses a defenderam incondicionalmente.³⁶⁶ Toplin acrescenta que, além da posição dos escravistas ter se intensificado com a aprovação da Lei Saraiva-Cotegipe, a posição dos abolicionistas mudou, pois passaram a não aceitar menos que a abolição incondicional e imediata. Perceberam também que lucravam mais financiando a propaganda abolicionista do que libertando escravos isoladamente, até porque não achavam justo as indenizações, buscando, portanto, uma nova abordagem para a abolição. Com a derrota do projeto no qual haviam depositado tantas esperanças, tornaram-se mais explícitos, diminuindo os apelos à benevolência dos senhores e requerendo medidas mais imediatas. Assim como percebem que a libertação completa só podia ser alcançada com atividades extra-legais, passam a incentivá-las buscando, para isso, fundamentação até nos princípios cristãos.³⁶⁷

Como prova desta mudança, ainda em julho de 1885, ao tomar conhecimento da fuga de um

³⁶⁴ Vinte e Cinco de Março, 17 de Abril 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

³⁶⁵ CONRAD, Robert. op. cit., 1978.; TOPLIN, Robert. op. cit., 1975.

³⁶⁶ CONRAD, Robert. op. cit., 1978.

³⁶⁷ TOPLIN, Robert. op. cit., 1975.

escravo através de anúncios do seu senhor ofertando prêmios a quem o resgatasse, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* pedem para quem soubesse do destino deste os avisasse, pois tinham planos para o escravo foragido. O que não deixa dúvida de que ofereciam proteção aos escravizados foragidos. Outro ponto interessante, na continuação da notícia, é a afirmação de que os escravistas levaram o escravizado para Cantagalo porque em Campos a perseguição abolicionista tornava a “caça” aos escravos mais difícil e perigosa, explicitando uma vitória do controle abolicionista sobre às arbitrariedades dos senhores.³⁶⁸

Até mesmo os senhores, cientes do acolhimento dado pelos abolicionistas na sede do jornal, enviavam para lá seus escravizados já sem uso, a exemplo de uma cativa louca, que foi deixada na porta do jornal. Os abolicionistas, contudo, protestavam dizendo que os senhores depois de explorar seus escravizados, os enviavam para eles como se tivessem um asilo, hospital ou até hospício de alienados. Assim pedem providências ao delegado de polícia.³⁶⁹ Mas não se negam a auxiliar estes escravizados, pois voltam a falar desta escrava relatando que após ter melhorado, fugiu do hospital e acabou presa. Por fim, ironizam dizendo que logo seria recolhida por alguém que diria ser seu dono e, voltando ao seu estado de louca, seria castigada e morta tendo como causa *mortem* alguma lesão cardíaca, do fígado ou congestão pulmonar.³⁷⁰ Em um só pequeno parágrafo, fazem críticas aos senhores, à polícia e aos médicos legistas, todos agindo ilegalmente pela manutenção da escravidão.

Além de recolher o escravo, estes abolicionistas também buscavam defender a sua liberdade, em ações judiciais; chegando, mesmo, a anunciar no jornal para que os escravizados os procurassem com intuito de dar abertura a tais processos. Por exemplo, após a Lei Saraiva-Cotegipe, chamaram escravos sexagenários cujos senhores ainda os mantivessem cativos.³⁷¹ Tal atitude exprime alguns objetivos. Primeiro, obviamente, atingir os escravizados que teriam acesso a esta informação através da leitura (feita por eles ou por terceiros) e também ameaçar os senhores ex-proprietários de escravos sexagenários que insistiam em lutar contra as leis abolicionistas. Além disso, devemos destacar que os escravizados tinham a possibilidade de tomar conhecimento deste tipo de notificação pelos próprios senhores, como bem expôs o *Vinte e Cinco de Março* ao afirmar que a resistência dos senhores à ideia abolicionista dava-lhe ainda mais propaganda. Exemplificam com um evento ocorrido em Macaé quando, ao tentar reprimir um *meeting*, os senhores acabaram

³⁶⁸ *Vinte e Cinco de Março*, 12 de Julho 1885 – Seção “Noticiário” – p. 3.

³⁶⁹ *Vinte e Cinco de Março*, 2 de Setembro 1886 – Seção “Noticiário” – p. 3.

³⁷⁰ *Vinte e Cinco de Março*, 17 de Outubro 1886 – “Noticiário” – p. 3.

³⁷¹ *Vinte e Cinco de Março*, *Vinte e Cinco de Março* 1886 – Seção “Noticiário” – p. 3.

O mesmo tipo de anúncio repete-se por todo o mês de maio de 1887, quando os abolicionistas de Campos lutavam pela libertação de mais 13 mil escravos que haviam sido matriculados de maneira errônea em Campos (assunto que será trabalhado no capítulo seguinte).

divulgando o modo de ação dos abolicionistas, fazendo mais propaganda que estes jamais poderiam fazer, pois

“Os escravizados não ouviram a palavra, viram os preparativos de seus senhores, administradores, feitores para a recepção dos abolicionistas naquele dia e a intenção que os animava se lá fossem. Voltando a casa, analisariam, comentariam com certeza o que se tinha passado, e nestas condições os escravizados, que não tinham ouvido a propaganda dos lábios dos abolicionistas, viram o *meeting* nos preparativos e ouviram a linguagem da abolição dos lábios dos seus senhores, administradores, feitores na análise e comentários da resistência, que pretendiam empregar. Por este modo a propaganda foi levada a paragens, onde talvez da tribuna nunca lá pudesse chegar, pela impossibilidade dos escravizados não saberem ler, nem poder ver os festejos abolicionistas que presenciariam diante dos preparativos e ouvir dos lábios dos propagandistas o que ouviram dos de seus senhores, administradores e feitores, que por tal meio julgaram sufocar o que eles mesmos estavam propagando.” (1º de Setembro 1887 – “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2).

Diante do que fica claro que a interação entre abolicionistas e escravos foi fundamental para a concretização da abolição. Como afirma Hebe Mattos, os escravos conscientes que, enquanto propriedade, não tinham direito a ter direitos, os reivindicavam exatamente porque isto os afastava da condição de cativo. O crime dos escravos, embora incomum, era uma manifestação que impedia que o temor e os privilégios se estabelecessem só a partir do senhor. Pouco a pouco, com a legalização de muitas reivindicações dos cativos, o pilar da dominação senhorial foi duramente atingido, pois era o fim da negociação senhor-escravo baseado só na benevolência senhorial; havia um contexto de queda da legitimidade da instituição da escravidão.³⁷² É o que se percebe ao longo da análise do *Vinte e Cinco de Março* na medida em que as reivindicações dos abolicionistas não se submetem a uma lógica de bondade dos senhores e sim à exigência do cumprimento da lei e a afirmativa corrente de que se as leis tivessem sido cumpridas já não existiria escravidão.

Neste sentido, concordamos com a afirmação de Hebe Mattos de que no final do século XIX, advogados e escravos se aproximaram para legalizar alforrias, tendo os abolicionistas como intermediários nesta relação. Isso ocorreu devido à consciência anti-escravagista dos advogados e à ação estratégica dos escravos compondo novas alianças.³⁷³ Porém, é importante destacar, como faz Richard Graham que, a ação coletiva dos escravos veio com o trabalho dos abolicionistas de persuadi-los a abandonar juntos as fazendas, garantido-lhes ajuda, proteção e os levando aos tribunais nos casos de escravização de pessoa livre baseados na lei anti-tráfico de 1831. Assim, concordamos com o autor quando afirma que sem a campanha abolicionista não teria havido o amplo apoio da população, em especial a urbana.³⁷⁴ Entendemos que a ação dos abolicionistas ao desestruturar o discurso senhorial deu à ação dos escravos, que sempre lutaram contra a escravidão, um novo significado, pois ofereceu uma nova recepção a estas ideias. A fala abolicionista fortalecia

³⁷² MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do Silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

³⁷³ Idem. *Ibidem*.

³⁷⁴ GRAHAM, Richard. *op. cit.*, 1979.

a ação dos escravos, ao mesmo tempo que o volume da ação dos cativos confirmava a fala destes.

Neste ponto concordamos com Marquese, que afirma que a proposta de Emilia Viotti de analisar a agência dos sujeitos sociais, sempre considerando as possibilidades historicamente dadas para a ação humana nos ajuda, enquanto historiadores, a não cair em um dos extremos: estruturas determinantes ou agência humana sem agentes limitadores (experiência). No debate historiográfico sobre a escravidão no Brasil, a autora destacou a necessidade de compreender a crise do escravismo no Brasil como um processo de longa duração, com mudanças estruturais, situações conjunturais e uma sucessão de episódios que culminaram na Lei Áurea. Logo, as transformações estruturais foram condições necessárias para que os sujeitos pudessem exercer sua liberdade e, não, fatores determinantes para suas ações. Daí que as transformações estruturais de longa duração possibilitaram as rebeliões escravas, que foram fundamentais para a mudança de atitude dos fazendeiros. Ressaltando que estas rebeliões só foram possíveis devido às transformações estruturais de longa duração, pois o protesto escravo não foi exclusividade do século XIX, mas seu significado mudara neste momento, adquirindo um significado político.³⁷⁵

Neste sentido, as estratégias adotadas pelos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* não se restringiram à argumentação. Neste novo contexto nacional, estes indivíduos também tomavam atitudes audazes de ataque à propriedade senhorial, entre as quais já mencionamos o recolhimento de escravos e ingênuos, que eram expostos pessoalmente na sede do jornal, ou através de fotos, para que retratassem seu debilitado estado físico. Além disso, expunham, com frequência, o nome de poderosos senhores da região, relacionado-os aos crimes que haviam cometido. Realizavam investigações paralelas àquelas feitas pela polícia, afirmando serem estas necessárias, exatamente, porque não confiavam na integridade e competência dos policiais. Também demandavam das autoridades instituídas atitudes quanto aos crimes denunciados. Por fim, acompanhavam incansavelmente tudo o que se relacionasse aos escravos recebidos ou aos crimes denunciados.

A prática de recolher indivíduos maltratados era corriqueira e, provavelmente, eficaz, dado a sua repetição. A exposição destes servia claramente à causa abolicionista, pois abertas à população e acompanhadas por descrições no periódico, expunha-se os leitores à brutalidade e à mentalidade escravista. Os retratos ficavam à mostra na sede do jornal, afirmando que estes serviam para guardar a memória após a recuperação física e libertação dos escravizados; mas também eram usados para denunciar a situação em que se encontrava a cidade, pois eles eram enviados para os abolicionistas da Corte, como prova desta e para pedir providência a outras autoridades, tendo sido enviado pedidos até ao senador Dantas.³⁷⁶ Falava-se também no 'Museu Ceroplástico' do Clube,

³⁷⁵ MARQUESE, Rafael de Bivar. op. cit., 2008.

³⁷⁶ *Vinte e Cinco de Março*, 13 de Junho 1886 – Seção “Noticiário” – p. 3.

onde expunham fotos e instrumentos de tortura recolhidos das fazendas da região, mas a forma de funcionamento deste nunca foi relatada em detalhes, dizia-se somente que na sede do jornal era possível ver os artefatos e fotos.³⁷⁷ O *Vinte e Cinco de Março* objetivava com estas medidas expor a população ao que ficava escondido nas fazendas, almejando mostrar que aquilo que uma vez tinha sido considerado como natural tornara-se inaceitável e até as leis nacionais comprovavam isto.³⁷⁸

Ao reportar estes casos de violência contra os escravos, o *Vinte e Cinco de Março* também expunha os senhores e suas práticas extra-legais, interferindo diretamente na ordem senhorial, pois mesmo que estes tivessem os poderes constituídos ao seu lado, agora tinham que conviver com a vigilância dos abolicionistas e com as exigências que estes faziam às autoridades.³⁷⁹ E, senão sofriam punições pela Justiça, pelo menos, eram expostos para o julgamento da população, como no caso abaixo:

“Portador de duas cartas, uma escrita por nós e outra por aquela respeitável senhora, foi Luiz para a fazenda de S. João. (...) Depois de alguns dias, com toda a segurança soubemos, que o menor Luiz, tinha sido barbaramente suplicado e que em vez de ser recolhido ao hospital, para tratar-se dos ferimentos, que recebera como consequência do castigo foi preso a um tronco de campanha donde não seria solto enquanto não estivesse completamente curado, a fim de evitar uma nova fuga e por este modo ser apreciado o estado que o bacalhau o reduzira.

(...) Os bárbaros, aqueles que procedem como o sr. tenente-coronel Francisco Antonio Pereira de Lima, hoje impossibilitados de exercerem em suas fazendas os barbarismos de outros tempos, pela fiscalização dos abolicionistas nesses antros, onde até bem pouco tempo não entrava a lei, nem a justiça publica, são os que vão pedir providências.

Não são elas para garantir a ordem e as tranquilidade pública, mas para a impunidade de crimes, praticados a título de moralidade e disciplina das fazendas e segurança da lavoura.” (9 de Abril 1885 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2-3).

Pode-se ver que o que ocorria nas fazendas não era desconhecido dos abolicionistas, que mantinham a prática de visitar fazendas. Esta conduta não é abertamente exposta no jornal, mas muitas notícias deixam entrever que elas realmente ocorriam. Por exemplo, numa nota sobre a Usina do comendador Antonio Manoel da Costa afirma-se terem feito mal juízo deste, pois o sistema de trabalho de sua fazenda era muito organizado, não havendo marcas de violência, pelo que o parabenizam, sem deixar de afirmar que “o escravo é sempre escravo; e a escravidão, escravidão.”³⁸⁰ Diante do que fica claro que os abolicionistas costumavam visitar as fazendas da região, o que é explicitado em trechos, como “anteontem de passagem pelo Becco, visitamos esta Usine”, “diante do que vimos”, “saímos e do lado de fora”. Outro fato que indica a constância destas visitas eram os escravos, que sofrendo violações de seus direitos, dirigiam-se diretamente ao jornal, indicando uma interação prévia entre os abolicionistas e eles. Cremos que nestas visitas, autorizadas ou não, os abolicionistas pretendiam não apenas inspecionar a organização do trabalho

³⁷⁷ *Vinte e Cinco de Março*, 24 de Agosto 1884 – Seção “Noticiário” – p. 3.

³⁷⁸ *Vinte e Cinco de Março*, 12 de Dezembro 1886 – “Noticiário” – p. 3.

³⁷⁹ *Vinte e Cinco de Março*, 17 de Agosto 1884 – Seção “Noticiário” – p. 3.

³⁸⁰ *Vinte e Cinco de Março*, 21 de Setembro 1884 – Seção “Noticiário” – p. 3-4.

nas fazendas, mas também denunciar maus tratos (como muitas vezes fizeram) e incentivar os escravos a buscar ajuda, como pode-se ver nos relatos.

Outra prática dos abolicionistas era o acompanhamento dos casos de escravizados, a quem defendiam. Esta era uma prática bastante regular. Primeiro, relatava-se o contato inicial, descrevia-se o estado de saúde e o porquê da intervenção abolicionista e, depois, expunham-se todas as medidas tomadas e as exigências das autoridades competentes em cada caso (delegados, carcereiros, juízes de paz ou os próprios senhores). Esta última atitude era bastante intimidatória, pois expunha quem eram os responsáveis pelos procedimentos legais de combate aos crimes denunciados. Ao fim, sempre mencionavam e agradeciam nominalmente todos que tomassem qualquer atitude em prol da abolição, hábito que provavelmente ajudava a ganhar confiança entre as autoridades, ao mesmo tempo que mantinha a intimidação, pois ficava claro que algumas autoridades já se decidiam pela emancipação. Outra consequência importante era que as autoridades expostas também ficavam sujeitas ao julgamento público, pois ao escolher uma função pública seus atos profissionais necessariamente deveriam ser públicos, afirmavam os abolicionistas.

Em uma destas notas sobre o envolvimento do jornal na defesa de escravizados o *Vinte e Cinco de Março* evidencia uma mudança no seu modo de ação. Segundo afirma-se não costumavam mais levar escravizados à Polícia, pois isto só dava lucros aos capitães do mato e nenhuma garantia aos escravizados.³⁸¹ Nesta afirmativa fica óbvio que, anteriormente, costumavam levá-los à Polícia, mas não mais, ficando óbvia a quebra desta etapa da negociação com os senhores. Diante disso, também devemos pensar: quando não conseguiam juntar provas legais que garantissem a liberdade dos escravizados que os procuravam, se não os conduziam à Polícia, nem pagavam indenizações, como procediam com estes escravizados? Recolhiam-nos secretamente? Conduzia-os a quilombos? Tentavam negociar com seus donos?

Talvez uma outra notícia nos ajude a responder estas questões. Noticiando o fato de que um senhor enviou à sede do jornal um escravo a procura de outro, admite-se que este não estava mais lá. Porém, o artigo sugere que os abolicionistas facilitaram o “sumiço” deste escravo.³⁸² Atitude bastante diferente dos hábitos do jornal, ou pelo menos do que era admitido, principalmente pelo uso do itálico na palavra “sumiu-se”, uma vez que o itálico no jornal estava sempre ligado à uma fala irônica. Mas, como este é o único artigo que deixa implícita a ideia de que os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* também facilitavam a vida dos foragidos, não podemos tomar como uma prática comum, pelo menos não era uma prática aberta.

Tais ataques diretos à escravidão não demoraram a cobrar o seu preço, como provam os

³⁸¹ *Vinte e Cinco de Março*, 2 de Maio 1886 – Seção “Noticiário” – p. 3.

³⁸² *Vinte e Cinco de Março*, 12 de Dezembro 1886 – Seção “Noticiário” – p. 3.

muitos atentados sofridos por Lacerda e seus companheiros abolicionistas. Já como resposta à criação do jornal e do Clube Abolicionista os fazendeiros escravistas fundaram a Sociedade Emancipadora de Colonização Nacional, que objetiva parar o movimento abolicionista em Campos.³⁸³ Em oposição às propostas desta, os abolicionistas afirmaram que a emancipação gradual era ineficiente, como provava a existência de leis graduais desde 1831,³⁸⁴ e que ela era desnecessária pois o mal estava na escravidão e nunca no escravo.³⁸⁵

Embora contrária aos abolicionistas, a criação desta sociedade foi a menor das resistências encontradas. Os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* enfrentaram oposição dos escravistas com ações violentas contra suas vidas e também contra o funcionamento do Clube Abolicionista e do jornal. Estes tentavam interromper suas reuniões e seus *meetings*, demandavam reforço policial,³⁸⁶ em oposição à negligência que a Polícia oferecia às queixas que os abolicionistas faziam contra as arbitrariedades dos senhores.³⁸⁷ Em contrapartida, os abolicionistas usavam de ameaça, afirmando que nenhum reforço policial poderia controlá-los dada a impossibilidade de se controlar uma possível ação violenta dos escravos e da população que apoiava a causa abolicionista.³⁸⁸ Nem a polícia teria força moral para conter uma população de cor, pois era formada majoritariamente por homens de cor. Argumento que Wlamyra Albuquerque afirma ter sido usado com maior frequência, à medida que a escravidão perdia sua legitimidade.³⁸⁹

Evaristo de Moraes, no entanto, afirma que os pedidos de reforço policial e do Exército provam a “veemência a que se elevou a luta pela Abolição em Campos”.³⁹⁰ Afirmativa com a qual concordamos, uma vez que os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* sofreram muitos atentados (os quais serão tratados detalhadamente no próximo capítulo), entre eles a mencionada prisão de Lacerda e outros três abolicionistas,³⁹¹ a tentativa de assassinato do seu amigo, braço-direito,³⁹² Adolfo Pereira Porto³⁹³ e a invasão da casa de Lacerda.³⁹⁴ Assim como as inúmeras invasões aos *meetings* abolicionistas, algumas destas marcadas por tiroteios, como na cerimônia em homenagem a José Bonifácio³⁹⁵ e, talvez a mais grave, ocorrida no Teatro Emyreo, terminando com muitos

³⁸³ FEYDIT, Julio. op. cit., 2004, p. 361.

³⁸⁴ *Vinte e Cinco de Março*, 11 de Setembro 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

³⁸⁵ *Vinte e Cinco de Março*, 5 de Outubro 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

³⁸⁶ *Vinte e Cinco de Março*, 7 de Setembro 1884 – Seção “Noticiário” – p. 4.

³⁸⁷ *Vinte e Cinco de Março*, 21 de Setembro 1884 – Seção “Noticiário” – p. 2-3.

³⁸⁸ *Vinte e Cinco de Março*, 2 de Outubro 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

³⁸⁹ ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

³⁹⁰ MORAES, Evaristo. **A Campanha Abolicionista**. Livraria Editora Leite Ribeiro, 1924, p. 248.

³⁹¹ Noticiado entre 4 e 28 de Junho de 1885 no *Vinte e Cinco de Março* e também no *Monitor Campista*.

³⁹² LIMA, Lana Lage. op. cit., 1981.

³⁹³ Noticiado entre 17 de Julho de 1885 e 15 de Novembro de 1885, sobre o caso. E também entre *Vinte e Cinco de Março* de 1886 e 19 de Setembro de 1886 sobre o julgamento deste, no *Vinte e Cinco de Março*.

³⁹⁴ Noticiado entre 7 e 20 de Maio de 1886 no *Vinte e Cinco de Março*.

³⁹⁵ Noticiado entre 28 de Novembro e 25 de Dezembro de 1886 no *Vinte e Cinco de Março*.

feridos e a morte de Luiz Fernandes.³⁹⁶ Como consequência deste atentado ocorreu ainda o assassinato de Eurico Cassalho, que sequer era abolicionista, mas recusara-se a participar da investida escravista anterior.³⁹⁷ E, mesmo num evento na cidade vizinha Macaé, os abolicionistas de Campos foram alvo de agressões.³⁹⁸ Também tiveram a redação do jornal arrombada³⁹⁹ e após sérias acusações que fizeram contra o delegado de polícia, com denúncias de propinas pagas pelo Clube da Lavoura,⁴⁰⁰ tiveram sua tipografia destruída.⁴⁰¹ A última ofensa violenta reportada no jornal correria em 20 de novembro de 1887, numa conferência que após ser proibida de ocorrer no teatro, continuou na rua, onde foi interrompida aos tiros da polícia, resultando na morte de uma senhora.⁴⁰²

Em todos estes atentados o *Vinte e Cinco de Março* seguia a mesma forma de argumentar, que era muito similar àquela usada nas denúncias de ilegalidades e arbitrariedades contra escravos, que acolhiam e defendiam. Primeiro expunham a sua versão sobre o ocorrido, já apresentando demandas às autoridades para que investigassem e punissem os responsáveis, tornando públicos os nomes dos responsáveis pelos procedimentos legais e que procedimentos seriam estes. Mesmo assim, realizavam investigações paralelas, apresentando, constantemente, o resultado destas no jornal, sempre acompanhando o desenrolar dos casos. Quando os resultados das suas investigações eram diferentes daqueles obtidos pelas investigações oficiais, desqualificavam moralmente as autoridades, em especial se estas condenassem os abolicionistas, desqualificando o trabalho destes indivíduos. E, contrariamente, sempre parabenizavam quem decidisse a favor da causa da abolição. A partir do que, pode-se ver que a relação entre abolicionistas e escravistas, em Campos, formou um ciclo vicioso. Porque as ações abolicionistas partiam da desqualificação do discurso senhorial e do empoderamento dos escravizados. Como resposta, os senhores atentavam contra a vida dos escravizados e abolicionistas, contra a organização do movimento e sua relação com os cativos. Diante destas ofensivas, os abolicionistas reforçavam seu discurso de desqualificação da prática e lógica senhorial, ao mesmo tempo que valorizavam a sua própria luta, gerando, conseqüentemente, a ira dos escravistas, que intentavam novos ataques.

O fenômeno das fugas de escravos, em massa, em São Paulo, porém, marca uma mudança tanto na argumentação do *Vinte e Cinco de Março*, como na resposta dos senhores. Ao perceber a ineficácia do discurso da legalidade da abolição em oposição ao sucesso da ação ousada dos abolicionistas e escravos em São Paulo, os abolicionistas de Campos passam a reforçar o argumento

³⁹⁶ Noticiado entre 31 de Janeiro e 20 de Fevereiro de 1887 no *Vinte e Cinco de Março*.

³⁹⁷ Noticiado entre 20 de Fevereiro e 16 de Junho de 1887 no *Vinte e Cinco de Março*.

³⁹⁸ Noticiado entre 31 de Julho e 11 de Agosto de 1887 no *Vinte e Cinco de Março*.

³⁹⁹ Noticiado nos dias 11 e 14 de Agosto de 1887 no *Vinte e Cinco de Março*.

⁴⁰⁰ Noticiado entre 29 de Setembro e 20 de Outubro de 1887 no *Vinte e Cinco de Março*.

⁴⁰¹ Noticiado no *Vinte e Cinco de Março* entre 8 de Janeiro e 2 de Fevereiro de 1888. E também no *Monitor Campista*.

⁴⁰² Noticiado no dia 8 de Janeiro de 1888, no *Vinte e Cinco de Março*.

(voltado para os senhores) de que a abolição era benéfica pela gratidão que gerava no escravizado, ao mesmo tempo que passam a ter como modelo a ação dos abolicionistas paulistas,⁴⁰³ incentivando cada vez mais abertamente a ação coletiva dos escravos. Diante da realidade da abolição, aos senhores restou a negociação por alforrias voluntárias.

O jornal destacou que os fazendeiros paulistas só mudaram de postura com relação à escravidão quando perceberam que não seria mais possível postergar a abolição, sem que ocorresse a desorganização do trabalho ou até mesmo uma guerra civil, contudo tal percepção foi impulsionada pelas fugas dos escravos e sua participação na desestruturação do sistema escravista. Muitas de suas críticas recaíam sobre os políticos fluminenses que, segundo o jornal, estavam preocupados em agradar os escravistas. Afirmavam que o apego ao escravismo seria prejudicial aos políticos do Rio de Janeiro, enquanto a atitude de liderança dos paulistas lhes traria benefícios.⁴⁰⁴ Afirmam também que o Rio de Janeiro caminhava para o isolamento na defesa da escravidão, pois até senadores conservadores haviam mudado de postura, a exemplo do pernambucano João Alfredo e do paulista Antonio Prado, o qual destacava que o governo não poderia garantir a propriedade escrava se as fugas em massa se alastrassem em São Paulo, como já vinham ocorrendo. Antonio Prado propunha a todos fazendeiros seguir o modelo paulista e fazer a abolição antes do governo. O mesmo discurso era adotado em Campos,⁴⁰⁵ acrescentando que a ação privada que encaminhava a abolição em São Paulo servia a Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais; contudo Campos continuava a resistir.⁴⁰⁶

O discurso para os senhores destacava que a alforria diminuía as chances dos escravizados tornarem-se inimigos. Ligado ao senhor e à terra o liberto tornava-se o melhor colono. Ao contrário, caso não contribuíssem com a abolição, teriam o empenho dos abolicionistas para que suas propriedades não recebessem braços livres.⁴⁰⁷ Reforçavam ainda a ideia de que se o governo fizesse a abolição quem mais perderia seriam os senhores teimosos, abandonados pelos libertos.⁴⁰⁸ Para defender as alforrias, desmentiam o argumento de que as alforrias particulares comprometiam o pagamento das hipotecas, pois as fazendas não se depreciavam com a libertação, pelo contrário, os proprietários passavam a contar “com melhores condições da exploração da fazenda” e a própria terra valorizaria com a resolução da questão da mão de obra. Demandando, por fim, das autoridades bancárias, a confirmação pública destas informações, para agilizar as alforrias.⁴⁰⁹ Os abolicionistas

⁴⁰³ Vinte e Cinco de Março, 29 de Janeiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁴⁰⁴ Vinte e Cinco de Março, 29 de Janeiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁴⁰⁵ Vinte e Cinco de Março, 25 de Setembro 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁴⁰⁶ Vinte e Cinco de Março, 15 de Janeiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁴⁰⁷ Vinte e Cinco de Março, 29 de Abril 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁴⁰⁸ Vinte e Cinco de Março, 23 de Fevereiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁴⁰⁹ Vinte e Cinco de Março, 19 de Janeiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

afirmavam tudo isto, sem esquecer de ressaltar que permanecia fundamental o direito à liberdade, ou seja, o liberto continuava a ter o direito de ir para onde quisesse, uma vez livre.⁴¹⁰

Além de direcionar sua fala aos senhores, os abolicionistas deixam claro uma urgência na ação dos próprios escravos, esperando como consequência a libertação voluntária, como ocorria em São Paulo. Passam a ver maiores postergações como covardia e afirmavam não se importar com quem faria a abolição, pois o mérito de um movimento abolicionista tão progressista, como o de Campos, era óbvio.⁴¹¹ Por isso, ao invés das anteriores justificações para a ação violenta dos escravos,⁴¹² passam a demandar uma ação direta. E, ao questionar o porquê de não ter ocorrido em Campos o que ocorrera em São Paulo, não atribuem nenhuma culpa ao próprio movimento, pelo contrário, ressaltam seu pioneirismo e persistência, apontando outros culpados. Além da já tradicional teimosia escravista dos senhores e inércia dos políticos, passam a culpar os próprios escravizados, pela falta de atitude e o não abandono das fazendas. Afirmam, enfaticamente, que, naquele momento, cabia-lhes a responsabilidade e o direito de acabar com a escravidão, exercendo o direito natural à fuga (somente possível porque os abolicionistas haviam preparado o caminho).⁴¹³ As discussões sobre a legalidade da fuga ganham espaço no jornal, defendendo-se o direito de exercício da liberdade para todos.⁴¹⁴ Logo, sem minimizar sua importância, os abolicionistas passam a defender abertamente uma ação direta dos escravos, não individual ou violenta, mas sim coletiva e pacífica.

É importante destacar que, quando São Paulo finalmente tornou-se livre da escravidão, em 25 de Fevereiro de 1888, a primeira página do *Vinte e Cinco de Março* exibiu uma grande manchete acompanhada por notas comemorativas do fato. Contudo, estranhamente, não se deu nenhum destaque à coragem da fuga em massa dos escravos, parabenizaram somente os atos políticos do senador Prado e a forte liderança de Antonio Bento.⁴¹⁵ Em Campos, pelo contrário, a ação escrava foi bastante noticiada, desde a greve na Fazenda do “Engenho Novo”, em dezembro de 1887⁴¹⁶ até tomar conta do noticiário de março de 1888, quando estas ocorreram em massa em muitas fazendas concomitantemente, demandando dos fazendeiros uma ação conjunta para efetivarem a abolição da cidade de Campos. Por isso, pensamos que a ação dos escravos era abertamente descrita no jornal porque os abolicionistas esperavam ser óbvio para os seus leitores que esta ação só ocorria dado a preparação que eles mesmos haviam feito, ou ainda mais, a ação dos escravos dava-se sob a tutela

⁴¹⁰ Vinte e Cinco de Março, 19 de Janeiro 1888 – Sem Seção – p. 3.

⁴¹¹ Vinte e Cinco de Março, 2 de Fevereiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁴¹² Vinte e Cinco de Março, 13 de Outubro 1887 – “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

⁴¹³ Vinte e Cinco de Março, 26 de fevereiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁴¹⁴ Vinte e Cinco de Março, 16 de fevereiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

⁴¹⁵ Vinte e Cinco de Março, 1º de Março 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁴¹⁶ Vinte e Cinco de Março, 12 de Janeiro 1888 – Sem Seção – p. 3.

dos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*.

Talvez por isso as chamadas para a ação dos escravos, feitas no jornal, pareciam direcionar-se aos abolicionistas, pois estes eram recomendados a não mais promover fugas individuais (exceto de escravos surrados que pedissem sua proteção) e reafirmava-se a legalidade destas fugas, ressaltando a sua eficácia somente quando coletiva.⁴¹⁷ A importância da ação de grandes homens, como José Bonifácio e Antonio Bento, para que ocorresse a virada progressista em São Paulo era destacada e comparada com a situação no Rio de Janeiro, onde criticavam o presidente Paulino Soares de Souza e o conselheiro Thomaz Coelho por não seguirem a nova postura de políticos como Antonio Prado, conduzindo à libertação total.⁴¹⁸ Neste sentido, fica claro, na leitura do *Vinte e Cinco de Março* que, embora reconhecessem que a ação escrava fosse central na desestruturação da atividade agrícola e na conseqüente abolição, não abriam mão de enaltecer o papel dos abolicionistas neste processo.

Neste contexto muitas notícias afirmavam que este era o momento do escravo fazer algo por si, pois, até então, nada tinham feito; tendo até atrapalhado.⁴¹⁹ Esta fala, embora estranha (haja vista a intensa ação conjunta de escravos, população e abolicionistas já exposta), inserida na argumentação conjunta do jornal faz sentido; pois na lógica preconizada, até os eventos ocorridos em São Paulo, os abolicionistas e escravos mantinham uma ação pacífica pela liberdade. Portanto, falar que o escravo nada tinha feito vinha ao encontro do discurso de que estes não eram violentos, apesar da escravização ilegal. Claramente não faziam isso apenas pela defesa dos escravos, mas também porque foram acusados de serem incendiários,⁴²⁰ terem formado quilombos⁴²¹ e até atacado fazendas. Os incêndios foram o caso mais notório, em especial no ano de 1887, quando foram mais frequentes.⁴²² Os senhores acusavam escravos e abolicionistas, que sempre negaram qualquer participação direta,⁴²³ acusando, na verdade, os próprios senhores de promovê-los com intuito de acusá-los para justificar o uso da violência, desmerecer o movimento abolicionista⁴²⁴ ou para conseguir maiores empréstimos nos bancos.⁴²⁵

É interessante notar que os abolicionistas nunca falaram da (i)legalidade dos incêndios e desmentiam veementemente qualquer acusação de ligação com estes. Como nunca exitaram em defender a liberdade dos cativos baseados em interpretações inovadoras das lei, provavelmente não

⁴¹⁷ *Vinte e Cinco de Março*, 29 de Janeiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁴¹⁸ *Vinte e Cinco de Março*, 29 de Janeiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁴¹⁹ *Vinte e Cinco de Março*, 29 de Janeiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

⁴²⁰ *Vinte e Cinco de Março*, 13 de Janeiro 1887 – Seção “Noticiário” – p. 2.

⁴²¹ *Vinte e Cinco de Março*, 13 de Janeiro 1887 – “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁴²² FEYDIT, Julio. op. cit., 2004.

⁴²³ *Vinte e Cinco de Março*, 27 de Janeiro 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁴²⁴ *Vinte e Cinco de Março*, 4 de Setembro 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

⁴²⁵ *Vinte e Cinco de Março*, 23 de Janeiro 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

teriam problemas com interpretações flexíveis da lei quanto aos incêndios. O que não foi o caso, sua única justificativa era a sua falta de interesse no ato. Pensamos que esta argumentação funcionava como uma estratégia para esconder a participação dos escravos e dos abolicionistas nos incêndios, pois não havia qualquer argumento legal de defesa contra os incêndios. Diante disto, não surpreende que tenham dito que os escravos não tinham contribuído para a abolição até então. Julio Feydit⁴²⁶ confirma que os incêndios ocorridos nos canaviais em Campos (sem grandes riscos de incriminação, dado sua engenhosidade), desde 1884 e intensificados em 1887, sempre tiveram sua responsabilidade atribuída aos abolicionistas, responsabilidade esta que, posteriormente, foi comprovada. Afirma que devido à grande devastação, os fazendeiros enchiam as fazendas de capangas e reuniam-se para tentar controlar o abolicionismo, fosse comprando Lacerda ou o *suprimindo*.⁴²⁷ Sete dias depois de uma destas reuniões, ocorrera um atentado, no qual ficaram feridos gravemente o negro Antonio Germano, os abolicionistas Feliciano Silva e Manoel Moço, além do assassinato de Luiz Fernandes da Silva, muito parecido fisicamente com Lacerda.⁴²⁸

Levando em consideração que só em 1888 o envolvimento dos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* com a ação escrava foi exposto abertamente no jornal, dado os constantes pedidos de colaboração para as fugas que ocorriam na cidade,⁴²⁹ cremos que a fala dos abolicionistas quanto à inércia dos escravos era uma forma de esconder as suas ações e a dos escravos. Mas, 1888 foi um divisor de águas. A abolição vai se transformando em aspiração nacional e o direito à fuga é visto como garantido pelo direito à liberdade. Se antes precisavam fugir sorrateiramente, agora deviam sair “com toda a publicidade”.⁴³⁰ Tal situação relatada no jornal está de acordo com a fala de Robert Toplin, quando afirma que, embora não fossem novidades, as fugas diferenciavam-se pois não eram mais atos individuais e a possibilidade de ser recapturado tornara-se cada vez menor em 1887 e 1888. As fugas em massa e o acolhimento que os escravos recebiam nas cidades impediam qualquer ação eficaz do governo. Os senhores haviam perdido o controle da situação e os escravos, cientes destas limitações, deixaram de lado o medo das punições e fugiam aos milhares. Como muitos escravos fugidos iam trabalhar em outras fazendas que sofriam sem mão-de-obra,⁴³¹ os próprios senhores acabavam cometendo o crime de acoitar escravos.⁴³²

Pode-se ver que, após a ação conjunta de escravos e abolicionistas em São Paulo, a luta

⁴²⁶ Julio Feydit (1845-1922) foi um industrial, delegado de polícia, vereador e prefeito de Campos (1908-1910). Nas horas vagas, dedicava-se às pesquisas de dados sobre Campos dos Goytacazes, através da leitura de antigos jornais, atas da Câmara Municipal, atas de grandes Sociedades, registros cartoriais, registros da Santa Casa e da Igreja Matriz e do sistema prisional. Organizou estes dados no livro base para pesquisa sobre a cidade de Campos, “Subsídios para a História dos Campos dos Goytacazes”, lançado em 03 de janeiro de 1900. Livro que serve de base a quase todas as pesquisas históricas sobre Campos.

⁴²⁷ Grifo do autor.

⁴²⁸ FEYDIT, Julio. op. cit., 2004.

⁴²⁹ Vinte e Cinco de Março, 16 de Fevereiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁴³⁰ Vinte e Cinco de Março, 26 de Fevereiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁴³¹ TOPLIN, Robert Brent. op. cit., 1975.

⁴³² FEYDIT, Julio. op. cit., 2004.

aboliconista mudou também em Campos. A fala do *Vinte e Cinco de Março* tornou-se mais aberta com os senhores, exigindo a alforria de seus cativos, mesmo que o argumento usado tenha sido o da gratidão dos cativos. Como esta fala vinha acompanhada de ações mais veementes de escravos e aboliconistas, a resposta dos senhores também mudou, pois se antes eles atentavam contra a vida dos escravizados e dos aboliconistas, em 1888 suas táticas seguiram as recomendações do jornal, com reuniões de fazendeiros, que decidiam pelas alforrias em massa.

As fugas coletivas começaram crescendo, primeiro nas cidades próximas a Campos, a partir de janeiro de 1888, quando o jornal passou a publicar a coluna especial “Movimento Aboliconista” para falar das reuniões de lavradores. Parabenizavam-se os escravos em fuga e a consideravam um solene protesto contra a escravidão.⁴³³ Também elogiava-se aqueles que acoitavam os retirantes⁴³⁴ e demandava-se que os escravos fugissem, tranquilamente, sem cometer crimes, com toda publicidade do ato resoluto e refletido. Após a fuga, recomendava-se que os libertos se empenhassem no trabalho, para serem úteis a si e a sociedade.⁴³⁵

Apesar de já ocorrerem fugas em massa em Campos, as fugas nas cidades vizinhas inquietavam os membros do *Vinte e Cinco de Março*,⁴³⁶ que questionavam a demora da lavoura campista, advertindo que fatalmente o município se tornaria livre, não sendo inteligente a resistência à abolição voluntária e incondicional.⁴³⁷ Criticavam imprensa e políticos locais, insistentes escravistas que em nada contribuíram para a libertação da cidade, mas que no futuro quando a abolição estivesse feita seriam elogiados na imprensa balcão como beneméritos da causa.⁴³⁸ Para convencer estes senhores a prosseguirem com as alforrias, afirmam que se a fizessem primeiro receberiam retirantes das cidades vizinhas, aumentando sua produção. Caso contrário, seria a ruína de Campos.⁴³⁹ Entre março e abril de 1888, escreveu-se uma coluna explicitando os homens da “classe rural” que alforriavam incondicionalmente seus escravos, parabenizando-os e felicitando-os pelo passo dado em direção à abolição imediata. Esta coluna era bastante importante, pois até o *Monitor Campista* relatou, durante todo mês de março, os nomes dos libertos na cidade e os de seus ex-senhores.

O *Vinte e Cinco de Março* trazia constantes pedidos aos escravizados para que fugissem e apresentava os procedimentos adequados para tal: sem provocar alterações, sem embriagar-se e sempre procurando novas colocações. Alertava-se também que qualquer erro que cometessem seria

⁴³³ *Vinte e Cinco de Março*, 16 de Fevereiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁴³⁴ Passam a ser chamado de retirantes, pois “o escravizado foragido depois da lei Saraiva-Cotegipe, foi apelidado de retirante”. (*Vinte e Cinco de Março*, 8 de Março 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2)

⁴³⁵ *Vinte e Cinco de Março*, 4 de Março 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁴³⁶ *Vinte e Cinco de Março*, 8 de Março 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁴³⁷ Afirmavam ser essencial a alforria incondicional, pois o liberto tinha o direito de sair da fazenda onde foi escravo.

⁴³⁸ *Vinte e Cinco de Março*, 8 de Março 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1

⁴³⁹ *Vinte e Cinco de Março*, 4 de Março 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

usado contra eles⁴⁴⁰ e afirmava-se que nenhum cativo devia gratidão ao seu senhor, pelo menos não enquanto fosse por este escravizado.⁴⁴¹ O jornal destacava que as fugas não haviam provocado problemas, falando inclusive do apoio dado pela população que oferecia alimentos, roupas e até guarita para os que ainda não haviam se recolocado a trabalhar.⁴⁴² Mas, se os retirantes fugiam sem provocar desordens, os senhores, ao contrário, promoviam conflitos, violências e crimes na cidade, além da conivência de políticos e da polícia para tais feitos. Desta forma, o jornal deixava explícito que a abolição não era um processo pacífico, embora libertos e abolicionistas o fossem.⁴⁴³

Para Robert Toplin a abolição brasileira não foi um processo pacífico. Pelo contrário, baseou-se na ousada ideia de igualdade entre os homens, embora seu resultado não tenha a priorizado, pois a aprovação da abolição se deveu a uma necessidade urgente de aplacar o medo de uma revolução popular. O autor afirma que a (ameaça da) violência escrava e a força do movimento abolicionista foram fundamentais para acabar com a escravidão tão rapidamente, pois até o início da década de 1880 não se podia prever que o regime escravista cairia tão cedo. Foi o estado de turbulência, que suprimia a lei e ameaçava a ordem social que forçaram os defensores do escravismo a repensar a sua posição e “estes líderes políticos preferiram a abolição à revolução social.”⁴⁴⁴ Neste momento, a escravidão não estava morrendo, logo, não havia motivos para crer que escravistas libertariam seus escravos não fosse a imensa pressão feita pela campanha abolicionista. Antes do movimento tornar-se realmente grande, as leis de proteção ao escravo eram praticamente letra morta e o senhor permanecia como o árbitro.⁴⁴⁵ Assim como Hebe Mattos,⁴⁴⁶ Richard Graham concorda com a proposição de Toplin de que as fugas foram a causa imediata mais importante da abolição, pois tornaram-se tão acintosamente públicas que os senhores nada podiam fazer contra elas. Este movimento, pela primeira vez, colocou a dicotomia entre cidade e campo evidente, pois “no sistema de fuga, as cidades desempenham um papel essencial, como agentes das forças de mudança.” Entre as cidades tornadas livres, Graham cita Campos, pois seus moradores empreenderam ações legais para provar a ilegalidade das ameaças sofridas pelos escravos ou davam-lhes asilo permanente. Afirma ainda que a ação foi direta e aberta, pois Lacerda incitava os escravos à revolta. Diferentemente do *Vinte e Cinco de Março*, Graham afirma que estas medidas não foram rapidamente reprimidas pelo governo provincial porque muitos dos agentes do governo não se empenhavam na repressão de escravos foragidos.⁴⁴⁷

⁴⁴⁰ Vinte e Cinco de Março, 4 de Março 1888 – Sem Seção – p. 3.

⁴⁴¹ Vinte e Cinco de Março, 4 de Março 1888 – Sem Seção – p. 3.

⁴⁴² Vinte e Cinco de Março, 11 de Março 1888 – Sem Seção – p. 3.

⁴⁴³ Vinte e Cinco de Março, 8 de Março 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – P. 1-2

⁴⁴⁴ TOPLIN, Robert Brent. op. cit., 1975, p. xi. (Tradução livre).

⁴⁴⁵ Idem. Ibidem.

⁴⁴⁶ MATTOS, Hebe Maria. op. cit., 1998.

⁴⁴⁷ GRAHAM, Richard. op. cit., 1979.

Embora concorde com o estado de violência da luta abolicionista, Robert Toplin vê tanto nas ações dos escravistas, como dos abolicionistas e escravos. Concordamos com o autor americano, pois, na cidade de Campos, foi a luta incansável dos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* somadas às ações diretas dos escravos que tornaram, progressivamente, o trabalho escravista menos confiável e produtivo, não restando aos senhores outra opção além da concessão de alforrias (mesmo que alguns tenham resistido até a Lei Áurea). Evaristo Moraes confirma que a ação direta dos escravos alarmou os senhores, que sempre requeriam medidas do governo e só diante das fugas aceitaram as alforrias condicionais. “Os fazendeiros não tinham sossego: sentiam que seu domínio começava a sofrer diminuição; havia alguém que espiava na sombra; seus gestos já eram fiscalizados; a cegueira das autoridades era suprida pela vigilância dos abolicionistas.”⁴⁴⁸

Para os abolicionistas, a necessidade que os fazendeiros de Campos tiveram de resolver a questão da abolição antecipadamente foi a maior prova de que eles haviam vencido. O jornal até mesmo ironizou quando o *Monitor Campista* começou a falar em abolição, dizendo que este só se pronunciou quando todos (imprensa, exército, armada, clero, lavoura e escravo) já haviam decidido pela abolição.⁴⁴⁹ Quando a urgência de se fazer a abolição tornou-se óbvia, o *Vinte e Cinco de Março* relembrou suas tentativas anteriores de conduzir a abolição e a resistência oferecida pelos senhores, lembrando que, agora, não era tempo de lamentar, os senhores haviam percebido que a realidade à sua volta havia mudado, era o fim da era senhorial.⁴⁵⁰ Entendiam as fugas em massa como corolário da luta abolicionista, desestruturando a produção agrícola de Campos. Diante desta situação restou aos senhores anunciar no próprio *Vinte e Cinco de Março* a realização de uma reunião dos fazendeiros para fazer a “emancipação definitiva do município e a organização do trabalho livre.”⁴⁵¹ Mas, os abolicionistas não confiavam completamente nesta resolução e, mantendo o tom de ameaça, afirmam que se não fizessem a abolição imediata correriam muitos riscos, pois cidades vizinhas já a conduziam. E se alguma delas fosse bem sucedida, eles não teriam outra opção a não ser encaminhar os retirantes para esta.⁴⁵²

Embora preocupados com a possibilidade de não serem a primeira cidade da região a se tornar livre, os abolicionistas não abandonavam seus ideais de liberdade, nem suas estratégias de ameaças. Ao mesmo tempo que não deixavam de usar a antiga arma de elogiar os senhores, afirmando que pelos últimos atos (as alforrias) percebia-se que eles haviam resistido à abolição não por convicções particulares, mas pelo “conselho de advogados mal intencionados”⁴⁵³ Bajulação que

⁴⁴⁸ MORAES, Evaristo. op. cit., 1924.

⁴⁴⁹ *Vinte e Cinco de Março*, 26 de Janeiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁴⁵⁰ *Vinte e Cinco de Março*, 5 de Fevereiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

⁴⁵¹ *Vinte e Cinco de Março*, 11 de Março 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁴⁵² *Vinte e Cinco de Março*, 11, 16 e 22 de Março 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março”.

⁴⁵³ *Vinte e Cinco de Março*, 18 de Março 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

valeu a pena, pois na reunião dos fazendeiros de Campos foi proposta e aprovada unanimemente a abolição total da escravidão no município. Para garantir que esta libertação ocorresse até o dia vinte e cinco de março foram criadas comissões e decidiu-se que depois de terem libertado a cidade enviariam um pedido ao governo imperial pela libertação total do país.⁴⁵⁴ A notícia foi dada com muito entusiasmo e confiança, a liberdade da cidade estava marcada para o dia vinte e cinco de março:

“É por isso que hoje convocamos a todos os nacionais e estrangeiros, amantes deste pedaço de terra fluminense, para assim saudarmos a alvorada do dia Vinte e Cinco de Março:
Viva a redenção do escravo!
Viva a libertação do município de Campos!
Viva o ministério 10 de Março!
Viva o dia Vinte e Cinco de Março de 1888!” (22 de Março 1888 – Sem Seção – p. 3).

A data escolhida era a maior prova da virada dos abolicionistas. De perseguidos passaram a conselheiros dos fazendeiros e instituíram a data nome de seu jornal (símbolo do movimento abolicionista nacional que homenageava a abolição no Ceará) como data da abolição total na cidade de Campos. Feydit afirma que esta medida foi seguida por São João da Barra, São Fidélis e Macaé, tendo ocorrido em Campos primeiramente a libertação das ruas do centro e depois nas freguesias rurais. Entre 11 de março de 1888 e 5 de abril, ocorreram 8.727 libertações em Campos, mesmo assim muitos senhores permaneceram seguros que o governo interviria em seu favor, indenizando-os ou obrigando os escravos a retornar para as fazendas, ameaçando que se assim não ocorresse tornar-se-iam republicanos.⁴⁵⁵

Evaristo de Moraes afirma que devido às muitas fugas e alforrias condicionais, a Lei Áurea não alforriou metade dos escravos que existiam na cidade em fins de 1887.⁴⁵⁶ Mas mesmo assim, Robert Toplin afirma que as fugas ocorridas em Campos foram uma feliz exceção no cenário provincial, pois até a última fase da campanha anti-escravista fazendeiros de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo permaneceram opositores a qualquer avanço na direção da abolição. Naquele município, a ousada ação abolicionista provocou uma virada em São Paulo (província marcada pelo crescimento urbano e econômico) e levou os mais resistentes escravistas a promover, autonomamente, alforrias. Em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, porém, o número das fugas em massa não se deu na mesma proporção. Para o autor, a causa seria o fato de que estas economias não ofereciam muitas oportunidades de emprego aos escravos fugidos, assim como os centros urbanos não ofereciam a modernização anti-escravista que havia em São Paulo; tendo sido Campos uma rara exceção, pois incentivados por Lacerda – “o mais corajoso abolicionista do Rio de

⁴⁵⁴ Vinte e Cinco de Março, 22 de Março 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

⁴⁵⁵ FEYDIT, Julio. op. cit., 2004.

⁴⁵⁶ Moraes, Evaristo. op. cit., 1924.

Janeiro” – os escravos rebelaram-se entre fins de 1887 até abril de 1888, quando o controle dos senhores foi quebrado e milhares de escravos abandonaram as fazendas.⁴⁵⁷

O próprio *Vinte e Cinco de Março* destaca a importância do movimento nacional para a sua luta contra a escravidão, agradecendo os exemplos do Ceará e São Paulo para o movimento nacional, afirmando que os verdadeiros abolicionistas venceram a resistência escravista, sem apelarem para a violência.⁴⁵⁸ Contudo, acima de tudo, afirmavam que a abolição era fruto de uma luta popular, atendia a um anseio nacional.⁴⁵⁹ Fala que consideramos importante e significativa, pois a partir do momento que os senhores aderiram ao abolicionismo, libertando voluntariamente, tornou-se cada vez mais importante, para o *Vinte e Cinco de Março* destacar que quem fizera a abolição foram os abolicionistas, os escravos e o povo. Afirmam que o fim legal e pacífico da abolição não refletia a luta da opinião pública nacional contra as autoridades. A Lei Áurea saía entre flores, festas e aplausos, após os últimos resistentes terem aceitado o abolicionismo, mas porque foram impelidos pela agitação feita por abolicionistas, juristas, associações, que promoveram junto ao povo *meetings* e quermesses e, por fim, descobrindo a “verdadeira solução: a reforma partia de baixo – o escravo libertava-se por si. (...) A vitória do abolicionismo exprimia, pois, a vontade nacional. O general que dirigiu a batalha e conseguiu a vitória foi esse grande anônimo que se chama – povo.”⁴⁶⁰

2.3. Os projetos de liberdade e a abolição que não foi

Orgulhosos de sua vitória, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* celebravam o fato de que o discurso, que pregavam há mais de quatro anos, havia finalmente vencido a fala senhorial de dependência da escravidão. Por isso, faziam questão de opinar também sobre o pós-abolição, sobre como deveria ser feita a transição do trabalho escravo para o livre. Neste sentido, era fundamental fazer os senhores entenderem que o liberto era o melhor colono. A primeira recomendação do periódico era para que os senhores aproveitassem os escravos no trabalho no campo, pois eles eram os mais preparados para a produção açucareira.⁴⁶¹

Instruíam também os fazendeiros a ensinarem o escravo a trabalhar livremente, o que apesar de presumir uma incapacidade do escravo para o trabalho livre, não pode ser visto como uma percepção racista dos abolicionistas, na medida em que entendiam que os negros precisavam aprender a não mais serem escravizados, logo, era uma condenação da corruptora instituição da

⁴⁵⁷ TOPLIN, Robert Brent. op, cit., 1975, p. 221. (tradução livre)

⁴⁵⁸ *Vinte e Cinco de Março*, *Vinte e Cinco de Março* 1888 – Seção “*Vinte e Cinco de Março*” – p. 1.

⁴⁵⁹ *Vinte e Cinco de Março*, *Vinte e Cinco de Março* 1888 – Sem Seção – p. 3.

⁴⁶⁰ *Vinte e Cinco de Março*, 27 de Maio 1888 – Seção “*Vinte e Cinco de Março*” – p. 2.

⁴⁶¹ *Vinte e Cinco de Março*, 11 de Janeiro 1885 – Seção “*Noticiário*” – p. 4.

escravidão.⁴⁶² A questão da raça foi, poucas vezes, tratada pelos redatores do *Vinte e Cinco de Março*, falando-se, principalmente, da contradição do escravismo de algumas pessoas e a sua complexão física nitidamente de origem africana. Notícias que talvez reforcem nosso argumento de que estes redatores queriam mostrar a origem social da escravidão, posto que até negros e mulatos compactuavam com a instituição, quando podiam ingressar na classe senhorial.

“Maria, que foi por nós enviada à policia, apresenta nas costas, pernas e diversas partes do corpo largas equimoses roxas e sinais de bárbaras sevícias, aplicadas por quem, pela própria cor, devia antes defendê-la do que maltratá-la pelo modo porque o fez.” (Vinte e Cinco de Março, 16 de Outubro 1884 – Seção “Noticiário” – p.3).

O que não minimizava a indignação dos redatores do *Vinte e Cinco de Março* com a falta de apoio à causa abolicionista de alguns negros e mulatos. Esta crítica servia como estratégia argumentativa contra as autoridades “de cor”, apelando ao sentimentalismo dos leitores afirmavam que estes “renegam a suas próprias mães”⁴⁶³ e destacavam as características fenotípicas de homens como o ministro Cotegipe⁴⁶⁴ e o juiz de direito que julgava abolicionistas em Campos.⁴⁶⁵ Ao mesmo tempo as extensas notícias sobre o desenvolvimento dos negros libertos nos Estados Unidos, reafirmando a capacidade destes de progredir mediante educação e acesso à terra,⁴⁶⁶ e as duras críticas às justificativas racistas para a escravidão⁴⁶⁷ levam-nos a reafirmar que estes abolicionistas posicionavam-se contra o racismo, entendendo a origem social da instituição escravista no Brasil. É neste sentido que entendiam o liberto como o melhor colono, mas não deixavam de destacar a necessidade que este tinha de ser familiarizado com o trabalho livre, não porque era biologicamente incapaz, mas porque a vida em cativeiro não o havia preparado para o trabalho livre. Argumento que não surgiu com a realidade da libertação da cidade de Campos, pois desde 1884 escreviam sobre a educação do liberto e ingênuos (somente neste ano foram escritas 13 notícias sobre o assunto), englobando nestas notícias⁴⁶⁸ tanto a educação formal em escolas, como os constantes pedidos aos senhores que tivessem paciência no período de adaptação dos libertos para o trabalho livre.

Por outro lado, as constantes críticas do *Vinte e Cinco de Março* aos senhores demonstram que entendiam que estes também precisavam aprender a viver não mais como senhores de escravos, pois a escravidão terminara. Assim, nossos redatores denunciavam as muitas artimanhas dos senhores para tentar manter a exploração do trabalho alheio, fosse através da exploração de libertos

⁴⁶² Vinte e Cinco de Março, 3 de agosto 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁴⁶³ Vinte e Cinco de Março, 16 de Janeiro 1887 – “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁴⁶⁴ Vinte e Cinco de Março, 7 de Agosto 1887 – “Vinte e Cinco de Março” – p. 2

⁴⁶⁵ Vinte e Cinco de Março, 20 de Fevereiro 1887 – “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁴⁶⁶ Vinte e Cinco de Março, 16, 23, 26 de Outubro 1884 – Seção “25 de Março” - p.2-3.

Vinte e Cinco de Março, 28 de Janeiro 1886 – Seção “25 de Março” – p. 1

⁴⁶⁷ Vinte e Cinco de Março, 12 de Junho 1884 – Seção “Noticiário” – p. 3.

Vinte e Cinco de Março, 15 de Abril 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1

⁴⁶⁸ Foram escritas 37 notícias diretas sobre os benefícios e a necessidade de promover a educação.

condicionais e de ingênuos no pós-abolição, ou seduzindo trabalhadores de fazendas vizinhas. Responsabilizam, por fim, os senhores pelos resultados insatisfatórios no trabalho livre e não a falta de educação dos escravizados para serem colonos. Eram os senhores que precisavam aprender a lidar com a nova situação.⁴⁶⁹ Neste sentido, concordamos com Ricardo Salles,⁴⁷⁰ e vemos que a principal preocupação dos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* era com a colonização nacional, a manutenção da produção agrícola, baseada no acesso à terra e numa produção diversificada, atendendo necessidades internas e não apenas o mercado exportador.⁴⁷¹

Os abolicionistas não menosprezavam a imigração como um meio de incentivar a implementação da nova realidade agrícola.⁴⁷² Não descartavam as vantagens de mais lavradores, principalmente daqueles que valorizavam o trabalho no campo e viviam do próprio trabalho. Também enaltecem a diversificação de produtos agrícolas produzidos pelos imigrantes. Contudo, ressaltam que isso ocorria devido às pequenas propriedades rurais e ao trabalho livre, não sendo, portanto, consequência de uma índole diferente do imigrante.⁴⁷³ Mesmo que ressaltassem que com a abolição haveria um incentivo à imigração espontânea, em nenhum momento a consideraram superior e, acima de tudo, rechaçavam a ideia de subsidiá-la. Em última instância, não queriam que o imigrante substituísse o trabalho do nacional e, a todo momento, reafirmavam a certeza de que o trabalho livre traria progresso, sem que para isso fosse necessário imigração, diferentemente do que diziam os senhores de Campos.⁴⁷⁴

Como destacado pelas pesquisas de Fernando Henrique Cardoso e Maria Lamounier, muitos escravistas baseados no medo que tinham de depender do trabalho do negro depois de liberto,⁴⁷⁵ somado aos preconceitos que possuíam contra o trabalho do nacional livre, falavam de uma demanda urgente para se promover a imigração.⁴⁷⁶ O *Vinte e Cinco de Março* demonstrava saber que os escravistas de Campos compartilhavam deste temor e, por isso, reforçaram insistentemente no seu discurso a fala de que o escravo era o melhor colono; desconstruindo mais uma parte do discurso senhorial.

Lúcio Kowarick,⁴⁷⁷ José Murilo de Carvalho,⁴⁷⁸ Robert Conrad,⁴⁷⁹ Lilia Schwarcz⁴⁸⁰ e Emilia

⁴⁶⁹ *Vinte e Cinco de Março*, 15 de Fevereiro 1885 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

⁴⁷⁰ SALLES, Ricardo. op. cit., 2001.

⁴⁷¹ *Vinte e Cinco de Março*, 3 de agosto 1884; 14 de Setembro 1884; 20 de Junho 1886.

⁴⁷² *Vinte e Cinco de Março*, 19 de Março 1885 – “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁴⁷³ *Vinte e Cinco de Março*, 19 de Março 1885 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁴⁷⁴ *Vinte e Cinco de Março*, 26 de Outubro 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” - p. 1 e 2

⁴⁷⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. op. cit., 1977.; LAMOUNIER, Maria Lúcia. op. cit., 1988.

⁴⁷⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. op. cit., 1977.; LAMOUNIER, Maria Lúcia. op. cit., 1988. ; KOWARICK, Lúcio. op. cit., 1994.; CARVALHO, José Murilo. op. cit., 2010.

⁴⁷⁷ KOWARICK, Lúcio. op. cit., 1994.

⁴⁷⁸ CARVALHO, José Murilo. op. cit., 2010.

⁴⁷⁹ CONRAD, Robert. op. cit., 1978.

⁴⁸⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. op. cit., 1987.

Viotti⁴⁸¹ afirmam que foi a crise da mão de obra que levou os senhores a apoiar o imigrantismo e as leis anti-vadiagem. Isso é verdadeiro para o caso analisado por eles, na crescente e nova zona agrícola do oeste de São Paulo. No caso de Campos aqui analisado, onde a produção açucareira já havia atingido o seu auge nas duas décadas finais da escravidão⁴⁸² e a concentração de população escrava, liberta e livre pobre era grande⁴⁸³ (logo não sofria com falta de mão de obra) cremos ter ocorrido algo semelhante ao que descrevem Maria Helena Machado,⁴⁸⁴ Cláudia Santos⁴⁸⁵ e Hebe Mattos.⁴⁸⁶ Para estas autoras, foi o modo de vida camponês, relativamente, independente dos grandes proprietários de terra, que levou estes homens a apoiar, leis anti-vadiagem e a imigração. Tais senhores não admitiam que liberdade para o camponês livre fosse não se submeter ao horário imposto por outros, viam em tal atitude apenas ociosidade. Diante do grande número de notícias no *Vinte e Cinco de Março* argumentando que o negro, liberto e livre pobre⁴⁸⁷ não eram ociosos, entendemos que, provavelmente, foi o temor de que os libertos tornar-se-iam independentes economicamente ou, pelo menos, trabalhariam em outras fazendas, o que motivou os fazendeiros de Campos a apoiar a criação de leis coercitivas e o imigrantismo. Fato que é, muito facilmente, percebido na leitura do *Monitor Campista*, em especial nos anos de 1887 e 1888, pois somente nestes dois anos há 73 notícias sobre imigração no jornal, entre pequenas notas sobre a chegada de embarcações ao país até matérias discutindo a eficiência do trabalho dos imigrantes.

Por isso, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* também combatiam a fala daqueles senhores, que mesmo não pregando a imigração (como os fazendeiros do Nordeste⁴⁸⁸), falavam em obrigar o liberto ao trabalho através de leis.⁴⁸⁹ Eram, portanto, movidos pela crença de que o fim da condição de escravo pressupunha a liberdade de trabalhar para quem quisesse, onde desejasse e da maneira que lhe conviesse,⁴⁹⁰ sem nunca deixar de afirmar que instruíam os libertos a dedicarem-se ao trabalho.⁴⁹¹ Por isso, discordamos completamente da percepção do discurso abolicionista expressa por Carlos Haselbalg, que afirma que os abolicionistas queriam a abolição somente porque

⁴⁸¹ COSTA, Emília Viotti. Da escravidão ao trabalho livre. In: **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

⁴⁸² CHRYSOSTOMO, Maria Isabel. op. cit., 2009.; PEREIRA, Walter L. C. Mattos. op. cit. No prelo.

⁴⁸³ RODRIGUES, Hervé Salgado. op. cit., 1988.

⁴⁸⁴ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. op. cit., 2010b.

⁴⁸⁵ SANTOS, Cláudia Regina dos. Abolicionismo e visões de liberdade. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, a. 168 (437): 319-334, out./dez. 2007.

⁴⁸⁶ MATTOS, Hebe. op. cit., 2005.

⁴⁸⁷ Entre eles destacamos os jornais dos dias: 3 de Agosto, 11 de Setembro e 23 de Outubro de 1884; 19 de Outubro de 1885; 11 de Novembro de 1886; 5 de Maio de 1887 e 27 de Maio de 1888.

⁴⁸⁸ CONRAD, Robert. op. cit., 1978.; LAMOUNIER, Maria Lúcia. op. cit., 1988.; CARVALHO, José Murilo. op. cit., 2010.

⁴⁸⁹ LAMOUNIER, Maria Lúcia. op. cit., 1988.; CARVALHO, José Murilo. op. cit., 2010.

⁴⁹⁰ *Vinte e Cinco de Março*, 19 de Janeiro 1888 – Sem Seção – p. 3.

⁴⁹¹ Falavam nisto desde 11 de Setembro de 1884 até, por exemplo, 8 de Março de 1888.

viam a escravidão como um obstáculo ao progresso e à imigração.⁴⁹² Assim como discordamos de Célia Maria Azevedo, que apesar de responsabilizar os políticos pelo medo do trabalho do negro liberto (o que deu origem às leis coercitivas, que somadas ao discurso racista do século XIX, levou ao imigrantismo), afirma que os abolicionistas também compartilhavam desta visão pessimista sobre os escravos. A autora ainda acrescenta que mesmo que os abolicionistas tenham defendido o nacional livre, foi a crença no progresso pós-abolição o que os guiou, confiantes na abolição para um maior incentivo à vinda de imigrantes.⁴⁹³ Percebemos que o discurso e a prática dos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* são muito diferentes destes acima descritos, uma vez que embora também vissem a escravidão como um obstáculo ao progresso e até à imigração,⁴⁹⁴ isso se devia à escravidão e sua herança social.⁴⁹⁵ Os artigos elogiavam os imigrantes, como mencionamos acima, porque se estabeleciam em pequenas propriedades, onde implementavam uma agricultura múltipla.⁴⁹⁶ Ou seja, viam problema no latifúndio e na monocultura, que só se sustentavam através da exploração do trabalho escravo, vítimas deste modelo de produção agrícola.⁴⁹⁷

Além disto, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* preocupavam-se com a inserção justa do liberto no mercado de trabalho livre e sua integração social, econômica e política. Por isso, entendemos ser muito importante destacar os projetos para o pós-abolição destes indivíduos, pois ao contrário de Célia Maria Azevedo,⁴⁹⁸ Lilia Schwarcz⁴⁹⁹ e Eisenberg,⁵⁰⁰ entendemos que eles queriam mais que somente o fim do trabalho cativo e a implementação do mercado livre. Quando defendiam o nacional livre, a despeito do imigrante, não serviam aos interesses senhoriais, como afirma Azevedo, eles estavam, pelo contrário, defendendo o aproveitamento do trabalho do liberto no mercado de trabalho livre. Como afirma Ricardo Salles,⁵⁰¹ entendiam a inserção do liberto como essencial para a construção da nação.

Neste sentido, incluímos os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* no grupo de abolicionistas descrito por Robert Conrad, para quem houve uma distinção clara entre o abolicionismo de uma maioria (preocupados somente com a mudança do tipo de mão de obra e, por isso, satisfeitos com as mudanças legais ocorridas na década de 1880) e o de outros poucos, nos quais incluímos os campistas, preocupados com o pós-abolição, os quais tinham metas maiores do

⁴⁹² HASELBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

⁴⁹³ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. op. cit., 1987.

⁴⁹⁴ *Vinte e Cinco de Março*, 11 de Novembro 1886 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁴⁹⁵ *Vinte e Cinco de Março*, 3 de Agosto 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁴⁹⁶ *Vinte e Cinco de Março*, 3 de Abril 1887 – Seção não nominada título - “Escravos e imigração” – p. 1

⁴⁹⁷ *Vinte e Cinco de Março*, 5 de Abril 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁴⁹⁸ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. op. cit., 1987.

⁴⁹⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. op. cit., 1987.

⁵⁰⁰ EISENBERG, Peter. Prefácio. IN: AZEVEDO, Maria Marinho de. op. cit., 1987.

⁵⁰¹ SALLES, Ricardo. op. cit., 2001.

que as leis que vinham sendo implementadas e que queriam transformar libertos em cidadãos.⁵⁰²

Estes abolicionistas não ignoravam a possibilidade do liberto ser abandonado à própria sorte e, por isso, corroboravam com a fala da Confederação Abolicionista de que os materiais para o alicerce do trabalho livre já existiam: divisão das terras à margem das estradas de ferro e dos rios navegáveis, grande naturalização, conversão do papel-moeda; reforma do corpo de representação brasileiro no exterior; e colonização nacional.⁵⁰³ Este seria o enorme trabalho a que se propunham todos os abolicionistas da Confederação, e estavam confiantes na sua realização, afirmando que assim como tinham sido ridicularizados ao iniciar a luta por uma abolição imediata e agora orgulhavam-se da libertadora vitória no Ceará, também comemorariam as vitórias pós-abolição.

Após a colonização nacional, certamente a educação dos libertos era a proposta mais recorrente do *Vinte e Cinco de Março*. Usavam dados dos Estados Unidos pós-abolição para provar que esta melhorava a vida dos ex-escravos. Após uma destas matérias, falam da inauguração de uma escola em Campos, reforçando que esta também voltava-se para a educação de ingênuos, operários e desfavorecidos.⁵⁰⁴ A ordem destas notícias, certamente, buscava reforçar nos leitores a certeza de que as mudanças que ocorriam nos Estados-Unidos, ocorreriam no Brasil, se aqui também fossem oferecidas as mesmas oportunidades de educação aos libertos. Afirmavam, ainda, que a educação era importante porque atendia a um interesse geral: melhorar o futuro da nação. Além disso, a educação completava a abolição, reparava o mal por ela criado,⁵⁰⁵ preparava os libertos.⁵⁰⁶ Porém, pessimistas com a possibilidade de uma educação formal, afirmam que continuariam responsáveis pela instrução do liberto no amor ao trabalho, da mesma forma que antes, por conferências e *meetings*.⁵⁰⁷

Quando a abolição foi tornando-se mais real, as discussões sobre o mercado de trabalho livre aumentaram. Nestas explicitava-se que o momento demandava calma e paciência, pois se a abolição, que dependia somente da ação do escravo e do senhor, levava anos para se concretizar, não seria a transição para o trabalho livre, que dependia de tantos outros fatores, que se resolveria em poucos dias.⁵⁰⁸ Reafirmavam que, assim como os libertos precisavam ser educados para a nova situação, os senhores também tinham que aprender a lidar com ela, entendendo que a condição de livre exigia mudanças gerais na forma de tratamento social e, não só, o pagamento do trabalho. Os ex-senhores precisavam se adaptar aos novos tempos, pois assim como o escravo aprendeu a ser

⁵⁰² CONRAD, Robert. op. cit., 1978.

⁵⁰³ *Vinte e Cinco de Março*, 22 de Maio, 25 de Maio e 7 de Agosto de 1884.

⁵⁰⁴ *Vinte e Cinco de Março*, 30 de Outubro 1884 – Seção “Noticiário” – p. 2.

⁵⁰⁵ *Vinte e Cinco de Março*, 11 de Fevereiro 1886 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁵⁰⁶ *Vinte e Cinco de Março*, 6 de Agosto 1885 – “O esclavagismo no Brasil” – p. 2-3.

⁵⁰⁷ *Vinte e Cinco de Março*, 27 e 31 de Maio 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁵⁰⁸ *Vinte e Cinco de Março*, 5 de Abril 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

escravo, o senhor também aprendera a ser senhor, mas enquanto estes tornaram-se completamente dependentes dos cativos e agora não sabiam como agir, os escravos sabiam bem viver sem senhor.⁵⁰⁹ Esta fala é bastante interessante e contradiz o discurso senhorial de que o escravo não sabia ser livre e precisava ser tutorado, pois amava e dependia do senhor. Nesta lógica, o senhor é dependente do escravo, incapaz de lidar com o trabalho livre e, por isso, precisava aprender e adaptar-se. Schwarcz afirma que esta visão senhorial era exposta nos jornais, especialmente quando falava-se das alforrias, destacando a bondade dos senhores, afirmando ser desejo deste grupo que os libertos não saíssem das fazendas, desejo compartilhado pelos libertos, eternamente em dívida.⁵¹⁰

O *Vinte e Cinco de Março*, pelo contrário, não poupou as responsabilidades dos senhores. Falou da confiança que os senhores precisavam depositar nos libertos, não impondo cláusulas ou liberdades condicionais, pois não eram mais escravos. Advertem que sem esta confiança, as derrotas, que certamente viriam, seriam de responsabilidade deles.⁵¹¹ Buscam acalmar os senhores, convencendo-os de que o medo da ociosidade e da criminalidade dos libertos era infundado, como provavam os exemplos de outras províncias e cidades libertas. Mesmo em Campos a criminalidade não aumentara, nem a lavoura parara de produzir após as libertações. Havia um caráter instrutivo nestes artigos, ressaltando que aquele não era momento de arbitrariedades, buscando convencer os proprietários de terras de que os pequenos abalos à lavoura seriam momentâneos, pois, após um curto período de tempo, os salários tenderiam a buscar o nível natural, enquanto o trabalho no campo continuaria, acrescido das vantagens do trabalho livre. Além destas instruções há outras quanto aos melhores meios de assalariar (empreitadas, salários), dependendo da produtividade do solo, da cultura e das formas de exploração mais científicas do solo.⁵¹²

Afirmava-se que as leis coercitivas ao trabalho não deveriam existir, e se criadas, seriam inúteis, pois não há lei que obrigue alguém ao trabalho, pelo menos não eficazmente. O lema dos abolicionistas era que não se podia trocar o trabalho escravo pelo trabalho coagido, porque além de ser uma hipocrisia, o trabalho continuaria improdutivo, dado que a natureza humana é regida pela liberdade.⁵¹³ Criticavam os senhores que para organizar o trabalho em suas propriedades seduziam trabalhadores de outras, desorganizando o trabalho livre; afirmavam que estes não poderiam culpar os abolicionistas, que tanto lutavam para educar escravizados e libertos no amor ao trabalho, nem os libertos, que apenas buscavam melhores oportunidades de salário. Os senhores seriam os únicos culpados.⁵¹⁴ Além de denunciar que alguns senhores, já nas primeiras semanas, lidando com o

⁵⁰⁹ Vinte e Cinco de Março, 8 de Abril 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁵¹⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. op. cit., 1987.

⁵¹¹ Vinte e Cinco de Março, 8 de Abril 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁵¹² Vinte e Cinco de Março, 12 de Abril 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

⁵¹³ Vinte e Cinco de Março, 5 de Abril 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁵¹⁴ Vinte e Cinco de Março, 5 de Abril 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

trabalho livre fizeram esquemas para não pagar os libertos.⁵¹⁵ Enquanto outros buscavam desmoralizar o abolicionismo espalhando o boato de que os abolicionistas cobravam 2 mil réis para realocar um liberto.⁵¹⁶ É interessante perceber que, mais uma vez, o jornal inverte o discurso senhorial, que sempre reclamava da vagabundagem dos libertos, quando, para os abolicionistas, o que ocorria era a incapacidade dos senhores de lidar com o trabalho livre.

O artigo de 15 de Abril de 1888 chama a atenção pois, pela primeira vez, um artigo dirige-se completamente à defesa dos negros, na medida em que se tenta demonstrar, com exemplos, como os argumentos que servem para condená-los, servem para parabenizar outros indivíduos. Por exemplo, enquanto qualquer indivíduo que negocia melhores salários está apenas sendo racional, o negro torna-se um vagabundo que não quer trabalhar.⁵¹⁷ Qualquer falha de um único liberto era usada como prova de que todos os negros não mereciam a liberdade, de que eram uma raça perdida, condenada.⁵¹⁸ Indignam-se que, após o 13 de Maio, não estava terminada a perseguição aos negros, enquanto sicários,⁵¹⁹ capitães do mato, capangas e feitores recebiam proteção da classe agrícola. Questionam o porquê de leis coercitivas ao trabalho, no lugar da devida paciência durante a adaptação dos libertos, já que durante a escravidão indivíduos, como os capitães do mato, haviam vivido de serviços de violência, sem que nenhuma lei que os obrigasse ao trabalho tivesse sido cogitada.⁵²⁰ Fica claro, portanto, que estes abolicionistas recusavam como verdadeiras as justificativas que os ex-senhores usavam para manter a escravidão (ou pelo menos para mostrar sua insatisfação com o trabalhado livre). Buscavam demonstrar que as razões para os possíveis insucessos na lavoura, agora, seriam fruto da incapacidade destes grandes proprietários de lidar com a nova situação, para as quais continuavam a recorrer às velhas e preconceituosas justificativas.

Mesmo após a Lei Áurea estes abolicionistas afirmam que sua missão não estava concluída, pois “agora trata-se de seu corolário, operação esta mais difícil do que a primeira, porque na formação do seu produto geral entra um maior número de fatores, representados pelos libertos, abolicionistas, grande, pequena lavoura e particulares.”⁵²¹ Agora lhes cabia proteger os libertos e ingênuos. Afirmavam saber que a luta seria longa, com as mesmas perseguições, mas ela era necessária, pois os laços familiares dos libertos ainda precisavam ser restaurados, pois alguns senhores negavam-se a devolver os ingênuos aos pais. Do mesmo modo, outros fazendeiros

⁵¹⁵ Vinte e Cinco de Março, 15 de Abril 1888 – Sem Seção – p. 2.

⁵¹⁶ Vinte e Cinco de Março, 19 de Abril 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁵¹⁷ Vinte e Cinco de Março, 15 de Abril de 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁵¹⁸ Vinte e Cinco de Março, 27 de Maio 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁵¹⁹ Segundo o dicionário Michaelis sicário significa cruel, sanguissedento. Historicamente significa aquele que é membro de um partido de terroristas que lançaram mão de assassinios para expulsar os romanos da Palestina (a. D. 52-60) ou assassino assalariado; facínora, faquista.

⁵²⁰ Vinte e Cinco de Março, 15 de Abril 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁵²¹ Vinte e Cinco de Março, 5 de Abril 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

pagavam salários mesquinhos⁵²² e outros apossavam-se dos depósitos na Caixa Econômica feitos por seus ex-escravos.⁵²³ Havia também os que ainda sevicavam libertos e outros que ainda os mantinham escravizados.⁵²⁴ Além destes problemas, o *Vinte e Cinco de Março* denunciou tutorias ilegais de ingênuos e a manutenção na escravidão dos alforriados condicionalmente, certamente o assunto mais presente após a assinatura da Lei Áurea.⁵²⁵ Diante destas denúncias, o jornal mantém a sua tática argumentativa, apresentando as leis que configuravam tais atitudes em crimes, denunciando nominalmente os envolvidos e demandando atitudes das autoridades responsáveis (tesoureiro da Caixa e, em especial dos juizes de órfãos e do governo), tudo isso, até o último número do jornal.

Lucia Guimarães e Tânia Bessone ressaltam que este tipo de mecanismo foi comum na elite brasileira, que se apegava aos valores tradicionais, tentando reter a mão-de-obra sob seu controle, através da “tutoria de ingênuos” ou de mecanismos de controle social, como cadernetas de trabalho, aperfeiçoamento do aparato policial e até ação salvacionista da Igreja para conter “ovelhas desgarradas”.⁵²⁶ Logo, o comportamento do jornal demonstrava claramente a intenção de garantir a aplicação total da Lei Áurea, assim como tinham certeza de que só esta não garantiria a liberdade, seria preciso a vigilância abolicionista para evitar explorações.

Entre estas explorações também ridicularizaram a proposta de lei de indenizar os ex-senhores de escravos a partir da tabela que taxara o preço do escravo no mercado da senzala, e deixando em vigor as liberdades condicionais do Sr. Coelho Rodrigues, “genuíno representante da junta do couce”. O projeto é descrito como um disparate, que provavelmente buscava agradar os eleitores do proponente. Por isso, parabenizam o parlamento por ter sido representante de um país livre e que sequer “julgou o projeto digno de discussão, e assim morreu ao nascer.”⁵²⁷

Por fim, os abolicionistas exigiam que as autoridades tornassem a Lei Áurea conhecida, explicitando também o fim das relações senhor-escravo, pois “reina profundo silêncio em torno das violências e dos caprichos dos antigos ex-senhores de escravos.” Destacavam que o perigo da lei não ser cumprida aumentava nas áreas afastadas, onde ainda era comum o uso do tronco. Por isso, exigiam que as autoridades ouvissem as vítimas e punissem os agressores, ou seja, cumprissem a lei, pois sob o pretexto de defender a lavoura não se podia cometer, ou permitir que se cometessem

⁵²² *Vinte e Cinco de Março*, 24 de Maio 1888 – Seção “*Vinte e Cinco de Março*” – p. 1

⁵²³ *Vinte e Cinco de Março*, 24 de Maio 1888 – Seção “Noticiário” – p. 2.

⁵²⁴ *Vinte e Cinco de Março*, 3 de Junho 1888 – Sem Seção – p. 2; 24 de Maio 1888 – Sem Seção – p. 2-3.

⁵²⁵ *Vinte e Cinco de Março*, 24 de Maio 1888 – Seção “*Vinte e Cinco de Março*” – p.1; 31 de Maio 1888 – Sem Seção – p. 2; 3 de Junho 1888 – Seção “*Vinte e Cinco de Março*” – p. 1-2.

⁵²⁶ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. “Os deserdados da abolição”. In: SILVA, Jaime; BIRMAN, Patrícia; WANDERLEY, Regina (Orgs.). *Cativeiro e liberdade*. Rio de Janeiro: UERJ, 1989.

⁵²⁷ *Vinte e Cinco de Março*, 31 de Maio 1888 – Sem Seção – p. 3.

crimes. Sem perder o hábito, ameaçam que se as autoridades não cumprissem a lei, “o povo tem todo o direito de exigir o cumprimento da lei, e em último caso de fazer justiça por suas mãos.”⁵²⁸

Neste sentido, diferentemente de Célia Maria Azevedo, entendemos que destacar os projetos dos abolicionistas não é assumir que eles foram os únicos responsáveis pela realização da abolição. Assim, também não concordamos com a afirmativa da autora de que foi a radicalização das ações escravas que demandaram mudanças nas ações e projetos abolicionistas.⁵²⁹ Concordamos, no entanto, com a afirmativa de Maria Helena Machado de que foi a ação dos abolicionistas, juntamente com a ação dos escravos que levaram ao desmantelamento das ações emancipacionistas. O espaço aberto pelo abolicionismo trouxe maior participação popular e tornou as estratégias graduais inaceitáveis.⁵³⁰ Da mesma maneira, endossamos a fala de Cláudia Santos de que não é preciso apagar a ação dos abolicionistas para enaltecer a resistência escrava,⁵³¹ ambas trabalharam para a concretização da liberdade.

Neste sentido, o fato de que a abolição não tenha significado uma mudança massiva na condição do negro (fosse ele um ingênuo, liberto ou livre pobre) no Brasil, não significa que os abolicionistas se desmobilizaram no pós-abolição, como afirma Basile.⁵³² Ou que não tenham almejado uma revolução social junto à lei da abolição da escravatura, como afirma Célia Maria Azevedo, Eisenberg e Lilia Schwarcz.⁵³³ A não realização destes projetos não prova o desinteresse dos abolicionistas no destino do ex-escravo, nem a incapacidade do liberto para o trabalho livre, devido a um suposto apego deste à ociosidade. Contrariamente, isto revela o poder dos grandes latifundiários na manutenção do *status quo*, independente do modelo trabalhista. Incapazes de lidar com a liberdade dos seus trabalhadores e irredutíveis na concessão de direitos aos libertos, acreditamos que os senhores lutaram para que as mudanças sociais terminassem com a Lei Áurea. Assim, como afirmam Robert Conrad⁵³⁴ e Richard Graham,⁵³⁵ foram exatamente as revolucionárias propostas dos abolicionistas que motivaram o fim do Império monárquico e o estabelecimento de uma república conservadora, que atendeu os interesses dos senhores latifundiários, no caso de São Paulo incentivando à imigração e no restante do país estabelecendo leis anti-vadiagem.

Afiançamos esta postura porque os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* mantiveram o jornal funcionando e lutando por seus projetos ainda por dois meses após a abolição. Mesmo com o

⁵²⁸ Vinte e Cinco de Março, 27 de Maio 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁵²⁹ AZEVEDO, Maria Marinho de. op. cit., 1987.

⁵³⁰ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. op. cit., 2010b.

⁵³¹ SANTOS, Cláudia. op. cit., 2000.

⁵³² BASILE, Marcello Otávio. op. cit., 1990.

⁵³³ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. op. cit., 1987.; EISENBERG, Peter. op. cit., 1987.; SCHWARCZ, Lilia Moritz. op. cit., 1987.

⁵³⁴ CONRAD, Robert. op. cit., 1978.

⁵³⁵ GRAHAM, Richard. op. cit., 1979.

fim do jornal, fundaram outro periódico no qual permaneceram batalhando pela proteção dos libertos, pela responsabilização dos fazendeiros e por melhorias nas condições de inserção do liberto na sociedade e na economia. Embora Lana Lage nos informe que, com a saída de Lacerda da redação do *Cidade de Campos*, o discurso tenha se alterado para uma cobrança dos libertos e defesa do argumento da ociosidade destes.⁵³⁶

Por fim, estes abolicionistas tinham a percepção de que estavam escrevendo a história e afirmavam, corretamente, que seriam lembrados pelos historiadores no futuro. Concordamos, portanto, com Andrea Pessanha, na medida em que entendemos que o *Vinte e Cinco de Março* também se comportava como os jornais oitocentistas descritos pela autora, que além de expressarem opiniões tentando moldar a percepção de seus leitores sobre os fatos ocorridos, também buscavam moldar a memória nacional sobre estes.⁵³⁷ O mesmo é demonstrado por Margareth Bakos, que afirma que enquanto a Lei Áurea foi vista pelo jornal *A Reforma* como uma vitória do povo brasileiro, *O Conservador* atribuiu toda a glória ao Imperador e à família real, expondo diferentes percepções da política nacional. Assim, a autora identifica nos discursos dos impressos um desejo de moldar a visão dos leitores sobre o assunto, construindo a própria memória histórica.⁵³⁸

Joaquim Nabuco foi incisivo sobre a importância da imprensa para os historiadores futuros, pois afirmava que esta deixava vasto material para o estudo da escravidão. Para ele, além de um meio de divulgação de ideias, a imprensa era um lugar privilegiado na construção da memória.⁵³⁹ Fica claro no texto do *Vinte e Cinco de Março*⁵⁴⁰ e em transcrições de outros jornais, como a *Gazeta da Tarde*,⁵⁴¹ um anseio para que as ações abolicionistas e seus jornais servissem para a escrita da história da abolição, pois foram agentes históricos atuantes nesta batalha, como neste exemplo: “Contente deve estar Carlos de Lacerda, porque o seu nome já não é do presente faz parte do futuro, porque pertence a historia.”⁵⁴²

Ao rebater um artigo do jornal campista *Evolução*, que alegava que eram abolicionistas por interesse financeiro e glória pessoal, o *Vinte e Cinco de Março* afirma que com relação ao interesse financeiro não responderiam a calúnias, mas quanto à glória pessoal, não negam o interesse, acrescentando que se a possibilidade da glória lhes fosse tirada, seria como tirar qualquer ambição humana.⁵⁴³ E deixam claro que embora a imprensa seja fundamental para o conhecimento da

⁵³⁶ LIMA, Lana Lage da Gama. op. cit., 1981.

⁵³⁷ PESSANHA, Andréa Santos da Silva. O paiz e a Gazeta Nacional: imprensa, memória e abolição no Rio de Janeiro. In: **Anais do II Simpósio de História do Maranhão oitocentista**. (São Luís/MA, 2011).

⁵³⁸ BAKOS, Margareth Marchiori. op. cit., 1982.

⁵³⁹ MACHADO, Humberto, Fernandes. op. cit., 2006.

⁵⁴⁰ *Vinte e Cinco de Março*, 22 de Abril 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – P. 1.

⁵⁴¹ *Vinte e Cinco de Março*, 8 de Março 1885 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 3-4.

⁵⁴² *Vinte e Cinco de Março*, 21 de Junho 1885 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁵⁴³ *Vinte e Cinco de Março*, 30 de Maio 1886 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

história de um povo, o mesmo não poderia ser dito sobre a imprensa “independente” de Campos, que se omitia diante de fatos tão relevantes.⁵⁴⁴ No impresso advertem seus leitores para que reafirmem que foram os abolicionistas quem estiveram no comando da libertação.⁵⁴⁵ Por fim, concluem confiantes de que a população sabia que sem a coordenação dos abolicionistas, a abolição não teria sido alcançada e ainda estariam vivenciando o fim gradual e catastrófico da instituição escravista.

Gostaríamos, de concluir destacando que neste capítulo analisamos o discurso abolicionista expresso no *Vinte e Cinco de Março*, o qual se destacou pela constante desconstrução dos argumentos da fala senhorial. Demonstramos que, através de sua argumentação, o jornal desmentia a ideia de que a escravidão era necessária para a lavoura ao afirmar que os senhores eram mal aconselhados, pois a abolição não levaria à catástrofe econômica, pelo contrário ela significaria o progresso do trabalho livre, além de ser a expressão de um desejo nacional e um ato cristão-humanitário. Os abolicionistas também negavam o argumento de que a escravidão era legal, dado o direito de propriedade, pois baseados na lei de 1831 e no princípio da liberdade afirmavam que os negros eram parte da nação brasileira, roubados em seus direitos. Logo, o direito destes cativo à fuga era confirmado. Proposição bastante reforçada no jornal, pois invertia a lógica escravista do direito à propriedade escrava, ao mesmo tempo que sustentava seu argumento mais ousado: a abolição era o fiel cumprimento das leis nacionais e da lei natural que garante a todos o direito à liberdade, neste sentido, ela deveria ser feita imediatamente e sem indenizações.

Na lógica construída pelos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* se a abolição era a lei, a escravidão era mantida, unicamente, pela força política dos senhores. Denunciavam, desta forma, o fato da classe senhorial estar colocada acima das leis na sociedade oitocentista brasileira. Este discurso enfraquecia o emancipacionismo, denunciava os senhores como piratas e mostrava sua face arbitrária e violenta. Em contrapartida mostravam os escravos pacíficos na esperança plantada pela fala racional dos abolicionistas de que a abolição logo se cumpriria. Criticava-se também a convivência da “boa sociedade” com a escravidão, censurando atos corruptos da polícia, senhores, políticos e até de médicos, os quais perpetuavam o trabalho escravo. Os argumentos abolicionistas eram, portanto, racionais (a abolição era benéfica), sentimentais (compaixão pelo fim da crueldade) ou buscavam mover seus leitores pelo medo (a abolição viria ou pela lei ou pela força).

Um ponto essencial da fala do *Vinte e Cinco de Março* foi quanto a sua interação com a população, com importantes abolicionistas e, principalmente, com os escravos, pois mostrava o apoio recebido, o poder de influência do jornal, sua rede de proteção e sua capacidade de agir

⁵⁴⁴ *Vinte e Cinco de Março*, 21 de Setembro 1884 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁵⁴⁵ *Vinte e Cinco de Março*, 8 de Março 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

concretamente na destruição da escravidão. Mesmo sofrendo represálias violentas por estas atitudes, estes abolicionistas não se intimidaram e as usaram como mais um argumento contra a escravidão e contra a prática e lógica senhorial. Foi exatamente esta ação conjunta à população e aos escravos, somado os exemplos argumentativos dos membros da Confederação Abolicionista e os exemplos práticos de São Paulo, que conduziram à laboriosa vitória abolicionista na cidade de Campos.

Contudo, mesmo diante da libertação da cidade, os abolicionistas não sentiram que seu trabalho estava concluído. Por isso, reafirmaram o argumento de que o liberto era o melhor colono, negando a necessidade de incentivos à imigração, mas ressaltando a necessidade de educar os escravos e, em especial, os senhores para a nova realidade. Neste sentido, reafirmavam sua fala de que a origem da escravidão era de ordem social, portanto, o liberto não precisava de leis coercitivas (criticadas por restringir o direito à liberdade), mesmo que afirmassem que este precisava ser familiarizado com as novas condições de trabalho. Neste processo argumentativo destacavam a necessidade maior dos ex-senhores de se adaptarem à nova condição e realidade, sem escravidão e sem poder senhorial. O *Vinte e Cinco de Março* deixou claro no seu discurso a sua preocupação com a inserção justa dos libertos no mercado de trabalho livre e na sociedade brasileira. Reafirmaram a necessidade de mais educação, falaram em maior acesso à terra e muito criticaram os esquemas armados para prejudicar os libertos. O jornal concluiu reafirmando a necessidade de manter a luta abolicionista, que naquele momento significava batalhar pelo cumprimento correto da lei áurea.

CAPÍTULO 3 – Da utopia à luta

3.1. 1884: a abolição como anseio nacional

“A postos abolicionistas campistas, porque a nossa causa, que é a de Deus, triunfa por toda parte. (...) A escravidão está julgada e condenada. Ontem, ela podia apelar do juízo do Ceará, porque este glorioso desgraçado aprendeu na pobreza a amar a igualdade; fez da comunhão das dores a iniciação a do direito. As sentenças do pobre não pesam nos tribunais do interesse. Hoje, porém, duas províncias poderosas, duas províncias que pelas suas posições geográficas, pelas suas riquezas naturais, hão de fatalmente influir grandemente no futuro do país, e já influem extraordinariamente na sua atualidade, falam por sua vez e confirmam a sentença do Ceará. O Amazonas expeliu de si a parte do corpo estranho, que nos ameaçou de infecção purulenta todo o organismo. O Rio-Grande do Sul procede hoje a mesma operação. Em breve a podridão do passado não será lembrada senão pelo viço e florescências da árvore da liberdade, a que ela neste momento estruma. Podemos encarar serenamente o futuro. (...) A posteridade há de saber honrar a memória dos lutadores Rio-Grandenses, que acabam de demonstrar que têm as consciências tão afiadas para o bem, quanto as espadas para a luta. (...) O espetáculo que nos dá o Rio-Grande do Sul é mais um conselho da consciência nacional aos emperrados defensores da instituição negra. Esse delírio sagrado do bem não pode ser o resultado de impressões passageiras, mas o efeito de uma profunda revolução moral, operada no espírito do povo brasileiro. (...) A alma nacional está em ebulição, em temperatura que funde grilhões. É uma loucura do escravagismo querer atirar dentro dela os corpos dos seus defensores. (...) Para os nossos inimigos é chegado o tempo de abandonar o campo. Não se vence o invencível. (...) A escravidão só tem passado; o futuro para a liberdade.” (14 de Setembro 1884 – Seção “25 de Março” – p. 1).

Como bem ilustra o texto acima transcrito, as abolições provinciais eram muito importantes para motivar o movimento abolicionista como um todo, incluindo o que ocorria em Campos dos Goytacazes. A abolição efetivada na província do Ceará não motivara apenas o nome do periódico, como poderemos ver neste capítulo, este primeiro exemplo vitorioso do abolicionismo motivara o modo de ação dos membros do Clube Abolicionista Carlos de Lacerda. O *Vinte e Cinco de Março* trazia constantes menções ao fato, com transcrições de notícias de outros jornais sobre o evento, sempre elogiando a opção de abolição imediata e sem indenizações, também transcreve a correspondência trocada entre Victor Hugo e José do Patrocínio sobre a primeira libertação no Brasil e o pronunciamento do ministro da agricultura parabenizando o pioneirismo cearense. A partir da abolição ocorrida no Ceará, o movimento abolicionista tomou grandes proporções, servindo de exemplo para outras libertações provinciais e locais, até a libertação total em 1888.⁵⁴⁶ A influência destas alforrias coletivas pode ser claramente percebida na leitura do jornal, tendo sido cada uma delas muito comemorada, assim como suas estratégias provocavam mudanças naquelas

⁵⁴⁶ CONRAD, Robert. op. cit.

usadas pelos abolicionistas em Campos.

Neste sentido, afirmamos que a partir das libertações provinciais, iniciadas no Ceará, o abolicionismo ganhou uma nova face em Campos. Tal hipótese pode ser comprovada pela própria história do movimento na cidade, que começara em 1855 através da organização da Sociedade Campista Promotora do Trabalho Livre, mas, sem adesão popular. No início, a Sociedade Campista era apenas uma agremiação que reunia a contribuição de seus sócios para alforriar escravos e que tinha também como objetivo discutir as vantagens do trabalho livre sobre o escravizado.⁵⁴⁷ Em 1870, o Dr. Miguel Heredita criou uma segunda sociedade (a primeira que havia criado, a Ypiranga libertara apenas uma criança) a Emancipadora Campista,⁵⁴⁸ que também agia através do seu jornal *Gazeta de Campos*, mas nunca lutava abertamente pela abolição. Todas estas associações buscaram apenas angariar fundos para efetuar alforrias.⁵⁴⁹ Foi somente em 1881, com a fundação da Sociedade Campista Libertadora, que ocorreu a inclusão de elementos de todas as classes sociais, e entre os membros da instituição estavam Carlos de Lacerda e Adolfo Porto. Embora a luta dos escravos tenha sido perene em Campos, através das fugas e a formação de quilombos, foram os eventos ocorridos no Ceará que motivaram a fundação do mais aberto meio de comunicação dos abolicionistas do município: o *Vinte e Cinco de Março*⁵⁵⁰ assim como foi neste momento fundado o Clube Abolicionista Carlos de Lacerda. Como único jornal da cidade dedicado exclusivamente à propaganda da abolição,⁵⁵¹ este periódico, como demonstrado no capítulo anterior, intensificara o significado da ação escrava, tornando-a incontável pelos escravistas e conduzindo à libertação do município.

A abolição no Ceará foi positivada por outras libertações em outras partes do Brasil. Para os campistas, há um reforço do sentimento abolicionista percebido através dos pronunciamentos de felicitação diante de todas estas libertações. Neste sentido, afirmamos que o abolicionismo de Campos estava ligado ao movimento abolicionista nacional, fosse através da amizade pessoal de Carlos de Lacerda com José do Patrocínio, ou através da ligação com a Confederação Abolicionista, que muito auxiliou os abolicionistas de Campos em todos os processos policiais e jurídicos que enfrentaram. Um exemplo desta importância ocorreu no dia 27 de Julho de 1884, quando, pela primeira vez, o jornal trouxe seu layout alterado. Entre o cabeçalho e as colunas de texto há um título em caixa alta, no mesmo tamanho que a fonte utilizada para escrever o nome do próprio jornal, que diz: “AMAZONAS LIVRE”, seguido por uma grande reportagem descrevendo a vitória abolicionista no Amazonas, que, para estes homens, comprovava a certeza da abolição total do país.

⁵⁴⁷ SILVA, Osório Peixoto. op. cit., 1984.

⁵⁴⁸ FEYDIT, Julio. op. cit..

⁵⁴⁹ RODRIGUES, Hervé Salgado. op. cit.

⁵⁵⁰ SILVA, Osório Peixoto. op. cit., 1984.

⁵⁵¹ FEYDIT, Julio. op. cit.

Além disto, há transcrições de outros jornais destacando a tentativa do governo amazonense de impedir a abolição da província e a pronta reação dos abolicionistas, o que reafirmava, para os abolicionistas, a impossibilidade de se resistir ao movimento abolicionista, agora, nacional.

Na seção de noticiário o jornal traz uma nota falando da comemoração espontânea que tomou conta dos abolicionistas de Campos, ao saber da notícia da libertação no Amazonas, assim como há um convite oficial do Clube Abolicionista Carlos de Lacerda para uma grande matinée em homenagem a esta abolição, evento que é descrito no número seguinte, celebrando, novamente, o ocorrido. Ao analisar estas práticas dos abolicionistas em Campos, defendemos que o abolicionismo se tornou um movimento interligado em todo o país. Como expõe Eduardo Silva, a Confederação Abolicionista funcionou como um centro motivador e sustentador dos movimentos abolicionistas espalhados pelo país, cujas consequências mais notórias foram a defesa do direito de resistência do escravo e da ideia de não indenização, ideias que os uniu mesmo depois de 1888, quando insistiram na luta pela não indenização e por reformas sociais mais amplas.⁵⁵²

Este movimento nacional não ficou estacionado no exemplo do Ceará, na medida em que todas as libertações independentes em bairros, cidades ou províncias inteiras eram anunciadas e comemoradas como vitórias do movimento abolicionista nacional pelo *Vinte e Cinco de Março*. Como a celebrada libertação do Rio Grande do Sul que, segundo o jornal, provava que a emancipação gradual não produzia efeitos positivos na crise do trabalho. Como prática retórica, todos os movimentos em direção à abolição que vinham ocorrendo no país eram mencionados no jornal, embora não sempre com mesmo destaque. As libertações iniciadas em Santa Catarina, Paraná, Bahia, Mato Grosso, Goiás eram noticiadas, destacando-se as vantagens das libertações pioneiras, para as quais não houve necessidade de imigração, pois era abundante a mão-de-obra escrava tornada livre.⁵⁵³ Na mesma direção, argumentavam que a observação das nações vizinhas livres na América do sul impulsionavam novas libertações⁵⁵⁴. Muitas das notícias de novas libertações vinham acompanhadas do pesar de que tais ações não tivessem ainda tomado espaço em Campos, pois a repressão dos escravistas as constrangiam, pois “os negreiros, em Campos, querem assassinar os abolicionistas, julgando assim parar o movimento, que se opera em toda parte.”⁵⁵⁵

Estas libertações acabam por moldar o discurso do *Vinte e Cinco de Março*, reforçando seus argumentos sobre as vantagens do trabalho livre e a abolição como um anseio nacional. Neste novo momento, afirmam, constantemente, que os escravizados agora já possuíam um norte para onde se guiar, províncias para onde emigrar, em busca da liberdade. Reforçando o argumento de que o

⁵⁵² SILVA, Eduardo. op. cit., 2003, p. 62-64.

⁵⁵³ Vinte e Cinco de Março, 16 de Agosto 1884 – Seção “Noticiário” – p. 4.

⁵⁵⁴ Vinte e Cinco de Março, 15 de Setembro 1884 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁵⁵⁵ Vinte e Cinco de Março, 28 de Agosto 1884 – Seção “Noticiário” – p. 4.

serviço agrícola das províncias livres prosperava, enquanto o das províncias escravistas ficava desfalcado, afirmam que

“as províncias que mais depressa fizerem a abolição serão aquelas que menos sofrerão, com a transformação do trabalho, porque haverá nelas substituição e aumento de braços e nunca grandes desfalques pela emigração de escravizados para outras, em demanda da liberdade.” (11 de Novembro 1886 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.).

Os eventos ocorridos em todo Brasil moldavam as práticas abolicionistas em Campos, na medida em que notícias com sutis ameaças como as acima mencionadas (de que o cativo podia, agora, fugir e libertar-se) serviam tanto como uma estratégia para convencer os senhores pela abolição, como reais ameaças. Como consequência, uma constante denúncia feita pelos senhores contra os abolicionistas era de que recolhiam escravizados em seu escritório para auxiliarem suas fugas para o Ceará e São Paulo, acusação confirmada por Osório Peixoto.⁵⁵⁶ Embora o jornal jamais tenha reconhecido tais práticas, Hervé Rodrigues também afirma que escravos retirados das fazendas eram acolhidos no porão da sede.⁵⁵⁷

Como afirma Robert Toplin, Campos se tornara uma cidade asilo para escravos foragidos no processo de fugas em massa em fins de 1887 e início de 1888.⁵⁵⁸ Portanto, a possibilidade de fugas dos cativos para províncias livres realmente serviam como uma sutil lembrança aos senhores daquilo que os abolicionistas eram capazes de fazer e faziam. Sobre este aspecto, Evaristo de Moraes considera a luta entre abolicionistas e escravistas em Campos como a “mais renhida” do país, dado a grande concentração de escravos no município (35 mil) e a ação enérgica do seu movimento abolicionista.⁵⁵⁹ É neste sentido que concordamos com a conclusão de Lana Lage, para quem a prática abolicionista em Campos se deu “sobretudo, através de uma prática voltada diretamente para o escravo e traduzida no incitamento à violência e a fuga.”⁵⁶⁰ Embora somente em fins de 1887 a fala do jornal tenha se tornado aberta quanto a isto, desde 1884, quando o movimento tornou-se mais direto em sua ação contra o escravismo, seguindo o exemplo das libertações que vinham ocorrendo em todo país, a possibilidade de auxiliar na fuga de cativos para as províncias livres já existia na fala do jornal e, muito provavelmente, em sua prática.

Para Roberto Saba o idealismo abolicionista e seu tom revolucionário, dado o embasamento em princípios filosóficos de liberdade e igualdade, aterrorizavam os escravistas que temiam que o modelo de abolição adotado no Ceará (sem indenizações e fora do controle senhorial) fosse seguido em todo país. E, como outras províncias começavam a seguir os mesmos passos, esse temor

⁵⁵⁶ SILVA, Osório Peixoto. op.cit., 1984.

⁵⁵⁷ RODRIGUES, Hervé Salgado. op. cit.

⁵⁵⁸ TOPLIN, Robert Brent. op. cit., p. 206.

⁵⁵⁹ MORAES, Evaristo. op. cit., p. 235

⁵⁶⁰ LIMA, Lana Lage. op. cit., p. 100-101.

aumentava a cada dia. Conseqüentemente, muitos escravistas lutaram abertamente contra o projeto Dantas, buscando resolver a questão do elemento servil sem a intervenção dos abolicionistas (e antes que outras forças o fizessem), conduzindo a emancipação através do governo com os gabinetes Saraiva e Cotegeipe.⁵⁶¹

O gabinete Dantas foi muito importante para os abolicionistas, porque propusera um projeto de abolição que, embora gradual, promovia mudanças profundas. A ascensão do conselheiro Dantas, em 6 de junho de 1884, motivou os abolicionistas e reascendera, nos debates parlamentares, a questão da emancipação dos escravos. Suas declarações logo receberam o apoio destes, pois buscava libertar, sem qualquer indenização, os escravos sexagenários, em oposição aos escravistas que defendiam a todo o custo a legitimidade da propriedade escrava e, conseqüentemente, a necessidade de indenização ao proprietário pela libertação de qualquer escravo. A propaganda abolicionista e o Projeto Dantas se identificavam. Tal fato causava um forte incômodo nos escravistas,⁵⁶² porque percebiam que a esperança depositada pelos abolicionistas no Projeto Dantas⁵⁶³ se devia a previsão de libertar, sem indenização, todos os cativos com 60 anos ou mais; além de ser a primeira vez que um projeto de lei propunha a distribuição de terras, inclusive privadas, para trabalhadores.⁵⁶⁴ Vejamos o texto das Disposições Gerais do projeto, que afirma:

“3 – O governo iniciará, com urgência, de estabelecer colônias agrícolas para os libertos que não se puderem empregar nos estabelecimentos e casas particulares.

Para este fim poderá utilizar-se das existentes, melhorando-as, e acomodando-as às necessidades deste regime de transição.

Com este intuito é autorizado, outrossim, a aproveitar, dentre as propriedades agrícolas pertencentes às ordens religiosas, que se desamortizariam, as mais convenientes à fundação desses centros de lavoura.

No regime que se instituir para as colônias de libertos os regulamentos estabelecerão regras para a conversão gradual do foreiro ou rendeiro do Estado em proprietário das sortes de terra que agricultural.”⁵⁶⁵

Neste sentido, Francisco Carlos Teixeira Silva sustenta que o medo do projeto de lei estendia-se ao medo de perda do monopólio da terra, o que fez o projeto merecer o epíteto de “comunista”. O medo vinha também do fato de que o projeto de lei colocava em risco tanto a ordem escravista, quanto a latifundiária. E, mais ainda, “estabelecia-se a possibilidade real e tangível, do ex-escravo emancipar-se, e não só jurídica mas, também, economicamente através de meios próprios de prover sua subsistência, fora do alcance dos seus ex-senhores.”⁵⁶⁶ Sobre este tema, Cláudia Santos ressalta o fato de que este projeto previa a distribuição de terras para trabalhadores, acrescentando que em

⁵⁶¹ SABA, Roberto. A Lei dos Sexagenários no Debate Parlamentar (1884-1885). In: **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP. São Paulo, 2008.

⁵⁶² Idem, Ibidem.

⁵⁶³ TOPLIN, Robert Brent. op. cit., 1975.

⁵⁶⁴ SILVA, Francisco Carlos Teixeira. op. cit., 1989.

⁵⁶⁵ Idem, Ibidem, p. 65.

⁵⁶⁶ Idem, Ibidem, p. 66.

torno da abolição imediata, sem indenizações e da reorganização do acesso à terra, aglomerou-se parte significativa e atuante do movimento abolicionista, o qual, inclusive, uniu-se à Sociedade Central de Imigração, que também requeria medidas para facilitar o acesso à terra.⁵⁶⁷ Diante do que foi dito, é possível entender a resistência escravista ao governo Dantas, em especial, pelo grande apoio que este recebia do movimento abolicionista nacional. Movidos pelo medo dos eventos que se avolumavam, ainda em 1884, os senhores não ficaram acuados e reagiram abertamente, em todo o país, através da feitura de leis conservadoras e retrógradas, enquanto, em Campos, a reação foi de um ataque direto e violento aos abolicionistas e escravos.

3.2. A resposta senhorial em 1885 e 1886

3.2.1. Lei Saraiva-Cotegipe e o Regulamento Negro

Como primeira atitude de resistência contra o projeto 15 de Julho, o Projeto Dantas, os parlamentares escravistas votaram moções pela sua não discussão na Câmara, reação que os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* entenderam como conservadora, fruto do incômodo que o projeto gerava entre os fazendeiros.⁵⁶⁸ Na ocasião, voltaram a afirmar que tais atitudes não seriam capazes de conter o abolicionismo, reafirmando que a lei de 28 de Setembro de 1871 era insuficiente para resolver a questão da escravidão, como desejavam os escravistas, e que sem outras leis abolicionistas só restaria aos escravos a revolução.⁵⁶⁹ Ao tratar do assunto, Roberto Saba afirma que os parlamentares escravistas lutaram contra o Projeto Dantas não só porque discordavam das ideias ousadas que este apresentava, mas também porque se sentiam pressionados pelo apoio que este recebia dos deputados abolicionistas e da população em geral. Então, antes que as manifestações populares fossem usadas para influenciar a decisão na Câmara, os escravistas fizeram uso de muitas moções para tirar o projeto do debate político.⁵⁷⁰

Desde as primeiras reações conservadoras ao projeto, o *Vinte e Cinco de Março* demonstrou perceber que, embora incômodas, estas ações teriam efeito reverso ao esperado pelos escravistas, posto que o apoio popular ao abolicionismo crescera a partir das discussões em torno do projeto Dantas. Porém, mesmo confiante nos resultados vindouros, o jornal passou a questionar a legitimidade da Câmara para representar a nação, buscando demonstrar matematicamente que ela não representava o povo brasileiro. Afirmava que, como a maioria da Câmara não representava a totalidade da população brasileira, ela não podia ser entendida como representante da vontade

⁵⁶⁷ SANTOS, Cláudia Regina. op. cit., 2007.

⁵⁶⁸ *Vinte e Cinco de Março*, 27 de Julho 1884 – Seção “25 de Março” – p. 1.

⁵⁶⁹ *Vinte e Cinco de Março*, 31 de Julho 1884 – Seção “25 de Março” – p. 1.

⁵⁷⁰ SABA, Roberto. op. cit.

nacional.⁵⁷¹ Discussão que confirma a argumentação, exposta no capítulo anterior, de que a noção de quem formava a nação brasileira, para os abolicionistas de Campos, era muito mais ampla do que o grupo seletivo de eleitores e eleitos.

“Após as derrotas aparentes das grandes causas vêm logo gloriosas vitórias, provar que, aquelas são – momentâneas e estas – duradouras.

O abolicionismo atacado por todos os lados, não escolhendo os seus adversários armas para combatê-lo, nunca se mostrou mais forte, mais acentuado, no Brasil, senão depois, que uma falsa maioria do parlamento julgava matá-lo, pronunciando-se contra a discussão do projeto Dantas.

A sua derrota momentânea, no parlamento, deu-lhe logo mais vida na imprensa, na opinião pública e fortaleza para desassombrado caminhar entre as multidões, anunciando as suas novas conquistas.

(...) Mas, que maioria foi essa, que votou contra a discussão do projeto Dantas?

Por um cálculo, que temos em mão, a atual câmara foi apenas eleita por 142,953 eleitores, desses pelos menos a terça parte votou nos candidatos derrotados, restando por conseguinte para elegê-la 95,302. Estes 95,302 eleitores, divididos por 122 representantes da câmara, dão a média de 781 eleitores para cada deputado: logo os 59 no máximo são procuradores de 46,079 escravagistas, o que não é absolutamente verdade, posto que muitos dos que votaram o não fãrão hoje por conhecê-los a fundo. E demais, quem foi que deu a procuração bastante a esses 46,079 eleitores, para que os seus delegados ousem dizer que representam a maioria da nação, a vontade nacional?

Isso é uma imoralidade, que não resiste ao menor argumento, desde que se compare a população nacional do Império com o número de eleitores, que no máximo representam os 59 deputados escravagistas.

Depois deste confronto, se não quiserem fugir ao resultado desse simples cálculo, irão se convencer os adversários, que esses 59 deputados não representam a maioria da nação, a vontade nacional.” (3 de Agosto 1884 – Seção “25 de Março” – p. 1-2).

A descrença na representatividade da Câmara se fortalece quando Dantas faz uma requisição ao Imperador pela dissolução da mesma em 30 de julho de 1884. Os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*, mesmo condenando a demora do governo e apoiando a abolição imediata,⁵⁷² entendiam o caminho encontrado pelo ministério Dantas como uma simplificação necessária para o momento.⁵⁷³ Segundo o jornal, diante do crescimento do movimento abolicionista e do anseio nacional pela abolição total, a moção retrógrada dos escravagistas acabou por impor aos eleitores uma divisão entre políticos escravistas e abolicionistas. Por isso, confiavam nestas eleições para a vitória do “projeto de 15 de julho”, pois o “país manifesta-se absolutamente contra a escravidão.”⁵⁷⁴ Prova desta confiança foi a exposição de uma lista dos deputados eleitos, divididos de acordo com seu apoio ou rejeição ao Projeto Dantas, seguida pela lista dos indecisos com o partido de filiação.⁵⁷⁵ Nos primeiros meses de 1885, os abolicionistas ainda procuravam apoio ao projeto, até mesmo entre os escravistas, defendendo que este não abalaria a propriedade escrava, pois só 10% desta seria liberta com a lei.⁵⁷⁶ Com o mesmo intuito, também não mencionaram o problema das matrículas falseadas.⁵⁷⁷

⁵⁷¹ Vinte e Cinco de Março, 3 de Agosto 1884 – Seção “25 de Março” – p. 1-2.

⁵⁷² Vinte e Cinco de Março, 5 de Fevereiro 1885 – Seção “25 de Março” – p. 1-2.

⁵⁷³ Vinte e Cinco de Março, 14 de Agosto 1884 – Seção “25 de Março” – p. 2 e 3.

⁵⁷⁴ Vinte e Cinco de Março, 11 de Dezembro 1884 – Seção “25 de Março” – p. 2.

⁵⁷⁵ Vinte e Cinco de Março, 14 de Dezembro 1884 – Seção “25 de Março” – p. 2-3.

⁵⁷⁶ Vinte e Cinco de Março, 5 de Fevereiro 1885 – Seção “Noticiário” – p. 3-4.

⁵⁷⁷ Dado o fato de que a lei de proibição do tráfico de 1831 não fora de fato efetivada até início da década de 1850,

A postura do jornal acima descrita sofreu mudanças significativas quando se percebe que a Câmara eleita, em fins de 1884, ameaçava o projeto e o governo Dantas. Desde então, reforçou-se o argumento de que era inútil lutar contra o abolicionismo, enfatizou-se o apelo pela aprovação do projeto (segundo eles, último ato de confiança na honra do Imperador e dos representantes na Câmara) e aumentou-se a demanda por leis abolicionistas mais abrangentes, usando novamente a ameaça de que a postura conservadora acabaria por levar à revolução nacional.⁵⁷⁸ O jornal criticou, ainda, a postura dos que se opunham ao Projeto Dantas apresentando dados que o número de escravizados nesta faixa etária era pequeno e que, pelos menos dois terços, ainda teriam condições de se sustentar ou não seriam abandonados por seus ex-donos. Mesmo a parte que fosse abandonada por seus ex-senhores, não causaria grandes gastos ao setor público, pois não passaria de 30 pessoas por paróquia, mesmo nas áreas com maior concentração de escravos. Com estes argumentos procuravam rebater o discurso de certos escravagistas para quem o não apoio à lei se justificava por razões filantrópicas de proteção dos escravos idosos contra o abandono.⁵⁷⁹

Neste sentido, concordamos com Roberto Saba quando afirma que os escravistas temerosos com as exigências posteriores dos abolicionistas lutaram contra o Projeto Dantas e, também, por sua saída do poder. Previam que se o debate se estabelecesse, acrescido dos argumentos de homens ilustres como Dantas e Nabuco, cresceria o apoio popular e, conseqüentemente, os deputados indecisos poderiam optar pela reforma conduzida pelos abolicionistas. Logo:

“para o bem da ordem escravocrata, a discussão não pôde ter início e os apelos abolicionistas foram todos vãos. A Câmara deixava de lado o maior movimento popular organizado de seu tempo e adotava uma nova estratégia para resolver a grave questão que não dava trégua aos parlamentares.”⁵⁸⁰

A queda de Dantas foi vista pelo *Vinte e Cinco de Março* como estratégia escravista contra o abolicionismo.⁵⁸¹ Deste momento em diante, a decepção dos abolicionistas apareceu nítida em suas falas no jornal. Criticava-se muito a dispensa da matrícula, a indenização proposta⁵⁸² e o fato de que toda a população pagaria por estas indenizações. Segundo alardearam, a aprovação desta indenização reviveria o comércio de escravos, ilegal desde a lei internacional de fim do tráfico de

muitos escravos foram ilegalmente introduzidos no país até o início da década de 1850. Para esconder este fato, nas matrículas obrigatórias de escravos de 1871, muitos senhores mentiram sobre a data de nascimento ou de importação de seus escravos, para parecer que tinham sido introduzidos antes de 1831. Com isso o projeto Dantas de alforriar, sem indenizações, todos os escravizados acima de 60 anos de idade causava horror a muitos senhores cujos escravos tinham matrícula falseada.

⁵⁷⁸ *Vinte e Cinco de Março*, 25 de Março 1885 – Seção “25 de Março” – p. 2.

⁵⁷⁹ *Vinte e Cinco de Março*, 3 de Maio 1885 – Seção “25 de Março” – p. 1-2.

⁵⁸⁰ SABA, Roberto. op. cit.

⁵⁸¹ *Vinte e Cinco de Março*, 7 de Maio 1885 – Seção “25 de Março” – p. 2-3.

⁵⁸² No ato da matrícula o senhor deveria informar o valor do seu escravo, para o qual a lei dos sexagenários havia imposto um limite por idade e sexo. E no art. 3º da mesma lei afirmava-se: “Os escravos inscritos na matrícula serão libertados mediante indenização de seu valor pelo fundo de emancipação ou por qualquer outra forma legal.” Estas indenizações depreciavam-se com o passar dos anos.

1826, pois muitos teriam a ganância de receber mais indenizações governamentais. Com esta derrota, houve uma mudança no discurso abolicionista, o que se colocava não era mais a abolição como aquela idealizada pelo senador Dantas. O que se destacava agora era a filiação nas matrículas, tanto para saber a data de entrada do escravo no país e a filiação deste, quanto para se impedir a indenização de criminosos piratas. Assim, estes abolicionistas percebiam um novo e ainda mais abrangente meio de efetuar a libertação nacional. É o que vemos no artigo abaixo, assinado por Proudhomme:⁵⁸³

“Ou o sr. Saraiva está convencido de que a fonte da escravidão é legal e portanto não devia privar a estatística do seu primeiro elemento de certeza; ou está convencido do contrário, e dispensando na matrícula a naturalidade e a filiação se declara cúmplice dos réus, que, desde maio de 1831, o ministro Sousa França mandou castigar como incursos do art. 197 do código, redução de pessoa livre à escravidão.

Damos de barato todo o projeto de s. ex.; não fazemos questão da indenização dos escravizados de 60 anos, dessa compra do direito de morrer, até hoje gratuita. Não nos demoramos em calcular o erro financeiro que manda que num país de “déficit” permanente se desviem recursos do Estado para beneficiar uma classe, cúmplice do crime de violação das leis e dos tratados desse mesmo Estado. Limitamo-nos à questão de honra, queremos apenas liquidar com o sr. Saraiva os fundamentos de sua reputação. (...) Um legislador honrado não pode deixar de exigir, que as matrículas registrem a naturalidade e a filiação dos escravos.

O sr. Saraiva não pode fugir daqui: ou é um homem de honra, e como o sr. Dantas, exige na nova matrícula a naturalidade e a filiação dos escravos, sob pena de libertação; ou não exige e há de consentir que a imparcialidade da história o coloque ao lado desses legisladores antigos, que justificavam pelas violências do Cruzeiro Inglês, a continuação do comércio de homens livres.” (24 de Maio 1885 – Seção Especial “Semana política” – p. 1-2).

Ainda que vissem nas matrículas uma nova possibilidade de luta, os abolicionistas não deixavam de perceber, como afirma Teixeira Silva, que a reação conservadora dos escravistas fora eficaz, pois o governo Dantas foi derrubado e seu projeto reformulado com indenizações e sem qualquer menção à terra.⁵⁸⁴ Por esta derrota, o *Vinte e Cinco de Março* criticava o Sr. Saraiva que, como nunca foi “liberal em sua vida” (sem isentar o partido liberal de sua (ir)responsabilidade no poder⁵⁸⁵), não conseguiu servir à pátria, nem à liberdade. Em artigo transcrito no jornal, Joaquim Nabuco afirmou que a troca de ministros provava a ajuda do Imperador à decadente escravidão e também funcionava como uma punição ao partido liberal por ter membros abolicionistas, que impediam que se corrompesse por completo.⁵⁸⁶ O periódico também culpava o Imperador pelo “projeto monstro” que nascia com o novo gabinete, afirmando que a imagem do rei ficava comprometida com a nova lei, pois ao invés do libertador das crianças, pelo que foi cumprimentado pelo “maior homem deste século”, tornava-se agora algoz dos sexagenários.⁵⁸⁷ Falas que constituem uma série de críticas à família imperial, aos altos gastos com a sua manutenção (o que ia contra os

⁵⁸³ Proudhomme era o nome que José do Patrocínio usava em muitos de seus artigos abolicionistas.

⁵⁸⁴ SILVA, Francisco Carlos Teixeira. op. cit. , 1989.

⁵⁸⁵ Vinte e Cinco de Março, 16 de Julho 1885 – Seção “25 de Março” – p. 2.

⁵⁸⁶ Vinte e Cinco de Março, 3 de Setembro 1885 – Seção “25 de Março” – p. 1-2.

⁵⁸⁷ Vinte e Cinco de Março, 31 de Maio 1885 – Seção “25 de Março” – p. 2-3.

princípios de igualdade que pregavam),⁵⁸⁸ à demora do Imperador na realização da abolição⁵⁸⁹ e a sua relação amistosa com os conservadores:

“Nós estávamos pensando que tínhamos o rei na barriga.

Pois enganam-nos redondamente, todo o país é que está na barriga do rei, que os digere e só deixa sair em porções apropriadas, e em ocasiões oportunas, sob forma de partidos constitucionais.

Quando o imperador visita a Europa. Quando janta com Victor Hugo, temos partido liberal certo; quando visita as províncias e hospeda-se em casa de fazendeiros, está a bica o partido conservador.

O ano passado o imperador quis ver se digeriria também abolicionistas; teve uma perturbação perigosa de digestão; vomitou um decreto de dissolução e teve de recorrer às pressas à velha macela constitucional da escravidão.” (10 e 13 de Setembro 1885 – seção “25 de Março” – p. 2-3).

A historiadora Emilia Viotti afirma que apesar do Projeto Dantas não ter sido muito ousado, ele fora apoderado pelos abolicionistas como símbolo momentâneo de suas aspirações. Logo, a sua queda, com o prevalecimento do princípio da indenização, foi uma derrota significativa para a causa, em especial porque os escravagistas viam na Lei Saraiva-Cotegipe um meio de tentar deter a marcha subversiva da abolição ao ceder um pouco. O mais importante de ser considerado foi o fato de que, no processo de discussão do projeto, as diferenças entre os escravistas na defesa da escravidão se agudizaram e se tornaram mais nítidas. Ao mesmo tempo, o abolicionismo conquistou, cada vez mais, o apoio popular.⁵⁹⁰ Roberto Saba confirma esta proposta interpretativa ao afirmar que o projeto de lei defendido por Dantas era um entre muitos detalhes na disputa de poder pela condução da questão servil; e, em 1885, dada à pressão popular, a reforma tornara-se inadiável. Mais do que a forma que a abolição tomaria, importava, acima de tudo, o grupo que iria executá-la. Os deputados abolicionistas posicionavam-se ao lado do entusiasmo do movimento popular e os escravistas viam esta atitude como um perigo para a ordem nacional.⁵⁹¹ Ao dominar o cenário político, era quase certo para os parlamentares escravistas que eles garantiriam uma abolição lenta e gradual, percepção compartilhada pelo *Vinte e Cinco de Março*. Os diferentes artigos publicados no impresso campista demonstram que estes abolicionistas sabiam, claramente, o momento de instabilidade da monarquia e do pensamento senhorial, usando, frequentemente, um tom bastante ousado e pouco respeitoso com a monarquia.⁵⁹²

Quando finalmente decretada a Lei Saraiva-Cotegipe, os abolicionistas a chamam de retrógrada, principalmente em relação às leis anteriores,⁵⁹³ por isso afirmam que Saraiva seria sempre lembrado com vergonha pela História,⁵⁹⁴ um passo para trás que geraria ações ainda mais

⁵⁸⁸ Vinte e Cinco de Março, 24 de Setembro 1885 – Seção “25 de Março” – p. 1-2.

⁵⁸⁹ Vinte e Cinco de Março, 30 de Agosto 1885 – Seção “25 de Março” – p. 2-4.

⁵⁹⁰ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 1998.

⁵⁹¹ SABA, Roberto. op. cit.

⁵⁹² Como exemplo, em um destes artigos exige-se a execução da lei de 28 de Setembro de 1885, pois que este seria “o único divertimento de um velho: chicotear escravos e prender abolicionistas.” In: Vinte e Cinco de Março, 15 de Outubro – “25 de Março” – p. 2-3.

⁵⁹³ Vinte e Cinco de Março, 11 de Outubro 1885 – Seção “Noticiário” – p. 4.

⁵⁹⁴ Vinte e Cinco de Março, 1º de Outubro 1885 – Seção “25 de Março” – p. 1.

enérgicas de luta. Em artigo transcrito de Proudhomme, afirma-se que, agora restava aos abolicionistas a perseverança e a certeza da perseguição política, pois “está finalmente decretada a nova divisa do império – escravidão ou morte”, destacando que a perseguição aos abolicionistas seria mais intensa.⁵⁹⁵ Segundo ele, além de uma revolução popular,⁵⁹⁶ agora, a concretização de um projeto de lei, como o do senador Dantas, sequer lhes satisfaria, pois os abolicionistas:

“Queremos tudo ou nada. (...) O último projeto do sr. conselheiro Dantas já não nos serve. (...) Queremos mais, muito mais. (...) Guerra de extermínio ao abolicionismo, para que ele possa triunfar. Neguem-lhe tudo, não lhe façam a menor concessão, para que desassombrado possa caminhar, com a velocidade com que tem feito a sua jornada depois da ascensão do partido conservador ao poder.” (29 de Julho 1886 – “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2).

A versão de Toplin defende que a disputa entre abolicionistas e escravagistas aumentou com a aprovação da Lei Saraiva, fato que também pudemos perceber através dos artigos do *Vinte e Cinco de Março*. Os abolicionistas passaram a não aceitar menos que a abolição incondicional e imediata, assim como perceberam que lucravam mais financiando a propaganda abolicionista do que libertando escravos isoladamente, até porque não achavam justo indenizar os senhores. A partir de então, buscaram uma nova abordagem para a abolição. Com a derrota do Projeto Dantas, no qual haviam depositado tantas esperanças, os abolicionistas tornaram-se mais explícitos, diminuindo os apelos à benevolência dos senhores e requerendo medidas mais imediatas, pois perceberam que sua luta era a expressão de um movimento nacional. Após este momento de virada, para muitos abolicionistas os objetivos de libertação completa só podiam ser alcançados com atividades extra-legais, que passaram a ser incentivadas, e para os quais buscava-se fundamentação até nos princípios cristãos.⁵⁹⁷ A leitura do *Vinte e Cinco de Março* nos permite perceber um maior uso de violência, pelos senhores, nos seus atos de resistência ao abolicionismo após a aprovação desta lei, assim como pode-se perceber uma prática abolicionista mais aberta e ousada.

Emília Viotti descreve o produto final do governo Saraiva e Cotegipe como:

“uma tentativa desesperada daqueles que se apegavam à escravidão para deter a marcha do progresso. Mas era tarde demais. O povo arrebatara das mãos da elite a direção do movimento. A abolição tornara-se uma causa popular e contava com apoio não só de amplos setores das camadas populares, como também de importantes setores das classes médias e, até mesmo, de alguns representantes das elites. Tinha também o apoio da princesa e do imperador.”⁵⁹⁸

Em consonância com Robert Toplin, a autora afirma que enquanto para os escravistas a questão servil se resolvia com a Lei dos Sexagenários, para os abolicionistas este foi o momento de progredir rapidamente nas áreas de grande concentração de escravos, como São Paulo e Campos,

⁵⁹⁵ Vinte e Cinco de Março, 4 de Outubro – “Semana Política” dentro de “Noticiário” – p. 4

⁵⁹⁶ Vinte e Cinco de Março, 9 de Julho, 20 de Agosto e 10-13 de Setembro de 1885 – Seção “25 de Março”.

⁵⁹⁷ TOPLIN, Robert Brent. op. cit.

⁵⁹⁸ COSTA, Emília Viotti da. op. cit., 2008, p. 90-91.

através de uma agitação cada vez mais intensa, com as fugas em massa, com o objetivo de desorganizar o trabalho e ameaçar a vida e a propriedade dos senhores.⁵⁹⁹ Esta posição compartilhada por Robert Conrad, para quem o debate da Lei dos Sexagenários definiu, de maneira final, as posições tanto de escravistas, como de abolicionistas e, conseqüentemente, levou às fugas em massa em São Paulo, cujas decorrências conhecemos.⁶⁰⁰ A percepção dos autores se legitima quando a comparamos com os artigos publicados pelos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*, que declaravam que a bandeira da abolição não perderia espaço com a queda de Dantas, pois tinha a seu lado a opinião pública,⁶⁰¹ e se os políticos não estavam dispostos a encaminhar a questão servil esta seria encaminhada pelo povo, que sem qualquer esperança de liberdade, iriam à luta.⁶⁰²

Uma mudança significativa no discurso dos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* foi que a partir desta lei, da qual tanto discordavam, a argumentação da falta de representatividade do Congresso, que começara tímida, torna-se mais frequente. Passou-se a questionar a validade do Congresso porque produzia leis como a Lei dos Sexagenários. Se antes eram os senhores que se sobrepunham às leis abolicionistas (de 1831 e 1871), com a condescendência das autoridades, agora os escravistas impunham a sua vontade na própria confecção da lei. É neste sentido que entendemos os constantes questionamentos do jornal sobre a representatividade da Câmara, que aprovara a moção contra o Projeto Dantas e aquela que aprovara a Lei Saraiva-Cotegipe, assim como depois questionam a validade dos que aprovaram o Código Negro (que veremos logo em seguida). Por isso, afirmam que “a monarquia constitucional é um governo de 64.444 pessoas contra a individualidade coletiva de 12 milhões de brasileiros. As leis que vão ser decretadas pelo Império não podem ser respeitadas pelo povo, porque não saem da maioria da nação”⁶⁰³ Neste trecho fica claro que, se antes os abolicionistas queriam o cumprimento preciso da lei porque a manutenção da escravidão baseava-se no desrespeito desta, agora, eles viam a lei como falseada, pois desrespeitava as leis emancipacionistas anteriores, exatamente as leis de 1831 e 1871. Logo, ela poderia e deveria ser desrespeitada. Com isto não estamos afirmando que o princípio da legalidade, tão caro aos abolicionistas, estava sendo abandonado. Na verdade, passa-se a insistir na correta feitura da lei e não apenas em sua aplicação. A Câmara não representava a nação também porque a lei de 1885 desrespeitava as leis anteriores, tornando-se, assim, tão incorreta como as arbitrariedades dos senhores que ignoravam estas mesmas leis.

Mesmo considerando a lei antiquada, o *Vinte e Cinco de Março* criticou a demora na sua

⁵⁹⁹ É interessante notar que, diferentemente de Viotti, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* viam nas atitudes da Coroa uma não contribuição para o movimento abolicionista. In: COSTA, Emília Viotti da. op. cit., 1998.

⁶⁰⁰ CONRAD, Robert. op. cit.

⁶⁰¹ *Vinte e Cinco de Março*, 18 de Junho 1885 – Seção “25 de Março” – p. 3.

⁶⁰² *Vinte e Cinco de Março*, 17 de Setembro 1885 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁶⁰³ *Vinte e Cinco de Março*, 24 de Janeiro 1886 – Seção “25 de Março” – p. 1-2.

aplicação.⁶⁰⁴ Além disso, demandavam das autoridades a exigência de que os senhores apresentassem seus ex-escravizados em audiência, para que os mesmos fossem informados de seu estado de libertos, assim como lembrassem aos senhores que a lei os impunha a alimentar, vestir e tratar das enfermidades dos libertos.⁶⁰⁵ Em 1887, os abolicionistas mostram-se esgotados de reclamar pela implementação de uma lei ultrapassada e revoltam-se com a concessão de mais um mês para a matrícula de escravos. Segundo eles, os senhores estavam descansados em sua pirataria desde o estabelecimento no poder dos defensores da escravidão, em 20 de Agosto de 1885, data que assumiu o ministro Cotegipe.⁶⁰⁶

O Regulamento Negro, aprovado em 12 de Junho de 1886 pelo ministro da agricultura Antonio Prado, aumentava a pressão escravista, pois condenava pelo crime de furto quem acolhesse um escravo fugido. Esta lei também aumentava o preço da indenização pela libertação de um escravo, uma vez que seu valor passava a contar a partir da sua matrícula e não a partir da aprovação da Lei Saraiva-Cotegipe, além de ter tornado possível o comércio de escravos entre o município neutro (a corte) e a província do Rio de Janeiro. Embora esta lei tenha dificultado a ação de todos os abolicionistas, no *Vinte e Cinco de Março* ela só foi mencionada um mês depois da sua aprovação, quando foram publicados uma série de artigos, incluindo transcrições de vários jornais (*A Verdade*, *Gazeta de Noticias*, *A Patria* e *The Rio News*) afirmando ser esta mais uma tentativa de atrasar a resolução da questão servil, e, mais uma vez, responsabilizando a postura inerte do Imperador.⁶⁰⁷ Nestas críticas, o que era visto como mais prejudicial era a junção do município neutro (“baluarte do abolicionismo”) e a província do Rio de Janeiro (“berço dos mais renhidos escravocratas”), pois, desta forma, mais de 30 mil escravizados da Corte poderiam ser comercializados para os fazendeiros do interior, o que os distanciaria ainda mais da possibilidade de libertação.⁶⁰⁸

O fato dos redatores do *Vinte e Cinco de Março* pouco mencionarem este regulamento parece ter sido uma estratégia para não se mostrarem ainda mais vulneráveis, uma vez que o constante acolhimento de escravos na sede no jornal poderia, a partir desta lei, ser interpretado como um crime. O aumento dos ataques aos abolicionistas após a aprovação desta lei reforça o nosso argumento, pois demonstra como os senhores tinham com o regulamento uma importante arma de ação na repressão ao movimento abolicionista. Como exemplo, temos que dos 9 ataques escravistas mais noticiados, 3 ocorreram nos 26 meses de funcionamento do jornal antes da

⁶⁰⁴ *Vinte e Cinco de Março*, 8 de Outubro 1885 – Seção “25 de Março” – p. 1-2.; 10 de Janeiro 1886 – Seção “Noticiário” – p. 2.

⁶⁰⁵ *Vinte e Cinco de Março*, 17 de Janeiro 1886 – Seção “25 de Março” – p. 1.

⁶⁰⁶ *Vinte e Cinco de Março*, 27 de Março 1887 – Seção especial, anterior a 25 de Março “Mais um crime” – p. 1.

⁶⁰⁷ *Vinte e Cinco de Março*, 18 de Julho 1886 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2-3.

⁶⁰⁸ *Vinte e Cinco de Março*, 4 de Julho 1886 – Seção Especial “A Politica” – p. 2.

aprovação do Regulamento Negro, enquanto outros 6 ataques ocorreram nos 24 meses depois, entre julho de 1886 e junho de 1888 (quando o jornal deixa de ser publicado). Mesmo que os escravistas fossem ajudados pelos efeitos de uma lei tão conservadora, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* usaram as constantes ameaças e ataques como meios de ação, oferecendo detalhados relatos sobre cada um destes e expondo seus opositores, como poderemos analisar no item a seguir.

3.2.2. Os primeiros atentados em Campos

Como discutimos anteriormente, a mudança no movimento abolicionista após a libertação do Ceará levava os escravistas a reagir através de intervenções no ministério Dantas, o que resultaria na confecção da Lei Saraiva-Cotegipe. Em Campos, certamente, a forma de resistência dos escravistas mais comum foi a ação direta contra os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*. A primeira atitude neste sentido ocorreu já no dia 20 de maio de 1884, quando o escritório de Lacerda foi invadido por capangas dos escravistas que tentaram matá-lo, ato que foi ironizado no jornal no dia seguinte.⁶⁰⁹ Neste mesmo dia, Lacerda e Leopoldo Figueira foram expulsos de Campos, acusados de agitarem a população contra os senhores de escravos. Tendo se refugiado no Rio foram bem recepcionados por Patrocínio e receberam toda ajuda dos libertários da Corte.⁶¹⁰ Esta primeira truculência dos senhores, contudo, foi pouco exposta no jornal. Foi a continuidade da ação destes abolicionistas que fez com que a reação dos escravistas se tornasse progressivamente mais violenta e, conseqüentemente, a repercussão destes atos no jornais também se tornou progressivamente mais comum e detalhada.

Como exemplo, podemos citar a mencionada prisão de Lacerda e outros três abolicionistas ligados a ele: Adolfo Pereira Porto, Adolfo de Magalhães e Feliciano José da Silva. Na ocasião, todos foram indiciados pelo crime de roubo, após retirarem ingênuos e escravos torturados das fazendas do tenente Orbilio da Costa Bastos, na freguesia de São Gonçalo, e do coronel Antônio Pereira Lima, e os acoitarem, provavelmente, no porão da sede do jornal.⁶¹¹ Embora pouco tenha falado da ousada ação (o que nos faz pensar que as atitudes mais diretas de ataque à escravidão foram mais comuns do que aquilo que podemos entrever na leitura do jornal), o *Vinte e Cinco de Março* ocupou-se bastante com as prisões dos abolicionistas. Foram publicadas cartas de Lacerda e de importantes abolicionistas abominando as ações da polícia de Campos, assim como notícias sobre a repercussão da prisão nos jornais da Corte e na Assembleia Geral. Na linguagem utilizada no jornal, a prisão dos abolicionistas (que demonstrava a vitória dos escravistas, interrompendo e

⁶⁰⁹ *Vinte e Cinco de Março*, 22 de Maio 1884 – “Seção Vinte e Cinco de Março” – p. 2-3.

⁶¹⁰ SILVA, Osório Peixoto. op. cit., 1984.

⁶¹¹ RODRIGUES, Hervé Salgado. op. cit., 1988.

humilhando o movimento abolicionista de Campos⁶¹²) foi revertida em glória para os mesmos, pois reafirmou-se o apoio popular à abolição,⁶¹³ além do apoio de muitas ilustres personalidades ao movimento liderado por Lacerda.⁶¹⁴ Por fim, fortaleceu-se a imagem de Lacerda como destemido abolicionista. Se, inicialmente, a discussão da prisão começou comparando o título de comendador de Lacerda e a ausência de qualquer honraria para o juiz municipal,⁶¹⁵ mandatário das prisões,⁶¹⁶ a discussão foi concluída afirmando que Lacerda entrava para a memória histórica,⁶¹⁷ ressaltando suas importantes relações sociais⁶¹⁸ e a vergonha da omissão destes fatos pela imprensa balcão.⁶¹⁹ Havia, portanto, a percepção de que o abolicionismo caminhava muito bem em Campos, pois mesmo após a ousadia de invadir uma propriedade e de lá retirar três escravos do tronco (levando também o tronco para a sede do jornal) os abolicionistas foram presos, levados a julgamento e, por fim, absolvidos por 11 votos de um júri formado por 12 homens.⁶²⁰

Lana Lage, no entanto, destaca que a absolvição destes não foi tão tranquila como o jornal fez parecer. No dia do julgamento teria corrido pela cidade o boato (aumentado pelo próprio Lacerda) de que se os abolicionistas fossem condenados, os jurados seriam atacados. Além disso, a autora afirma que durante os 3 meses que ficaram presos, o delegado enviou cartas ao chefe da polícia afirmando que se achavam homiziados diversos escravos na tipografia do *Vinte e Cinco de Março* e que Lacerda recusa-se a entregá-los. Contudo, o delegado nunca pediu (ou conseguiu) um mandato de busca e apreensão.⁶²¹ Além do delegado, outros opositores dos abolicionistas divulgaram a invasão das fazendas na corte. O feito foi publicado no *Jornal do Comercio* e repercutiu no Congresso, onde escravocratas classificaram os atos abolicionistas de sedição e insurreição, dado o atentado direto à propriedade. Estes eventos foram destacados por Hervé Rodrigues como concomitantes aos incêndios nos canaviais de Campos, o que indicaria que os abolicionistas não se intimidavam com as repressões escravistas.⁶²²

É importante destacar que os abolicionistas de Campos também acionavam todos seus contatos na Corte e sempre ressaltavam o apoio recebido. Destacaram a defesa oferecida a Lacerda,

⁶¹² Vinte e Cinco de Março, 4 de Junho 1885 – Seção “25 de Março” – p. 1-2.

⁶¹³ Vinte e Cinco de Março, 4 de Junho 1885 – Seção “25 de Março” – p. 1-2.

⁶¹⁴ Vinte e Cinco de Março, 7 de Junho 1885 – Seção “25 de Março” – p. 1-4.

⁶¹⁵ É interessante notar que apesar de abolicionistas e ditos liberais, os jornalistas ressaltavam títulos de honraria e relações com pessoas ilustres; Argumentos de uma lógica hierárquica bem própria do Império e da classe senhorial a quem criticavam.

⁶¹⁶ Vinte e Cinco de Março, 4 de Junho 1885 – Seção “25 de Março” – p. 1-2.

⁶¹⁷ Vinte e Cinco de Março, 21 de Junho 1885 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁶¹⁸ Vinte e Cinco de Março, 25 de Junho 1885 – Seção “25 de Março” – p. 2-3.

⁶¹⁹ Vinte e Cinco de Março, 25 de Junho 1885 – Seção “25 de Março” – p. 1-2.

⁶²⁰ Vinte e Cinco de Março, 12 de Junho 1885 – Seção “Noticiário” – p. 4

FEYDIT, Julio. op. cit.

⁶²¹ LIMA, Lana Lage. op. cit.

⁶²² RODRIGUES, Hervé Salgado. op. cit.

gratuitamente, pelo advogado dr. Sizenando Nabuco, que foi a Campos tratar do seu processo⁶²³ e, no Tribunal de Relação, leu as cartas com ameaças de morte feitas a seu cliente e também citou “propostas de dinheiro dirigidas por importantes negociantes de café desta praça ao Sr comendador Lacerda para desistir de seu intento de abolicionista.”⁶²⁴ Todo o processo de luta e concessão do *Habeas Corpus* foi exposto no jornal, valorizando a conduta conjunta de abolicionistas de todo país, transcrevendo tudo o que se publicava sobre os eventos de Campos, como prova do apoio que este recebia e do alcance da luta. Um exemplo é o artigo do jornal *Gazeta da Tarde* em que a ação dos abolicionistas de Campos é vista como justificável na medida em que as autoridades eram negligentes na sua ação de vigilância⁶²⁵ (corroborando a mencionada teoria da economia moral dos pobres, de E. P. Thompson, segundo a qual o descumprimento das obrigações das autoridades legitimava uma ação interventora da população⁶²⁶). Podemos ver quão importantes eram estas relações entre abolicionistas no fato de que no mesmo dia que relatou-se a prisão de Lacerda, o *Vinte e Cinco de Março* já confirmava a concessão do seu *Habeas Corpus*, assinado por:

“Patrocínio, Gomes dos Santos, Sezinando Nabuco, Agostinho Reys, Clapp, Julio Lemos, Joaquim Nabuco, José Mariano, Antonio Pinto, João Villanova. (...) Este procedimento da confederação abolicionista é a prova de que ela considera, como membros de uma família, os seus associados e não como sócios de uma sociedade.” (4 de Junho 1885 – Seção “25 de Março” – p. 4).

Interessante notar que o *Monitor Campista* também menciona a repercussão destas prisões na Corte. Primeiro transcreveu um telegrama de seu correspondente na corte informando o repúdio do ministro da justiça aos atos anarquistas dos abolicionistas de Campos e sua defesa das autoridades que os prenderam, destacando, por fim, a satisfação da Câmara com estas palavras. Estas notícias foram seguidas por outra que descreve as circunstâncias da prisão de Lacerda, de maneira bastante formal, se colocando de forma imparcial ao evento.⁶²⁷ Mas, o *Monitor Campista* também expôs a ineficaz fala do deputado conselheiro Thomaz Coelho na Câmara dos deputados, afirmando, irônica e raivosamente, que depois de tempos sem se pronunciar e *apenas*⁶²⁸ quatro dias depois da intervenção dos deputados em nome dos abolicionistas de Campos, o representante da lavoura campista falou: “Novidade! Novidade / S. Exa. pediu a palavra na Câmara dos deputados, levantou-se e... falou!” Para o *Monitor Campista*, sua intervenção foi confusa porque elogiava os fazendeiros, ao mesmo tempo em que condenava as autoridades campistas pela prisão de Lacerda.⁶²⁹

⁶²³ Vinte e Cinco de Março, 7 de Junho 1885 – Seção “Noticiário” – p. 4.

⁶²⁴ Vinte e Cinco de Março, 28 de Junho 1885 – Seção “25 de Março” – p. 1-3.

⁶²⁵ Vinte e Cinco de Março, 21 de Junho 1885 – Seção “25 de Março” – p. 1.

⁶²⁶ THOMPSON, E. P. op. cit., 1998.

Idem, op. cit, 1979.

⁶²⁷ Monitor Campista, 1 e 2 de Junho de 1885.

⁶²⁸ Grifos do original, o que sugere ironia no uso da palavra apenas, posto que os deputados abolicionistas pronunciaram-se prontamente, enquanto Thomaz Coelho levou quatro dias para falar.

⁶²⁹ Monitor Campista, 6 e 7 de Junho de 1885.

Percebe-se que o *Monitor Campista* justificava as vitórias abolicionistas pela incapacidade dos representantes escravistas na Câmara, em oposição à pronta e imediata ação dos representantes da causa abolicionista; e não por ser a postura destes últimos a mais correta. Em contraposição, a narrativa apresentada pelo *Vinte e Cinco de Março* não tinha nada de imparcial, fazendo uso de opiniões bastante abertas e contrárias ao promotor público,⁶³⁰ ao juiz do processo,⁶³¹ aos jornais de Campos e aos fazendeiros, a quem ameaçavam com uma revolução ainda maior que a abolição, com a reforma no acesso à terra,⁶³² como pode-se ver na transcrição de um artigo do jornal *Gazeta da Tarde*:

“Tranquilizemos a lavoura chamando-a ao cumprimento na lei; demonstrando-lhe que há muita luz no século XIX para esclarecer os povos convencê-los de que aristocracia-territorial-escravocrata é uma instituição mais bárbara e mais absurda do que o feudalismo destruído pela revolução de 1789. Tranquilizemos a lavoura... Sim... Pela Abolição, pela Imigração, ou, em uma só palavra pela DEMOCRACIA RURAL.” (*Vinte e Cinco de Março*, 21 de Junho 1885 – “25 de Março” – p. 1).

As consequências deste posicionamento aberto se fizeram sentir no dia 17 de Julho de 1885, quando um fato mais grave ocorrera contra os abolicionistas. Adolfo Pereira Porto, um dos acusados do roubo de ingênuos e escravos das fazendas de Orbilio da Costa Bastos e Antônio Pereira Lima, sofreu uma tentativa de assassinato em via pública. O *Vinte e Cinco de Março* passou a investigar, por conta própria, o que teria ocorrido, incriminando o Sr. Raimundo Moreira como mandatário do crime, praticado por sicários.⁶³³ Além de destacar a negligência da polícia na investigação,⁶³⁴ o jornal fez denúncias de interferências desta em favor do acusado e em detrimento dos abolicionistas. Estes, então, comunicaram o resultado de suas investigações ao deputado geral dr. Bezerra de Menezes, que interpelou o governo sobre o assunto.⁶³⁵ Em decorrência deste pedido, o chefe de polícia demandou ao subdelegado de Campos (Sr. Couto Reis) detalhes da investigação e os abolicionistas passaram a coagi-lo a proceder dentro da lei, senão eles ficariam sabendo e noticiariam no jornal.⁶³⁶ Além do deputado, este atentado também repercutiu em jornais da corte⁶³⁷ e de Campos,⁶³⁸ como provam os artigos do *Monitor Campista* e da *A Evolução*, embora este último tenha reportado uma versão diferente, afirmando ter havido pronta prestação de socorro às vítimas.⁶³⁹

Uma das práticas mais utilizadas pelo *Vinte e Cinco de Março* era relacionar alguma

⁶³⁰ *Vinte e Cinco de Março*, 18 de Junho 1885 – Seção “25 de Março” – p. 3.

⁶³¹ *Vinte e Cinco de Março*, 18 de Junho 1885 – Seção “A Pedido” – p. 4.

⁶³² *Vinte e Cinco de Março*, 25 de Junho 1885 – Seção “25 de Março” – p. 3-4.

⁶³³ *Vinte e Cinco de Março*, 23 de Julho 1885 – “Boletim” e Seção “25 de Março” – p.1-3.

⁶³⁴ *Vinte e Cinco de Março*, 23 de Julho 1885 – Seção “Noticiário” – p. 3-4.

⁶³⁵ *Vinte e Cinco de Março*, 23 de Julho 1885 – Seção “Noticiário” – p. 4.

⁶³⁶ *Vinte e Cinco de Março*, 26 de Julho 1885 – Seção “25 de Março” – p. 2.

⁶³⁷ *Vinte e Cinco de Março*, 23 de Julho 1885 – Seção “Anúncios” – p. 4.

⁶³⁸ *Vinte e Cinco de Março*, 26 de Julho 1885 – Seção “25 de Março” – p. 2-3.

⁶³⁹ *A Evolução*, 19 de Julho de 1885.

autoridade com a morosidade nas investigações e/ou com práticas arbitrárias⁶⁴⁰ com intuito de forçar-las a dar-lhes uma resposta pública. De forma que passam a cobrar do delegado de polícia atitudes quanto a muitos outros casos, que vinham ocorrendo na cidade,⁶⁴¹ buscando demonstrar que as violências escravistas, demandavam atitudes mais assertivas das autoridades.⁶⁴² Mesmo fazendo pressões, os abolicionistas não paravam de acompanhar a investigação e o julgamento, reafirmando sua versão dos fatos em oposição à apresentada pela polícia.⁶⁴³

Outra forma de pressionar as autoridades era fazendo investigações privadas com relação a crimes que sequer relacionavam-se aos abolicionistas. Com isto, queriam se mostrar imparciais, pois investigavam somente pelo amor à verdade dos fatos. Mas, ao mesmo tempo, através desta prática, argumentavam que quando não se podia imputar a escravos ou a abolicionistas a responsabilidade de um crime, estes não interessavam à polícia.⁶⁴⁴ Por tudo o que é falado no jornal, pode-se dizer que imperava em Campos um clima de insegurança, com novas ameaças aos abolicionistas⁶⁴⁵ e a colocação de um posto da guarda em frente à sede do periódico, cerceando a ação dos abolicionistas, em especial o recebimento de escravizados em busca de auxílio.⁶⁴⁶ Outros eventos que explicitam a constante perseguição aos abolicionistas e o clima tenso na cidade são a ida do Sr. alferes Liberato Ribeiro à Câmara municipal pedir certidão a respeito do jornal, com intenção de fiscalizar seu conteúdo e redatores,⁶⁴⁷ a colocação de postos policiais nas áreas extremas do município, impedindo os escravizados surrados de irem à cidade, a distribuição de patrulhas pela cidade nos dias santos e domingos, dias em que os escravos tinham mais liberdade para circular e talvez procurar ajuda dos abolicionistas⁶⁴⁸ e os boatos de “correrias” quando eram marcadas conferências abolicionistas.⁶⁴⁹ No último caso, sempre havia a presença maciça da população, mesmo com policiais de prontidão na entrada do teatro.⁶⁵⁰ Em novembro de 1886, ocorreu o primeiro atentado em uma conferência abolicionista⁶⁵¹ e um tiro foi detonado, na porta da tipografia.⁶⁵² Contudo, mesmo diante de tantas ameaças e ataques diretos, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* não se calaram, pelo contrário exigiam mais das autoridades⁶⁵³ e da imprensa,⁶⁵⁴

⁶⁴⁰ Vinte e Cinco de Março, 4 de Outubro 1885 e 4 de Fevereiro 1886 – Seção “25 de Março” – p. 1-2.

⁶⁴¹ Vinte e Cinco de Março, 15 de Novembro 1885 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁶⁴² Vinte e Cinco de Março, 8 de Novembro 1885 – Seção “25 de Março” – p. 1-2.

⁶⁴³ Vinte e Cinco de Março, 29 de Outubro 1885 – Seção “Noticiário” – p. 1-2.

⁶⁴⁴ Vinte e Cinco de Março, 25 e 29 de Abril 1886 – Seção “25 de Março” – p. 1-2.

⁶⁴⁵ Vinte e Cinco de Março, 4 de Março 1886 – Seção “25 de Março” – p. 2.

⁶⁴⁶ Vinte e Cinco de Março, 21 de Março 1886 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁶⁴⁷ Vinte e Cinco de Março, 25 de Março 1886 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁶⁴⁸ Vinte e Cinco de Março, 31 de Março 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁶⁴⁹ Vinte e Cinco de Março, 25 de Março 1886 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁶⁵⁰ Vinte e Cinco de Março, 1º de Abril de 1886 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁶⁵¹ Vinte e Cinco de Março, 28 de Novembro 1886 – Seção “A pedido” – p. 2-3.

⁶⁵² Vinte e Cinco de Março, 23 de Dezembro 1886 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁶⁵³ Vinte e Cinco de Março, 21 de Abril 1886 – Seção “25 de Março” – p. 2.

⁶⁵⁴ Vinte e Cinco de Março, 21 de Abril 1886 – Seção “25 de Março” – p. 3.

demandavam uma atitude de combate aberto à escravidão.

A resistência destes abolicionistas também mostrou-se pela insistência em acompanhar o caso de Adolfo Pereira Porto, afirmando que outros atentados vinham ocorrendo com a mesma ostentação, dada a impunidade na resolução do primeiro crime. Por isso, afirmavam que toda a população de Campos estava desprotegida e sujeita a sofrer iguais atentados, diante do que se reforçava o argumento de que a lei não era igual para todos.⁶⁵⁵ O jornal prossegue abertamente cumprindo o papel da polícia, investigando, colhendo depoimentos e pareceres de autoridades legais, até que, no dia 7 de Maio, a casa de Carlos de Lacerda foi invadida pelo alferes Costa Real, o sicário Antônio Eurico Cassalho e Manuel Arêas. Todos os invasores estavam armados e diziam que lá estavam para recolher escravos acoutados pelo comendador. Ao verem que não havia ali escravos, o alferes afirmou que buscava se vingar por ter sido insultado por dois abolicionistas. Lacerda recolheu-se ao quarto, depois à rua (com a ajuda de um praça) e fugiu para a casa do tenente-coronel Costa, que além de o acolher até o amanhecer, afirmou já estar preso o alferes. Lacerda publica um Boletim informando que a polícia estava envolvida no evento, dado as mudanças na sua chefia. Para proteger-se, deixa claro sua relação com outros abolicionistas e busca seus contatos afirmando que contra ele: “alguma cousa se tramava; por isso, a José do Patrocínio, Quintino Bocaiuva e a 4 lhes escrevi, em carta particular, pedindo-lhes, que, pela GAZETA DA TARDE e O PAIZ, solicitassem garantias para a minha vida ameaçada.”⁶⁵⁶

Mais uma vez, o ciclo se repete. Os abolicionistas sofrem um atentado, expõem aqueles que pensam ser os responsáveis e apelam para abolicionistas da corte, para repercutir os eventos de Campos. Dada esta ousadia, os abolicionistas sofrem novo ataque. Neste caso, o *Vinte e Cinco de Março* segue seu modo de ação, sem se intimidar. Lacerda ameaça publicamente a vida de duas importantes autoridades na cidade e afirma que pedira ao delegado de polícia Antônio Cruz para que ouvisse o depoimento de algumas testemunhas por ele indicadas, o que lhe foi negado. Então, requereu ao juiz municipal, mas, devido à corrupção da polícia, nada fora adiante.⁶⁵⁷ Nem estas ameaças de Lacerda surtiram efeito, pois, embora as autoridades não pudessem negar-lhe uma investigação, podiam fazê-la no ritmo que desejavam. Pelo menos é assim exposto no jornal o inquérito final, chamado de farsa, pois considerou a invasão da casa de Lacerda como simples visita normal, exceto pela hora. Portanto, Lacerda não constava no inquérito, nem como vítima, nem como acusado, não podendo, portanto, requerer a inclusão de testemunhas.

Com o caso encerrado, Lacerda compara o episódio com o tratamento que a polícia deu ao assassinato de um fazendeiro, que há 13 meses ainda tinha seu inquérito aberto, enquanto em seis

⁶⁵⁵ Vinte e Cinco de Março, 19 de Setembro 1886 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁶⁵⁶ Vinte e Cinco de Março, 7 de Maio 1886 – Boletim.

⁶⁵⁷ Vinte e Cinco de Março, 13 de Maio 1886 – Seção “Noticiário” – p. 3.

dias fora concluído o da invasão de sua casa.⁶⁵⁸ Mesmo assim, o *Vinte e Cinco de Março* mantém seu modo de ação e reproduz a repercussão deste atentado nos jornais de Campos e da corte.⁶⁵⁹ Para reforçar seu argumento de que as autoridades em Campos consideravam-se acima da lei, são transcritas notícias da *Gazeta da Tarde*, que discute a insegurança e a suspensão dos direitos a que o governo imperial submetia os abolicionistas de Campos. Também transcrevem a afirmativa de que a invasão da casa de Lacerda havia sido uma tentativa de intimidá-lo, pois ele buscava provar a negligência da polícia em casos sem o envolvimento de abolicionistas,⁶⁶⁰ além da fala do Sr. Dantas e do Sr. Silveira da Mota no senado pedindo providências ao Sr. ministro da justiça para o caso.⁶⁶¹ Por fim, voltam às velhas ameaças de possíveis consequências violentas, seja pelos atos dos abolicionistas ou dos escravos.⁶⁶²

3.3. O violento embate entre abolicionistas e escravistas em 1887

3.3.1. Lei de Açoites e o exemplo de São Paulo

O embate entre abolicionistas e escravistas se intensificou em 1887. Este ano foi marcado pela maior violência senhorial, pela resposta inovadora dos abolicionistas em Campos e pela desestruturação definitiva da instituição escrava. A Lei de Açoites ilustra bem este novo cenário do abolicionismo. Dois escravos, após terem cumprido a pena de 300 açoites, foram obrigados a caminhar de volta para a fazenda de seu senhor e morreram. A intensa crueldade do fato trouxe à tona uma densa discussão parlamentar sobre a legalidade e, sobretudo, legitimidade das punições físicas. Embora tal prática não fosse rara no Brasil escravista, a propaganda abolicionista, neste momento, tornara a prática condenável a tal ponto que não apenas os seus jornais falaram sobre o assunto, como a própria casa legislativa nacional requereu ao ministro da justiça informações precisas sobre as mortes ocorridas em Paraíba do Sul, região do Vale do Paraíba Fluminense.⁶⁶³ Os abolicionistas não descansaram, demandaram diligências para investigar o caso e criticaram a demora da resposta governamental,⁶⁶⁴ demonstrando que foi preciso bastante insistência dos parlamentares e da imprensa abolicionista para que o governo endereçasse o problema.

Diferentemente do Regulamento Negro, este assunto foi bastante explorado no *Vinte e Cinco de Março*. Até a aprovação da Lei de Açoites o jornal, diariamente, expunha notícias sobre a

⁶⁵⁸ *Vinte e Cinco de Março*, 16 de Maio 1886 – Seção “*Vinte e Cinco de Março*” – p. 1.

⁶⁵⁹ *Vinte e Cinco de Março*, 9 de Maio 1886 – Seção “*Noticiário*” – p. 3.

⁶⁶⁰ *Vinte e Cinco de Março*, 16 de Maio 1886 – Seção “*Vinte e Cinco de Março*” – p. 1-2.

⁶⁶¹ *Vinte e Cinco de Março*, 16 de Maio 1886 – Seção “*Vinte e Cinco de Março*” – p. 2-3

⁶⁶² *Vinte e Cinco de Março*, 20 de Maio 1886 – Seção “*Vinte e Cinco de Março*” – p. 1.

⁶⁶³ *Vinte e Cinco de Março*, 5 de Agosto 1886 – Seção “*Vinte e Cinco de Março*” – p. 2.

⁶⁶⁴ *Vinte e Cinco de Março*, 5 de Setembro 1886 – Seção “*Vinte e Cinco de Março*” – p. 1.

crueledade da prática do açoite, tecendo argumentos contra esta e transcrevendo artigos de outros jornais e de parlamentares, como o senador Dantas, que afirmavam ter se tornado inadmissível a prática desta pena após as leis de 1885 e do Regulamento Negro.⁶⁶⁵ Diante do que percebemos que o jornal campista dava maior relevância a lei que coibia os açoitamentos do que uma lei que intimidava a sua ação abolicionista.

Os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* endossavam o argumento apresentado pelo senador Dantas e baseados nas leis nacionais, afirmavam que a pena de açoites tinha sido abolida com a Lei dos Sexagenários. Como justificativa, afirmavam que estavam “libertos os escravos de 60 anos de idade, completos antes e depois da data em que entrar em execução esta lei”, não haviam mais escravos no país, estavam todos libertos, em hipótese. Logo, se não havia mais escravos, não se poderia punir libertos com a pena de açoites, conseqüentemente esta pena estava abolida.⁶⁶⁶ Com base nesta tese, foram bastante incisivos, transcrevendo artigos do jornal *Gazeta da Tarde* confirmando esta interpretação da lei a partir do posicionamento do juriconsulto Sr. conselheiro Thomas Alves Júnior, o qual dizia que a pena de açoite já nascera iníqua, pois além de cruel, dava abertura para sentenças bárbaras e, agora, com as leis de 1871 e 1885 o próprio status jurídico do escravo mudara, passou a ser *status liber*.⁶⁶⁷ Neste sentido, os abolicionistas tentavam demonstrar que não era uma questão de opinião, era, na verdade, uma mudança na condição legal do escravizado.

Estas discussões entre abolicionistas, parlamentares e escravistas resultaram na lei, que ficou conhecida como Lei de Açoites e banuiu da legislação criminal a pena de açoites. Tal feito foi muito celebrado pelos abolicionistas como uma vitória do próprio movimento,⁶⁶⁸ em especial, porque fora feita no governo de Cotegipe, “melhor representante das províncias mais escravistas.”⁶⁶⁹ Agora, afirmavam os abolicionistas, cabia-lhes fiscalizar rigorosamente o cumprimento desta lei, inclusive dentro das fazendas.⁶⁷⁰

A lei dos Açoites demonstra claramente uma queda do poder senhorial, pois além de não mais poder punir seus escravos como quisessem, os senhores que o fizessem infringiam a lei e eram vigiados pelos abolicionistas. Para Robert Toplin esta lei, talvez, tenha sido a mais importante do período, pois atingia diretamente a autoridade senhorial e contribuiu para uma pressão da opinião pública em favor da mudança de comportamento na qual o senhor não mais era juiz sobre outros

⁶⁶⁵ Vinte e Cinco de Março, 5 de Agosto 1886 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

⁶⁶⁶ Vinte e Cinco de Março, 12 de Setembro 1886 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁶⁶⁷ Vinte e Cinco de Março, 26 de Setembro 1886 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2-3.

⁶⁶⁸ Vinte e Cinco de Março, 21 de Novembro 1886 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁶⁶⁹ Vinte e Cinco de Março, 12 de Dezembro 1886 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁶⁷⁰ Vinte e Cinco de Março, 17 de Outubro 1886 – Seção “Noticiário” – p. 3.

homens.⁶⁷¹ Os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* foram mais longe afirmando que o fim das penas de açoite e de banimento perpétuo (que contradiziam a Constituição e, por isso, a Assembleia Geral Ordinária não podia legislar em dissonância com a lei fundamental) deixava claro “a inconsistência legal da escravidão.”⁶⁷² Para eles, a inconstitucionalidade da pena de açoites provava a inconstitucionalidade da própria escravidão. Insistiam no assunto porque queriam levar a lei ao extremo, ao total reconhecimento do escravo como cidadão, logo não mais escravo. Com isto, pode-se ver que os abolicionistas encontraram meios de interpretar a Lei Saraiva-Cotegipe e a lei de açoites em prol de seus interesses, ao afirmar que elas redefiniam a posição legal dos escravos, em especial a primeira, na qual o escravo estava submetido ao código civil em muitas cláusulas, o que lhe dava um status de quase-civil. Para eles, os escravos viviam, na verdade, em um estado transitório em que o governo estava comprometido a proteger os seus direitos no curto prazo, e no longo prazo a emancipá-los.⁶⁷³ Desta forma, abolicionistas transformaram uma lei que repudiavam em uma contribuição para sua luta:

“Mas, onde atualmente pairam os troféus, que alcançaram nessas pelejas? / Na lei de 15 de Outubro de 1886. / Mas, o que é a lei de 15 de Outubro de 1886? / É o decreto da abolição imediata do Brasil. É a substituição do antigo escravizado pelo novo cidadão.(...) Foi querendo escravizar o exército, para poderem continuar a sustentar a escravidão, que promoveram a questão militar, cujas consequências a ninguém é dado calcular.” (31 de Outubro 1886 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1).

A partir das discussões em torno da Lei de Açoites é possível perceber uma mudança sutil na argumentação do *Vinte e Cinco de Março*, que passa a defender a prática da violência escrava. Esta defesa era realizada por meio da ação do escravo, em resposta à violência senhorial, mas de modo a inserir-se da responsabilidade sobre a mesma. Entre a publicação do caso de Paraíba do Sul, ocorrida em 5 de Agosto de 1886, e o último número de 1887 (23 de outubro), o periódico escreveu nove notícias incentivando diretamente a violência escrava. Na última delas, já havia menção às libertações em São Paulo e os abolicionistas parabenizam abertamente o escravo pelo uso da violência. Embora pareça pouco, em comparação com o período anterior (ano de 1885 e 1886, até 1º de Agosto) pode-se ver a diferença, pois no mesmo intervalo de tempo de um ano e meio (só que antes dos eventos de Paraíba do Sul) não houve nenhuma notícia em que se incentivasse a violência escrava. Abaixo há um trecho que sutilmente expõe a possibilidade da violência escrava:

“Quando não há lei, nem direito, nem justiça, unicamente para o crime se pode apelar. No dia em que o desespero nos levar a aconselhar ao escravo, que surre, mate também aos senhores, porque a lei para eles é uma mentira não se queixem, nem sobre nós atirem a responsabilidade das surras e assassinatos de senhores, administradores e feitores.” (Vinte e Cinco de Março, 12 de Dezembro 1886 – “Noticiário” – p. 3).

⁶⁷¹ TOPLIN, Robert Brent. op. cit.

⁶⁷² Vinte e Cinco de Março, 21 de Outubro 1886 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 3.

⁶⁷³ TOPLIN, Robert Brent. op. cit.

A partir dos eventos ocorridos em São Paulo, este sutil incentivo à violência torna-se evidente e aberto. Por exemplo, após transcreverem uma notícia do *Redenção* que felicitava a ação de vinte escravizados que cansados de apanhar prenderam o capataz e lhe infligiram torturas, o *Vinte e Cinco de Março* escreve uma nota incentivando a todos os escravos a fazer o mesmo:

“Se aqui os <<caifazes>> lembrassem de fazer o mesmo a estes capitães do mato que sem vergonha exercem esse torpe ofício nesta capital, por Deus que morreríamos de contente. (...) Bacalhau neles filhos da pátria, que o dia de glória chegou!!!” (*Vinte e Cinco de Março*, 31 de Julho 1887 – “Noticiário” – p. 3).

Na comparação acima realizada, não incluímos o ano de 1888, porque os eventos ocorridos em São Paulo mudaram radicalmente a posição do jornal quanto à ação escrava, como vimos no capítulo anterior. O ano de 1884 também não foi incluído, totalizando cerca de 1 ano e meio antes e depois da primeira notícia sobre o caso de Paraíba do Sul. Neste sentido, é seguro afirmar que a morte destes dois escravos modificou a forma dos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* se posicionar frente à resposta violenta do escravo, o que foi intensamente potencializado pelas fugas dos escravos em São Paulo e suas consequências para o movimento abolicionista.

A radicalização do movimento abolicionista e escravo em São Paulo no ano de 1887, deu ao discurso do *Vinte e Cinco de Março* um caráter ainda mais aberto com relação ao incentivo à ação escrava, tendo este se tornado recorrente, em especial no ano de 1888.⁶⁷⁴ Além da fala, a prática destes abolicionistas mudou a partir de 1887, tendo a sede do jornal se tornado asilo para escravos foragidos, como afirmou Toplin.⁶⁷⁵ Apesar de ainda em 1886 uma série de notícias já celebrassem a evolução da libertação da cidade de Santos,⁶⁷⁶ destacando o apoio oferecido pelos advogados da cidade que haviam decidido não mais defender causas contrárias à liberdade,⁶⁷⁷ é partir do retorno do jornal em 1888, que houve uma maior influência do modelo adotado pelos abolicionistas de São Paulo, sempre citados como exemplos.⁶⁷⁸

Direcionando sua fala para os fazendeiros de Campos, elogiavam a ação privada que encaminhou a abolição em São Paulo, servindo de modelo para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais.⁶⁷⁹ Além disto, lembravam da ação direta dos escravos.⁶⁸⁰ Neste momento, os abolicionistas de Campos sentiam-se mais confiantes para expressar um discurso aberto de incentivo à ação escrava, mas destacando que esta deveria dar-se através das fugas em

⁶⁷⁴ Devido o ataque à tipografia do *Vinte e Cinco de Março* em outubro de 1887, esta permaneceu inoperante nos meses de novembro e dezembro de 1887. E, por isso, só em janeiro noticiou os casos de fuga, afirmando que vinham ocorrendo desde dezembro. Sendo a primeira notícia sobre a ação escrava do dia 12 de Janeiro de 1888.

⁶⁷⁵ TOPLIN, Robert Brent. op. cit., 1975, 206.

⁶⁷⁶ *Vinte e Cinco de Março*, 9 de Dezembro 1886 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁶⁷⁷ *Vinte e Cinco de Março*, 7 de Novembro 1886 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁶⁷⁸ *Vinte e Cinco de Março*, 29 de Janeiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁶⁷⁹ *Vinte e Cinco de Março*, 15 de Janeiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁶⁸⁰ *Vinte e Cinco de Março*, 26 de fevereiro 1888 – Seção “25 de Março” – p. 1.

massa e, sempre, sob a condução abolicionista.⁶⁸¹ No ano de 1888 o jornal publicou, pelo menos, vinte e cinco notícias de incentivo à fuga de escravos sob a coordenação dos abolicionistas. Número que expressa claramente este novo posicionamento, como lê-se abaixo:

“Os abolicionistas, quaisquer que sejam as consequências que daí advenham, não podem tolerar que a polícia continue a pegar pretos fugidos, fazendo da cadeia depósito de GADO destinado ao matadouro das fazendas.

Cumpra agir e operar resolutamente.

Unamo-nos e se por bem não conseguirmos tomar as prezas das garras dos abutres, arranquemos à força.

É assim que devemos fazer; hoje não há mais escravos, portanto a imitação dos de S. Paulo fujam todos em massa, que isso não é crime.” (1º de Março 1888 – Sem Seção – p. 3)

Segundo Feydit, concomitante ao início das fugas em massa, no ano de 1887, os incêndios nos canaviais campistas, provocados pelos abolicionistas, intensificaram-se.⁶⁸² No próprio *Vinte e Cinco de Março* a autoria destes incêndios nunca foi reconhecida e, sempre que mencionados, sua responsabilidade era atribuída aos senhores.⁶⁸³ Mas, como afirmou Lana Lage, os relatórios policiais da época acusavam, frequentemente, os abolicionistas de provocar tais incêndios, ou de motivar os escravos para tal.⁶⁸⁴ O que nos interessa neste ponto é que, embora tenha trazido excelentes resultados, tanto as fugas, como os incêndios, não costumavam ser noticiados no *Vinte e Cinco de Março* através da transcrição de notícias de outros jornais, como comumente faziam com relação aos atentados que sofriam. Se estes atos receberam grande atenção dos jornais da corte, esta repercussão não foi retransmitida no jornal de Campos, porém, como pesquisamos apenas no *Vinte e Cinco de Março* e em alguns jornais de Campos, não podemos confirmar que os jornais da Corte não publicizaram tais eventos.

No *Vinte e Cinco de Março* foram raras as transcrições ou menções de outros jornais que celebravam as vitórias abolicionistas, como foram os casos excepcionais do *Liberal Mineiro* e da *Gazeta de Resende* saudando a luta abolicionista e, em especial a incansável luta de Carlos de Lacerda.⁶⁸⁵

Esta ausência, provavelmente, foi uma escolha de Lacerda, dado a comum prática de engrandecer o movimento campista através destas transcrições; por isso, supomos que tal ausência deva-se a dois fatos. Primeiro estes abolicionistas estavam certos de que a vitória do movimento campista estava próxima. Por isso, interessava mais convencer os resistentes senhores da cidade, mostrando que estavam isolados, do que reforçar a ideia das fugas em massa através de notas de

⁶⁸¹ *Vinte e Cinco de Março*, 29 de Janeiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁶⁸² FEYDIT, Julio. op. cit.

⁶⁸³ *Vinte e Cinco de Março*, 23 de Janeiro 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

Vinte e Cinco de Março, 27 de Janeiro 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁶⁸⁴ LIMA, Lana Lage. op. cit.

⁶⁸⁵ *Vinte e Cinco de Março*, 15 de Abril 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

felicitação ou de argumentação dos abolicionistas da corte. Era mais vantajoso ressaltar a realidade das fugas dos escravos que ocorriam naquele momento, pois estas eram a argumentação viva de tudo que o jornal afirmava há anos. Segundo, as violentas ações dos escravistas demandavam destes abolicionistas que se concentrassem em propagar o ocorrido na corte para intimidá-los e, assim, conter a fúria com que os atacavam, ao invés de ainda tentar convencê-los a aderir ao abolicionismo. Baseamos esta nossa hipótese na constância e intensidade com que os atentados sofridos pelos abolicionistas, em 1887, foram relatados. É o que veremos no item a seguir.

3.3.2. Os atentados se intensificam

O embate entre abolicionistas e escravistas havia se tornado muito intenso no ano de 1887, fosse com a vitória abolicionista da Lei de Açoites, fosse com a movimentação escravista em São Paulo ou com a batalha pela concretização da libertação dos 13 mil não matriculados em Campos. Este ano começara com um ataque dos escravistas a um dos pilares do movimento abolicionista em Campos: suas conferências abolicionistas. Diferentemente da indiferença dos abolicionistas diante da invasão de um *meeting* em novembro de 1886, os eventos ocorridos na conferência de 30 de janeiro de 1887 foram bem mais traumáticos, mudando o modo de ação do *Vinte e Cinco de Março*.

O jornal afirma que neste *meeting*, após uma desordem esquematizada entre Raimundo Alves e o pedreiro Paulino, os dois foram expulsos do teatro. E tendo a ordem sido restabelecida no encontro, “o Sr. Luiz Antonio Fernandes, tomando ao colo um filhinho de seis anos de idade seguiu em direção à porta da saída do teatro”, lá do outro lado da rua, Raimundo e outras sete pessoas atiraram em Luiz Antonio (que veio a morrer no dia seguinte), em Feliciano José da Silva e em Antônio Germano, que ficou cego de um olho. Após os disparos, a luz da entrada do teatro foi cortada e os agressores continuaram atirando, a esmo, dentro do recinto, os ouvintes passaram a atirar garrafas do bar nos sicários, que saíram do teatro quando sua munição acabou. Fora do teatro, a luta continuou, agora, com espadas e ajuda dos praças a paisana, terminado o atentado com a fuga dos agressores para o quartel ou para fazendas.⁶⁸⁶ Após descrever o ocorrido, mais uma vez o jornal fez o papel da polícia e apresentou os culpados e possíveis testemunhas, já demandando atitudes do juiz de direito, uma vez que, afirmavam não se poder contar com a imparcialidade do suplente de delegado, nem com o comandante do destacamento.⁶⁸⁷ Por fim, Lacerda apontou a causa do assassinato, dizendo que sendo o local pouco iluminado, tomaram: “a desventurada vítima por mim”, pois “o assassinado Luiz Fernandes, tinha muitos traços fisionômicos iguais aos meus, usava a barba do mesmo modo, mesmo corpo, ocorrendo ainda que ao colo trazia um filhinho mais velho,

⁶⁸⁶ *Vinte e Cinco de Março*, 3 de Fevereiro 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁶⁸⁷ *Vinte e Cinco de Março*, 31 de Janeiro 1887 – BOLETIM.

cuja idade é a mesma da do assassinado.”⁶⁸⁸

O atentado foi muito exposto em jornais da cidade. A *Gazeta do Povo* afirmou que além de não oferecer suporte, a polícia estava envolvida no atentado. O *Monitor Campista* informou que todas as (muitas) versões existentes negavam o envolvimento da polícia, embora reconhecesse a necessidade de nomear um delegado remunerado, acima dos indicados políticos, afirmando não crer que o atentado objetivava interromper o abolicionismo.⁶⁸⁹ A violência ocorrida também foi bastante exposta na corte, posto que não podiam esconder o fato, uma vez que até o chefe de polícia fora enviado à Campos. Enquanto um jornal conservador da corte afirmou que isso devia-se aos últimos incêndios,⁶⁹⁰ o *Gazeta da Tarde* acusou ser esta uma manobra para encobrir o atentado, pois Cotegipe, atendendo pedidos de Thomaz Coelho, propunha a delação de escravizados prometendo alforriar quem contribuísse com a resolução do crime. O que feria o Código de Processo, pois a testemunha não pode depor movida por interesses.⁶⁹¹ Outro artigo da *Gazeta da Tarde* revela o que gerou o atentado através de uma carta de Lacerda:

“Os abolicionistas receberam o escravizado Fernando e conduziram-se procissionalmente pela rua, até que pudessem tirar-lhes os ferros.
A população indigna-se; os negreiros exasperam-se, dirigem-se à polícia, pedem-lhe que mande dissolver a reunião popular.” (6 de Fevereiro 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2-3).

Diante do que afirmam, os escravistas armados decidiram interromper os abolicionistas, mas impossibilitados de uma ação enérgica durante o 'desfile' do escravizado, dado o cortejo popular que o acompanhava e apoiava, agiram assertivamente durante o *meeting*, camuflando a ação como um mal entendido.⁶⁹² Após esta notícia, há uma nota sobre três incêndios que, segundo testemunhas, haviam sido encomendados pelos próprios fazendeiros e a polícia. Logo em seguida, há um aviso de que já haviam notificado a imprensa da Corte sobre todo o ocorrido. Além disso, segue um aviso de uma reunião da Confederação Abolicionista, a ser realizada na Corte, em protesto às falsas investigações dos incêndios em Campos.⁶⁹³ Os abolicionistas de Campos, desta forma, deixavam claro que não aceitavam as respostas dadas pelo governo, o que é reforçado pelas denúncias críticas de que o juiz de direito de Campos havia sido parcial na investigação do atentado ao *meeting* abolicionista, porque devia favores a quem lhe indicara ao cargo (o juiz, Sr. dr. Carlos Bastos, era irmão do Barão de Itaóca e genro do comendador José Cardoso Moreira, ambos amigos do conselheiro Thomaz Coelho).⁶⁹⁴ Em seguida, o *Vinte e Cinco de Março* traz análises detalhadas

⁶⁸⁸ Vinte e Cinco de Março, 3 de Fevereiro 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁶⁸⁹ Vinte e Cinco de Março, 3 de Fevereiro 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2-3.

⁶⁹⁰ Vinte e Cinco de Março, 3 de Fevereiro 1887 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁶⁹¹ Vinte e Cinco de Março, 6 de Fevereiro 1887 – Seção Especial “Império da Pirataria” – p. 1.

⁶⁹² Vinte e Cinco de Março, 6 de Fevereiro 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2-3.

⁶⁹³ Vinte e Cinco de Março, 6 de Fevereiro 1887 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁶⁹⁴ Vinte e Cinco de Março, 10 de Fevereiro 1887 – Seção especial “Incêndios e conflitos em Campos” – p. 1-2.

desmentindo as versões oficiais do atentado e afirma o envolvimento de Thomaz Coelho,⁶⁹⁵ do delegado⁶⁹⁶ e do juiz de direito no caso.⁶⁹⁷ Por fim, concluem que o intuito do atentado era a morte de Lacerda, pela qual seria responsabilizado Raimundo Moreira, contra quem os escravistas esperavam que os abolicionistas atacassem, sendo, por isso, presos. Diante disto afirmam ser sua liberdade mais importante que a morte de um sicário transformado em mártir. Era, portanto, fundamental continuar a luta e convocavam uma reunião abolicionista.⁶⁹⁸ Segundo bradavam, não adiantavam subterfúgios, a ideia da abolição seguiria⁶⁹⁹ a despeito das arbitrariedades dos senhores locais.⁷⁰⁰

Para os abolicionistas, a impunidade deixava os escravistas ainda mais audaciosos, razão do assassinato de Antônio Eurico Cassalho, antigo homem dos escravistas que se negara a participar do atentado à Conferência Abolicionista ocorrida no teatro Emyreo. Sobre este caso, mais uma vez agindo com investigações próprias, os abolicionistas afirmaram que o desinteresse da polícia em investigá-lo devia-se ao fato do mesmo envolver vários crimes escravistas.⁷⁰¹ Buscavam com estas investigações particulares provar como os erros nos inquéritos policiais e as trocas de delegado em Campos deviam-se aos interesses da classe senhorial (capitaneada pelo conselheiro Thomaz Coelho⁷⁰²) em esconder os seus crimes e também provavam os laços pessoais dos escravistas com os policiais.⁷⁰³ O *Vinte e Cinco de Março* afirma que caso estes esquemas não fossem bem sucedidos “a verdade ia aparecer e dos criminosos ia ter conhecimento a justiça pública.”⁷⁰⁴

Os abolicionistas também denunciam o fato dos cargos policiais servirem aos interesses políticos do conselheiro, que quanto mais perseguia os abolicionistas, mais apoio recebia dos escravistas.⁷⁰⁵ Argumentavam, diante disto, que os senhores estavam sendo manipulados pelos políticos que não buscavam o interessa da lavoura, mas seus interesses pessoais.⁷⁰⁶ Como provava a manutenção do delegado Abreu Lima mesmo tendo este realizado prisões indevidas,⁷⁰⁷ cometido arbitrariedades⁷⁰⁸ e ter sido designado ao cargo por motivações políticas⁷⁰⁹ tendo até mesmo sua

⁶⁹⁵ Vinte e Cinco de Março, 20 de Fevereiro 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁶⁹⁶ Vinte e Cinco de Março, 10 de Fevereiro 1887 – Seção “A pedido” – p. 3.

⁶⁹⁷ Vinte e Cinco de Março, 13 de Fevereiro 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁶⁹⁸ Vinte e Cinco de Março, 13 de Fevereiro 1887 – “Noticiário” – p. 3.

⁶⁹⁹ Vinte e Cinco de Março, 20 de Fevereiro 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁷⁰⁰ Vinte e Cinco de Março, 17 de Fevereiro 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

⁷⁰¹ Vinte e Cinco de Março, BOLETIM – 28 de Fevereiro 1887.

⁷⁰² Vinte e Cinco de Março, 13 de Março 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁷⁰³ Vinte e Cinco de Março, 10 de Março 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁷⁰⁴ Vinte e Cinco de Março, 6 de Março 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁷⁰⁵ Vinte e Cinco de Março, 27 de Março 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-3

⁷⁰⁶ Vinte e Cinco de Março, 31 de Março 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁷⁰⁷ Vinte e Cinco de Março, 24 de Abril 1887 – Seção “Noticiário” – p. 2.

⁷⁰⁸ Vinte e Cinco de Março, 28 de Abril 1887 – Seção “Noticiário” – p. 2-3.

⁷⁰⁹ Vinte e Cinco de Março, 28 de Abril 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

destituição do cargo sido motivada pelos interesses políticos do conselheiro Thomaz Coelho.⁷¹⁰

Por fim, o *Vinte e Cinco de Março* afirma que o assassinato de Eurico Cassalho objetivava culpabilizá-los,⁷¹¹ pois ocorrera dois dias depois deles anunciarem que não mais recuariam, que não respeitariam as famílias e que, até mesmo, avisariam isso aos escravizados.⁷¹² Logo, ou eles realmente fizeram uso aberto da violência (o que não parece ser o caso, pois tinham uma carta comprovando um breve apoio de Cassalho à causa abolicionista⁷¹³), ou os escravistas responderam às ameaças dos abolicionistas com o assassinato, provando que não se intimidavam com estas, pois assassinavam até os seus, caso demonstrassem apoio à ideia da abolição.

A perseguição aos abolicionistas de Campos ocorria também em cidades vizinhas. Em viagem do Clube Indiano Goytacaz, no dia 31 de Julho de 1887, para Macaé, foram cercados por pessoas na chegada à cidade, mas conseguiram fugir seguindo no trem e refugiaram-se na estação Imbetiba; contudo, os sicários atacaram a população macaense.⁷¹⁴ Embora afirmassem não haver relação entre o Clube Abolicionista Carlos de Lacerda e o Clube Indiano Goytacaz, este sempre anunciara no jornal e muitos de seus membros eram conhecidos abolicionistas de Campos, como indica o atentado.⁷¹⁵ Para o *Vinte e Cinco de Março*, o atentado fora uma represália à exposição de Felipa, a escravizada surrada, cujo caso de violência recebeu destaque na imprensa local e na corte (através de transcrições do *Vinte e Cinco de Março*). A escrava foi declarada como posse do Visconde de Araruama que negou o fato e, posteriormente, reclamada pelo Barão de Quissamã, ambos importantes fazendeiros de Macaé. A insatisfação destes senhores levou-os a usar seu poder pessoal para intimidar os abolicionistas de Macaé e Campos. Sendo Macaé “uma fazenda da família Quissamã (...) como é que um acontecimento daquela ordem ali se poderia dar, sem conhecimento dos que atualmente dirigem a política e os destinos daquele povo?”⁷¹⁶ O poder local era tão explícito que, em um artigo do jornal macaense *Constitucional*, órgão do partido do visconde de Araruama, publicou-se explicitamente que os fazendeiros de Macaé e Quissamã se reuniram e decidiram impedir, por todos os meios, atos abolicionistas (capitaneados por Lacerda) em sua cidade.⁷¹⁷

Contudo, o mais importante atentado sofrido pelos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* ainda estava por ocorrer. Esta fora a invasão e destruição da tipografia do jornal em outubro de 1887. Ainda em agosto deste ano, sabendo do boato de que a sua redação seria arrombada por capangas e sicários, afirmaram, ironicamente, que decidiram abrir as portas e assim deixar por toda

⁷¹⁰ *Vinte e Cinco de Março*, 16 de Junho 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁷¹¹ *Vinte e Cinco de Março*, 24 e 27 de Fevereiro 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁷¹² *Vinte e Cinco de Março*, 20 de Fevereiro 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁷¹³ *Vinte e Cinco de Março*, 24 e 27 de Fevereiro 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁷¹⁴ *Vinte e Cinco de Março*, 4 de Agosto 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁷¹⁵ *Vinte e Cinco de Março*, 4 de Agosto 1887 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁷¹⁶ *Vinte e Cinco de Março*, 7 de Agosto 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁷¹⁷ *Vinte e Cinco de Março*, 11 de Agosto 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

a noite para que as arbitrariedades que vinham sendo feitas se operassem com menor dificuldade.⁷¹⁸ Procurados pelo delegado para zelar por sua segurança, mantiveram, ainda assim, a tipografia aberta toda a madrugada, não tendo nada acontecido. No dia seguinte, no entanto, garantem terem ouvido no bonde que, de fato, havia um plano de invasão da tipografia.⁷¹⁹ Mesmo diante deste fato e das muitas intimidações que sofriam, o jornal permaneceu fazendo suas denúncias, sendo a mais grave que o delegado Abreu Lima além de impedir a realização das conferências abolicionistas,⁷²⁰ recebia dinheiro diretamente do Clube da Lavoura para defender os interesses particulares daqueles que o pagavam. Abreu Lima foi à imprensa desmentir, mas o *Vinte e Cinco de Março* publicou uma prova do recebimento de dinheiro pago pelo chefe do Clube da Lavoura e uma declaração de gastos.⁷²¹ Esta grave denúncia é, também, relatada por Robert Toplin para quem os escravocratas de Campos, através do Clube da Lavoura, subsidiavam destacamentos da polícia, com intuito aberto de intimidar violentamente os abolicionistas da cidade.⁷²²

Em ato contínuo, o jornal traz, como capa, a tréplica do *Vinte e Cinco de Março* às falas do escrivão da delegacia (alferes José Francisco Corrêa) e dos tesoureiro (João Belisário Soares de Souza) e secretário (dr. Jeronimo Batista Pereira) do Clube da Lavoura. Afirmam escrever por responsabilidade jornalística, mas que a partir daí “o julgamento compet[ia] à opinião publica.” Rebatem ponto a ponto o que foi argumentado por seus interlocutores, demonstrando com a transcrição das leis os crimes cometidos. Num primeiro momento, o escrivão reconhece que recebia um salário mensal do Clube da Lavoura, entregue pelo secretário e autorizado pelo tesoureiro do clube, cometendo então o crime de peita, art. 130 do Código Criminal. Ele também afirmou ter recebido quantias maiores que o seu salário, enquanto o delegado, bacharel Abreu Lima, afirma que não sabia deste recebimento, pois este era feito clandestinamente. Mas os abolicionistas afirmam que mesmo que o delegado não tivesse ciência de tais fatos, o crime ocorria sob o seu comando, incorrendo o crime de Prevaricação e demandam por justiça.⁷²³

Diante destas denúncias e da luta do *Vinte e Cinco de Março* pela libertação de 13 mil cativos em Campos (que veremos em seguida), o atentado de 25 de Outubro faz bastante sentido. Neste segundo, e bem sucedido, atentado à tipografia, esta foi invadida e destruída por praças da polícia. O estrago foi suficiente para que o jornal não fosse publicado em novembro e dezembro de 1887, voltando apenas em janeiro de 1888. Segundo contam, soldados tentavam retirar das paredes do jornal a pintura do apelido depreciativo do comandante da força policial ('Capitão Peixe Frito').

⁷¹⁸ *Vinte e Cinco de Março*, 11 de Agosto 1887 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁷¹⁹ *Vinte e Cinco de Março*, 14 de Agosto 1887 – Seção “Noticiário” – p. 2-3.

⁷²⁰ *Vinte e Cinco de Março*, 29 de Setembro 1887 – Seção “Noticiário” – p. 2-3.

⁷²¹ *Vinte e Cinco de Março*, 9 de Outubro 1887 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁷²² TOPLIN, Robert Brent. op. cit.

⁷²³ *Vinte e Cinco de Março*, 13 de Outubro 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

Quando os abolicionistas os intimaram a se retirar, estes responderam atirando e os abolicionistas também. Tempos depois, os soldados retornaram com reforços e os abolicionistas fugiram.⁷²⁴

A versão apresentada por Hervé Rodrigues acrescenta outros fatos. Ele afirma que, durante a fuga, os abolicionistas abriram uma porta subterrânea para que os escravos acoitados na sede do jornal também pudessem escapar. Carlos de Lacerda fugiu sozinho para Macaé, de onde apanhou um navio para o Rio. Outros abolicionistas foram presos, a redação do jornal empastelada e suas máquinas quebradas. A confusão teria se estendido às ruas, por vários dias, acabando apenas com a intervenção do juiz municipal Godofredo Xavier da Cunha, que ordenou o recolhimento dos soldados ao quartel.⁷²⁵ Embora objetivassem destruir a luta abolicionista,⁷²⁶ o *Vinte e Cinco de Março* reafirma seu argumento de que este tipo de atitude, pelo contrário, a fortalecia. Da mesma forma que São Paulo executava sua libertação, Campos também a faria,⁷²⁷ pois a população da cidade demonstrara seu apoio ao jornal, indignada com o atentado.⁷²⁸

Surpreendentemente, o inquérito policial acusava os abolicionistas de atacarem os praças, e não o contrário, o que foi duramente criticado pelo jornal.⁷²⁹ Como ataque, o *Vinte e Cinco de Março* ofendeu publicamente a moral do delegado responsável pelo “infame inquérito” (o bacharel Abreu Lima)⁷³⁰ e criticou este inquérito, no qual eram réus os abolicionistas Adolfo Porto, Julio Armonde, Feliciano da Silva, Leopoldino Ferreira e José de Matos Sobrinho, acusados de atentar contra a vida dos praças. Baseados no código brasileiro e na opinião de analistas jurídicos, o periódico desqualificou o inquérito como omissivo e falso. Apesar de afirmar terem ocorrido prisões em flagrante delito, os abolicionistas presos foram capturados na casa de um deles, longe do local do crime; o inquérito não trazia a assinatura de nenhuma testemunha do flagrante, exigência primordial para executar-se o flagrante delito.⁷³¹ Também publicam a análise detalhada do inquérito, feita pelo Dr. Godofredo Xavier da Cunha, que contrapôs a perícia com os testemunhos e afirmou que o inquérito sequer cumprira a primeira exigência: mostrar a intenção dos agentes do crime. Como defesa, queriam provar que o inquérito foi todo forjado para incriminar os abolicionistas e que tudo no processo era falso: os acusados não foram presos em flagrante, os depoimentos não tinham valor, por fim, não havia crime de tentativa de assassinato e nem prova de que os acusados perpetraram ferimentos nas vítimas.⁷³² Por fim, após sofrerem o atentado, combaterem o inquérito

⁷²⁴ *Vinte e Cinco de Março*, 8 de Janeiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

Vinte e Cinco de Março, 2 de Fevereiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁷²⁵ RODRIGUES, Hervé Salgado. op. cit.

⁷²⁶ *Vinte e Cinco de Março*, 8 de Janeiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁷²⁷ *Vinte e Cinco de Março*, 12 de Janeiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁷²⁸ *Vinte e Cinco de Março*, 12 de Janeiro 1888 – Seção “A pedido” – p. 3

⁷²⁹ *Vinte e Cinco de Março*, 19 de Janeiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁷³⁰ *Vinte e Cinco de Março*, 22 de Janeiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1

⁷³¹ *Vinte e Cinco de Março*, 22 de Janeiro 1888 – Seção “25 de Março” – p. 1-2.

⁷³² *Vinte e Cinco de Março*, 26 de Janeiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2-3.

considerado fraudulento, os abolicionistas de Campos saíram vitoriosos, pois:

“o exm. sr. dr. Juiz de direito, acima de todas as paixões, de todos os ódios, colocando a imparcialidade do magistrado honesto, consciente de sua missão, confirmou o despacho de despronúncia, do dr. juiz municipal, por sua vez, escrevendo nesse processo, que será de vergonha eterna, arquivada no cartório crime”. (2 de Fevereiro 1888 – Seção “25 de Março” – p. 1-2).

Confiantes da vitória, afirmam que processariam o bacharel Abreu Lima pelo crime de dano, pediriam indenização pela destruição da tipografia,⁷³³ elogiam os magistrados que decidiram a seu favor e afirmam que os abolicionistas libertos ficariam para sempre na memória histórica.⁷³⁴

Em oposição, a versão exposta pelo *Monitor Campista* é bastante diferente. Descreve detalhadamente a destruição da tipografia com aparente imparcialidade, ressaltando as medidas tomadas pela polícia e as requeridas pelos advogados dos abolicionistas – Pedro Tavares e Cândido de Lacerda. Em seguida há uma clara indicação do que supunha-se ser a causa da invasão do jornal. Sob o título de “Incêndio de canaviais”, relatava que duas noites antes da invasão, ocorrera um “grande e violento incêndio em um dos maiores canaviais do Becco, do Sr. José de Araujo”, que julgam ter sido provocado, como outras várias vezes já haviam ocorrido.⁷³⁵ Esta arrumação das notícias não pode ser considerada pura coincidência. Ela indica aquilo que os responsáveis pelo *Monitor Campista* criam ser a razão dos eventos ocorridos na noite de 25 de outubro de 1887: o envolvimento dos abolicionistas com os incêndios. Em outras notícias, o jornal indica as causas apresentadas pela polícia para a invasão do jornal, falando de denúncias recebidas pelo delegado de que na sede do jornal escondiam-se muitas armas, o que provaram ser verdade com uma busca policial ao local. Nas entrelinhas, ficava a versão de que eram os abolicionistas os responsáveis pelo ocorrido, pois provocaram os senhores ao ascenderem os “fachos da abolição”, numa clara alusão à queima nos canaviais, ao buscarem fazer a abolição rápida e não natural. Como consequência trágica, acabaram com a paz da cidade.⁷³⁶

No dia 20 de Novembro de 1887, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* sofreram outro atentado. A polícia, na expectativa de impedir uma conferência abolicionista, gerou uma grande confusão nas ruas resultando no assassinato de uma mulher (Angelica Maria da Conceição) e no espancamento de populares, com graves ferimentos nos trabalhadores presentes. Na abordagem do *Vinte e Cinco de Março* para narrar tal episódio, fez-se uma interessante comparação com a polícia britânica, que diante de uma reunião de mais de mil operários na *Trafalgar Square*, e mesmo com as lutas operárias, a miséria, a questão irlandesa, não usou da força e não assassinou ninguém. Questionavam, assim, se a função da polícia era a de reprimir manifestações cujos interesses eram

⁷³³ Vinte e Cinco de Março, 2 de Fevereiro 1888 – Sem Seção – p. 2.

⁷³⁴ Vinte e Cinco de Março, 2 de Fevereiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁷³⁵ Monitor Campista, 26 e 27 de Outubro de 1887.

⁷³⁶ Monitor Campista, 27 de Outubro de 1887.

públicos e a necessidade do uso de armas letais, desenhadas para combater inimigos em guerra, para combater a população civil.⁷³⁷ Perguntas que, certamente, podemos fazer até hoje à nossa polícia.

Este fora o último atentado descrito no *Vinte e Cinco de Março*. No ano de 1888, a situação da cidade de Campos revertera-se completamente, com as fugas em massa levando à libertação da cidade. Porém, antes da vitória efetivada pela ação conjunta de abolicionistas e escravos, o jornal tentou, ainda em 1887, tornar a cidade livre da escravidão através de interpretações precisas da lei. Ou seja, até o último instante os abolicionistas de Campos lutaram por uma libertação vinda pelo cumprimento da lei, reservando para si a glória de serem os condutores desta abolição. Este caso da tentativa de libertação da cidade através das matrículas irregulares é o que analisaremos em seguida.

3.3.3. As matrículas irregulares e a (quase) libertação de Campos

A Lei Saraiva-Cotegipe tornava livres, condicionalmente, os escravos maiores de 60 anos e, incondicionalmente, os maiores de 65 anos. Era, portanto, imprescindível o conhecimento da idade dos escravos, o que resultou na imposição legal da matrícula de todos eles. Obrigação que foi postergada diversas vezes. Por fim, a data limite foi determinada para o dia 30 de março de 1887. Após este dia, o escravo que não estivesse regularmente matriculado tornava-se livre, independente da idade. Foi através desta matrícula que os abolicionistas de Campos lutaram pela libertação de muitos escravos, alegando filiação não declarada ou matrícula feita por pessoa não competente. No primeiro caso, não se podia saber se o escravo matriculado era africano, ou filho de africano reduzido à escravidão, se tivesse sido introduzido ilegalmente no país após 1831 (neste caso, a lei determinava a liberdade do cativo). Já a matrícula realizada por pessoa não competente era considerada nula e, sem matrícula, o escravo era tornado livre. Baseado nesta última condição, os abolicionistas de Campos declararam a cidade livre da escravidão, porque a quase totalidade das matrículas do município tinham sido feitas por terceiros, que não eram procuradores bastante⁷³⁸ dos senhores.⁷³⁹ Invocavam o fato de que o governo aprovara o ato do presidente do Paraná, que decretara nulas as relações de matrícula não assinadas pelos proprietários dos escravos ou por procuradores bastante, munidos de instrumento público com poderes especiais para tal fim. Espelhando-se no ocorrido, defendiam que se lá tinham sido libertos todos os escravos assim

⁷³⁷ Vinte e Cinco de Março, 8 de Janeiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁷³⁸ O *Vinte e Cinco de Março* informava que o governo decretara que as relações de matrícula não assinadas pelos proprietários de escravizados ou por procuradores bastante eram nulas. Explicitando serem procuradores bastante aqueles munidos de instrumento público com poderes especiais para tal fim. Embora a lei Saraiva-Cotegipe não afirmasse a nulidade da matrícula feita por pessoa incompetente, o jornal baseava-se no decreto n. 9.517, de 14 de Novembro de 1887, cujo art. 9º §1 diz que os livros de matrículas teriam que ser escritas conforme o modelo B, o qual “manda que as relações sejam assinadas pelo próprio senhor ou por alguém seu *procurador*.”

In: Vinte e Cinco de Março, 26 de Maio 1887 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁷³⁹ Vinte e Cinco de Março, 28 de Abril 1887 – “Noticiário” – p. 3.

matriculados, o mesmo teria que ocorrer em Campos. Muitas notícias detalhadas foram publicadas, afirmando que era o momento dos abolicionistas lutarem pela aplicação correta da lei, libertando 13 mil escravos com matrículas irregulares na cidade.⁷⁴⁰

Muitos foram os argumentos apresentados para que a nulidade destas matrículas fosse garantida, sendo o mais importante o argumento legal, pois a lei de 1885 era expressa e corroborava leis anteriores, ao dizer que na feitura de um documento oficial só pode representar o interessado ele mesmo ou procurador bastante. Logo, se os escravistas argumentassem contra isso estariam ameaçando o cumprimento de muitas outras leis e não só a Lei dos Sexagenários. Além disto, destacavam que a liberdade uma vez concedida por uma lei não poderia ser revogada por outra. Para reforçar este argumento, com a voz de autoridade o *Vinte e Cinco de Março* apresentou, por vários meses, artigos de profissionais gabaritados, como a decisão do Egrégio Tribunal da Relação do Distrito e a declaração de membros do Instituto dos Advogados, que afirmavam ser a matrícula de 30 de março de 1887 uma vergonha, pois provava o desrespeito com a lei de 1831 e também à lei de 1815, dado o tratado de Paris (de 30 de Maio de 1814). Portanto, só poderiam ser aceitas matrículas de africanos com mais de 75 anos, que automaticamente eram livres.⁷⁴¹

Diante deste cenário, o *Vinte e Cinco de Março* anunciava, ousadamente, que a única saída que restava aos senhores de Campos era a libertação total do município, pois assim não seria desorganizado o trabalho. Mas, se insistissem em manter na escravidão os poucos escravos que não foram nulamente matriculados, o resultado no trabalho seria trágico, pois a manutenção de alguns escravos convivendo com muitos libertos pela matrícula irregular, não renderia bons resultados.⁷⁴² Pediam aos escravistas que se unissem aos abolicionistas para salvar a lavoura, reafirmando que sempre lutaram pela prosperidade desta. Estavam tão confiantes na libertação da cidade que publicaram uma pequena nota convocando os senhores interessados em aprender sobre o trabalho livre que se dirigissem ao jornal: “ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO LIVRE / Podem os srs. fazendeiros, que quiserem tratar deste assunto, procurar o redator deste jornal, das 10 horas da manhã, às 2 da tarde.”⁷⁴³ Para incentivar os senhores reafirmam que outras localidades já haviam realizado a libertação com sucesso,⁷⁴⁴ e “por que Campos, que está a frente do progresso desta província, ainda tão retardada na questão escrava, não dará este grande exemplo, que a recomendará à historia e apressará o completo advento da liberdade no Brasil?”⁷⁴⁵ Reforçam o argumento reafirmando ser o trabalho livre a causa do progresso da Europa e dos Estados Unidos; garantindo

⁷⁴⁰ *Vinte e Cinco de Março*, 1º de Maio 1887 – Seção “*Vinte e Cinco de Março*” – p. 1-2.

⁷⁴¹ *Vinte e Cinco de Março*, 25 de Agosto 1887 – Seção “*Vinte e Cinco de Março*” – p. 2.

⁷⁴² *Vinte e Cinco de Março*, 1º de Maio 1887 – Seção “*Vinte e Cinco de Março*” – p. 1-2.

⁷⁴³ *Vinte e Cinco de Março*, 8 de Maio 1887 – Seção “Noticiário” – p. 2.

⁷⁴⁴ *Vinte e Cinco de Março*, 5 de Maio 1887 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁷⁴⁵ *Vinte e Cinco de Março*, 5 de Maio 1887 – Seção “*Vinte e Cinco de Março*” – p. 1.

que os libertos não se entregariam à ociosidade, à embriaguez ou ao crime como já provava a metade da escravaria de Campos que já havia sido liberta desde a matrícula de 1872,⁷⁴⁶ assim como garantem que não haveria falta de colonos, pois:

“se os braços do trabalhador escravo, tem sido suficientes para a lavoura existente do município, enquanto ela não se aumentar, esses mesmos braços poderão mantê-la. O escravo poderá abandonar a fazenda, onde esteve no cativo, mas procurará trabalho além, e estas substituições recíprocas manterá o trabalho sempre, com a mesma energia.” (5 de Maio 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.).

Por isso, concordamos com a fala de Robert Toplin, quando afirma que embora a abolição, em si tenha sofrido um recuo com a Lei Saraiva-Cotegipe, o movimento abolicionista não recuou. A escravidão dependia do desrespeito à lei, logo, a partir do momento que os escravistas passaram a impor a lei (pois a Lei dos Sexagenários tinha sido moldado para atender aos interesses deles), a própria instituição escravista perdeu sua base. O controle efetivo dos escravos dependia do poder do senhor de interpretar a lei de acordo com seus interesses. Com a Lei Saraiva-Cotegipe, quem passa a fazer isto são os abolicionistas, ao flexibilizar a interpretação de uma lei que detestavam, impuseram a forma de interpretá-la. E, mesmo que não tenha sido absoluta, esta interpretação tornou frequente decisões judiciais favoráveis à abolição, baseadas nas leis de 1831, 1871 e 1885.⁷⁴⁷

Os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* sabiam que estavam agindo através da inversão da intenção da lei de 1885, uma vez que aprovada para satisfazer os escravistas e manter o processo da abolição controlado pelo Estado, ela acabara possibilitando a efetivação da abolição fora do controle lento do governo. Afirmam que antes festejada pelos escravistas e até bem pouco tempo executada sem reclamações, agora ela efetivava a libertação total da cidade⁷⁴⁸ e ironicamente afirmam: “E viva a lei de 28 de Setembro de 1885! / Agora batam palmas aqueles que a vitoriam, quando foi promulgada!”⁷⁴⁹ E como que para garantir os seus objetivos, explicam, didaticamente, que uma nova matrícula não poderia ser feita, que o governo não poderia mudar a lei, apenas executá-la; e que a legislação não poderia criar uma exceção local, pois era uma lei geral, o que se agravava com o fato de que tendo ocorrido as mesmas irregularidades nas matrículas em Palmeiras (Paraná) e os escravos lá haviam sido libertos por ato do presidente da província.⁷⁵⁰

Neste cenário onde mais de 13 mil matrículas de escravos foram feitas ilegalmente, é possível imaginar os sérios embates ocorridos a respeito disto, em Campos e na corte. Apenas 3 dias depois do anúncio da libertação de Campos, Lacerda já se deslocara para a Corte a fim tornar o fato conhecido o suficiente para que os escravistas de Campos não o burlassem rápida e

⁷⁴⁶ Vinte e Cinco de Março, 5 de Maio 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁷⁴⁷ TOPLIN, Robert Brent. op. cit.

⁷⁴⁸ Vinte e Cinco de Março, 23 de Maio 1887 – Seção “Noticiário” – p. 2

⁷⁴⁹ Vinte e Cinco de Março, 12 de Maio 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁷⁵⁰ Vinte e Cinco de Março, 12 de Maio 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

clandestinamente. O *Vinte e Cinco de Março* afirmava ter sido a viagem de Lacerda à corte um pedido do senador Dantas e da Confederação Abolicionista, para discutir o assunto, assim como há uma pequena nota avisando que foi enviado à corte uma lista dos “novos libertos ilegalmente matriculados por seus ex-senhores.”⁷⁵¹ No dia 5 de maio estes fatos eram noticiados no *O Paiz*, que afirma que os senhores de Campos ameaçaram invadir as coletorias oficiais para destruir os livros de matrícula, mas foram impedidos pelos abolicionistas que os guardaram até que fossem enviados à presidência da província. Tal fato demonstra a ousadia e confiança dos abolicionistas de Campos na libertação da cidade através deste meio. Diferentemente do *O Paiz*, que precavia-se afirmando que os senhores poderiam ser bem sucedidos em sofismar a lei e manter os 13 mil libertos em cativeiro, ao mesmo tempo que coagiam o governo imperial, relembrando-o que garantiu o cumprimento da lei.⁷⁵²

Mais uma vez os abolicionistas intimidam as autoridades para o cumprimento da lei, sempre destacando que caso as matrículas irregulares fossem aceitas se cometeria um ato de exceção, que geraria consequências desastrosas, pois os escravos já estavam conscientes de sua condição de libertos,⁷⁵³ além de ferir o princípio da liberdade.⁷⁵⁴ O jornal também exige uma postura do conselheiro Thomaz Coelho na Câmara, criticando os pedidos de reescravização que este tinha feito a Cotegipe.⁷⁵⁵ Para reforçar seus argumentos noticia-se que poucos dias antes, tinham sido entregues à justiça dois escravos do deputado campista, que fora condenado pela Lei de Açoites, lei que ele também assinara, como a Lei dos Sexagenários. O jornal buscava, assim, demonstrar como as leis em prol da abolição eram desrespeitadas, mesmos pelos que as fizeram e mesmo aquelas pelas quais os escravistas tanto batalharam.⁷⁵⁶

Embora o *Vinte e Cinco de Março* insistentemente argumentasse que a libertação dos 13 mil escravizados não matriculados era certa e afirmasse a inoperância da manutenção da escravidão neste novo contexto⁷⁵⁷ sabiam que a força dos senhores poderia se impor a qualquer momento. Mas não se intimidavam e publicavam notas sobre restituições de liberdade, como a uma escrava de filiação desconhecida, mensagem aberta aos escravistas de que não importava o poder armado que acionassem, eles tinham a lei ao seu lado. Ainda no mesmo dia, noticiaram o caso de 42 escravizados menores de 50 anos, cuja filiação era dada como desconhecida, caso que continuaram acompanhando por algumas semanas. E ainda convocam escravos e libertos para comparecer no

⁷⁵¹ *Vinte e Cinco de Março*, 1º de Maio 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” e “Noticiário” – p. 2-3.

⁷⁵² *Vinte e Cinco de Março*, 5 de Maio 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁷⁵³ *Vinte e Cinco de Março*, 8 de Maio 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁷⁵⁴ *Vinte e Cinco de Março*, 8 de Maio 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁷⁵⁵ *Vinte e Cinco de Março*, 23 de Maio 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁷⁵⁶ *Vinte e Cinco de Março*, 19 de Maio 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁷⁵⁷ *Vinte e Cinco de Março*, 5 de Maio 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

jornal para obterem suas liberdades e de seus filhos, nota que também foi reproduzida por ainda mais duas semanas.⁷⁵⁸ Outra prova de que não se assustavam com as pressões foi a declaração de que fiscalizariam as denúncias de que havia senhores, que tentando burlar a libertação por matrícula nula, concedendo cartas de liberdade condicional.⁷⁵⁹ Posicionamento que demonstra a real possibilidade destes abolicionistas intervirem na conduta senhorial, desmascarando seus atos, que tentavam mostrar como bondade e eram, na verdade, controladores. Por fim, uma última evidência de que esta situação inquietava a cidade foi o aumento da tiragem do jornal passando de 800, no dia 15 de Maio, para 900 exemplares, no dia de 19 de Maio.

Ao mesmo tempo que os abolicionistas de Campos e da corte celebravam a libertação da cidade, garantindo salva-guardar qualquer tentativa de burlar a lei,⁷⁶⁰ é possível ver, num artigo transcrito da *Gazeta da Tarde*, que eles temiam não alcançar a libertação de Campos, pois comparam a inércia do ministro da agricultura, do presidente da Província e do “representante dos negreiros campistas” (Thomaz Coelho) diante das matrículas ilegais à pronta e ilegal atitude destes em prol dos senhores quanto aos incêndios nos canaviais em Campos. Receiam que a demora viesse às tentativas de esquematizar algum meio de não efetivar a libertação e, por isso, falam do terror instaurado pelos conservadores em Campos ameaçando a vida do funcionário encarregado das matrículas, confirmando que eles se certificaram da inexistência de procurações, antes de se pronunciar, logo, se estas aparecessem, naquele momento, seriam falsas.⁷⁶¹ O *Vinte e Cinco de Março* pede e recebe apoio dos membros da imprensa⁷⁶² e, mais uma vez, ameaça ceder à violência, caso o governo decidisse agir como no período do tráfico reduzindo homens livres à escravidão.⁷⁶³

A resposta dos senhores não demorou a aparecer. No dia 26 de Maio de 1887, o jornal debate duas cartas que circularam em outros jornais de Campos, uma afirmando que as matrículas foram assim feitas (por despachantes e sem procuração bastante) por recomendação do próprio coletor, que como oficial do governo deveria então ser o responsabilizado pelo erro e não os senhores que apenas ouviram a sua orientação. Outra argumentava que a lei de 28 de Setembro de 1885 não dizia como e nem por quem deveria ser feita a matrícula, apenas determinava que esta tinha que ser feita, diante do que argumentava-se ser um sofisma dos abolicionistas afirmar que as matrículas feitas por despachantes eram ilegais e, logo, nulas. Questionando se esta era uma postura do governo, o *Vinte e Cinco de Março* lembrava as autoridades de suas promessas de agir correta e obstinadamente em prol da liberdade e do cumprimento da lei. O clima de vigilância é reforçado

⁷⁵⁸ Vinte e Cinco de Março, 15 de Maio 1887 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁷⁵⁹ Vinte e Cinco de Março, 5 de Maio 1887 – Seção “Noticiário” – p. 3.

⁷⁶⁰ Vinte e Cinco de Março, 15 de Maio 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁷⁶¹ Vinte e Cinco de Março, 15 de Maio 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁷⁶² Vinte e Cinco de Março, 15 de Maio 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-3

⁷⁶³ Vinte e Cinco de Março, 15 de Maio 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

com a reprodução de artigos do *O paiz* e do *Diario de Noticias*, que argumentam que o governo estava demorando para solucionar a questão das matrículas irregulares em Campos e que o ministro da agricultura não poderia ir contra a lei. Concluem reproduzindo, em uma pequena nota, o número do artigo da lei que dizia que a matrícula dos escravos tinha que ser “assinadas pelo próprio senhor ou por alguém seu procurador”.⁷⁶⁴

A resposta do conselheiro Thomaz Coelho é ainda mais criticada. Segundo informam, este teria justificado a possibilidade de não nulificar estas matrículas porque outras matrículas irregulares haviam sido aceitas em 1871. Como resposta, os abolicionistas questionavam se só porque um crime não foi descoberto na primeira vez que foi cometido, deixa de ser imputável aquele que o comete uma segunda vez.⁷⁶⁵ Como forma de pressionar o representante campista, transcrevem, em caixa alta, um ofício inteiro do deputado, publicado enquanto ministro da agricultura, em 1878, em que exigia a liberdade de uma escravizada cuja matrícula havia sido feita “à rogo de”, afirmando que a mudança de postura do deputado não se devia a uma mudança pessoal, mas do tempo; agora o conselheiro tinha que agir de acordo com seus interesses particulares, com as conveniências, mas reafirmam:

“São pois livres os escravizados que foram dados à matrícula em relações assinadas por pessoas incompetentes.

Não são os abolicionistas que o declaram, é o ministro da agricultura Thomaz Coelho, em um aviso de 17 de Julho de 1875, quem o afirma, embora o deputado Thomaz Coelho, em 1887, queira que a jurisprudência do aviso do ministro não seja a mesma do discurso do deputado.” (5 de Junho 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1).

Como última cartada, o *Vinte e Cinco de Março* traz uma série de artigos do dr. Ennes de Souza, em que rebate as justificativas apresentadas contra a libertação dos “13 mil brasileiros de Campos”, dado às exigências da lei de 1885,⁷⁶⁶ fala da falta de fundamento ao alegar desconhecimento das exigências legais para a coleta das matrículas⁷⁶⁷ e, por fim, apresenta como um agravante a aceitação das matrículas irregulares de 1871, principalmente porque o presidente da província e Thomaz Coelho já haviam declarado livres, escravos não matriculados, ou com matrículas nulas, em oportunidade anteriores.⁷⁶⁸ Mesmo que o *Vinte e Cinco de Março* ainda publicasse notícias citando a liberdade para escravos com filiação desconhecida e matrículas irregulares ou sem matrículas, em fins de julho de 1887, é possível perceber que os abolicionistas sabiam que, infelizmente, as manobras políticas dos escravistas seriam vitoriosas na manutenção destes 13 mil cidadãos de Campos na escravidão.⁷⁶⁹ Assim, voltam a seu argumento apelativo da

⁷⁶⁴ Vinte e Cinco de Março, 26 de Maio 1887 – Seção “A pedido” – p. 3.

⁷⁶⁵ Vinte e Cinco de Março, 2 de Junho 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

⁷⁶⁶ Vinte e Cinco de Março, 9 de Junho 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁷⁶⁷ Vinte e Cinco de Março, 5 de Junho 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁷⁶⁸ Vinte e Cinco de Março, 12 de Junho 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁷⁶⁹ Vinte e Cinco de Março, 31 de Julho 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

possibilidade de uma resposta violenta, pois Lacerda afirma não crer ter forças para reter a ação dos 13 mil libertos que o governo queria manter na escravidão ilegal.⁷⁷⁰

Três meses depois do anúncio feito no *Vinte e Cinco de Março* da libertação da cidade de Campos, o ministro da agricultura expediu um aviso considerando válidas as matrículas irregulares feitas na cidade, fato criticado pelo desrespeito à Lei Saraiva-Cotegipe e pela decisão ter sido tomada pelo executivo e não pelo judiciário, como cabia.⁷⁷¹ A única vitória foi a moção de censura do senado, que mesmo não tendo consequências práticas demonstrava a falta de apoio moral ao ato governamental, por isso recomendavam a realização de *meetings* até que aquele gabinete ministerial saísse.⁷⁷² Após a decisão arbitrária, restou aos abolicionistas unicamente o argumento da rebelião escrava⁷⁷³ e incentivar à população para que se revoltasse.⁷⁷⁴ Por fim, os abolicionistas lavam suas mãos ao afirmar que sua obra estava feita e aparentam indignação com a postura dos escravos em permanecer nas fazendas, mesmo surrados, depois da Lei de Açoites e, agora, com as matrículas irregulares. A responsabilidade da libertação total era, neste momento, entregue somente aos escravos. Os abolicionistas afirmam que por estes reescravizados não pleiteariam nenhuma ação de liberdade, expondo suas vidas e de suas famílias, pois brigavam por escravos, mas não por livres.⁷⁷⁵

Neste sentido a postura dos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* difere daquela descrita por Lilia Schwarcz, para quem os abolicionistas não se envolviam com escravos por considerá-los incapazes de ações políticas e somente com a radicalização das ações escravas e a inevitabilidade da abolição esta separação teria acabado.⁷⁷⁶ Também discordamos de Célia Maria Marinho que, embora considere que a campanha abolicionista possa ter repercutido entre os escravos, concorda com Schwarcz ao afirmar que somente com o aumento das fugas em massa é que o abolicionismo radicalizou-se. A autora ainda destaca a participação eficiente e autônoma dos escravos no período final da escravidão, afirmando que os abolicionistas objetivavam apenas o progresso.⁷⁷⁷

Embora discordemos de José Murilo de Carvalho quando afirma que a abolição só se concretizou dada à intervenção do governo, movido por pressões internacionais e pelo medo desta ocorrer sem o controle da elite, concordamos quando afirma que a obra de Joaquim Nabuco, mesmo acrescentando pouco à argumentação abolicionista de José Bonifácio, trouxera o apoio de uma emergente opinião pública capaz de sustentar a luta abolicionista.⁷⁷⁸ Ponto sobre o qual também

⁷⁷⁰ Vinte e Cinco de Março, 4 de Agosto 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2-3.

⁷⁷¹ Vinte e Cinco de Março, 7 de Agosto 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

⁷⁷² Vinte e Cinco de Março, 18 de Agosto 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

⁷⁷³ Vinte e Cinco de Março, 11 de Agosto 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

⁷⁷⁴ Vinte e Cinco de Março, 21 de Agosto 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2-3.

⁷⁷⁵ Vinte e Cinco de Março, 25 de Agosto 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁷⁷⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. op. cit., 1987.

Idem. op. cit., 1993.

⁷⁷⁷ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. op. cit., 1987, p. 201.

⁷⁷⁸ CARVALHO, José Murilo. op. cit.

concordam Emília Viotti,⁷⁷⁹ Humberto Machado,⁷⁸⁰ Rebecca Bergstresser⁷⁸¹ e Lúcia Bastos,⁷⁸² para quem uma série de movimentos urbanos, populares, formados por setores das camadas médias pressionaram os escravistas a aceitar a realidade da abolição, contribuindo para a sua concretização.

Indo além, concordamos com Hebe Mattos,⁷⁸³ Cláudia Santos,⁷⁸⁴ Maria Helena Machado⁷⁸⁵ e Lana Lage⁷⁸⁶ quando afirmam que foi a inter-relação entre as práticas abolicionistas, a movimentação popular e as ações escravas que levaram à abolição. Neste ponto, destacamos a fala de Hebe Mattos sobre o elemento surpresa em que se constituiu a participação dos escravos no processo que culminou na abolição, ao levar imprevisibilidade ao processo.⁷⁸⁷ Maria Helena Machado afirma que através da crescente participação popular, as estratégias emancipacionistas e gradualistas perderam força. Destacaram-se, neste contexto, o movimento liderado por João Clapp e os movimentos sociais que explicitavam a insatisfação dos escravos com a abolição gradual, pois escravos, forros e homens livres pobres participaram ativamente na desconstrução da instituição escravista.⁷⁸⁸ Baseada em relatórios do chefe de polícia da província do Rio de Janeiro, Lana Lage descreve o movimento escravo em Campos, provando a sua intensa ação conjunta ao movimento abolicionista, sendo o ano de 1887 o mais violento dada a multiplicação de conflitos e a intensificação da rebeldia negra que “manifestando-se efetivamente como um movimento articulado, espalhava-se pelo município, aterrorizando os fazendeiros.”⁷⁸⁹ A autora afirma que foi através do contato com o abolicionismo que os atos dos escravos tomaram a forma de um movimento articulado.⁷⁹⁰

Por isso, afirmamos que o movimento abolicionista campista estava totalmente imbricado com a ação escrava, a todo momento a incitando e os acolhendo quando agiam. Não apresentaram uma postura de tutela com relação aos escravos, desde o princípio iam as fazendas e os motivavam a abandoná-las e, mesmo que tenham tomado esta atitude sempre resguardados pela lei (inicialmente recolhiam somente os escravos torturados, tendo motivado as fugas coletivas apenas após o caso das 13 mil matrículas nulas e as fugas em massa em São Paulo), nunca deixaram de esperar dos escravos a sua participação na desestruturação da escravidão. Contudo, não devemos

⁷⁷⁹ COSTA, Emília Viotti da. op. cit., 2008.

⁷⁸⁰ MACHADO, Humberto Fernandes. op. cit., 1991.

⁷⁸¹ BERGSTRESSER, Rebecca Baird. **O Movimento pela Abolição da Escravidão no Rio de Janeiro**, Brasil, 1880-1889. Stanford : Tese da Universidade de Stanford, 1973.

⁷⁸² NEVES, Lúcia Maria Bastos; MACHADO, Humberto Fernandes. **O império do Brasil**. Rio de Janeiro: Novas Fronteira, 1999.

⁷⁸³ MATTOS, Hebe. op. cit., 1998.

⁷⁸⁴ SANTOS, Cláudia Regina dos. op. cit., 2000.

⁷⁸⁵ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. op. cit., 2010b.

⁷⁸⁶ LIMA, Lana Lage. op. cit.

⁷⁸⁷ MATTOS, Hebe. op. cit., 1998, pp 233-234.

⁷⁸⁸ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. op. cit., 2010b.

⁷⁸⁹ LIMA, Lana Lage. op. cit, 1981, p. 131.

⁷⁹⁰ Idem, Ibidem, p. 139.

minimizar a visão destes abolicionistas de que agiam como condutores desta prática dos escravos e mesmo quando esta se tornou a causa mais óbvia da vitória da abolição, em Campos, os redatores do *Vinte e Cinco de Março* fizeram questão de destacar sua luta por este momento culminante.

“A abolição imediata será feita, ou pelos legisladores, ou pelos próprios escravizados, e a justiça da história quer que os louros caibam não aos que fazem o papel das aves do céu do Evangelho, mas aos trabalhadores que deram tudo pela santa causa da fraternidade.” (Vinte e Cinco de Março, 22 de Abril 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1).

3.4. A vitória abolicionista em 1888

3.4.1. O Partido Abolicionista

As sugestões político-eleitorais expressas pelos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* não foram consistentes ao longo dos anos, uma vez que lançaram e desistiram da candidatura do próprio Carlos de Lacerda, apoiaram a candidatura de seu irmão Antônio de Lacerda, apoiaram o partido liberal, isentaram-se de qualquer apoio partidário, demonstraram apoio à ideia republicana e, constantemente, atacaram o deputado conservador do município de Campos, o conselheiro Thomaz Coelho. Mas para além destas variações, a opção política destes homens foi bastante clara, pois desde os primeiros meses do jornal apoiavam o abolicionismo acima de qualquer posição político-partidária.

“Atualmente, no Brasil, os partidos liberal e conservador foram substituídos pelos abolicionistas e escravagista.

Concorram os abolicionistas, para que seja eleito um escravagista, sob o rótulo de liberal ou conservador, que será um erro, cujas consequências hão de lamentar.

Nada de concessões; porque aos abolicionistas não as fazem os seus adversários, sendo melhor evitar uma desgraça do que depois, sem remédio, lamentá-la.

(...) Não dê o abolicionista guarida ao escravagista, ainda mesmo sob o apelido de emancipador, porque este àquele o não dará.

Unam-se, reunidos trabalhem todos os abolicionistas pelos seus candidatos, sem por qualquer motivo, desviarem um só voto, que quando não haja probabilidade de vencimento, restar-nos-á a satisfação de uma grande glória:

A união do partido abolicionista em Campos.” (7 de Agosto 1884 – Seção “25 de Março” – p. 1).

Embora, inicialmente, filiados ao partido liberal, não foram raros os artigos críticos a este no *Vinte e Cinco de Março*, devido seu desrespeito à lei, fazendo uso da polícia, como na invasão da casa de Lacerda, à busca de escravizados acoitados.⁷⁹¹ Também denunciaram nominalmente liberais de Campos, após se desligarem do partido, afirmando que agiam piores que escravagistas.⁷⁹² Desta forma, reforçavam o argumento de que não se aliavam com nenhum partido, mas com a causa

⁷⁹¹ Vinte e Cinco de Março, 4 de Setembro 1884 – Seção “25 de Março” – p. 1.

⁷⁹² Vinte e Cinco de Março, 16 de Abril 1885 – Seção “25 de Março” – p. 1

abolicionista⁷⁹³ e, por isso, reconheciam a importância histórica de quem fizesse a abolição, sem ceder a quaisquer lutas partidárias.⁷⁹⁴

Se a postura diante do partido liberal era imprecisa, a leitura do jornal não deixa dúvidas quanto às críticas ao político conservador campista, entre os quais destaca-se o conselheiro Thomaz Coelho, constantemente mencionado, dadas as suas posições políticas de defesa da escravidão, afirmando-se que este colocava os interesses particulares escravistas acima do bem público.⁷⁹⁵ O jornal também lhe atribui a responsabilidade dos atos arbitrários da polícia.⁷⁹⁶ Embora os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* tenham sido membros do partido liberal, cremos que estas críticas ao maior representante do político conservador campista não se deviam a questões político-partidárias, mas sim ao seu posicionamento quanto à abolição. Consideramos ser esta a razão, pois quando os liberais agiam contrariamente à abolição, as críticas não eram mais brandas. Mesmo tendo sido mais frequentes as críticas a Thomaz Coelho cremos que esta abundância deveu-se ao seu importante papel na política nacional e a sua capacidade de intervir pela abolição e não motivado por uma perseguição política. Para comprovar esta nossa postura de que as críticas não se restringiam aos conservadores, temos, por exemplo, o fato de que após a retirada do Sr. dr. Manoel Rodrigues Peixoto da liderança do partido liberal em Campos, os abolicionistas a comemoraram, pois a ele atribuíam o período de queda do partido e a consequente perseguição do jornal.⁷⁹⁷ Constantemente criticavam membros do partido liberal por usar a polícia para interesses particulares, inclusive com intenções políticas.⁷⁹⁸

Com frequência, também criticavam o governo imperial, em especial após a troca de gabinetes em 1885. Mencionavam ainda a política dúbia da regente de libertar Petrópolis e manter Cotegipe na corte⁷⁹⁹ e a falta de atitude da regente quanto aos ataques aos abolicionistas.⁸⁰⁰ Reprovavam o fato de que podendo a imperatriz agir mais energicamente, usando o seu poder, nada fazia pela abolição⁸⁰¹ pelo menos não até 10 de Março de 1888, quando Cotegipe saiu do poder. A partir da queda do gabinete Cotegipe, passaram a apoiar o governo, pois acreditam que aquele era o momento de apoiar quem quer que estivesse fazendo a abolição. Era momento de apoiar o partido abolicionista, mesmo que a abolição estivesse sendo conduzida por um ministro conservador e aprovada por uma regente imperial. Por isso, reafirmamos que acima das críticas aos partidos

⁷⁹³ Vinte e Cinco de Março, 22 de Fevereiro 1885 – Seção “25 de Março” – p.2.

⁷⁹⁴ Vinte e Cinco de Março, 19 de Março 1885 – Seção “25 de Março” – p. 1-2.

⁷⁹⁵ Vinte e Cinco de Março, 1º, 4 e 8 de Abril 1886 – Seção “25 de Março” – p. 1.

⁷⁹⁶ Vinte e Cinco de Março, 1º de Abril 1886 – Seção “25 de Março” – p. 1.

⁷⁹⁷ Vinte e Cinco de Março, 21 de Outubro 1886 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

⁷⁹⁸ Vinte e Cinco de Março, 2 de Julho 1887 – Seção “25 de Março” – p. 1.

⁷⁹⁹ Vinte e Cinco de Março, 4 de Março 1888 – Seção “Semana Política” – p. 2-3.

⁸⁰⁰ Vinte e Cinco de Março, 19 de Fevereiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁸⁰¹ Vinte e Cinco de Março, 29 de Março 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

conservador, liberal e até republicano, vê-se claramente o apoio do *Vinte e Cinco de Março* à abolição como o ideal. Neste sentido, a fala de Nabuco é fundamental para estabelecer o partido abolicionista como o guia da luta libertária, pois era necessário a luta pela abolição total e também pela democratização da terra, como demonstra o trecho abaixo:

“A luta, porém, esta longe do seu termo: o abolicionismo é uma revolução, ao mesmo tempo do trabalho e da terra, que só pode acabar pela democratização do solo, isto é, pela constituição definitiva da nação brasileira.

É nessa certeza que nós devemos organizar como um grande partido que hoje somos. O ano de 1887 deve ser o primeiro ensaio para essa organização de um partido abolicionista, não somente da escravidão mas também de todos os seus contrafortes, a começar pelo monopólio territorial.

(...) Entre nós o partido abolicionista (...) o partido da colocação definitiva do morador da terra que ele cultiva, o partido das garantias efetivas da população agrícola, escravizada com a terra.” (6 de Janeiro 1887 – “Vinte e Cinco de Março” – p. 2).

No ano de 1887, Joaquim Nabuco recomendou maior intensidade ao movimento, com mais associações, maiores centros de discussão e maior empenho em tornar o escravo efetivamente livre. Segundo ele, os correligionários estariam entre os verdadeiros liberais e republicanos humanitários.⁸⁰² Em maio do mesmo ano, o *Vinte e Cinco de Março* também discutiu a criação do partido abolicionista, que teria como estandarte a abolição, que “contava no seu seio liberais e conservadores.”⁸⁰³ Fato que ocorrera após criticarem a postura do partido liberal de Campos, que propusera, como candidato à Câmara, Manoel Rodrigues Peixoto, homem de sabida postura contrária à abolição. Mas, ainda assim, os abolicionistas garantem aos seus partidários a liberdade de votar no candidato que melhor lhe aprovessem, mas estes deveriam estar cientes de que o partido abolicionista recomendava a abstenção.⁸⁰⁴ Como as críticas ao partido liberal não eram interrompidas, sempre direcionando-se à inércia diante da questão da escravidão, tornava-se, cada vez mais comum, o apoio único à abolição e não mais aos partidos. Inclusive quando se coloca a questão da república, os textos (em geral transcritos) publicados no jornal afirmam ser o primeiro passo da implementação da república, a própria abolição da escravatura. Neste sentido, transcrevem uma série de artigos do dr. Ennes de Souza, em que aconselha a partir de sua postura pessoal, o apoio incondicional à causa da abolição:

“A questão social independe da questão política, sendo esta uma função daquela.

Considero, com efeito, a abolição da escravidão como a questão social que deve em nosso país ser resolvida antes de toda e qualquer outra. (...) e para o fim de resolver no mais breve prazo, me ligo com todos que assim pensam: com meus concidadãos sem indagar de suas opiniões políticas, de sua procedência ou de sua posição social, e isso sem temor de que me acusem de deserção partidária”. (24 de Agosto 1887 – Seção “25 de Março” - p. 2 e 3).

Neste e em outros textos fica claro que o ideal republicano começava com a abolição, ou

⁸⁰² Vinte e Cinco de Março, 6 de Janeiro 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

⁸⁰³ Vinte e Cinco de Março, 7 de Maio 1887 – Seção “25 de Março” – p. 1-2.

⁸⁰⁴ Vinte e Cinco de Março, 2 de Julho 1887 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

seja, os abolicionistas não negociam com escravagistas; primeiro era preciso o fim da instituição escrava, para depois se pensar em república. Isso não significa que a menosprezassem, pois afirmavam que a república e a democracia aspiram à paz, à ordem aliada à liberdade (a liberdade para o desenvolvimento da ordem).⁸⁰⁵ Neste sentido, é importante destacarmos que o jornal sempre expressara apoio às ideias republicanas, mesmo que, somente em 1888, o partido republicano tenha ganhado espaço regular na publicação. Neste ano foi criada uma nova seção, “Livro do Povo”, com a transcrição do livro “Manual Republicano de Julio Barni”. Ao falar da escolha deste livro para a nova seção deixam claro o seu apoio ao republicanismo, pois afirmam que neste livro estavam expressas “todas as questões políticas, discutidas sob o ponto de vista verdadeiramente democrático (...) adaptado principalmente para instruir o povo em assumptos que ele tem necessidade de conhecer e bem compreender e exercer seus direitos.”⁸⁰⁶

Mas, o *Vinte e Cinco de Março* reforçava a ideia de que a república só poderia ser implementada após a abolição. Discurso que foi potencializado pela libertação de São Paulo, quando além de demandar a ação dos senhores campistas, os abolicionistas passaram a reafirmar o seu apoio ao partido abolicionista, uma vez que enquanto os outros partidos negociavam posições em troca de cadeiras, eles lutavam, incessantemente, por seus ideais, por sua única aspiração: a abolição. Por isso, aceitar a abolição não importava de onde viesse, “sem discutir a sua procedência; será sempre benéfica a mão que operar este grande saneamento social.”⁸⁰⁷

O jornal campista reproduz artigos de Joaquim Nabuco discutindo a feitura da lei da abolição pelo partido conservador, afirmando não ser isto razão suficiente para que a glória da luta abolicionista fosse ofuscada pelos conservadores. Nabuco destacava que a lei não sobrepuja-se aos feitos dos abolicionistas e nem ao recente ato da princesa, que deixara aos conservadores duas opções, ou fazer a abolição, ou sair e dar o poder aos liberais. Mas, propondo o partido conservador um projeto de abolição imediata e incondicional, seria estupidez dos liberais votar contra, e agindo como corpo independente, que não se confunde com os conservadores, só porque eles acharam conveniente fazer a abolição, deveriam sempre votar a favor da libertação, pois o importante era “salvar os escravos, que não são liberais, nem conservadores e não fazem questão de quem sejam os seus salvadores.”⁸⁰⁸ Nabuco afirma que os conservadores acabavam por fazer as reformas, porque faziam os jogos de poder e só aprovavam quando podiam ter a glória de tê-las feito, enquanto os liberais não se prestavam a estes jogos, a eles interessava que as reformas fossem feitas; afirmando que 1888 seria 1822 para os escravos.⁸⁰⁹ Diante do que fica claro que os abolicionistas realmente

⁸⁰⁵ Vinte e Cinco de Março, 11 de Abril 1886 – Seção “A Monarquia ou a republica?” – p. 1-2.

⁸⁰⁶ Vinte e Cinco de Março, 8 de Janeiro 1888 – Seção “Livro do Povo” – p. 3.

⁸⁰⁷ Vinte e Cinco de Março, 5 de Fevereiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁸⁰⁸ Vinte e Cinco de Março, 29 de Abril 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

⁸⁰⁹ Vinte e Cinco de Março, 29 de Abril 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

colocavam a abolição acima das opções partidárias, sem jamais deixar ser esquecido ou menosprezado o seu papel para a efetivação da abolição, em oposição ao oportunismo político que outros (em especial os conservadores) faziam da lei.

3.4.2. Lei Áurea e a memória abolicionista

Quando surgiram os primeiros reais sinais de que o governo Cotegipe iria ser desfeito, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* começaram a se sentir, verdadeiramente, próximos da vitória final, do coroamento da sua luta. Entendiam que o resultado das eleições senatoriais em 1887 deixava claro que Cotegipe perdera todo o apoio popular e também das casas legislativas. Como governava sem nação, os abolicionistas passaram a afirmar que o trono da princesa regente estava ameaçado com a manutenção do ministro e pedem uma ação direta desta em prol da abolição,⁸¹⁰ criticando-a por sua postura dúbia, fazendo a libertação em Petrópolis, ao mesmo tempo que, na Corte, deixava-se controlar por ministros, que não caminhavam em direção à libertação nacional.⁸¹¹ Diferentemente, Eduardo Silva afirma que foi o apoio da regente ao abolicionismo e a proteção cedida ao quilombo do Leblon a razão porque muitos intelectuais e abolicionistas se manifestassem na corte. Para Silva, embora recebendo críticas dos parlamentares, a princesa implementou a batalha das flores, em Petrópolis, como sinal do seu apoio pessoal “à proposta da abolição imediata e sem indenização aos proprietários.”⁸¹² Percepção completamente diferente daquela sustentada pelos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* quanto ao posicionamento da princesa, a quem tanto criticavam devido à manutenção de Cotegipe. Por isso, quando este saiu, Lacerda e seus companheiros muito comemoraram, confiantes de que o novo governo não poderia fugir da questão da abolição imediata.⁸¹³ Pedem a todos os abolicionistas total apoio ao novo ministério, independente deste ser um governo conservador, pois o apoio era à abolição.⁸¹⁴ A cada novo passo no encaminhamento da lei da abolição comemoravam como uma vitória do próprio movimento, mesmo que, precavidos, ainda em 3 de Maio de 1888, pedissem cautela pois a abolição ainda não estava feita.⁸¹⁵

Quando a realidade da abolição tornou-se nacional, quando já não havia mais meios para os escravistas lutarem contra ela, o *Vinte e Cinco de Março* começou a comemorar, estavam certos da vitória quando a proposta de lei foi apresentada pelo governo. Esta foi transcrita, em negrito, no jornal, sendo descrita em detalhes, destacando-se o entusiasmo com que fora recebida por

⁸¹⁰ *Vinte e Cinco de Março*, 22 de Janeiro 1888 – Sem Seção – p. 3.

⁸¹¹ *Vinte e Cinco de Março*, 4 de Março 1888 – Seção “Semana Política” – p. 2-3.

⁸¹² SILVA, Eduardo. *op. cit.*, 2003, p. 39.

⁸¹³ *Vinte e Cinco de Março*, 8 de Março 1888 – Sem Seção – p. 3.

⁸¹⁴ *Vinte e Cinco de Março*, 18 de Março 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

⁸¹⁵ *Vinte e Cinco de Março*, 3 de Maio 1888 – Sem Seção – p. 2-3.

parlamentares e pela população. Afirmam ainda que era devido à luta incansável dos abolicionistas que o país tinha feito a abolição sem uma luta sangrenta. “Resta-nos, apenas, a nós abolicionistas, congratularmos-nos com a Pátria, porque realiza entre risos, flores e bençãos a maior das revoluções sociais.”⁸¹⁶

Após a aprovação da Lei Áurea, sem deixar de criticar os únicos e últimos resistentes ao projeto de lei e àqueles que antes os taxavam de anarquistas (e hoje eram obrigados a reconhecê-los como verdadeiros apoiadores da lavoura), elogiam a aprovação da lei vividamente, afirmando que esta caminhara em direção ao anseio nacional.⁸¹⁷ Imediatamente começam a planejar os festejos, convocando toda a população para celebrar a libertação nacional, destacando não ser esta uma comemoração partidária, mas da pátria.⁸¹⁸ No dia 18 de Maio o jornal celebra a assinatura da lei trazendo um layout completamente diferente para o *Vinte e Cinco de Março*. Saudava-se “jubiloso à Pátria livre”, trazendo unicamente, em toda a primeira página do jornal, a transcrição da lei, e nas outras folhas do jornal a descrição das festas na Corte, em Campos e também transcreviam-se telegramas de todo país relatando as suas festas.⁸¹⁹ Para eles, a festa não encerrava as atividades abolicionistas, agora era preciso seguir para as outras reformas, como se vê no trecho abaixo:

“Foram restituídos à liberdade os escravizados; abolida se acha a escravidão no Brasil. Daí porém, não se segue que a nossa missão se ache concluída.

(...) Houve apenas uma transformação e nada mais.

Ontem, lia-se em suas largas dobras – Liberdade aos escravos – hoje, lê se – Proteção aos libertos e ingênuos.” (24 de Maio 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1).

A não concretização de nenhum destes muitos planos e projetos para a lavoura, para o liberto e para o Brasil (os quais foram expostos no capítulo anterior) se devem a razões que ultrapassam o período de vida do jornal. Mas estes abolicionistas já tinham previsto uma reação conservadora após a concretização da abolição. Neste sentido, embora os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* apoiassem o republicanismo, não apoiavam incondicionalmente o partido republicano. Mesmo reconhecendo o apoio deste à abolição, denunciaram o fato de que alguns escravistas buscavam se esconder dentro do partido para com isso, talvez, combater a vitória total da abolição.⁸²⁰ Entendemos esta crítica como uma previsão, pois, como afirma Robert Conrad, muitos abolicionistas almejavam reformas mais amplas após o fim da escravidão, contudo a não concretização destas deveu-se à dispersão do movimento abolicionista mais radical após a instauração da República, à reação dos ex-escravocratas após a abolição e à consequente restauração do espírito e organização da política e economia com o golpe militar de 15 de

⁸¹⁶ *Vinte e Cinco de Março*, 10 de Maio 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

⁸¹⁷ *Vinte e Cinco de Março*, 13 de Maio 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

⁸¹⁸ *Vinte e Cinco de Março*, 13 de Maio 1888 – Sem Seção – p. 3.

⁸¹⁹ *Vinte e Cinco de Março*, 18 de Maio 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2-3.

⁸²⁰ *Vinte e Cinco de Março*, 19 de Abril 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1-2.

Novembro de 1889.⁸²¹

Richard Graham afirma que, entre as várias razões para a queda do Império Brasileiro, está o medo que os escravistas tinham da reforma agrária proposta por alguns abolicionistas. Estes teriam aderido ao movimento republicano porque se as estruturas políticas do Império não tinham sido fortes o suficiente para impedir a abolição, também não seriam para impedir a reforma agrária. Temendo a continuidade das transformações, procuraram o partido republicano como alternativa, pois o Imperador era fraco e a estrutura partidária caótica e, “embora houvesse riscos em tomar partido pelos republicanos, julgavam que estes eram menores do que aqueles que adviriam na confrontação com o Império.”⁸²² Por isso, afirmamos que os latifundiários não ficaram inertes diante dos discursos que consideravam anárquicos e revolucionários. Após a vitória da abolição, com a instabilidade do governo imperial (que fazia reformas para conter o anti-imperialismo), muitos ex-senhores conservadores, voltaram-se para a República, assustados com os pedidos de um imposto territorial. “Os latifundiários decretaram a abolição para evitar uma mudança real e agora iriam apoiar a República pela mesma razão.”⁸²³ Posição compartilhada por Cláudia Santos, que afirma terem os escravistas latifundiários lutado contra a abolição e para que esta não redundasse em mudanças nas estruturas socioeconômicas e em melhores condições para o liberto.⁸²⁴ Como o Imperador havia demonstrado ser a favor destas reformas havia mais um motivo para o rompimento dos proprietários com a monarquia.⁸²⁵

Rebecca Bergstresser afirma que os próprios abolicionistas perceberam que “a força republicana era um produto quase exclusivo da retaliação da agricultura.”⁸²⁶ E confirma o posicionamento do *Vinte e Cinco de Março* e de José do Patrocínio, não de abandono do “idealismo republicano, mas da política do partido de apelar para elementos conservadores e aristocráticos, que pouco, ou nada, tinham em comum com o programa liberal do partido.”⁸²⁷ Em especial quando perceberam que reformas para além da abolição não eram desejadas por todos os membros do partido, os quais estavam prontos a abandonar os libertos à própria sorte. Por isso, romperam com os republicanos, pensando que a abolição incondicional e sem indenização abrisse o caminho no partido conservador, e até na monarquia, para outras reformas. Para a autora, os constantes embates entre a Guarda Negra (em apoio à monarquia) e republicanos provavam que as elites rurais não desejavam aceitar a autonomia política dos libertos. Contudo, Bergstresser distingue estes

⁸²¹ CONRAD, Robert. op. cit.

⁸²² GRAHAM, Richard. op. cit., 1979, p. 184.

⁸²³ Idem, Ibidem, p. 195.

⁸²⁴ SANTOS, Cláudia Regina dos. op. cit., 2007.

⁸²⁵ Idem. Abolicionismo e desigualdades sociais. In: MOURA, Ana Maria da Silva; LIMA, Carlos Alberto Medeiros. **Rio de Janeiro: Tempo – Espaço – Trabalho**. Rio de Janeiro: Edições Márcia Cristina Martins, 2002.

⁸²⁶ BERGSTRESSER, Rebecca Baird. op. cit., 1973, p. 145.

⁸²⁷ Idem, Ibidem, p. 146.

abolicionistas “reformadores agrícolas” da maioria dos abolicionistas, liberais ou republicanos, que “davam mais importância às reformas políticas, que eles acreditavam, aumentariam as possibilidades das classes médias, mais que as reformas sociais desenvolvidas para iniciar a reabilitação das massas.”⁸²⁸

Como dito acima, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* afirmavam que ser republicano não necessariamente significava ser membro do partido republicano, assim como ser membro do partido republicano não se traduzia sempre em uma prática política republicana. Por isso, denunciavam o fato de que muitos membros do partido republicano mantiveram uma postura, até quase à abolição, de total resistência ao abolicionismo, inclusive cometendo crimes contra abolicionistas. Afirmavam, neste sentido, que estes gritam “*liberdade, igualdade, fraternidade* das ruas e praças públicas, [mas] aristocratas na prática da democracia, déspotas e tiranos na execução das verdadeiras doutrinas republicanas.”⁸²⁹

Para fortalecer estas ideias transcrevem artigo do *Cidade do Rio*, no qual Patrocínio defende-se de sua expulsão do partido republicano, debatendo as propostas destes, a quem acusa de quererem montar uma república melhor para eles mesmos do que para a pátria, pois propõem leis de repressão à vagabundagem, casas de correção nas fronteiras (para onde seriam enviados os libertos), ou seja, tem os mesmos temores que os escravistas: vadiagem, desorganização do trabalho e crimes. Além disso, querem “o prolongamento do cativo através da liberdade.” Por fim, Patrocínio afirma que jamais romperia com suas convicções abolicionistas (mais amplas que a Lei Áurea) por conveniências partidárias e acusa os que lhe expulsaram como “aristocratas despeitados que não podem, por medíocres, aparecer nos partidos monárquicos, chamam-se republicanos para serem carregados pelos patriotas ingênuos e pela gente de bom coração.” Também prevê que o partido espera recolher a escória dos escravistas.⁸³⁰ Em outro artigo, comentam a resposta de Patrocínio a uma ofensa em que fora chamado de negro. Através de palavras bastante emotivas defendem a postura do colega abolicionista, que não negara a sua raça e nem suas ideias de lutar por um país livre, sem se vender a convenções partidárias. Afirmando que chamar alguém de negro não é um insulto, insulto eram três séculos de suor e trabalho desta raça para deleite e ociosidade de uma outra. Insulto era não lutar pela libertação nacional.⁸³¹

Concluimos reafirmando nossa percepção de que através da análise das práticas dos abolicionistas de Campos ficou claro seu apoio fundamental à causa da abolição, na qual incluía-se tanto a libertação jurídica do cativo, como sua inserção social e econômica na sociedade brasileira.

⁸²⁸ Idem, *Ibidem*, p. 172.

⁸²⁹ *Vinte e Cinco de Março*, 3 de Maio 1888 – Seção “*Vinte e Cinco de Março*” – p. 1-2.

⁸³⁰ Idem, *Ibidem*.

⁸³¹ *Vinte e Cinco de Março*, 10 de Maio 1888 – Sem Seção – p. 3.

No capítulo três analisamos em destaque as ações dos membros do *Vinte e Cinco de Março* para atingir sua meta libertadora, as quais começaram e terminaram seguindo os exemplos de abolicionistas de todos países, posto que seu nome é uma homenagem à libertação cearense e sua maior vitória na cidade de Campos deveu-se à implementação das mesmas práticas usadas pelos abolicionistas de São Paulo.

Nossos redatores, como os membros da Confederação Abolicionista, viram no Projeto Dantas sua primeira grande esperança por uma lei que seguiria seus ideias abolicionistas e, como estes, também decepcionaram-se com a resposta conservadora da Câmara Nacional, que veio através da Lei Saraiva-Cotegipe. Diante do que decidiram-se por uma atitude extremista, de ações extra-legais e ataques diretos à instituição escravista. Atitude que levou a reações ainda mais violentas dos escravistas em Campos: ataques diretos às vidas e ao jornal dos abolicionistas.

A conduta de Lacerda e seus companheiros não foi menos ousada, pois diante de cada violência sofrida expunham os escravistas envolvidos, iniciavam investigações próprias e contactavam abolicionistas de todo o país que pudessem alardear os eventos ocorridos em Campos e que também pudessem apoiá-los com assistência jurídica e ligações políticas. Desta maneira, fica claro o clima tenso que se estabeleceu no município de Campos, no qual as atitudes violentas dos senhores eram expostas no *Vinte e Cinco de Março* como inerentes ao sistema escravista, pois para a manutenção da escravidão os abolicionistas afirmaram ser necessário a prática de arbitrariedades. Neste embate o abolicionismo também obteve suas vitórias, como a Lei de Açoites, que destruiu a principal fonte do poder senhorial: o uso legítimo e legalizado da violência contra o escravo, ao mesmo tempo que deu abertura para que a conduta dos senhores fosse vigiada pelos abolicionistas.

Neste cenário, os abolicionistas passaram a admitir, cada vez mais mais abertamente, sua fala de incentivo à ação dos escravos, motivando-os a abandonar os senhores e também a iniciar incêndios que além de prejudicar a produção agrícola aterrorizava a classe senhorial. Certamente, a conduta dos abolicionistas de Campos, que mais repercutiu neste momento de tensão, foi a luta pelo reconhecimento da nulidade de 13 mil matrículas de escravos, o que automaticamente os tornaria livres. Neste momento, os abolicionistas impunham a sua interpretação da Lei Saraiva-Cotegipe, fato ainda mais relevante dado que esta era uma lei assumidamente escravista. Embora tenham perdido esta batalha os abolicionistas de Campos não esmoreceram, permaneceram a promover *meetings*, a escrever artigos incendiários e seguindo o modelo paulista, passaram a motivar fugas em massa, procedimento que culminou na libertação do município. Vitória que se concretizou com a muito comemorada libertação nacional, com a Lei Áurea. Prudentes, estes abolicionistas reconheciam que a luta permaneceria ainda por longos anos, pois a libertação do cativo era apenas o primeiro passo, sendo necessário lutar por sua inserção e protegê-los da ganância dos ex-senhores.

Apesar de derrotados no intuito de promover uma justa integração dos libertos à economia e à sociedade, nossos redatores mostraram-se certos na previsão de que o partido republicano abarcaria os últimos escravistas que abandonavam a monarquia. Rompendo com este partido, e sempre ressaltando seu apoio incondicional ao partido abolicionista, denunciavam os membros do partido republicanos como oportunistas, em busca de poder e não verdadeiros praticantes de atos republicanos, os quais começavam com o apoio incondicional ao projeto da abolição – libertação e real integração do ex-escravo, do cidadão, à nação brasileira.

CONCLUSÃO

No dia 19 de Maio de 1897, às 17:30, faleceu Luiz Carlos de Lacerda⁸³², que vivera com uma saúde precária, desde que contraíra malária e adoecera de uma perna ainda na juventude.⁸³³ Em seus últimos anos de vida teria sofrido com ataques nervosos, em decorrência de um processo judicial no qual era suspeito do assassinato de Raimundo Alves Moreira (autor de inúmeros atentados ao *Vinte e Cinco de Março* e a Lacerda). Suspeito de ser o mandante do crime, que ocorrera no dia 21 de Julho de 1889, executado por dois ex-escravos confessos e condenados a galés perpétuas, Lacerda foi, por fim, absolvido, mas teria ficado com sua saúde ainda mais fragilizada.⁸³⁴ A sua morte causou grande comoção na cidade, mesmo 9 anos depois da Lei Áurea. Notas sobre seu velório e em sua homenagem foram publicadas em todos os jornais municipais, inclusive no *Monitor Campista*:

“Foi um verdadeiro acontecimento o funeral do comendador Carlos de Lacerda, realizado ontem, às 3 1|2 horas da tarde. Desde cedo começou a afluir à cidade povo das freguesias rurais que, em verdadeira romaria, se dirigia à residência do finado para beijar-lhe os despojos.

Mais de 3.000 pessoas enchiam a rua 13 de Maio em frente à casa do morto, na ocasião do saimento do féretro. Ao ser descido o caixão da rica peça, para ser transportado para o carro fúnebre, as mais tristes cenas se desenrolaram então. Uma multidão de homens e mulheres de cor prorrompeu em lágrimas, soluços, abraçando o corpo inanimado do denodado batalhador pela grande causa da humanidade e que elevou o Brasil à altura das nações cultas. Eram lágrimas espontâneas de dor vertidas por aqueles a quem Carlos de Lacerda com a sua palavra, com a sua pena, com a sua inteligência concorreu para quebrar os grilhões de cativo. Os antigos companheiros do finado, também ali se achavam todos com o estandarte do Club Abolicionista em funeral. Sobre o carro fúnebre, adrede preparado, ergia-se um catafalco onde descansava o rico caixão ladeado por 4 grandes tocheiros.

Inúmeras coroas das pessoas da família, e de diferentes corporações cobriam o coche fúnebre, que o povo havendo tirado as parelhas, puxou a mão até o cemitério. Precedia o longo préstito, as Irmandades de S. Benedito, e de N. S. do Rosário, de cruz alçada. Seguiam-se depois o imponente carro fúnebre guardado aos lados por abolicionistas; o estandarte em funeral do Club Indiano, as bandas de música Operário, Campistas Lyra Conspiradora e Lyra Guarany com os respectivos estandartes em funeral, a diretoria e grande número de sócios do Centro Operário, representantes da imprensa local e de todas as classes e grande número de mulheres formando um préstito superior a 3.000 pessoas. Pelas ruas por onde transitou o cadáver do batalhador pela redenção do homem escravo, era enorme a massa de povo e as janelas das casas achavam-se repletas de senhores que com as lágrimas nos olhos assistiam o desfilar do triste cortejo, última homenagem prestada ao campista intemerato que enfrentou de perto a defesa dos escravos. Ao passar o préstito pela rua 13 de Maio, a família Vicente colocou sobre o féretro duas lindas grinaldas e o Sr. Hildebrando de Araujo, depois em rápidas palavras salientar os serviços prestados por Carlos de Lacerda à grande causa da redenção colocou outra em nome do Dr. Alvaro de Lacerda, digno irmão do morto. Depois usou da palavra em nome do povo o Sr. Dr. Azevedo Cruz.

Na rua Beira-rio, canto da S. Bento foram atiradas sobre o caixão flores ramalhetes pelo povo que ali se achava. No cemitério, onde chegou o cortejo às 6 horas da tarde, era tão grande a multidão que os que o acompanhavam não puderam entrar. A beira do túmulo oraram os Srs. Drs. Azevedo Cruz e Benedicto Barroso, Pedro Albertino, Mucio da Paixão, Julio Fileto, um aluno do Colégio Cornélio e Antonio Lima.

⁸³² RODRIGUES, Hervé Salgado. op. cit., 1988.

⁸³³ SILVA, Osório Peixoto. op. cit., 1984.

⁸³⁴ RODRIGUES, Hervé Salgado. op. cit., 1988.

Não houve ainda nesta cidade um enterro que fosse mais concorrido do que o do comendador Lacerda. Era verdadeiramente um homem popular como já dissemos e essa popularidade mais uma vez se manifestou ontem, prestando a última homenagem de gratidão a um dos mais salientes trabalhadores da grande obra da civilização e humanidade a libertação da raça escrava.” (21 de Maio 1897 – *Monitor Campista*).

Neste texto pode-se ver a comoção gerada com a morte de Lacerda, em especial, destaca-se a presença, em seu funeral, de “homens e mulheres de cor”, do “povo das freguesias rurais” e da “massa de povo”, reforçando a afirmativa de que em vida mantiveram constante contato. No número seguinte, o jornal também fala que entre o funeral e sepultamento, em respeito a sua morte, os carroceiros não trabalharam naquele dia, duas escolas e o Centro Operário permaneceram fechados e muitas associações e estabelecimentos, que abriram, mantiveram suas bandeiras em funeral.⁸³⁵ A emoção dos populares também foi destacada pelo jornal *Gazeta do Povo*, que ressaltou a presença de irmandades, sociedades musicais, clubes carnavalescos e de uma banda musical macaense. Segundo o *Diário Republicano* órgãos da imprensa, casas particulares, associações e clubes hastearam bandeira a meio pau.⁸³⁶ Neste jornal ainda foram publicadas uma poesia escrita para Lacerda⁸³⁷ e duas notas da família, uma convidando para a missa que mandaram celebrar por ocasião de sua morte⁸³⁸ e a outra em agradecimento pelo apoio recebido, dados que demonstram o respeito que a toda a população urbana oferecia a Lacerda, além da devoção dos libertos.

No texto do *Monitor Campista* nota-se que nome da rua onde Lacerda habitava foi modificado, provavelmente em sua homenagem, pois passara a se chamar pela data da lei pela qual ele mais lutara: 13 de maio. Devemos destacar que, mesmo em 1897, mantem-se o uso da expressão “abolicionistas” para demarcar aqueles que lutaram junto à Lacerda, o que, talvez, indique que estes homens ainda se identificavam como tal ou, talvez, que o *Monitor Campista* ainda fazia questão de diferenciar os membros da imprensa que estavam lá pela importância do evento, como eles, e aqueles que cooperaram com os métodos de Lacerda, os abolicionistas. Por fim, deve-se notar o papel que o jornal reservou aos negros, como emocionados com a morte de quem, através da abolição, tornou o Brasil parte do mundo civilizado. Eles não tem qualquer papel ativo, nem na própria libertação, nem nas homenagens a Lacerda. Para o *Monitor Campista* os negros mantem seu caráter de agradecimento e submissão, enquanto o falecido jornalista é visto como o condutor do país ao progresso, libertando os escravos.

Embora a própria obra de Lacerda talvez apresente parte desta visão, uma vez que em nenhum momento deixou de destacar o papel de guia dos abolicionistas no processo de libertação nacional, Lacerda e seus companheiros do *Vinte e Cinco de Março* compreenderam, durante sua luta

⁸³⁵ *Monitor Campista* - 22 de Maio 1897.

⁸³⁶ GAZETA DO POVO - *Diário Republicano*, 21 de Maio de 1897.

⁸³⁷ GAZETA DO POVO - *Diário Republicano*, 22 de Maio de 1897.

⁸³⁸ GAZETA DO POVO - *Diário Republicano*, 23 de Maio de 1897.

que a participação efetiva dos escravos era fundamental. Desde o princípio, motivavam e acolhiam escravos foragidos; intervinham em defesa dos cativos, que surrados procuravam sua ajuda. Por fim argumentaram em defesa da ação independente do escravo, fugindo sem violência, assim, expressando abertamente seu desacordo com o sistema escravista.

A nossa opção por estudar o *Vinte e Cinco de Março*, periódico fundado por Lacerda e seus companheiros abolicionistas com o objetivo de defender o ideal da abolição, fica clara à medida que pode-se perceber como este funcionou como um ator histórico, protagonizando a conquista da abolição na sociedade campista. Dentro da tradição da segunda metade do século XIX, o jornal foi formado por novos atores políticos desvinculados da esfera formal dos partidos e das instituições, agentes com autonomia em relação às estruturas políticas tradicionais do Império. Diferentemente desta mesma tradição, os nossos redatores fundaram um jornal e um Clube Abolicionista em Campos, cidade do interior do Rio de Janeiro, que possuía importante setor agrícola.

Mas como demonstramos a cidade de Campos não era marcada apenas pela concentração de escravos, produção açucareira e importância comercial. Destacavam-se também suas ambições e influências políticas, sua área urbana impulsionada pela ferrovia, com bons sistemas de comunicação, educacional e de saúde, além de expressivo setor comercial e concentração de profissionais liberais, na sua freguesia central. Esta vida urbana dinâmica, somado ao poder social e econômico dos grandes latifundiários deu ao movimento abolicionista de Campos um caráter bastante combativo. Mais uma vez, destacamos que não entendemos a existência de uma dinâmica vida urbana como fator que tenha determinado a ação dos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*. Entendemos esta como uma condição historicamente dada, possibilitando que estes indivíduos agissem naquela sociedade. Optando por apoiar o abolicionismo estes homens encontraram na década de 1880 um ambiente mais favorável para que suas ideias pudessem florescer. Os próprios abolicionistas percebiam a importância das classes médias urbanas neste processo, uma vez que menos dependentes dos senhores escravistas podiam expressar-se e agir mais livremente.

Foi este cenário que facilitou que estes abolicionistas contassem com o suporte em embates e apoio financeiro de todas as classes urbanas: artesãos, artistas, profissionais liberais, irmandades religiosas, clubes e bandas. Apesar do alto índice de analfabetismo no Brasil oitocentista, podemos afirmar que o *Vinte e Cinco de Março* funcionava como importante meio de divulgação das ideias abolicionistas entre todas as camadas da população, fossem através das práticas de leitura do período ou pelos eventos públicos promovidos pelo Clube Abolicionista. Prova da inserção do jornal na sociedade campista foi o grande crescimento da sua seção de anúncios e da sua tiragem.

E o meio de ação destes abolicionistas foi bastante vasto, desde a escolha dos folhetins transcritos no jornal, passando por argumentações pró-abolição, que vinham desde José Bonifácio,

como a ideia de que a abolição traria o progresso e não a ruína nacional. Até a defesa de ideias mais ousadas como a de que o escravo seria o melhor colono e quando liberto deveria ser integrado à sociedade brasileira. Afirmando que estes eram anseios de toda nação. Também guiavam-se pelo exemplo cearense, que motivou a transformação de emancipacionistas para abolicionistas audazes e críticos à escravidão. E, a medida que ocorriam outras libertações no país, o abolicionismo de Campos copiava os métodos utilizados por estes. Embora não possamos falar em um abolicionismo único e coeso, entendemos que este movimento provou-se nacionalmente interligado, em sua forma de argumentar, nos meios de agir e, em especial, no apoio oferecido mutuamente, garantindo uma ação mais ousada e, conseqüentemente, mais eficaz. Isto foi necessário pois, assim como Toplin, entendemos que a escravidão não estava decadente na década de 1880.⁸³⁹ Uma prova foi a enorme resistência enfrentada pelo movimento abolicionista em Campos. Assim como foi preciso tamanha insistência dos abolicionistas e da ação destruturante dos escravos para que os senhores, finalmente, decidissem implementar a abolição.

Dentro os métodos mais utilizados nesta luta estavam as constantes demandas pela ação do Estado. Cientes de que a lógica escravista impunha-se pelo desrespeito à lei, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* lutaram pela implementação da lei, exigindo a intervenção das autoridades e de órgãos do Estado em situações que, tradicionalmente, eram juízes os escravistas. Expunham atos destes e provavam que eram ilegais pelas leis nacionais. Era importante para os abolicionistas destacar que se o senhor considerava-se o 'rei'; quem deveria, de fato, mandar era a lei.

Neste cenário de autoritarismo senhorial os abolicionistas precisaram de outros meios além das argumentações. Por isso, faziam uso de relacionamentos para somar forças políticas, com a população, com os escravos e com abolicionistas da corte. Estes atos e alianças ao mesmo tempo que fortaleciam o movimento abolicionista, fortaleciam as ações dos escravos e desqualificavam a lógica senhorial, o que fez com que os abolicionistas sofressem violentas represálias. Diante das quais mantiveram sua postura, expondo estes senhores e demandando ações do governo, formando um ciclo vicioso de denúncias, atentados e mais denúncias.

Embora o relacionamento dos abolicionistas com os escravos tenha mudado ao longo dos anos, inicialmente apoiando meios legais para atingir a abolição e por fim incentivando a mais eficaz ação direta dos escravos, não se pode negar que os abolicionistas sempre buscaram a participação dos escravos na luta pela abolição, entendendo a importância desta relação. A ação dos abolicionistas foi fundamental para amplificar os atos de rebeldia dos escravos, tornando boa parte da sociedade brasileira oitocentista uma apoiadora dos escravos, razão porque destacamos que o abolicionismo campista foi marcado pela interação entre abolicionistas, população e cativos.

⁸³⁹ TOPLIN, Robert Brent. op. cit., 1975.

Contudo, tal aspecto não significou uma percepção de que a ação de todas as partes tenha tido pesos iguais. Mesmo que não negassem a importância da ação dos escravos e do apoio de outros abolicionistas, nossos redatores sempre destacavam seu papel condutor. Entendemos que estes abolicionistas almejavam serem líderes da revolucionária, progressiva, legal e legítima abolição. Mas sabiam da importância do apoio popular e incentivavam a ação escrava, desde que fosse aquela que recomendavam – inicialmente a luta judicial e por fim a greve e o abandono das fazendas.

Para nós, foi esta relação o motivo da vitória do abolicionismo em Campos, da sua perseverança e da conquista da abolição, antes mesmo da Lei Áurea. Ao incentivar os escravos, os atos destes tornavam-se mais ousados, o que, conseqüentemente, fragilizava as bases de sustentação da escravidão. Até mesmo o *Vinte e Cinco de Março* destacou a importância do movimento nacional para sua luta ao afirmar que a Lei Áurea era fruto de uma luta popular nada pacífica, posto que envolvera a ação dos abolicionistas, o apoio da população e os atos de rebeldia dos escravos. Ela expressava, por fim, a vontade nacional.

Embora não tenha sido o foco do *Vinte e Cinco de Março*, os abolicionistas de Campos planejavam reformas abrangentes para depois da abolição. Motivo pelo qual Carlos de Lacerda manteve o jornal após a assinatura da Lei Áurea e, depois de seu fechamento fundou outro jornal, *Cidade de Campos*, no qual discutia a reorganização do mercado de trabalho.⁸⁴⁰ Mantendo-se ligado às discussões públicas da cidade. Ao prever uma luta ainda maior pela implementação destes, os abolicionistas entenderam a mudança dos mais resistentes escravistas para o partido republicano como uma estratégia para evitar reformas mais abrangentes, como maior acesso à terra e educação para libertos, ao contrário dos seus anseios por leis coercitivas, impondo a permanência dos libertos em suas terras e leis indenizatórias. E como sempre declararam apoio incondicional ao partido abolicionista, os abolicionistas afirmavam não terem compromisso com o partido republicano e sim com as ideias republicanas, logo, romperam com o partido republicano. Neste sentido concluímos que a não concretização destes projetos para a lavoura e o liberto devem-se a uma reação conservadora logo após a concretização da abolição

Por fim, afirmamos que a abolição em Campos deu-se não por falta de mão de obra ou por empenho de uma classe senhorial moderna e ansiosa por trabalhadores estrangeiros. Foi a ação conjunta de abolicionistas, população e escravos que tornou o trabalho escravo inaceitável pra a sociedade campista e improdutiva para a classe senhorial. Esta, temerosa com o modo de vida camponês, relativamente, independente dos grandes proprietários de terra, apoiou a imigração e leis anti-vadiagem, mas somente diante da realidade do fim da escravidão.

⁸⁴⁰ LIMA, Lana Lage da Gama. op. cit., 1981.

BIBLIOGRAFIA

I – Fontes Primárias:

1. Fontes Impressas:

A – Jornais:

- . *Vinte e Cinco de Março*. Campos dos Goytacazes: 1884-1888 (Consultado na Fundação Casa de Rui Barbosa, Coleção Plínio Doyle).
- . *Monitor Campista*. Campos dos Goytacazes: 1884-1888 e 1897 (Consultado no Arquivo Público de Campos)
- . *A Evolução*. Campos dos Goytacazes: 1888 e 1897. (Consultado no Arquivo Público de Campos)
- . *Gazeta do Povo - Diario Republicano*. Campos dos Goytacazes: 1897 (Consultado no Arquivo Público de Campos).
- . *Diário Republicano*. Campos dos Goytacazes: 1897 (Consultado no Arquivo Público de Campos).

B – Obras de referência:

- ALMANAK Mercantil e Comercial Laemmert**, ano de 1885, p. 2932-2960. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak_djvu.htm. Acesso em: 2 de maio 2012.
- ALVARENGA, João. **Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola da Cidade de Campos dos Goytacazes, para 1885**. Campos dos Goytacazes, Typographia do Monitor Campista, 1885.
- CENSO - IBGE. **Recenseamento Geral do Brazil, 1872**. Disponível em: www.biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 de março 2012.
- _____. **Recenseamento Geral do Brazil, 1890**. Disponível em: www.biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 12 de março 2012.

C – Livros:

- FEYDIT, Julio. **Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes**: desde os tempos coloniais até a Proclamação da República. São João da Barra: Gráfica Luartson, 2004.
- SILVA, Osório Peixoto. **Os momentos decisivos na história de Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social da PETROBRAS, 1984.
- RODRIGUES, Hervé Salgado. **Na taba dos Goytacazes**. Niterói: Imprensa Oficial, 1988.

II – Livros e Artigos

- ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de. Imprensa: fonte de estudo para a construção e reconstrução da história. In: **Anais eletrônicos do X Encontro Estadual de História – AnpuhRS**. Disponível em: <<http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares#M>>. Acesso em: 11 de dezembro 2011. Santa Maria, 2010.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALVES, Fábio Lopes; GUARNIERI, Ivanor Luiz. Imagens do cotidiano e temporalidades: historiografia e imprensa. In: **Revista Labirinto**, ano VII, n. 10, 2007. Disponível em: <<http://www.cei.unir.br/artigo104.html>>. Acesso em: 10 de dezembro 2011.
- ALVES, Maria da Glória; COSTA, Aline Nogueira. Monitoramento da expansão urbana no Município de Campos dos Goytacazes – RJ, utilizando Geoprocessamento. In: **Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Goiânia, p. 3731-3738, 2005.
- AZEVEDO, Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BAKOS, Margareth Marchiori. **RS: Escravismo e abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- BARBOSA, Marialva Carlos. **Percorso do olhar: comunicação, narrativa e memória**. Niterói: EdUFF, 2007.
- BASILE, Marcello Otávio N. de C. O império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.
- BERGSTRESSER, Rebecca Baird. **O Movimento pela Abolição da Escravidão no Rio de Janeiro**, Brasil, 1880-1889. Stanford : Tese da Universidade de Stanford, 1973.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Escravidão e Capitalismo no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARVALHO, José Murilo de. A política da Abolição: o rei contra os barões. In: **A construção da ordem: teatro das sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

- CHARTIER, Roger. Texto, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn [et al.]. **A nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. Do livro à leitura. Em: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Uma Veneza no sertão Fluminense: os rios e os canais em Campos dos Goytacazes. In: **História Revista**: Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia, v. 14, n.2, Julho/Dezembro, 2009.
- _____. Campos: a capital sonhada de uma província desejada (1835-1897). In: **História. Dossiê: Capitais Sonhadas, Capitais abandonadas**, vol.30 no.1 Franca Jan./June 2011. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742011000100004> Acessado no dia 3 de Maio de 2012.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**: 1850 – 1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 1998.
- _____. **A abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- _____. Da escravidão ao trabalho livre. In: **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; BACELLAR, Carlos [et al.]. **Fontes históricas**. São Paulo : Contexto, 2010.
- EISENBERG, Peter. Prefácio. IN: AZEVEDO, Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: O negro no imaginário das elites – Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- EWALD, Ariane; GUIMARÃES, Aurea Domingues; BRAVO, Camila Fernandes & SOBREIRA, Carolina Bragança. Crônicas folhetinescas: subjetividade, modernidade e circulação da notícia. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2009.
- FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Prefácio. In: FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos P (Orgs.). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de

Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

_____. Livros, bibliotecas e censores: os impedimentos para os leitores no Brasil do século XIX. In: **O arquivo nacional e a História Luso-Brasileira**: Bibliotecas, Imprensa e Censura, _____, 2005. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=456&sid=62&tpl=printerview>. Acesso em: 10 de dezembro 2011.

GRAHAM, Richard. **Escravidão, Reforma e Imperialismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. “Os deserdados da abolição”. In: SILVA, Jaime; BIRMAN, Patrícia; WANDERLEY, Regina (Orgs.). **Cativeiro e liberdade**. Rio de Janeiro: UERJ, 1989.

HASELBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KIELING, Camila Garcia. Imprensa na história e História na Imprensa: jornalismo e opinião no Brasil Regência. In: **Anais Eletrônicos do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Caxias do Sul, 2-6 Setembro, 2010. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1529-1.pdf Acesso em 20 de Março 2012.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1988.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Lana Lage da Gama. **Rebeldia Negra e Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados**, a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro, 1880-1888. Tese de Doutorado. São Paulo: USP/FFLCH, 1991. Tese (Doutorado, FFLCH/USP).

_____. Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto do pós-abolição. In NEVES, Lúcia Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

MACHADO, Humberto Fernandes. **A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil**.

- In: **R. IHGB**, Rio de Janeiro, a. 171, n. 448, p. 31-62, jul./set. 2010a.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico**: Os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010b.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. “Estrutura e agência na historiografia da escravidão: a obra de Emília Viotti da Costa. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; DE LUCA, Tania Regina. **Os historiadores e seu tempo**. São Paulo: UNESP, 2008.
- MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do Silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. Prefácio. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebecca (orgs.). **Além da escravidão**: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MORAES, Evaristo. **A Campanha Abolicionista**. Livraria Editora Leite Ribeiro, 1924.
- MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e opinião pública no Brasil Império**: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842). Belo Horizonte: UFMG, 2011. (Tese, Doutorado em História).
- MOREL, Marcos. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luíza e DE LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. **A imprensa periódica no século XIX**. Disponível em: <bdigital.bn.br/redememoria/periodicoxix.html>. Acesso em 20/03/2012.
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. Brasília: EDUSP, 2004.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos; MACHADO, Humberto Fernandes. **O império do Brasil**. Rio de Janeiro: Novas Fronteira, 1999.
- NUNES, Neila Ferraz Moreira. A Experiência Eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889): Frequência Eleitoral e Perfil da População Votante. In: **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 2, p. 311-343, 2003.
- PARANHOS, Paulo. O açúcar no Norte Fluminense. In: **Revista Histórica**, nº 8, março 2006. Disponível em: <www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia02>. Acesso em 19 de Março 2012.
- PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. **Francisco Ferreira Saturnino Braga: negócios e fortuna em Campos dos Goytacazes**. No prelo.
- PESSANHA, Andrea Santos da Silva. **O Paiz e a Gazeta Nacional**: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888. Niterói, 2006. Tese (Doutorado, UFF)

- _____. O paiz e a Gazeta Nacional: imprensa, memória e abolição no Rio de Janeiro. In: **Anais do II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista**. (São Luís/MA, 2011).
- PÍCOLI, Mariana de Almeida. **Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869-1888)**. Dissertação de Mestrado. Vitória: UFES, 2009.
- PINA, Patrícia Kátia da Costa. O jornal o leitor e a leitura no Oitocentos brasileiro. In: **Labirintos: revista eletrônica do núcleo de estudos portugueses**, n.8, 2º sem., 2010.
- PIRES, Myriam Paula Barbosa. Tipografia na cidade imperial (1821-1831) – o difícil começo: driblando dificuldade, reinventando soluções. In: **Anais eletrônicos do Simpósio de Política e Cultura da Universidade Severino Sombra**. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em <<http://www.uss.br/page/publicacoes.asp>>. Acesso 22 dezembro 2011.
- PLUHAR, Cristiano . As relações comerciais no século XVIII e XIX entre Campos dos Goytacazes e Rio de Janeiro . In: **Anais do III Encontro de Geografia e VI Semana de Ciências Humanas do Instituto Federal Fluminense**. Campos dos Goytacazes, p. 111-117, 2010.
- PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- SABA, Roberto. A Lei dos Sexagenários no Debate Parlamentar (1884-1885). In: **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP. São Paulo, 2008.
- SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco: um pensador do Império**. Niterói: UFF, 2001. (Tese, História, UFF).
- _____. Nabuco, os Ingleses e a Abolição. In: **Afro-Ásia**, (UFBA. Impresso), v. 42, p. 241-252, 2011a. Disponível em: <<http://www.afroasia.ufba.br/>>. Acesso em: 04 de fevereiro 2013.
- _____. Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). In: **Revista de Índias**, v. 71, n. 251, p. 259-284, 2011b. Disponível em: <<http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/download/860/932>>. Acesso em: 04 de fevereiro 2013
- SANTOS, Cláudia. Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuísmo?. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.
- _____. Abolicionismo e desigualdades sociais. In: MOURA, Ana Maria da Silva; LIMA, Carlos Alberto Medeiros. **Rio de Janeiro: Tempo – Espaço – Trabalho**. Rio de Janeiro: Edições Márcia Cristina Martins, 2002.
- _____. Abolicionismo e visões de liberdade. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, a. 168 (437): 319-334, out./dez. 2007.
- _____. Imprensa. In; MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (orgs.). **Propriedades e**

- Disputas: Fontes para a História do Oitocentos.** Niterói; EDUFF, 2011.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro:** jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura:** uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. As camélias da liberdade. **Revista Nossa História.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, nº7, maio 2004.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Terra e Política no Rio de Janeiro na época da abolição. In: SILVA, Jaime; BIRMAN, Patrícia; WANDERLEY, Regina (Orgs.). **Cativeiro e liberdade.** Rio de Janeiro: UERJ, 1989.
- SOARES, Orávio de Campos. A imprensa na Velha Província: 170 anos do Monitor Campista – O terceiro jornal mais antigo do país e a morte misteriosa do jornalista Francisco José Alypio. In: **Anuário Internacional de Comunicação Lusófona;** vol. 2, no 1, 2004.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOFFIATI, Arthur. Os canais de navegação do século XIX no Norte Fluminense. In: **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego,** v. 1 n. 2, p. 13- 23, jul./ dez. 2007.
- SOUZA, Eliezer Felix. A imprensa como fonte para pesquisa em história e educação. In **Anais eletrônicos do VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas,** 2009). Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.html. Acesso em: 30 de novembro 2011.
- THOMPSON, E. P. ;**La sociedad inglesa del siglo XVIII: Lucha de classes sin classes?.** 1979.
- _____. **A economia moral da multidão inglesa no século XVIII.** 1998.
- TOPLIN, Robert. **The abolition of slavery in Brazil.** New York: Atheneum, 1975.
- VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e História cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História:** ensaios da teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- WEHLING, Arno. O açúcar fluminense na recuperação agrícola do Brasil. In: **RIHGB,** n. 337, Outubro/Dezembro, 1982.